

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

SIMONE ALBIERI BORDONAL

**NOS TALHÕES DOS CANAVIAIS:
A NARRATIVA DE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO**

FRANCA – SP

2011

SIMONE ALBIERI BORDONAL

**NOS TALHÕES DOS CANAVIAIS:
A NARRATIVA DE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dra. Raquel Santos Sant’Ana

FRANCA – SP

2011

Bordonal, Simone Albieri

Nos talhões dos canaviais : a narrativa de uma história em construção / Simone Albieri Bordonal. –Franca: [s.n.], 2011
319 f.

Dissertação(Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Raquel Santos Sant'Ana

1. Serviço Social – Questão agrária – Gênero. 2. Sindicatos rurais – História oral – Carlita da Costa. 3. Cana-de-açúcar – Trabalhadores rurais. I. Título

CDD – 362.851

SIMONE ALBIERI BORDONAL

**NOS TALHÕES DOS CANAVIAIS:
A NARRATIVA DE UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dra. Raquel Santos Sant’Ana

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2011.

*Dedico esse trabalho aos meus pais:
Pelo apoio e por tudo o que fizeram por mim.
Ao Gabriel... nosso presentinho de Deus
Agradeço a Deus por vocês existirem!
E à Carlita: Pela luta
e pela coragem da resistência
em favor de tantos trabalhadores.
E por tudo o que me ensinou.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me criou e me abençoou

A minha família: Papai, mamãe, Danilo, Patrick (homenagem), Gabriel

Aos meus amigos

Aos colegas de luta e de trabalho

As minhas alunas

Aos professores da Unesp

A minha orientadora Raquel Santos Sant'Ana

Aos membros da Banca: Antônio Thomaz Jr. e Alexandre Marques Mendes

A todos que de alguma forma colaboraram para que esse trabalho fosse possível...

A Carlita da Costa....

Talvez esse poema de Carlos Drummond de Andrade expresse um pouco da minha imensa gratidão:

Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros.

Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.

Entre eles, considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

(Mãos dadas – Carlos Drummond de Andrade)

Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

(Bertold Brecht - Nada É Impossível De Mudar)

Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.

(Bertold Brecht – Os que lutam)

Quando eu morrer, que me enterrem
na beira do chapadão-
contente com minha terra
Cansado de tanta guerra
Crescido de coração
Zanza daqui Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim Vamos embora
Embora Ver o capim, Ver o baobá
Vamos ver a campina quando flora
A piracema, rios contravim
Binho, Bel, Bia, Quim
Vamos embora
Quando eu morrer cansado de guerra
Morro de bem com a minha terra:
Cana, caqui, Inhame, abóbora
Onde só vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Oh, Manuel, Migüilim
Vamos embora

(Chico Buarque – Crescido de coração)

BORDONAL, Simone Albieri. **Nos talhões dos canaviais**: a narrativa de uma história em construção. 2011. 319 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RESUMO

Esta pesquisa tem por centralidade a reconstrução da história de vida da líder sindical Carlita da Costa, representante do Sindicato dos empregados rurais de Cosmópolis, Artur Nogueira, Paulínia e Campinas, e a partir dela a análise de questões que perpassam a história da luta travada pelos trabalhadores ligados à Agroindústria Canavieira, e que são inerentes ao modo de produção capitalista, o qual traz em seu bojo a exploração da classe trabalhadora. Essas problemáticas podem ser referidas a categorias mais gerais, tais como “trabalho”, “violência”, “questão agrária”, “gênero”, entre outras. Cabe ressaltar que o resgate da história de vida tal como propõe esta pesquisa é de fundamental importância como forma de dar visibilidade social às lutas travadas contra as inúmeras configurações da exploração no campo e como meio de denúncia a elas. Para tal, serão utilizadas técnicas da História Oral, respaldadas pela análise crítica em consonância com bibliografia pertinente ao tema.

Palavras-chave: Carlita da Costa. questão agrária. Sindicato dos Empregados Rurais. violência. gênero.

BORDONAL, Simone Albieri. **Nos talhões dos canaviais**: a narrativa de uma história em construção. 2011. 319 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RÉSUMÉ

Cette recherche a pour but la reconstruction de l’histoire de vie de la leader syndicale Carlita da Costa, représentante du Syndicat des travailleurs agricoles de Cosmópolis, Artur Nogueira, Paulínia e Campinas, et à partir de cela, l’analyse des questions qui entrecroisent l’histoire de la lutte des travailleurs de l’industrie de la canne à sucre, et qui sont inhérentes au mode de production capitaliste, qui a porte en soi même l’exploitation de la classe travailleuse. Ces problématiques peuvent-elles être rapportées à des catégories plus générales tels que le «travail», la «violence», la «question agraire», «genre», entre autres. Il faut souligner que le rachat de l’histoire de vie telle qui propose cette recherche est d’importance fondamentale pour donner visibilité sociale aux luttes des travailleurs contre les innombrables configurations d’exploitation dans la campagne et comme moyen de les dénoncer. Pour ce travail, les techniques de l’Histoire Oral ont été utilisées en ayant par support l’analyse critique, basée sur la biographie relative au sujet.

Mots-clés: Costa da Carlita. question agraire. Syndicat des Travailleurs ruraux. violence. genre.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Contrato de trabalho.....	91
Gráfico 2 – Tempo de trabalho no corte de cana	92
Gráfico 3 – Tempo de trabalho na usina	94
Gráfico 4 – Saúde antes do corte.....	95
Gráfico 5 – Dor de cabeça	96
Gráfico 6 – Partes do corpo que doem.....	97
Gráfico 7 – Já teve câimbras	98
Gráfico 8 – O que faz para diminuir as câimbras	99
Gráfico 9 – Tempo da dor	100
Gráfico 10 – O que faz quando sente dores.....	101
Gráfico 11 – Usa remédios frente às dores.....	102
Gráfico 12 – Medicamentos mais utilizados	103
Gráfico 13 – Dores no trabalho	104
Gráfico 14 – Relaciona as dores com o trabalho.....	105
Gráfico 15 – Sente mais dores quando corta cana	106
Gráfico 16 – Percebe eficácia da ginástica laboral	107
Gráfico 17 – Reação ao suco.....	108
Gráfico 18 – Sugestões para ter boa saúde.....	109
Gráfico 19 – Realizou exames admissionais	110
Gráfico 20 – Exames admissionais realizados	111
Gráfico 21 – Realizou exames durante a safra	112
Gráfico 22 – Exames demissionais.....	113
Gráfico 23 – Já precisou de atendimento médico durante a safra	114
Gráfico 24 – Já ficou afastado – tempo de afastamento.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura Fundiária do Brasil, 2003	288
--	------------

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Carlita da Costa: Presidente do Sindicato de Cosmópolis.....297

LISTA DE SIGLAS

ABCZ	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
CAI	Complexo Agroindustrial Canavieiro
CF	Constituição Federal
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPI's	Equipamentos de Proteção Individual
FAA	Frente Ampla da Agropecuária
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAESP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Sem Terra
NR	Norma Regulamentadora
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG's	Organizações Não Governamentais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB	Sociedade Rural Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE 1	
CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS MARCOS DO SÉCULO XXI	
CAPÍTULO 1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: UM DESAFIO PARA O CAMPO	22
CAPÍTULO 2 RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E SAÚDE DO TRABALHADOR.....	69
CAPÍTULO 3 SINDICALISMO NO BRASIL: UM DESAFIO EM MARCHA.....	118
PARTE 2	
UMA VIDA QUE CONTA MUITAS VIDAS	
CAPÍTULO 4 PROLEGÔMENOS	154
4.1 Memória e possibilidades da História Oral	154
CAPÍTULO 5 CARLITA: A MULHER QUE SE TORNOU VOZ DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DE CAMPINAS.....	194
5.1 Cotidianeidade e história.....	194
5.2 Infâncias perdidas	197
5.3 Adolescência – juventude: condições materiais de vida e novos desafios para a vida da família.....	220
5.4 Carlita: mulher, trabalhadora, líder sindical.....	244
CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
REFERÊNCIAS.....	307

APÊNDICES

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS PARA USO DE SOM E

IMAGEM317

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SAFRA/2008318



INTRODUÇÃO

O conhecimento do processo de formação de lideranças populares sempre foi uma área de interesse da pesquisadora, abrindo-se como um espaço instigante de pesquisa, de construção do conhecimento e de correspondência à “utilidade social” de uma pesquisa.

Inicialmente, o cenário da pesquisa estava voltado para a formação de agentes multiplicadores em uma cooperativa de catadoras de recicláveis de Ribeirão Preto-SP. Entretanto, esse objetivo foi sendo, de certa forma, “substituído” por outro e isso se deve a alguns fatores.

O primeiro deles foi a participação no Seminário Internacional do Trabalho, realizado em Marília – SP, em 2008. Naquele evento foram debatidas inúmeras questões relacionadas ao mundo do trabalho e suas recentes transformações, e em uma das oficinas de vídeo foi exibido o filme “Expedito”, o qual revelava a trajetória de vida e morte de um líder que “tombou” na luta, assassinado brutalmente como forma de interrupção de sua ação e embate pela terra.

O segundo fator está relacionado ao evento promovido pelo Natra (Núcleo Terra e Raíz/ Unesp), ocorrido no mesmo ano, quando foi apresentada a líder sindical Carlita da Costa, a qual expôs naquele momento a situação dos cortadores de cana no país, revelando os novos desafios do sindicato frente ao Agronegócio e as mortes de trabalhadores no campo. A fala de Carlita foi extremamente “forte” e descortinadora de uma realidade perversa e desumana.

O terceiro elemento também se relaciona a outro evento. Naquele ano, foi apresentada a tese de Ricardo Lara a uma banca com a presença de Ricardo Antunes, quando aquele destacou a dimensão de comprometimento do pesquisador no processo de construção do conhecimento, de modo que este não deveria obedecer aos critérios do mercado ou mesmo da simples busca de titulação, uma vez que a academia também deve ter um compromisso com a sociedade e para a construção de uma nova ordem societária.

Na verdade, a questão estava posta: uma realidade marcadamente desumana, acompanhada pela ação sindical no país, a qual traz em si inúmeras controvérsias, apresentada pela líder sindical do único sindicato no país a utilizar o sistema de medição intitulado “Quadra Fechada” e que por sua atuação também

vinha sofrendo perseguições. Ou seja, apresentava-se uma autêntica líder sindical dentre os trabalhadores, constituída de seu próprio meio, mas, que assim como “Expedido” talvez continuasse “anônima” e nunca tivesse sua história desvelada, dado que em geral às lideranças exaltadas socialmente e pela mídia em geral são aquelas que de alguma forma se sobressaem no cenário político. Aqueles que estão na base e que têm uma ação comprometida de fato com os trabalhadores acabam sendo relegados comumente aos “porões do esquecimento”.

Frente a isso, colocava-se a necessidade de aproximação dessa realidade também como uma forma de contribuir para dar maior visibilidade à luta desses trabalhadores, ora representados pela líder sindical, o que traz em seu bojo essa outra particularidade, a de ser uma mulher.

Para que esses anseios fossem explorados optou-se pela construção da história de vida de Carlita, a qual por seu papel coletivo enquanto líder sindical também seria de certa forma expressão da classe a qual pertence, isso porque sua trajetória de vida a partir de determinado momento se confunde com a do Sindicato que ajudou a fundar.

Com o universo da pesquisa delimitado, o próximo passo foi a escolha do método, o qual foi sugerido em orientação, com a escolha da História Oral, como caminho possível para a aproximação dessa realidade.

O primeiro contato com Carlita foi realizado por telefone, quando foi agendado o primeiro encontro com a pesquisadora na Sede do Sindicato em Cosmópolis. O encontro foi de apenas uma tarde, sem gravadores, sem câmaras, mas possivelmente, foi um dos momentos mais reais de toda a pesquisa, uma vez que Carlita contou diversos aspectos de sua atuação no momento, revelando inclusive os embates e perseguições sofridas e que não aparecerão nos momentos posteriores e, portanto, só foram registrados.

A partir daquele primeiro encontro foram agendados outros com períodos de três a cinco dias durante os quais foi possível acompanhar um pouco da dinâmica do sindicato e do cotidiano de Carlita.

Em um dos encontros a pesquisadora conheceu o eito, conversou, fotografou e entrevistou alguns trabalhadores, sempre acompanhada pelo fiscal de turma, além de contar também com uma pesquisadora da Unicamp, sob orientação de Francisco Alves.

Nos encontros seguintes foi possível acompanhar o trabalho do sindicato no atendimento aos trabalhadores, sendo que em um deles Carlita acompanhou um trabalhador até o Banco em Engenheiro, o qual estava tendo sua conta movimentada sem seu conhecimento, o que se agravava pelo fato de não ter escolaridade e, portanto apresentava dificuldades no acesso e manuseio de informações.

Durante o trajeto, Carlita mostrou o local na rodovia onde os trabalhadores se organizaram e fizeram a primeira parada, deitando os corpos no chão.

Em outro momento, foi possível acompanhar a primeira reunião com os trabalhadores no início da safra, quando foram recebidos e apresentados ao “trabalho”, inclusive com as explicações sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s). Essa reunião foi denotativa da capacidade de liderança e organização de Carlita, a qual nem por isso deixou de ser muito próxima dos trabalhadores, que se achegaram dela, se sentavam no chão ao seu redor, com extrema liberdade, mesmo durante as deliberações coletivas, os trabalhadores puderam expor suas opiniões e questionados sem receio, num processo realmente participativo.

De outra feita, todos esses momentos foram vivenciados com mesclas de muita familiaridade e acolhida, traços marcantes de Carlita e que se estende ao formato do sindicato, onde também atuam seus dois filhos, sendo um no controle da balança e outro na assessoria previdenciária e seu companheiro.

A acolhida em todos os momentos foi calorosa; os momentos intercalados sempre com refeições, o que como se verá é uma característica de Carlita e que se vincula à sua história de vida.

Em todas as falas, Carlita manifestava intensa força e emotividade, de modo que suas palavras eram sempre pronunciadas com muita verdade e simplicidade, revelando um perfil combativo, tenaz, mas o mesmo tempo terno e muito alegre. Sem dúvidas, trata-se de uma figura vivaz, que traz em si as marcas do vivido e que se põe sempre em postura de ação. Carlita não pára. É impossível se relacionar com Carlita sem notar seu carisma.

Por outro lado, as entrevistas, sempre gravadas e filmadas, sempre foram bastante abertas, do modo que Carlita ficou à vontade para contar sua própria história, com poucas interrupções da pesquisadora e isso também se deve à

facilidade de comunicação da líder, a qual abriu as portas do sindicato para que se conhecesse sua vida.

Foram cerca de 360 horas de gravação, com a transcrição de aproximadamente 160 horas, coletadas ao longo de dez dias de contato com a líder.

Houve muita dificuldade para encontrar um transcritor, pois, não se tratava apenas de dados comuns, mas tangentes à vida de uma pessoa, ou seja, precisaria que fosse alguém com a devida capacidade e discrição no manuseio dos dados. A procura demorou um ano até encontrar uma transcritora, a qual entregou as transcrições cerca de oito meses depois, quando a análise pôde começar a ser realizada.

O trabalho de análise e sistematização dos dados coletados em pesquisa seguiu na medida do possível a sequência do discurso de Carlita, tendo em vista a preservação ao máximo do conteúdo e estruturação do seu pensamento e fala. Porém, por uma questão de organização cronológica foram trabalhados a partir dos três momentos mais marcantes da vida: infância, juventude, vida adulta.

Além desses dados, a própria Carlita disponibilizou os formulários de uma pesquisa aplicada pelo sindicato aos trabalhadores para que fossem fabulados pela pesquisadora. Tais informações foram destacadas no capítulo dois.

No primeiro capítulo foram construídas algumas análises fundamentadas em bibliografia pertinente, tendo em vistas as transformações no mundo do trabalho e os rebatimentos para o campo.

No segundo capítulo verifica-se a tentativa de aproximação e discussão do campo sobre Saúde do Trabalhador, enquanto processo ainda em construção e sua relação com o trabalho rural.

No terceiro capítulo foi possível resgatar um pouco da história de construção do movimento sindical rural a partir dos desafios postos pelo movimento da realidade e cujas contradições perpassam as relações no campo e se reproduzem continuamente.

Posteriormente, foram apresentados os prolegômenos da pesquisa, como forma de evidenciar o caminho metodológico percorrido e a contribuição trazida pela História Oral, enquanto método e técnica de pesquisa.

Finalmente, no capítulo quinto emerge o esforço de aproximação fiel da história de vida da líder sindical Carlita da Costa através da análise de seus relatos,

como forma de contribuição para dar visibilidade à luta dos trabalhadores inseridos no corte da cana-de-açúcar.

É importante destacar que esse trabalho não tem a pretensão de forma alguma de esgotamento dessas análises a partir das falas da líder, ao contrário, permanece em aberto à aproximação de outros pesquisadores, uma vez que se trata de uma trajetória complexa e envolta de diversos determinantes, os quais, sem dúvida, poderão ser analisados e aprofundados em outros momentos.

PARTE 1

CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS MARCOS DO SÉCULO XXI



CAPÍTULO 1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: UM DESAFIO PARA O CAMPO

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser “não apenas meio de vida”, mas “o primeiro carecimento da vida”, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo.

(Georg Lukács)

A realidade humana é decorrência do trabalho do homem, o qual possui a capacidade de pensar antecipadamente¹ o que pretende obter como resultado de seu trabalho.² Nesta razão, o trabalho é o organizador da vida em sociedade, enquanto elemento fundamental para a formação do homem.³ Por isso, este mesmo homem, que trabalha e que se torna humano nesse processo, é sempre um “ser que dá respostas”⁴, parte de um movimento em que transforma a natureza, a si próprio, os outros homens e suas relações entre si.⁵ Em outras palavras:

[...] o trabalho é a *mediação ineliminável* do homem com a natureza, que *objetiva* suprir as *carências humanas*, sejam elas *materiais* ou *espirituais*. No processo de apropriação da natureza, o ser começa a produzir os seus meios de vida e a si mesmo, pois ao objetivar-se pelo trabalho ele não só supri suas carências imediatas como também cria *novas carências*, que vão se complexificando ao longo da história da humanidade. Com isso são cobradas novas respostas, cada vez mais elaboradas, ao longo do processo de trabalho e da vida social. Por esta questão, o ato de *externação da vida pelo trabalho* nunca é algo acabado em si mesmo, mas um processo de constantes superações, pois o próprio processo de trabalho cobra avanços.

¹ [...] numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe a totalidade em movimento é certamente de origem teleológica, mas a sua existência real – e não importa se permaneceu isolada ou se foi inserida num contexto – é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico. (LUKÁCS, Georg. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 6).

² “Em cada posição teológica – e o trabalho é uma posição teológica – temos um momento no qual o homem que trabalha, mesmo que se trate de um homem da idade da pedra, pergunta-se se o instrumento com que lida é apropriado ou não ao fim a que se propõe.” (LUKÁCS, Georg. et. al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 13).

³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feurbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

⁴ “Se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas.” (LUKÁCS, 1978, op. cit., p. 5).

⁵ Ibid.

O homem que o executa ao dar respostas para determinada situação cria necessariamente novas perguntas, que nunca serão respondidas definitivamente. Se acreditarmos que as respostas dadas pelo homem, por meio do processo de trabalho, fossem acabadas em si mesmas, estaríamos negando a capacidade *teleológica* do homem de negar a condição dada, e pré-idealizar uma nova forma de produção e reprodução social. A constituição do homem como ser que dá respostas às suas perguntas, tendo como finalidade suprir suas carências, é condicionado por suas características corporais e a principal é a *capacidade teleológica*.⁶

De toda forma, qualquer ato em sociedade é resultado de uma determinação entre alternativas relacionadas a posições teleológicas posteriores⁷, de forma que as decisões assumidas pelos indivíduos sociais assumem certa inflexão em decorrência das pressões exercidas pela necessidade social, que só é afirmada por meio dessas pressões. Destarte, os indivíduos sempre agem em razão de determinadas circunstâncias. Ou seja, “[...] o conteúdo do dever-ser é um comportamento do homem determinado por finalidades sociais.”⁸ Nesse processo em que é impulsionado a decidir entre determinados caminhos, o conhecimento exerce um papel importante, dado que⁹:

O conhecimento em geral distingue bastante nitidamente entre o ser – em - si, objetivamente existente, dos objetos, por um lado, e, por outro, o ser – para - nós, meramente pensando, que tais objetos adquirem no processo cognoscitivo.¹⁰

É através do trabalho que o “ser - para - nós do seu resultado se constitui em seu atributo objetivo existente de fato e através do qual o produto desempenhará, dentro das condições adequadas, seus papéis sociais. Pelo trabalho todos os movimentos, bem como os seres que o realizam, são orientados por finalidades determinadas de antemão, de modo que todo movimento é “submetido a um dever – ser.”¹¹

⁶ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 215. (grifo do autor).

⁷ [...] essas novas posições teleológicas devem entrar em ação no mesmo momento em que surge a divisão do trabalho. (LUKÁCS, Georg. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 9).

⁸ Ibid., p. 7.

⁹ Ibid. Quanto mais universais e autônomas se tornam essas ciências, tanto mais universal e perfeito torna-se por sua vez o trabalho; quanto mais elas crescem, se intensificam etc., tanto maior se torna a influência dos conhecimentos assim obtidos sobre as finalidades e os meios de efetivação do trabalho.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

Nesse sentido, o trabalho “é um ato de pôr consciente” e requer a ciência real de suas determinações, de seus elementos constitutivos e de seus escopos, pois, na medida em que suas ações se tornam mais complexas, também as contradições e os conflitos emergem, se aprofundam, e somente mediante a consciência desses fenômenos podem neles se inserir através da luta e da resistência¹², uma vez que:

O *pôr teleológico* é o momento exclusivo do trabalho, em que o homem, na sua relação objetiva com a natureza, já tem construído idealmente o que ele pretende tornar concreto. Esse momento de *pré-ideação*, com um fim direcionado, resulta num produto final, que o homem já tinha idealizado antes de tornar concreto. Claro que o processo do *pôr teleológico* sofre as influências das condições reais de existência. Ou melhor, toda maneira possível de dar vida à idealização humana depende, em primeira instância, das condições materiais estabelecida por determinada época histórica.¹³

Segundo Lukács¹⁴, o processo de constituição do ser social acontece a partir de saltos qualitativos, a partir dos quais emergem formas mais complexas, qualitativamente novas e “[...] cuja gênese não pode jamais ser simplesmente “deduzida” da forma mais simples.” Entretanto, a essência do trabalho está justamente em “[...] ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu meio ambiente”, de modo que deixa de ser um epifenômeno do processo reprodutivo natural. Nesse movimento, onde ocorre a demarcação das fronteiras entre “ser da natureza orgânica” e o ser social, a consciência assume um papel fundamental. Para o autor, a escassez material é o motor do processo de reprodução individual e social e por isso coloca em movimento o complexo do trabalho, de modo que todas as mediações acontecem do ponto de vista ontológico unicamente em razão de sua satisfação, a qual tem lugar a partir de um emaranhado de mediações. São essas mediações que transformam continuamente a natureza, os homens que trabalham sobre ela e suas relações sociais. Desta forma, essa possibilidade de “desenvolvimento superior”, realidade a partir do “homem que trabalha” só acontece, ontologicamente, a partir do próprio trabalho. Assim:

¹² LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 8.

¹³ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 215. (grifo do autor).

¹⁴ LUKÁCS, 1978, op. cit., p. 2-18.

O trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário – precisamente no plano ontológico -, converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto, posição teleológica como particularidade do ser social.¹⁵

Enquanto “sujeito que põe”¹⁶, o indivíduo social desempenha a posição teleológica conscientemente, porém, nunca é capaz de visualizar todos os determinantes de sua própria ação e muito menos todas as suas conseqüências, lembrando que existe uma dialética interna do contínuo aperfeiçoamento do trabalho. Nesse sentido:

Na medida, porém, em que esse processo de aperfeiçoamento não pode eliminar o fato de fundo, ou seja, a incognoscibilidade do conjunto das circunstâncias, esse modo do ser do trabalho - paralelamente ao seu crescimento – desperta também a sensação íntima de uma realidade transcendente, cujos poderes desconhecidos o homem tenta de algum modo utilizar em seu próprio proveito.¹⁷

Seguindo a análise lukacsiana, o trabalho é o modelo objetivamente ontológico da práxis humana. Com o processo de diferenciação social considerada de nível superior, ou seja, com a constituição das classes sociais com interesses contrários, aquela posição teleológica já mencionada passa a ser o fundamento “espiritual – estruturante” da ideologia. Por outro lado, o conhecimento acumulado e que atua no processo de intercâmbio orgânico homem – natureza pode ser desligado com maior facilidade das posições teleológicas que determinaram o seu surgimento se comparado com aquele orientado para a influência dos indivíduos e grupos sociais. Essa desconexão interna entre as posições teleológicas e os seus efeitos causais tendem a majorar com o desenvolvimento social e com a intensificação da participação social.¹⁸ Desse modo:

[...] toda a sociedade se desenvolve até níveis onde a necessidade deixa de operar de maneira mecânico - espontânea; o modo de manifestação típico da necessidade passa a ser, cada vez mais nitidamente e a de depender do caso concreto, aquele de induzir, impelir, coagir etc., os homens a tomarem determinadas decisões teleológicas, ou então de impedir que eles o façam.¹⁹

¹⁵ LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 6.

¹⁶ Ibid., p. 8.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid., p. 2-18.

¹⁹ Ibid., p. 10.

O que diferencia a finalidade de seus efeitos pode ser visualizado pela ascendência real dos elementos e convergências materiais no interior do processo de reprodução social, o que não quer dizer que esse último consiga sempre afirmar-se sem conseqüências, uma vez que o elemento subjetivo das reações a essas inflexões apresenta-se sob muitos aspectos como uma possibilidade de transformação, inclusive de modo decisivo.²⁰

Atualmente, com a experiência travada a partir do modo de produção capitalista, em escala mundial, há um agudizamento das tensões e diferenciações dos interesses postos pelas classes sociais, de modo que as relações de trabalho, próprias dessa lógica, também são reestruturadas e transformadas, de maneira a favorecer o grande capital internacional, subalternizando e alijando ainda mais aqueles que têm que vender sua força de trabalho à mercê de sua própria sobrevivência. Nesse cenário:

O trabalhador como consumidor ocupa uma posição de crescente importância para a manutenção do curso tranqüilo da produção capitalista. Todavia, permanece concretamente excluído do controle tanto da produção quanto da distribuição _ como se nada houvesse ocorrido na esfera da economia durante o último ou os dois últimos séculos. Trata-se de uma contradição que introduz complicações adicionais no sistema produtivo vigente. Baseado numa divisão socialmente estratificada de trabalho.²¹

Essa dinâmica de matiz neoliberal se responsabiliza por produzir e reproduzir o domínio capitalista e, no seu bojo, a super exploração da classe trabalhadora em todas as esferas, realizando e acirrando o que se pode denominar “trabalho estranhado”²². Além disso, é preciso lembrar que:

Durante o desenvolvimento histórico do capital _ impôs à humanidade a produção da riqueza com a finalidade que a tudo observe _ o caráter real da riqueza propriamente dita desapareceu do horizonte. Foi obliterada por uma

²⁰ LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 10.

²¹ MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 55.

²² Segundo Marx, a exteriorização do trabalho consiste em que “[...] o trabalho é *externo* (*Entausserung*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito... a externalidade (*Ausserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro.”(MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 82-83, grifo do autor).

concepção reificada, associada a estruturas materiais e relações igualmente fetichizadas que determinaram o sociometabolismo geral em todas as imensões.²³

Nesse movimento, ocorre uma descaracterização do sentido e função originais da divisão do trabalho, pois, não conseguiu desvincular o homem de sua submissão à natureza, mas, ao contrário, prossegue na geração de novas restrições, dissimuladas e supérfluas²⁴, dado que:

[...] paradoxalmente, devido à “lei natural baseada na inconsciência dos participantes”, quanto mais à propriedade privada – obedecendo à lei da concorrência – estende seu poder e sua esfera, fornecendo ao homem-mercador uma grande abundância de mercadorias, tanto mais tudo se torna sujeito a um poder exterior ao homem. E para tornar a contradição ainda mais aguda, isso se aplica não só ao trabalhador, mas também ao dono da propriedade privada.²⁵

O homem é o único ser capaz de objetivar-se através do trabalho. Segundo Mézaros²⁶, essa capacidade também deveria ser manifesta enquanto “objetivação da vida genética do homem”, envolvendo dimensões especificamente humanas dado que possibilita que o homem se contemple “a si mesmo num mundo criado por ele” na realidade e não mais apenas no campo das idéias. O autor destaca que:

Se o homem é alienado dos outros homens e da natureza, então os poderes que lhe pertencem como um “ser universal” não podem, evidentemente, ser exercidos. A universalidade é abstraída do homem e transformada num poder impessoal que o confronta na forma de *dinheiro*, esse “vínculo de todos os **vínculos**”, “o **meio** universal de **separação**”, “o verdadeiro **meio de união**, a força **galvano-química** da sociedade”.²⁷

Essa é a razão pela qual a humanidade não pode realizar-se enquanto tal de forma abstraída ou avessa à natureza²⁸, pois, o divórcio da chamada “natureza

²³ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 610.

²⁴ Id. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 134-135.

²⁵ Ibid., p. 135.

²⁶ Ibid., p. 145.

²⁷ Ibid., p. 146. (grifo do autor).

²⁸ Id. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 53. “Marx compreendeu perfeitamente, já naquela altura, que uma estruturação radical do modo predominante de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva, sobretudo em virtude do modo predominante, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos. Causa, portanto, pouca surpresa o fato o diagnóstico profético de Marx ser considerado pelos atuais apologistas do sistema de controle estabelecido nada mais do que um “anacronismo paroquial”.

antropológica”, de acordo com Mézaros²⁹, buscando no mundo das idéias abstratas aquela realização é “[...] tão inumano quanto viver a própria vida em sujeição cega às necessidades naturais cruas”, razão pela qual muitas atrocidades foram levadas a cabo com base em justificativas descoladas da realidade humana.³⁰ De outra feita:

[...] a sujeição à naturalidade crua de um dado apetite é alienação, porque se opõe, mesmo que inconscientemente, ao desenvolvimento *humano*. Ela nega (prática ou teoricamente) as mudanças sociais em virtude das quais as necessidades originalmente apenas naturais são agora também *mediadas* de uma forma complexa, de modo que perderam ser caráter primitivo. Não é, de modo algum, apenas uma coincidência histórica que o século que realizou o mais alto grau de *sofisticação* em todas as esferas tenha também produzido o mais notável *culto do primitivo*, desde as teorias filosóficas e psicológicas até as práticas sociais e artísticas.³¹

O enfrentamento e superação da alienação nos processos de produção humanos só são possíveis por meio de uma prática humana autoconsciente, a qual não acontece de maneira estagnada ou causuística, mas, com possibilidade de inter-relação, passível de modificações. Mas, a alienação não é uma ação isolada e:

Nem é uma *cadeia causal mecanicista* pressupondo partes pré-fabricadas que não poderiam ser modificadas na relação – sua posição respectiva está sujeita à mudança, como a de duas bolas de bilhar depois da colisão. Do mesmo modo que a alienação não é um *ato único* (seja uma “queda” misteriosa ou um resultado mecânico), seu oposto, a superação da atividade alienada por meio da iniciativa autoconsciente, só pode ser concebida como um *processo* complexo de *interação*, que produz mudanças *estruturais* em *todas* as partes da totalidade humana.³²

²⁹ MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 157.

³⁰ Id. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.p. 615. “Nesse sentido, o avanço histórico representado pelo estágio capitalista de desenvolvimento produtivo (abarcando, apesar de tudo, apenas alguns séculos da história total da humanidade) é um *retrocesso* real se considerando em relação ao seu impacto na dialética de necessidade e produtividade, porque rompe radicalmente a relação prévia que prevaleceu como já mencionado, por milhares de anos. Remove – como deveria – não apenas as determinações *limitantes* da produção orientada para-a-necessidade, mas simultaneamente também a possibilidade de *controlar* as tendências destrutivas que emergem da dominação total da *qualidade* pelos imperativos da expansão quantitativa ilimitada do capital. Isto explica por que a problemática da *necessidade, qualidade e uso* deve ocupar um lugar central na reorientação socialista da produção e distribuição. Na verdade, o critério orientador da necessidade, a qualidade e o uso se aplicam a todos os aspectos da produção e distribuição socialistas, da satisfação das exigências materiais elementares do sociometabolismo aos vários esforços que visam ampliar as dimensões mais mediadas da reprodução cultural”.

³¹ Id., 2006, op. cit., p. 159. (grifo do autor).

³² Ibid., p.167. (grifo do autor).

Nesta razão, a realização humana³³ não pode ser pensada como “abstração do *indivíduo real*”, ou seja, há uma vinculação entre a satisfação humana de cada pessoa e a “apropriação humana sensível” (autoconfirmação), uma vez que:

Somente o indivíduo humano real é capaz de realizar a *unidade dos opostos* (vida pública - vida privada; produção – consumo; fazer - pensar; meios – fins), sem a qual não tem sentido falar em superação da alienação. Essa unidade significa não só que a vida privada tem de adquirir a consciência prática de seu embasamento social, mas também que a vida pública tem de ser personalizada, isto é, tem de tornar-se o modo natural de existência do indivíduo real; não somente o consumo passivo deve transformar-se em consumo criativo (produtivo, enriquecedor do homem), mas também a produção deve tornar-se gozo; não só o “ter” abstrato sem sujeito deve adquirir um ser concreto, mas também o ser ou “sujeito físico” não se podem transformar num ser humano real sem “ter”, sem adquirir a “capacidade não-alienada da humanidade”; não só o pensar a partir da abstração deve tornar-se pensamento prático, relacionado diretamente com as necessidades reais – e não-imaginárias ou alienadas – do homem, mas também o “fazer” deve perder seu caráter coercitivo inconsciente e tornar-se atividade livre autoconsciente.³⁴

Por conseguinte, o trabalho é fundamental para a auto-realização e plenitude humanas, ou seja, também é “gozo”, justamente por ser uma necessidade positiva, interior, intrínseca. Em consonância, a liberdade é deveras a concretização dessa finalidade particular do ser humano, ou ainda “[...] a *auto-realização no exercício autodeterminado e externamente não-impedido dos poderes humanos.*” Destarte:

Como autodeterminação, a base desse exercício livre dos poderes humanos não é um “imperativo categórico” abstrato, que permanece *exterior* ao ser humano real, mas uma necessidade positiva efetivamente existente de trabalho *humano* auto-realizador. Assim, os meios (trabalho) e fins (necessidade) nesse *processo* de humanização transformam-se mutuamente em atividade verdadeiramente humana, feita de gozo e auto-realização, por intermédio da qual poder e finalidade, meios e fins, surgem numa unidade natural (humana).³⁵

³³ “Portanto, apenas a *auto-realização* por meio da *riqueza de produção* (e não pela *produção de riqueza* alienante e reificada), como a finalidade da atividade da atividade-vital dos indivíduos sociais, pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade auto-reprodutiva do capital e suas conseqüências destrutivas. Isto significa a produção e a realização de todas as potencialidades criativas humanas, assim como a reprodução continuada das condições intelectuais e materiais de intercâmbio social.” (MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 613).

³⁴ Id. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 169.

³⁵ Ibid., p. 170. (grifo do autor).

Contudo, no cenário marcado pela lógica de mercado, tudo passa a ser regido pelo valor de troca³⁶, valorizam-se mais o quantitativo e a produção realiza-se em função do mercado, ou seja, o que conta são as leis de mercado, e o preço determina (seleciona) a quem será distribuído, isto é, quem poderá adquirir; tudo é produzido em função do lucro, obtido através da mais-valia, do trabalho alheio apropriado pelo capital, por quem o trabalhador passa a ser visto como um anônimo, parte do capital e, portanto, intercambiável, pois vende sua força de trabalho (mercadoria), para sobreviver. O capital, por sua vez, não cessa de criar novas necessidades, inclusive à própria classe trabalhadora, já que esta, embora paga o suficiente apenas para garantir a sua reprodução enquanto tal torna-se também uma categoria de consumidores³⁷, partes já consideradas importantes para a chamada “movimentação da economia”. Isso porque:

Evidentemente, os grandes avanços produtivos são realizados pelo sistema do capital por meio da criação histórica de necessidades sociais e da transferência de condições de produção em todas as indústrias para fora dele, para o contexto geral, transcendendo as restrições originais _ pois, “a necessidade natural é suspensa” _ graças aos impactos produtivos de um círculo imensamente maior de necessidades e carências reunidas na troca geral por intermédio do mercado mundial.³⁸

Mészáros³⁹ chama a atenção para o fato de que “[...] a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca _ no interesse de auto-realização ampliada do capital _ tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início.” É então necessário produzir muito, com o menor custo, visando o maior lucro, pois o que estimula a produção não são mais sua utilidade e a sua qualidade, mas o lucro, o maior valor de troca.⁴⁰ Segundo o autor:

³⁶ “A completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca no interesse da auto-realização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início.” (MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 606).

³⁷ Ibid, p. 990-991 - “O trabalhador como consumidor ocupa uma posição de crescente importância para a manutenção do curso tranqüilo da produção capitalista... Todavia, permanece completamente excluído do controle tanto da produção como da distribuição – como se nada houvesse ocorrido na esfera da economia durante o último ou os dois últimos séculos. Trata-se de uma contradição que introduz complicações adicionais no sistema produtivo vigente, baseado numa divisão socialmente estratificada do trabalho.”

³⁸ Ibid., p. 257.

³⁹ Ibid., p. 610.

⁴⁰ GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 108-152.

Qualquer limite (Grenze) é e tem de ser uma barreira (Schranke) para ele. Caso contrário, ele deixaria de ser capital _ dinheiro que se auto-reproduz. Se tivesse percebido algum limite não como uma barreira, mas se sentisse bem dentro dessa limitação, ele teria renunciado ao valor de troca pelo valor de uso, passando à forma geral de riqueza para um modo tangível e específico desta. O capital em si cria uma mais-valia específica porque não tem como criar uma infinita; ele é o movimento constante para criar mais de uma coisa.

Para ele, a fronteira quantitativa da mais-valia é uma simples barreira natural, uma carência que ele tenta constantemente violar, além da qual procura chegar. A barreira se apresenta como um acidente a ser conquistado.⁴¹

Nesse movimento marcado pela necessidade de expansão, o capital alarga também seus mecanismos de dominação⁴², submetendo sua lógica a esse imperativo. Dessa forma, frente à dificuldade em alastrar seu domínio⁴³ para novos mercados, criam-se novas estratégias⁴⁴ como mecanismo de superação das crises, endógenas ao metabolismo do capital. Segundo Mézaros:

A inter-relação econômica dos vários ramos da indústria, como um sistema estreitamente ajustado de partes independentes, com o imperativo crescente de assegurar a continuidade da produção no sistema como um todo. (Quanto mais o sistema é submetido à tensão no que tange ao seu ciclo de reprodução, maior é o imperativo de continuidade, e todo distúrbio conduz a mais estiramento, bem como a um permanente receio de interrupção, ainda que temporária, da continuidade.) Há cada vez menos “ramos periféricos”, uma vez que as repercussões das complicações industriais são rapidamente transferidas, na forma de reações em cadeia, de um ponto qualquer do sistema a todas as suas partes. Consequentemente, não pode mais haver “indústrias sem problemas”. A idade da empresa paternalista foi irreversivelmente superada pelo domínio dos “oligopólios” e “superconglomerados”.⁴⁵

⁴¹ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 251.

⁴² Ibid., p. 250 - “A completa articulação do sistema do capital trouxe dificuldades que não podem ser enfrentadas sem substituir os freqüentes e abstratos apelos à idéia da “humanidade em comum” dos indivíduos por sua realização numa prática viável da reprodução social. No entanto, como o “macrocosmo” e os “microcosmos” do sistema – inseparáveis de seus antagonismos geradores de dominação – devem ser considerados absolutamente inquestionáveis por serem o melhor de todos os modos concebíveis de intercâmbio sociometabólico, os apologistas do capital só nos podem oferecer a pregação vazia da “humanidade comum” de indivíduos isolados contra os males dos “tribalhistas”.

⁴³ Ibid., p. 991 - “Aqui estamos diante da emergência de uma contradição fundamental: a contradição entre uma perda efetiva de controle e a forma vigente de controle, o capital, que pela sua própria natureza *somente* pode ser controle, dado que é constituído mediante uma objetivação alienada da função de controle, como um corpo reificado separado e em oposição ao próprio corpo social. Não surpreende, portanto, que nos últimos anos a idéia de *controle dos trabalhadores* tenha ganho importância em muitas partes do mundo.”

⁴⁴ Ibid., p. 250 - “A tentativa de ir além de suas possibilidades é a marca da relação do capital também com as condições elementares de reprodução sociometabólica, no intercâmbio absolutamente inevitável da humanidade com a natureza.”

⁴⁵ Ibid., p. 54.

Alcançam dimensões cada vez mais perversas os movimentos de privatização, caracterizados por sua capacidade de deslocar o indivíduo de sua realidade social, desvinculando o produto do trabalho social um produto isolado, abstraído de seu caráter social, traduzindo no aprofundamento dos processos de alienação, de abstração da realidade. Em outras palavras:

Quando tomamos em consideração a “privatização” à luz das características anteriormente enumeradas, sua natureza alienada torna-se transparente, porque a “privatização” significa abstração, (na prática) do *lado social* da atividade humana. Se, porém, a atividade social de produção é uma condição elementar para a existência *humana* do indivíduo (com suas necessidades cada vez mais complexas e socialmente determinadas), esse ato de abstração, qualquer que seja a sua forma, é necessariamente alienação, porque limita o indivíduo à sua “crua solidão”. A sociedade é a “segunda natureza” do homem, no sentido de que as necessidades naturais originais são transformadas por ela, ao mesmo tempo, integradas numa rede muito mais ampla de necessidades, que são, no conjunto, o produto do homem socialmente ativo. Portanto, abstrair-se desse aspecto do homem no *culto do eu*, em oposição ao homem social, equivale ao culto de um eu alienado supersimplificado, porque o verdadeiro eu do ser humano é necessariamente um *eu social*, cuja “natureza está fora de si mesmo”, isto é, definem-se em termos de relações interpessoais, sociais, imensamente complexas e específicas. Mesmo as *potencialidades* do indivíduo só podem ser definidas levando-se em conta relações das quais ele é apenas uma parte.⁴⁶

Segundo Paulo Netto e Braz, a incorporação intensiva de novas tecnologias obtidas através dos avanços científico-tecnológicos é elementar aos processos de reestruturação produtiva, na medida em que determina o desenvolvimento das forças produtivas pautado pela redução cada vez mais intensa da necessidade de trabalho vivo, quando o substitui predatoriamente por trabalho morto. Segundo o autor:

Muito especialmente, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligados à produção. O impacto desse desenvolvimento das forças produtivas é de tal ordem que alguns pesquisadores chegam ao ponto de mencionar uma “terceira revolução industrial” ou, ainda, uma “revolução informacional” – de fato, *a base produtiva vem se deslocando rapidamente dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos*.⁴⁷

⁴⁶ MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 160. (grifo do autor).

⁴⁷ PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 216. (grifo do autor).

Outras modificações foram sendo realizadas a partir das mudanças no padrão de acumulação, de modo que o modelo fordista⁴⁸, na medida em que não mais correspondia às necessidades de acumulação capitalista, abre espaço para o advento e consolidação de propostas firmadas em padrões de busca de qualidade total, flexibilização das relações de trabalho, polivalência e terceirização, dentre outros, amalgamado com o avanço do toyotismo. Segundo Gounet:

O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 70. Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez da linha de produção em massa, para desconhecidos, trabalha um elemento para “satisfazer” a equipe que vem depois da sua na cadeia. Em suma, o toyotismo elimina, aparentemente, o trabalho repetitivo, ultra-simplificado, desmotivante, embrutecedor. Afinal chegou a hora do enriquecimento profissional, do cliente satisfeito, do controle de qualidade.⁴⁹

Seguindo essa análise, é possível afirmar, com consonância com Paulo Neto⁵⁰, que o mercado de trabalho foi profundamente demudado na conjuntura do capitalismo contemporâneo, modificando a configuração da estruturação da força de trabalho, a qual, frente à lógica da reestruturação produtiva, fica sujeita aos movimentos de precarização das relações de trabalho, de modo que a existência de trabalhadores qualificados e polivalentes, com certa estabilidade, dizem respeito a um pequeno número de trabalhadores, enquanto o restante, ou seja, a grande parcela da classe trabalhadora é submetida aos processos de terceirização e flexibilização, quer dizer, a condições de trabalho extremamente diversas em comparação aos outros, devido à alto índice de rotatividade, baixos salários e enfraquecimento dos direitos. Essas características são expressões do capitalismo na contemporaneidade. Para o autor:

É desnecessário salientar, depois dessas considerações acerca da ofensiva do capital sobre o trabalho, que uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é a **exponenciação da “questão social”** (também esta continua sendo naturalizada, mas acrescida da *criminalização* do pauperismo e dos pobres – donde a repressão expandida, das exigências da “tolerância zero” ao crescimento das soluções carcerárias). Aquilo que parecia estar sob controle nos “anos dourados” adquire, na

⁴⁸ “O sistema de produção dominante na indústria automobilística do início dos anos 70 é o fordismo. Mas já então ele virou um símbolo da exploração capitalista: sem qualificação, o operário da linha de produção aparece como uma máquina de dar lucro para a empresa, seus acionistas e diretores.” (GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 17).

⁴⁹ Ibid., p. 33.

⁵⁰ PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 216-221.

terceira fase do estágio imperialista, magnitude extraordinária e explícita dimensões que, antes, eram mais discretas. A precarização e a “informalização” das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo) e ao final do século XX, ao cabo de vinte anos de ofensiva do capital, a massa trabalhadora não padece apenas nas periferias – também nos países centrais a lei geral da acumulação capitalista mostra o seu efeito implacável.⁵¹

Nesse ínterim, coadunam processos no âmbito da superestrutura, tais como a ideologia da globalização⁵², propagada e difundida como um verdadeiro avanço no caminho de integração do mundo em torno da lógica capitalista⁵³, tendo em vista a derrocada de barreiras econômicas ao avanço do ideário capitalista⁵⁴, embora inventem continuamente novas argileiras⁵⁵ aos cursos da força de trabalho, estabelecendo o que o autor denomina de verdadeiros “cordões sanitários em suas fronteiras”, visto que o que interessa ao capital é a sua liberdade de movimentar-se como bem quiser. Além disso:

⁵¹ PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 221. (grifo do autor).

⁵² Segundo Mézaros “[...] uma das contradições e limitações mais importantes do sistema se refere à relação entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida. Em outras palavras, apesar de todos os esforços das potências dominantes para fazer seus próprios Estados nacionais triunfarem sobre os outros, e dessa forma prevalecer como Estado do sistema do capital em si, precipitando a humanidade, no curso dessas tentativas, para as vicissitudes sangrentas das duas horrendas guerras mundiais do século XX, o Estado nacional continuou sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais. É óbvio que essa contradição tem uma magnitude tal que não se pode admitir que dure indefinidamente, qualquer que seja a retórica mentirosa incansavelmente repetida que finge resolver essa contradição por meio do discurso sobre “democracia e desenvolvimento” e seu corolário tentador: “Pense globalmente, aja localmente”. Por isso é fundamental que a questão do imperialismo seja trazida para o primeiro plano da atenção crítica.” (MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 93-94).

⁵³ Ibid., p. 332, grifo do autor - Concorda-se com Mézaros que “[...] a globalização *capitalista* tal como a vivemos decididamente *não está funcionando e não pode funcionar* para a esmagadora maioria da humanidade, mesmo que favoreça em muito as forças econômicas e políticas dominantes e com isso intensifique e acentue as contradições. Essa é a real questão a que devemos nos remeter de modo tangível mais cedo ou mais tarde.”

⁵⁴ Ibid. - “A ideologia vigente mantém seu controle sobre a consciência popular pregando com sucesso a validade eterna da ordem estabelecida. Desse ponto de vista, o sistema requer apenas pequenas mudanças marginais a serem bem acomodadas no interior da estrutura básica anistórica e eternamente adequada da reprodução societária.”

⁵⁵ Ibid., p. 87, grifo do autor - “O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue *superar* definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la.”

A existência de uma certa massa de capital sob a forma de capital dinheiro é indispensável à dinâmica do capitalismo e essa massa é remunerada através dos juros. À medida que o capitalismo se desenvolveu, um segmento de capitalistas passou a viver exclusivamente desse capital que conservaram sob forma monetária – trata-se da camada de capitalistas *rentistas*, que não se responsabilizam por investimentos produtivos. O que vem se passando no capitalismo contemporâneo é o *fabuloso* crescimento (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucros) *dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente*, mas que succiona seus ganhos (juros) da mais-valia global – trata-se, como se vê, de uma sucção *parasitária*.⁵⁶

Dessa forma, o avanço da ofensiva capitalista a partir do progresso da mundialização traz em seu bojo a ampliação de um número de maior de trabalhadores à mercê do mercado de trabalho, dele deslocados porque por ele não aceitos, criando novas categorias, subempregados, empregados em condições precarizadas, engrossando o índice exponencial das seqüelas da questão social. Para Paulo Netto e Braz:

[...] nem o anverso do “pós-fordismo” é somente a restauração de formas de exploração de homens e mulheres que o próprio capitalismo parecia ter superado. Igualmente, não resultou só na criação do mito da “sociedade de consumo” nem numa retórica segundo a qual o *cidadão consumidor* deve ser o centro da atenção das empresas – resultou ainda na *realidade* das empresas que se valem, através da publicidade, de todos os recursos possíveis para enganar e manipular os consumidores, ocultando o fato de planejarem a obsolescência das suas mercadorias.⁵⁷

O momento histórico na condição do capitalismo contemporâneo, mais do que nunca é marcado pelo aumento perverso do desemprego, inerente ao sistema desde a sua constituição enquanto modo de produção. No entanto, esses novos mecanismos e tipologias estrutura uma teia de “interrelações” e “interdeterminações” as quais impossibilitam qualquer resposta ou enfrentamento ainda que limitados ao problema do desemprego, estrutural, em contraposição ao período de expansão do *elfare State*, quando se podia falar em pleno emprego.⁵⁸

O discurso do capital é absolutamente “de cabeça para baixo” se considerar-se que a realidade é totalmente distorcida, invertida de modo a favorecer o consumo, fetichizado e permeado por relações reificadas. Mas, o capital, ao contrário do que pretende representar aqueles que acreditam na sua mística

⁵⁶ PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 231. (grifo do autor).

⁵⁷ *Ibid.*, p. 237. (grifo do autor).

⁵⁸ MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 141-154.

“autojustificadora” como um “sistema *natural e eterno*”, é na verdade um “[...] modo de reprodução sociometabólica *historicamente limitado e que confina o tempo*⁵⁹ *de forma única.*”⁶⁰ Por essas e outras razões, para Mészáros:

O desafio e o fardo do tempo histórico não poderiam ser maiores do que nas circunstâncias atuais. Pois, os próprios riscos não poderiam ser maiores, no sentido de que o modo estabelecido de reprodução sociometabólica – cujas determinações estruturais fundamentais impedem que funcione de outra maneira – agora ameaça diretamente a sobrevivência da humanidade.⁶¹

Nesse sentido, ainda segundo Mészáros, o desafio e o fardo do tempo histórico não podem ser desvinculados da consciência indispensável da “humanidade ameaçada”, sobretudo quando se considera os danos e conseqüências desastrosas de uma derrota na empreitada de barrar as atuais disposições avassaladoras de uma forma de desenvolvimento que avança em seu domínio, inclusive na esfera militar, bem como no que se refere à produção econômica e ao intercâmbio humano com a natureza. O fardo diz respeito às questões que surgem do desafio histórico passível de identificação, com ênfase à “inegável urgência do tempo” para a ação de correção que se faz necessária, bem como à responsabilidade de cada um para que se possa chegar a uma resposta positiva.⁶²

Outra questão que não pode ser negligenciada é a formação do Estado burocrático moderno⁶³, que, na prática, acaba por ser instrumento nas mãos

⁵⁹ MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 52-53 - “Entretanto, o tempo livre da humanidade não é uma noção especulativa, mas uma potencialidade muito real e, por sua própria natureza, inexaurível. Existe como o *tempo disponível* virtualmente ilimitado – porque generosamente renovável e ampliável – dos indivíduos sociais, capaz de ser colocado em uso criativo por eles como indivíduos auto-realizadores, contanto que os propósitos significativos a que suas ações servem emergem de suas próprias deliberações autônomas. Essa é a única maneira de transformar os potenciais emancipatórios da humanidade na realidade libertadora da vida cotidiana.”

⁶⁰ *Ibid.*, p.333.

⁶¹ *Ibid.*, p.376

⁶² *Ibid.*, p.377.

⁶³ “É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.**” (PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 227. grifo do autor).

capitalistas e do “formalismo jurídico”, com seu legalismo mecanicista, sem vínculos com as classes humanas⁶⁴, porém sujeito ao cálculo e à previsão.

Mészáros ressalta que a crise da política na sociedade contemporânea não pode ser entendida fora da relação com a estrutura social mais ampla na qual se insere a política. Disso se depreende que é impossível analisar a crise política, real e persistente no mundo de hoje, sem antes fazer a leitura da crise do próprio sistema capitalista, dado que esta crise, em marcha desde a década de 1970, é, segundo o autor, uma “crise estrutural onabrangente”⁶⁵.

Dada à crise estrutural do capital em nosso tempo, seria um milagre absoluto se ela não se manifestasse – e, com efeito, em um sentido profundo e de longo alcance – no domínio da política. Pois a política, ao lado da estrutura jurídica correspondente, ocupa uma posição de importância vital no sistema do capital. Isso se deve ao fato de que o Estado moderno é a estrutura política de comando totalizante do capital, necessária (enquanto a ordem reprodutiva ora estabelecida sobreviver) para introduzir algum tipo de coesão (ou uma unidade que funcione de forma efetiva) – ainda que seja uma coesão extremamente problemática e periodicamente rompida – na multiplicidade dos componentes centrífugos (os “microcosmos” produtivos e distributivos) do sistema do capital.⁶⁶

A aparência de normalidade e controle da crise sob o domínio do capital tem relação direta com o imperativo de produção de uma nova harmonia no âmbito da sociedade coerente com a nova relação de forças substantivamente modificada ou em vias de transformação. Por essa razão, as inclinações monopolistas não poderiam ser meramente deixadas a mercê da própria sorte sem antes trazer conseqüências ampliadas, mas, antes, precisam ser incluídas em uma estruturação harmonizada pela política, enquanto “estrutura de comando totalizante de capital”, o que deve ocorrer ainda que as ações de regulação sejam demonstrativamente uma espécie de “racionalização” ou “justificativa ideológica” dessa relação e que será amenizada sempre em benefício do patrimônio monopolista.

⁶⁴ “Portanto, a política – que nada é se não for à aplicação consciente de medidas estratégicas capazes de afetar profundamente o desenvolvimento social como um todo – é transformada em mero instrumento de grosseira manipulação completamente desprovido de qualquer plano global e de uma finalidade própria. A política fica condenada a seguir um padrão de movimento reativo tardio e de curto prazo, em resposta às crises desconcertantes que necessariamente irrompem, numa freqüência crescente, na base econômico-social da produção auto-saturante de “*commodities*” e da acumulação do capital que se auto-invalida.” (MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 1001).

⁶⁵ Id. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 357.

⁶⁶ Ibid., p. 358.

Em países como o Brasil, por exemplo, considerados como nações em desenvolvimento, podem ser entrevistas outras mediações, as quais se singularizam no cotidiano dos trabalhadores.

As especificidades brasileiras, dizem respeito, sobretudo, a uma curta história democrática, marcada pelo ranço de heranças tradicionalistas e conservadoras, as quais assumem o novo a partir do velho, recolocados em outros patamares, mais intrincados. Isso significa que os traços históricos do Brasil, desde o período colonial, marcados pela preponderância da produção primária para exportação, a manutenção de marcas do pacto colonial, bem como uma estruturação de classes, caracterizada pela incapacidade da burguesia nacional, tanto em se posicionar frente às oligarquias nacionais como de levar a cabo suas propostas, já que sempre dependente do mercado internacional e com um processo de industrialização tardo, tiveram um papel predominante e articulado no que já foi denominado “modernização conservadora”, o que se reproduz nas relações do campo de forma ainda mais aviltante.⁶⁷ Assim:

[...] o Estado, ao sintetizar no seu interior as contradições capital-capital e capital-trabalho, aponta alternativas concretas através da “modernização conservadora” da agricultura para o setor sucroalcooleiro. Na prática, oferece as condições materiais para a rentabilidade do capital assegurando orientação clara no sentido de subsumir toda a terra disponível, inclusive o latifúndio, conservando, pois, o poder político-econômico da burguesia agrária, agora no comando das atividades agrícolas e fabris sucroalcooleiras.⁶⁸

A interação dessas peculiaridades endógenas traz à tona certas inflexões quanto ao modo de estruturação socioeconômica e política presentes no Brasil. Aqui o moderno se mistura com o arcaico, reconfigurado e complexificado, num movimento de “continuidade e ruptura”, e onde os movimentos que se mostram mais populares e democráticos são redirecionados, de modo a impedir a participação das classes subalternas nos processos de decisão políticos. Nesse contexto, o Estado age como meio de obstaculação a todas as manifestações alternativas e questionadoras da ordem vigente, como a revelação concreta das decisões tomadas “pelo alto”, a partir de uma estrutura de Estado primada como poderoso instrumento

⁶⁷ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 88.

⁶⁸ PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2001.

político⁶⁹ da dominação burguesa.⁷⁰ Esses traços endógenos da sociedade brasileira quando associados ao avanço do ideário neoliberal a partir da década de 1990 trouxeram consequências ainda mais nefastas para a classe trabalhadora:

As transformações societárias nos anos de 1990 e início do século XXI trazem em seu bojo o avanço da ofensiva neoliberal e o recuo das políticas sociais públicas acarretando diretamente no enfraquecimento dos direitos sociais. Essas transformações, somadas às transformações no mundo do trabalho, penalizam sobremaneira a classe trabalhadora.⁷¹

Essas particularidades, somadas a outras, permeiam todo o tecido social e as relações aí presentes, tanto no campo como na cidade, com refratadas diferenciações. Contudo, é possível voltar um pouco mais a atenção para o meio rural, onde estas conexões entre o novo e o arcaico se colocam e se redefinem de modo a conservar traços extremamente conservadores e antiquados das relações humanas de trabalho, em descompasso com a modernização tecnológica posta em movimento, especialmente nas últimas décadas, sobretudo, após o lançamento e afirmação do Próálcool. Segundo Thomaz Júnior:

E não é por acaso, portanto, no caso específico da cana-de-açúcar, fundamentalmente, a partir do Próálcool, e já contando com os efeitos proporcionados pelos primeiros dez anos do SNCR, que se lançaram as bases do que viria se constituir, especialmente, em São Paulo, no exemplo mais significativo da “modernização conservadora” da agricultura, redimensionada a partir do crescimento, da resistência e da ampliação do grau e nível de organização dos trabalhadores, objeto específico da reflexão neste trabalho.⁷²

No caso, por exemplo, do trabalho nas atividades ligadas à agroindústria canavieira, há uma complexa rede de interesses, articulada, de favorecimento da produção agrícola, agora também nos moldes da grande indústria, mas assentada

⁶⁹ “O papel da política na reconstituição da coesão necessária sempre foi grande no sistema do capital. É bastante simples: esse sistema não poderia se manter sem ela, pois tenderia a romper em pedaços sob a força centrífuga de suas partes componentes”. (MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 359).

⁷⁰ Ibid. Ver também: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001. E também: FIORI, José Luís et. al. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁷¹ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 39.

⁷² THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 83.

no trabalho praticamente sobre-humano de inúmeros cortadores de cana-de-açúcar, na maioria das vezes aliciados das regiões mais pobres do país, que vêm em busca do sonho de melhores condições de vida, deixando para trás laços familiares, raízes e quase sempre tendo que se submeter a condições desumanas de trabalho, isto é:

O processo que, do ponto de vista da sociedade, é de integração consiste para o migrante na desagregação dos laços de solidariedade a pessoas e grupos sociais, na perda da fidelidade a valores e ideais que resultam numa sistemática desapropriação de sua identidade.⁷³ [...] “não encontra outro lugar que se torne o seu lugar, nem outra gente que se torne sua gente. Sai de sua terra de origem e não se estabelece no lugar de destino. Vive em uma situação, mas tem o coração em outra. Isto é o que chamamos de desenraizamento.⁷⁴

Outros elementos contextuais são apontados por Sant’Ana⁷⁵, como a intensificação do êxodo rural e da disponibilidade de força de trabalho, os quais interagem para êxito do Programa do Alcool, fundado na exploração do trabalho no campo. Segundo a autora, “[...] o Proálcool viabilizou o processo de modernização do setor canavieiro sem destruir as bases latifundiárias da estrutura agrária brasileira.” A partir de então:

Nota-se, portanto, que a ordem das mudanças instituídas em nível do aumento da escala de produção, com o rearranjo dos fatores de produção, elevação da composição orgânica do capital, assim como a prática especulativa com a terra (reserva do valor), provocou uma intensificação da concentração da propriedade da terra, com a desterritorialização de pequenos produtores, colonos, posseiros e etc e a recriação de novas formas de relação de trabalho, como a intensificação do assalariamento.⁷⁶

Embora tenha ocorrido alterações das relações entre o Estado e o setor canavieiro, o histórico pacto com a classe dominante se reproduz ao longo desse lustro, de modo que o Estado permite um espaço mais isento de regulamentações bem como o aprofundamento de disputas entre os grupos e a abertura ao capital internacional. Nesse processo, ocorre a associação das empresas mais modernas

⁷³ J. C. Petrini, Ceb’s: um novo sujeito popular apud SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p. 89.

⁷⁴ Vários, Os nordestinos em São Paulo apud SADER, op. cit., p. 90.

⁷⁵ BORDONAL, Simone Albieri; COSTA, Carlita; SANT’ANA, Raquel Santos. La experiencia Del sindicato de los trabajadores rurales de Cosmópolis/SP: una historia de resistencia y organización em La defensa de los cortadores de caña de azúcar. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 11., 2009, Guayaquil. **Anales.....** Guayaquil: ALAEITS, 2009. p. 4.

⁷⁶ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 84.

do setor para o desenvolvimento dos chamados “*trading*”⁷⁷, *joint ventures*”⁷⁸, os quais, segundo a autora, “[...] caracterizam novas formas de gestão e circulação do capital com ênfase para o mercado financeiro e com o apoio do Estado.”⁷⁹ Por isso:

Não considerar o espectro diferencial em que se assenta a agroindústria sucroalcooleira nacional, tendo por base a atuação e engajamento dos atores envolvidos desde o reordenamento político-econômico do capital, passando pelas referências e regramentos instituídos pelo Estado como desfecho das mediações junto ao trabalho e, ainda as especificidades e ações políticas dos trabalhadores nas suas instâncias organizativas, é o mesmo que tecer avaliações, o homogeneizando, assim, o conteúdo heterogêneo da agroindústria sucroalcooleira no Brasil. Discuti-la para fora do movimento que lhe empresta forma e conteúdo significa atribuir-lhe validade de sentido e identidade própria, retirando-a, assim, do contexto no qual se materializa enquanto expressão diferencial de um todo diverso (sic).⁸⁰

O que se percebe na construção e desenvolvimento desse processo é que não há um compromisso com a formação de um cenário que atenda às necessidades da classe trabalhadora, ao contrário, o que se descortina é o domínio do econômico em detrimento do social, materializado na proximidade do Estado no atendimento aos interesses do capital fundiário e do capital internacional, através de processos de internacionalização e transnacionalização da economia, ainda que às custas da vida de muitos trabalhadores, uma vez que:

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves conseqüências da deterioração da taxa de lucro. De fato, a classe

⁷⁷ *Trading* é um grande grupo empresarial de importação e exportação – “Com o objetivo de desenvolver e incentivar a atividade exportadora brasileira, o Governo, por meio do Decreto-Lei 1.248, de 29.11.72, estendeu às operações de compra de mercadorias no mercado interno para o fim específico de exportação [...] aquisição de mercadorias no mercado interno para posterior exportação.” MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Empresa comercial exportadora / trading company**. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2507>>. Acesso em: 2010.

⁷⁸ *A Joint ventures* – “[...] investimento em empresas nascentes, em geral, financiadas inicialmente com recursos públicos [...] e, por meio de parcerias com universidades e laboratórios governamentais, atraindo investidores privados após resultados preliminares que apontem potencial comercial.” ABDAL, Alexandre; MATTOS, Paulo Todescan Lessa. **O sistema jurídico-institucional de incentivos a investimentos em inovação nos Estados Unidos**. ago. 2008. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/mo/mobitabdalmattos.pdf>>. Acesso em: 2010.

⁷⁹ BORDONAL, Simone Albieri; COSTA, Carlita; SANT’ANA, Raquel Santos. La experiencia Del sindicato de los trabajadores rurales de Cosmópolis/SP: una historia de resistencia y organización em La defensa de los cortadores de caña de azúcar. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 11., 2009, Guayaquil. **Anales.....** Guayaquil: ALAEITS, 2009. p. 4.

⁸⁰ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 54.

trabalhadora de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”.⁸¹

Para Sant’Ana⁸², o país inseriu-se no movimento de mundialização capitalista de modo subalternizado, o que acarretou compressões devido às correlações de forças internacionais, de forma que “[...] o bloco dominante disputa politicamente o quinhão que deve pertencer a cada segmento da classe.” De acordo com Thomaz Júnior, nesse jogo de disputas o que realmente está em por detrás desses processos postos em movimento são os projetos de dominação de classe:

O que está em questão é um projeto de dominação de classe. O Estado ao prover a industrialização da agricultura, beneficiando atores seletos (grandes proprietários de terras e de grandes grupos empresariais e financeiros), o fez à base de profunda exclusão social, deixando à margem a imensa maioria dos produtores rurais, responsáveis até hoje, pela produção da maioria dos produtores da cesta básica).⁸³

Na verdade, esse quadro desenhado a partir desses jogos de forças, os quais são ampliados, sobretudo em face às crises contínuas do capital, também tem possibilitado a manutenção do poder da classe dominante.

A adoção dos mecanismos desenvolvidos pelo capital, a partir da lógica da grande indústria, também pode ser considerada em face dos dados quantitativos do avanço da cultura canavieira e que são reveladores do desastre ambiental que o país, através da aliança entre o capital agroindustrial e internacional vem causando.⁸⁴ Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) traz alguns dados que confirmam tal análise:

A previsão da produção de cana-de-açúcar, para a atual safra, indica que o total dessa matéria-prima que será processada pelo setor sucroalcooleiro, deverá atingir um montante de 571,4 milhões de toneladas, correspondendo a 13,9% a mais do que os 501,5 milhões de toneladas processadas na safra passada. Ou seja, a nova colheita será aumentada com um volume adicional de cana da ordem de 69,9 milhões de toneladas.

⁸¹ MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 70.

⁸² BORDONAL, Simone Albieri; COSTA, Carlita; SANT’ANA, Raquel Santos. La experiencia Del sindicato de los trabajadores rurales de Cosmópolis/SP: una historia de resistencia y organización em La defensa de los cortadores de caña de azúcar. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 11., 2009, Guayaquil. **Anales.....** Guayaquil: ALAEITS, 2009. p. 5.

⁸³ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 82.

⁸⁴ BORDONAL; COSTA; SANT’ANA, loc cit..

A produção total de açúcar está estimada em 32,1 milhões de toneladas e representa um acréscimo em relação à safra passada de 2,6%. Para a produção de álcool os números indicam um volume de produção da ordem de 26,6 bilhões de litros, com um expressivo aumento na produção nacional de 15,7%.⁸⁵

A agroindústria canavieira constitui-se enquanto parte integrante do metabolismo social do capital⁸⁶, enquanto um ramo produtivo orientado pela lógica do capital transnacionalizado, sob o controle de grupos econômicos dominantes, constituídos em verdadeiros oligopólios.⁸⁷ Em outras palavras:

Na *mundialização do capital* há o predomínio do capital financeiro sobre o capital industrial. O capital financeiro é aquele originado das operações definidas por Marx como sendo D – D', ou seja, dinheiro produzindo dinheiro; um valor que valoriza a si mesmo sem a mediação de nenhum processo de produção. Segundo Chesnais : (1996, p. 247) “[...] o capital monetário concentrado representa a ‘forma mais alienada, mais fetichizada da relação capitalista’, a forma D – D’ (isto é, aquela em que um capital D se fecunda e gera D’, sem passar por um investimento produtivo)”. O ciclo do capital-dinheiro entrelaçado ao capital financeiro origina uma camada da burguesia¹²⁶ de caráter essencialmente rentista, no sentido econômico preciso, pois os ganhos de que desfrutam resultam de transferências a partir da esfera da produção e da troca. Esse movimento do capital financeiro é fruto das crises da década de 1970, tanto do seu sucesso quanto das suas contradições, ocasionando queda da rentabilidade do capital investido na indústria.⁸⁸

No caso brasileiro, acompanha-se o crescente apoio do Estado em favor do ramo agroindustrial, sobretudo aqueles relacionados à cultura da cana-de-açúcar, o que incide diretamente no aprofundamento das consequências no campo e para a ocorrência de verdadeiras catástrofes ambientais, além da concentração fundiária e o agudizamento das consequências da questão social, sobretudo a partir da década de 1990⁸⁹. De acordo com Pasin e Neves:

⁸⁵ CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira cana-de-açúcar**: safra 2008, terceiro levantamento. Brasília, DF: Conab, 2008. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3_levantamento2008_dez2008.pdf>. Acesso em: 2010.

⁸⁶ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

⁸⁷ BORDONAL, Simone Albieri; COSTA, Carlita; SANT'ANA, Raquel Santos. La experiencia Del sindicato de los trabajadores rurales de Cosmópolis/SP: una historia de resistencia y organización em La defensa de los cortadores de caña de azúcar. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 11., 2009, Guayaquil. **Anales.....** Guayaquil: ALAEITS, 2009. p. 5.

⁸⁸ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 253-254.

⁸⁹ BORDONAL; COSTA; SANT'ANA, loc cit..

A entrada mais forte dos agentes internacionais começou a ocorrer em setembro de 2000, com a aquisição da Usina Cresciunal pela Coimbra-Defeyfus, sendo que no período compreendido entre setembro de 2000 e setembro de 2001, ocorreram 11 transações, com participação das tradings internacionais em 7 transações (63,7% do total), mostrando que a participação do capital estrangeiro já nos mesmos níveis da média dos demais setores do que na década de 90 (61%).⁹⁰

Há, ainda, outro componente marcante, que se encontra presente nesta realidade e que são sentidas no cotidiano concreto dos trabalhadores, isto é, a questão ambiental. Sant'Ana⁹¹ denuncia o fato de que a ampliação da produção sucroalcooleira se desenvolve de modo contraditório, uma vez que a propaganda "energia limpa" é produzida deixando atrás de si o rastro da destruição do meio ambiente, atingindo matas ciliares, rios e ecossistemas⁹², o que, na verdade, é característico do desenvolvimento capitalista, o qual traz em seu bojo a destruição convivendo com o progresso e os avanços tecnológicos. Segundo Mézaros:

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar "avanço" de *destruição*, nem "progresso" de *desperdício* _ ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da população tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante.⁹³

Mézaros também destaca que há uma forte tendência a desconsiderar as conseqüências desastrosas ao meio ambiente em conseqüência da prioridade dos interesses econômicos. O autor ainda adverte que:

Analogamente, as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos necessários da

⁹⁰ PASIN, Rodrigo Maimone; NEVES, Marcos Fava. **Fusões, aquisições e internacionalização da agroindústria sucro-alcooleira**. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Pasin.pdf>>. Acesso em: 2010. p. 7.

⁹¹ BORDONAL, Simone Albieri; COSTA, Carlita; SANT'ANA, Raquel Santos. La experiencia Del sindicato de los trabajadores rurales de Cosmópolis/SP: una história de resistencia y organización em La defensa de los cortadores de caña de azúcar. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 11., 2009, Guayaquil. **Anales.....** Guayaquil: ALAEITS, 2009. p. 6.

⁹² Para Mézaros, "[...] afirmar que os custos da despoluição do nosso meio ambiente devem ser cobertos, em última análise, pela comunidade e ao mesmo tempo óbvio lugar-comum e um subterfúgio típico, ainda que os políticos que pregam sermões sobre esta questão acreditem haver descoberto a pedra filosofal. Obviamente é sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo. Mas, o fato de sempre arcar com os custos não implica de modo algum que sempre o possa fazer. Certamente, dado o modo predominante de controle social alienado, podemos estar certos de que a comunidade não será capaz de arcar com tais custos." (MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 53).

⁹³ *Ibid.*, p. 73. (grifo do autor).

“recuperação do meio ambiente”: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos. Para não mencionar a vantagem adicional que constitui o fato de se compelir a população em geral a custear, sob o pretexto da “sobrevivência da espécie humana”, na sobrevivência de um sistema socioeconômico que se defronta agora com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de uma mudança crescente na sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários.⁹⁴

Essa maneira própria do capitalismo face à natureza e por extensão à ecologia não é surpreendente. O próprio Marx já antevia essa forma violenta e autoritária do sistema na busca incansável de domínio da natureza, dominação essa traduzida como subjugação da natureza à avidez capitalista. Aliás, para Mézaros se isso não acontecesse, a humanidade estaria de frente a um milagre, pois, essa manipulação ecológica em prol do que chama “moderno Estado industrial”, parafraseando Galbraith, não é sinônimo de que seja possível não atentar para ela, pois, trata-se de uma questão real, independente de sua utilização atualmente⁹⁵.

As contradições impostas com o avanço do agronegócio no país se chocam também com a efetivação dos direitos humanos, e que trazem conseqüências diretas para o campo das políticas sociais, como é o caso da previdência social. O próprio Sindicato de Cosmópolis recebe constantemente denúncias relacionadas à violação dos direitos dos trabalhadores do campo, além de prestar acessória no que se refere ao processo de acesso às Políticas da Previdenciária Social, já que esses trabalhadores não usufruem da riqueza por eles gerada, mas, ao contrário, tem que se submeter à crescente precarização das relações de trabalho, o que os conduz muitas vezes a processos de adoecimento, uma das razões pelas quais se fortalece a preferência por trabalhadores segurados da Previdência Social, a qual poderá oferecer cobertura em casos de doença, morte e invalidez⁹⁶:

A precarização do trabalho traz uma condição de vida também precarizada e, os trabalhadores rurais assalariados se constituem como um dos segmentos mais vitimados pelo capital neste ramo de atividade. As estatísticas populacionais brasileiras que apontam para a vitimização dos jovens via de regra não computam estes da área rural que estão perdendo

⁹⁴ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 987-988.

⁹⁵ Ibid., p. 988.

⁹⁶ BORDONAL, Simone Albieri; COSTA, Carlita; SANT'ANA, Raquel Santos. La experiencia Del sindicato de los trabajadores rurales de Cosmópolis/SP: una história de resistência y organización em La defensa de los cortadores de caña de azúcar. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 11., 2009, Guayaquil. **Anales.....** Guayaquil: ALAEITS, 2009. p. 7.

sua condição para o trabalho e que chegam a os 30 anos de idade com graves seqüelas na saúde, muitas vezes, sem condições para continuar trabalhando e sem amparo previdenciário; a destruição da juventude que se constitui como força de trabalho para a atividade canavieira é legalizada e camuflada com discurso de modernidade, porém é mais uma violação dos direitos humanos impingido pelo capital.⁹⁷

Sem dúvida, o trabalho no corte da cana pode ser considerado como sendo uma das atividades menos remuneradas, na razão inversa de sua exploração exorbitante, uma vez que esses trabalhadores quase sempre têm que se submeter a pesadas jornadas de trabalho (este medido e pago pela produção por tonelada, vivendo em lugares, cujas condições de habitabilidade e segurança são precárias na quase totalidade, sem estabilidade de emprego, já que são contratados como safristas, volantes, e não raro se submetendo a situações de trabalho escravo), ou seja, as forças que tentam fragmentar a luta dos trabalhadores são diversas e estão sempre em movimento e, por isso, a afirmação desta perspectiva de que a existência de sindicatos como o de Cosmópolis se coloca como estruturas possíveis de contraposição ao metabolismo do capital. Ou seja:

[...] rompem-se todas as amarras que prendiam os trabalhadores aos padrões das velhas formas de produzir: colonato, morada, parceria etc. Em seu lugar, surge o trabalhador que não pertence a nenhum padrão específico, pois pertence ao conjunto deles, à classe dos capitalistas.

[...]

O trabalho por safra ou por tarefa encobre a relação de um trabalho permanente. É mais um elemento para a não-garantia da estabilidade do emprego. Os proprietários lançam mão deste instrumento para não assumir, na entressafra, todos os trabalhadores contratados para a safra.⁹⁸

Em outras palavras, essa é a face amarga, perversa e desumana a que se tentam acobertar e disfarçar os projetos de agricultura industrial. No entanto, estas estratégias, próprias desse processo de exploração subjacente ao circuito de proletarianização, tem como arcabouço constitutivo o adensamento da violência nos contornos das estruturas de trabalho no campo, a privação experimentada tanto no tempo da produção como no da reprodução, além das pressões político-ideológicas e da dominação presente dentro e fora do espaço de trabalho. De acordo com Yamamoto:

⁹⁷ BORDONAL, Simone Albieri; COSTA, Carlita; SANT'ANA, Raquel Santos. La experiencia Del sindicato de los trabajadores rurales de Cosmópolis/SP: una historia de resistencia y organización en La defensa de los cortadores de caña de azúcar. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 11., 2009, Guayaquil. **Anales.....** Guayaquil: ALAEITS, 2009. p. 6.

⁹⁸ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 84, 86.

O paradoxo do desenvolvimento desigual nesse ramo de produção pode ser assim sintetizado: um dos setores de peso da produção capitalista agroindustrial, fartamente acobertado por subsídios públicos na sustentação da taxa média de lucro dos empreendimentos, recria um padrão de consumo da força de trabalho fundado na desmedida extensão da jornada e em mecanismos favorecedores de intensificação do trabalho, acompanhados da precária observância dos direitos trabalhistas e sociais reguladores das relações de trabalho.⁹⁹

Na verdade, o capital estendeu os seus tentáculos também no campo, onde se fazem presentes formas de produção conectadas aos moldes industriais, mescladas com velhos mecanismos de exploração. Esse traço peculiar ao modo de produção fundado na exploração da classe trabalhadora constrói relações pautadas pela ambiguidades e discrepâncias tanto na cidade quanto no campo:

O mundo do trabalho é compreendido como o palco central da produção e da reprodução da vida material e, conseqüentemente, o espaço – seja no campo, na fábrica ou no setor de serviços – de intensa exploração dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho. As relações precarizadas de trabalho tomaram proporções alarmantes no capitalismo contemporâneo, simultaneamente, o *estranhamento* intensificou-se no conjunto da vida social.¹⁰⁰

O discurso que se diz avançado para o momento, no Brasil, diz respeito à produção de biocombustíveis¹⁰¹, como alternativa aos combustíveis fósseis. Em torno disso, se constrói e se articulam formas ideológicas em prol de projetos como o Proálcool, com a super ampliação da extensão do plantio da cana-de-açúcar, em detrimento dos outros produtos agrícolas.¹⁰² De acordo com Thomaz Júnior:

Gestado de comum acordo entre capital e Estado, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), instituído pelo decreto 76.593 de 14/11/1975, resultou o

⁹⁹ IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.p. 104.

¹⁰⁰ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 14. (grifo do autor).

¹⁰¹ Após a crise do petróleo, através do Proálcool, em processo desde 1970, o Brasil se tornou o primeiro país a investir na produção do álcool combustível em escala.

¹⁰² “Há concordância entre os especialistas em relação à afirmação de que, nas duas últimas décadas, a agroindústria açucareira e a produção mundial de açúcar têm passado por mudanças drásticas. Tal afirmação, no entanto, é vazia de sentido quando deslocada dos mecanismos e condições presentes no plano das regulações das trocas internacionais do produto, o que envolve exportação, importação, consumo, preços e custos, articulados num mesmo movimento de realização do capita [...].” Ver: THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 35.

fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. Isto é, nascido em berço esplêndido, o Proálccol selou a mediação estatal na atividade sucro-alcooleira, indexando à produção de álcool os objetivos centrais, até a reversão desse quadro, no final do anos 80.

O Programa foi lançado e estrategicamente construído com o propósito de se produzir internamente uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo, num período de ascensão dos preços internacionais do produto e de queda acentuada das cotações do açúcar.¹⁰³

Sem dúvida, quando se fala em Agroindústria ou *Agribusiness*, é possível afirmar que se trata do entrelaçamento de uma gama de relações comerciais e industriais ligadas ao complexo produtivo agrícola e pecuarista, orientadas pela lógica capitalista.

Pode-se dizer que, no seu conjunto, uma nova orquestração de interesses baseada numa intrincada articulação de entidades, comparece no cenário organizativo do capital agroindustrial como um todo, em especial quanto às relações com o mundo do trabalho, em substituição às formas tradicionais (cooperativas). Assim, a industrialização da agricultura mina o ruralismo como ideologia, ou seja, deixa de representar os anseios expansionistas e os projetos de dominação do capital nesse setor da economia.¹⁰⁴

É fato que o processo de mecanização e modernização no campo afetou profundamente os pequenos produtores, sobretudo os que estavam ligados à agricultura de subsistência ou em pequenas propriedades familiares, os quais alijados dos avanços técnicos e operacionais, bem como de subsídios governamentais, foram levados a deixar o campo em busca de outras formas de sobrevivência. Ou seja, frente a uma política voltada para o Agronegócio, que traz em seu bojo o antigo engodo de que agora “o país pode dar certo”, à custa da expulsão de inúmeros trabalhadores do campo, legitima a dominação e a superexploração dos grandes proprietários e fragiliza a condição dos que dependem da terra e do seu trabalho para viver. Esse processo acaba por se traduzir em uma maior concentração de terras sob o domínio do capital, o qual também se beneficia de estratégias com aparato jurídico inclusive, o que é denunciado por Thomaz Júnior:

Por conta da disputa por terra e por cana, várias empresas, fundamentalmente as destilarias anexas, estão assumindo parte ou totalidade do processo de produção da cana restando aos fornecedores apenas a incumbência dos tratos culturais e às vezes o plantio, sendo as mudas (variedades de cana), cedidas pelas empresas agroindustriais.

¹⁰³ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 76.

¹⁰⁴ Ibid., p. 84.

Assim, permanece apenas uma relação jurídico-contratual, por sinal é benéfica ao capital agroindustrial, porque senão se definiria pelo arrendamento / ou aquisição das terras.¹⁰⁵

Moraes Silva realizou um estudo brilhante a respeito da vida dos trabalhadores inseridos no trabalho do corte de cana. Segundo a autora esta modalidade de trabalho, caracterizada por condições de trabalho extremamente precárias, estruturadas a partir de contratos de trabalho temporários, volantes e desprovidos de qualquer mecanismo de proteção acabou por criar a figura do bóia-fria, um personagem real que assume as diversas conotações que lhe são atribuídas, não raro permeadas de mitos e preconceitos. De acordo com a autora:

[...] consideram-se os “bóias-frias” como trabalhadores desta agricultura. Não se compartilha a idéia segundo a qual, pelo fato de serem temporários, sejam sobrantes ou excluídos. Eles são incluídos. Defende-se, aqui, a idéia de que este processo produziu uma *diferenciação social* (étnico-racial) entre os expropriados, sob a rubrica do Estado que os baniu da legislação.¹⁰⁶

De acordo com Moraes Silva, a questão não está no fato de não considerá-los trabalhadores por serem bóias-frias, mas, antes, trata-se de “trabalhadores com esta condição. Em conseqüência da forma como foi elaborado o Estatuto dos Trabalhadores Rurais, o Estado acabou por institucionalizar a descaracterização de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, abstraindo-lhes essa condição e impingindo-lhes a “marca da indefinição, de uma verdadeira escória. Destarte:

Esta diferenciação coexistirá com a diferenciação social entre “os de fora”, “os do lugar” e as mulheres. Os trabalhadores de outras regiões, “os de fora”, tornam-se “imigrados” no seu próprio país. Possuem um falar próprio, hábitos culturais diferentes, muitos são negros ou pardos. Todas estas características étnicas ou culturais definidores de um modo de vida transformaram-se em atributos negativos no momento em que seus portadores depararam-se frente ao “outro”, ao “do lugar”, ao paulista.¹⁰⁷

Paralelamente a esse arcabouço de despossessão, desenraizamento sociocultural, fruto dos mecanismos de expropriação, foram estruturadas

¹⁰⁵ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana:** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 75-76.

¹⁰⁶ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 72.

¹⁰⁷ Ibid.

representações¹⁰⁸ pejorativas no bojo dessas relações sociais, ao passo que as legislações subsumiram esses trabalhadores a uma “massa isomorfa, excluída” e integrou os “diferentes”, abstraindo por conseguinte suas próprias identidades.¹⁰⁹

Dessa feita:

Perante as outras classes da sociedade, o “bóia-fria” percebe-se e é percebido enquanto negado. Diante dele, o trabalhador migrante torna-se imigrado, de fora, o outro, o negado. Essas representações de classe e raciais aliadas àquelas de gênero, as quais serão analisadas durante este estudo, contribuem para a construção da realidade de dominação-exploração. Cria-se, portanto, um campo social como um espaço multidimensional de posições. Em outros termos, poder-se-ia dizer que este espaço multidimensional é constituído pelas organizações sociais de classe, etnia e gênero, formando um nó. Este campo social é marcado por conflitos e contradições, os quais se apresentam de maneira simbiotizada na vida cotidiana.¹¹⁰

No cenário brasileiro, o ideário democrata no que se refere à raça encobre e tenta disfarçar essa diversidade, de modo que o mesmo movimento responsável pela criação da figura do volante, ou seja, do indiferente, reproduziu” através da agregação das várias regionalidades do país, “os diferentes”.¹¹¹ Segundo Moraes Silva:

Se o nexos entre eles é histórico, social, não há como negar as diferenças étnicas existentes no plano concreto. Nos discursos ideológico e jurídico, tais diferenças são veladas. A história da discriminação é negada. É preciso deixar claro que a segmentação étnico-racial do trabalho não foi gerada por este processo. Na verdade, ela existe no Brasil desde a chegada das primeiras levas de imigrantes europeus, na segunda metade do século XIX. A composição do mercado de trabalho das lavouras cafeeiras pautou-se pela segmentação entre imigrantes brancos e negros escravos, até a abolição e, mais tarde, pelos colonos brancos, sobretudo italianos, e os trabalhadores nacionais, categoria ampla que escondia as diferenças étnicas, já que era composta de negros libertos, mestiços, mulatos vindo do Nordeste brasileiro. O código das nacionalidades (estrangeiros e nacionais) era, pois, um instrumento mascarador destas diferenças e da superexploração que recaía sobre os nacionais, já que as piores tarefas, sobretudo aquelas referentes à abertura de novos cafezais, eram-lhes reservadas, sem contar os camaradas, trabalhadores avulsos que não possuíam nenhum contrato de trabalho.¹¹²

Não obstante essa diferenciação social entre trabalhadores posta em marcha por formatações violentas e violadoras há um aprofundamento de processos de desenraizamento sociocultural, responsável pela constituição de

¹⁰⁸ “Emprega-se o termo representação com o objetivo de mediar às relações sociais carregadas de significados”. (Saffioti & Almeida, 1995 apud SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 72).

¹⁰⁹ SILVA, 1999, op. cit., p. 72.

¹¹⁰ Ibid., p. 135.

¹¹¹ Ibid., p.77.

¹¹² Ibid., p.77-78.

trabalhadores não abrangidos pela lei, cujas identidades são cruelmente negadas.¹¹³ Sendo assim:

Este foi o começo do mau encontro: de um lado, um conjunto de milhares de pessoas expropriadas, sem eira nem beira e, de outro, os detentores do poder político e econômico. A exploração implantada com base nesse mau encontro exigirá a continuidade deste processo de negação e ainda mais: implantará um sistema de dominação destinado à formatação definitiva destes trabalhadores em “bóias-frias”. Só que este sistema será produzido pelas “leis” da Empresa, da Fazenda e da Usina, transformando-se em mais um dos elementos da *tragédia desta modernização*.¹¹⁴

A mobilidade da força de trabalho desse segmento de classe, de acordo com a análise de Moraes Silva, através dos diferentes processos produtivos, possibilita a reprodução do vulto do volante, do temporário, da diferenciação, da exploração e da indiferenciação desse segmento enquanto trabalhadores, produzindo, por assim dizer, uma outra espécie de mobilidade (circulação), isto é, “a do controle e da dominação”, responsável pela constituição de um tipo de trabalhador dentro dos padrões necessários à lógica de exploração capitalista, quer dizer, uma força de trabalho adequada aos moldes do sistema. Nesse ínterim, são abertos espaços a outras divisões e subdivisões entre os trabalhadores da mesma categoria _ “[...] homens, mulheres, os bons, os maus, os fixos, os volantes etc.”¹¹⁵

A estruturação do trabalho nesse espaço também apresenta algumas particularidades. O salário, por exemplo, não é pago mensalmente na forma de salário comumente conhecida, mas por empreitada, por produção¹¹⁶, o que de início gera uma espécie de aprisionamento, competição e escravidão desses

¹¹³ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p.79.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 135. (grifo da autora).

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 84.

¹¹⁶ *Ibid.*, 107-108 - “Sendo a forma predominante, o salário por peça, tem-se que o *quantum* recebido pelo trabalhador dependerá do seu próprio esforço. Além disso, a forma salário esconde a divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente, de tal sorte que o salário assume a feição de corresponder ao trabalho durante toda a jornada e não ao trabalho necessário, correspondente apenas a uma parte da jornada. A invisibilidade do trabalho excedente acaba sendo maior sob o salário por peça, que além de conter os princípios de igualdade, contém também os de justiça. Aqueles que trabalham mais recebem mais. A forma salário simboliza a troca igual dos proprietários das mercadorias, força de trabalho e dinheiro (capital), de tal modo que, ao vender sua força de trabalho, o trabalhador recebe dinheiro, portanto, ele realiza um ato de troca. A invisibilidade do trabalho excedente, ao camuflar as relações de expropriação no momento da produção, resguarda aos donos do capital-dinheiro, o direito de se apropriarem – isto no sentido jurídico que regulamenta o ato de venda-compra da força de trabalho – dos excedentes produzidos. Desse modo, a apropriação do excedente é percebida pela institucionalização de sua regulamentação mediante o direito (Giannotti, 1984, p.284ss.). No que tange ao “gato”, esta invisibilidade não ocorre, já que ele se apropria de parte do ganho dos trabalhadores, dos seus salários, logo, de parte de seu trabalho necessário, uma vez que o excedente é apropriado pelo capitalista.”

trabalhadores, esgotados em sua saúde e dignidade de vida tendo em vista a maior produtividade possível, o que irá beneficiar prioritariamente o sistema responsável pela sua subjugação.¹¹⁷ De acordo com Moraes Silva:

Estas três denominações vinculam-se à natureza do trabalho. Na realidade, elas são uma única coisa, ou seja, referem-se ao salário por peças. Trata-se de uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade.¹¹⁸

Essa modalidade de pagamento vinculado à produtividade é condicionada pela quantidade de cana cortada por cada cortador e que é medida em metros lineares, calculados a partir do valor estipulado para o metro, este definido ao final em tonelada. Isso significa que o trabalhador embora esteja realizando o corte em metros, como o valor da cana é definido em toneladas, o cálculo do que produziu é realizado a partir da conversão contínua da tonelada em metro. Esse cálculo é realizado pelas usinas, as quais detêm o controle das balanças. Segundo Alves:

O valor da tonelada é definido nos acordos trabalhistas, entre as usinas e os sindicatos. Como o valor da cana medido em metro depende de seu peso e este varia em decorrência do tipo e da variedade da cana, isso significa que um trabalhador, embora cortando mais metros do que outro poderá receber menos.¹¹⁹

Sem dúvida que nesse processo o trabalhador é reduzido a tempo de trabalho, “a trabalho abstrato” no instante em que sua força de trabalho é consumida, o que implica o “(re) conhecimento da concretude de cada um”. Isso significa que além da necessidade de criação da força de trabalho “livre”, disponível

¹¹⁷ “Essa forma de pagamento age como um elemento externo ao processo de trabalho, no sentido do aumento da produtividade do trabalho, porque atua sobre o psíquico do trabalhador. O pagamento por produção significa que, se trabalhar mais, ganhará mais, portanto, o trabalhar mais é motivado, de um lado, pela cobiça, mas, de outro, pelo efeito de demonstração de que é forte, é “macho”, porque seu corpo agüenta firme as adversidades do trabalho, e isso lhe proporciona maior salário”. (ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 35).

¹¹⁸ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 86.

¹¹⁹ ALVES, op. c it., p. 35.

para ser comprada e utilizada conforme os interesses do capital, também é imperativo a “socialização para o trabalho”, de modo que faz-se necessário a formação, a socialização, adaptação do trabalhador para boa execução de suas atividades.¹²⁰

Para que esse processo aconteça de maneira mais eficaz aparece a figura do “gato”, inserido, segundo Moraes Silva, no conjunto de representações que justificam a sua atuação e que são permeadas por estigmas, estereótipos e feições negativas, não raro criadas pelos próprios patrões, beneficiados pelos gatos, no âmbito das representações, disfarçando seus ganhos, de forma que no momento em que os determinantes histórico-sociais conduzem à necessidade de banimento do “gato” é percebido um grande espaço vago na estruturação do mercado de trabalho e mesmo do trabalho em si, dada eliminação (ainda que muitas vezes apenas formalmente) do espaço de trabalho antes ocupado pelos gatos, “substituídos” pela figura do agenciador. De acordo com Moraes Silva:

Neste momento, a negatividade do “gato” é substituída pela sua importância, por sua necessidade. Então, a extinção deveu-se à figura (do “gato”), mas o personagem vai se revestir de novas roupagens. Ou seja, o cenário é o mesmo. Os atores também. O que mudam são as roupagens, são as figuras. É o momento da metamorfose do “gato” em agenciador. A conservação do mesmo indivíduo deveu-se aos papéis desempenhados, anteriormente.¹²¹

Com travestidura do “gato” em agenciador acontece de certa forma a legitimação de seu papel, não necessariamente vinculado às características negativas que antes lhe diziam respeito. O agenciador tem, então, a função de “reconhecimento valorativo das relações sociais vigentes”, na medida em que tem o conhecimento suficiente da atividade para atuar na supervisão e controle dos demais, trabalhadores. Ou seja, mudam-se as condições, porém não os papéis e as contradições que lhe são próprias¹²²:

Conhecedor do “serviço”, podendo continuar a desempenhar a tarefa de supervisão e controle. Morador das cidades-dormitórios, conhecedor de “todo mundo”, muitas vezes, possuía a mesma origem de classe dos trabalhadores. Este é um elemento importantíssimo na dissimulação das formas de controle impostas. Portanto, um novo personagem dotado de todos os requisitos para continuar exercendo seu papel. No palco, apenas a mudança da roupa. Retiram-lhe a de “gato” e revestem-no

¹²⁰ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 109.

¹²¹ *Ibid.*, p. 119.

¹²² *Ibid.*

com a de agenciador: figura séria, responsável, seguidora da lei, contratada pela usina, fazenda, indústria e prestadora de serviços a elas. Figura que deverá arregimentar os trabalhadores levá-los ao trabalhador, socorrê-los em caso de acidentes, encaminhá-los ao escritório para fins de registro e, muitas vezes, efetuar-lhes o pagamento. Figura engendrada pela usina, situada espacial e socialmente próxima dos trabalhadores. Figura insubstituível, jamais extinta, mas, igualmente, contraditória.¹²³

Outra parte importante dessa arquitetura capitalista no campo é o escritório, traduzindo-se como o lócus de fichamento dos trabalhadores, onde são arquivadas as “fichas”. Trata-se de um espaço essencial no objetivo de organizar para o trabalho, de “talhar corpos e almas”, para a subjugação aos interesses da usina e para a socialização nos moldes do sistema de exploração que lhe dá origem e que legitima sua condição¹²⁴:

Socialização no trabalho, no corte, na colheita, na carpa, na distribuição de venenos. Socialização que significa transformar o “volante”, o andarilho, o que voa de um lugar a outro, em fixo, em trabalhador, que passa a se interessar pela empresa, que passa a ter amor ao trabalho... É neste contexto, que se entende o surgimento do escritório [...] Suas funções extrapolam o processo produtivo, perpassando o mercado de trabalho e o espaço reprodutivo. São funções que dizem respeito à integralidade do trabalhador. Se a essência do modo de produção capitalista é fragmentar o trabalhador no processo de trabalho retirando-lhe a autonomia e o controle deste processo, isto não ocorre em relação à gestão. Gerir a força de trabalho significa um (re) conhecimento integral do trabalhador.¹²⁵

Ainda de acordo com Moraes Silva, a estruturação da gestão política da força de trabalho no campo, a internalização da dominação e da disciplina é possibilitada através da “ficha de prontuário” dos trabalhadores. Isso é possível através das chamadas “listas negras”, enquanto “antídotos” extremamente “eficazes na correção das condutas” e comportamentos desse segmento de classe. Segundo Moraes Silva:

Elas são produzidas pelo escritório, mediante a centralização do controle, e distribuídas aos empreiteiros. Acompanhando as *listas*, há advertência aos empreiteiros: não levar, sob hipótese alguma, aqueles marcados para não trabalharem. O meio para a efetivação dessa ordem é a imposição do registro. Cria-se, aqui, o paradoxo, no qual a lei, os direitos existentes para os favorecerem impingem-lhes a marca da exclusão. Pelo controle do registro, eles são impedidos de trabalhar. *Esta penalidade tem a duração de três anos*. O trabalhador condenado pelos juizes do escritório (os moços), o foi em virtude de ter cometido o

¹²³ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 122.

¹²⁴ *Ibid.*, p.135.

¹²⁵ *Ibid.*, p.136.

crime máximo: ter feito “sujeira”. A “sujeira” significa ter reclamado seus direitos na Junta Trabalhista, ter liderado ou, até mesmo, participado de greves, ter feito “encrencas” no caminhão, no talhão, ter reclamado seus direitos no escritório.¹²⁶

Por outro lado, é preciso lembrar que a maior parte dos trabalhadores empregados no corte da cana é proveniente de outras regiões do país, sobretudo do Nordeste. Com frequência são submetidos a longas e demoradas viagens de suas terras natais até o local da safra, na maioria das vezes no estado de São Paulo.¹²⁷ Os transportes na maioria das vezes são clandestinos, em péssimas condições, os quais trafegam por vias secundárias como meio de fuga da fiscalização, tanto da polícia rodoviária quanto das delegacias regionais do trabalho. Comumente, são “[...] homens jovens, que têm como único objetivo ganhar dinheiro para sustentar suas famílias, que ficaram distantes.”¹²⁸

Uma vez contratados, os trabalhadores são transportados pelos empreiteiros até os talhões previamente fixados por outros administradores desse processo. Cada um no talhão que lhe foi determinado nele irá cumprir sua jornada de trabalho durante o tempo necessário ao consumo de sua força de trabalho. No fim da jornada, os trabalhadores são retransportados até as chamadas cidades-dormitórios, enquanto esfera reprodutiva. Essa rotina é repetida diariamente, formatando-se o ciclo “cidade-talhão-cidade”.

¹²⁶ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p.141-142. (grifo da autora).

¹²⁷ “Desde o período colonial até a década de 1940, a produção de açúcar para a exportação tinha o Nordeste como sua principal região produtora. Essa relevância foi alterada a partir da Segunda Guerra Mundial, quando a região Sudeste, mais especificamente São Paulo, aumentou sua capacidade produtiva de açúcar, orientada ao mercado interno urbano do Sudeste, tornando-se a principal região produtora. A produção de açúcar do Nordeste, embora menor que a produção da região Sudeste, era direcionada primordialmente à exportação, sendo esta garantida pelo Estado até o início do processo de desregulamentação da década de 1990, quando a região Nordeste deixou de ter o monopólio das exportações brasileiras de açúcar [...] Posteriormente, na década de 1970, quando as usinas, principalmente paulistas, haviam expandido sua capacidade produtiva e a economia brasileira atravessava seu período de crescimento acentuado, batizado pelos militares de milagre econômico, o CAI canavieiro viveu um momento de tensão, provocado pela possibilidade de faltar braços para que o complexo mantivesse sua expansão. Isso porque, embora o Brasil tivesse, a partir da década de 1960, imposto um processo de modernização do CAI canavieiro para atender à necessidade de crescimento das exportações, esta não avançou igualmente a todas as etapas do ciclo de produção da cana-de-açúcar.” (ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 27).

¹²⁸ Ibid.

Os talhões¹²⁹, na verdade, funcionam como um poderoso instrumento de fragmentação desse segmento de classe assim como a disposição em cidades-dormitórios, o que dificulta e obstaculiza o processo de organização desses trabalhadores, revelando-se enquanto expressão do controle e da dominação exercidos sobre esses homens e mulheres. De fato:

O conjunto dos talhões constitui a área produtiva na qual as colunas do exército de trabalhadores só podem se movimentar no interior de cada subunidade, de cada talhão. Se, na fábrica, os trabalhadores são fixados junto aos instrumentos de produção, tornando-se tão imobilizados quanto eles, esta agricultura, não há esta fixação. É preciso “mexer o corpo”, “não ficar parado”. Mas “mexer o corpo”, “não ficar parado” nos limites dos carreadores. Ai chegando, volta-se e pega-se outra rua. A imobilização da fábrica corresponde à mobilização limitada no talhão. Como seção da unidade produtiva, o talhão é o espaço da turma, do caminhão. São estes os três elementos do microcosmo da dominação... Temporalidade do contrato de trabalho, as inúmeras formas de pagamento, a categorização social dos trabalhadores (fixos, eventuais, queima-latas, os safristas), as diferentes formas de contratação.¹³⁰

Percebe-se que as relações de diferenciação no campo, mormente na cultura da cana, não podem ser apreendidas de maneira estática ou mecanicista. Seu entendimento está atrelado a uma perspectiva histórica, visto que se trata de relações construídas e historicamente determinadas, tendo em vista o atendimento aos interesses subjacentes do metabolismo do capital, o qual produz e reproduz relações sociais e econômicas balizadas pela ambigüidade e pela contradição. Para Moraes Silva:

¹²⁹ “O talhão constitui, assim, um espaço intermediário entre o momento da circulação e o da reprodução da força de trabalho, que ocorrem no mesmo espaço da cidade. Talhão e cidade formam um todo indissolúvel, em que se produzem e reproduzem a vida, o trabalho, o cotidiano, a aceitação e a recusa dos trabalhadores. Fisicamente separados, eles formam, contudo, uma unidade social permeada por contradições decorrentes das inúmeras relações de oposição. O talhão é o espaço da redução do trabalhador a tempo de trabalho, a trabalho abstrato. Para isso, os mediadores da dominação, como se viu, exercem o “olhar” constante sobre eles. Os próprios fiscais não possuem parentes na turma para poderem “olhá-la” melhor. Esse “olhar” não pode ser generalizado, a ponto de se perder no horizonte do canavial ou se confundir no meio das ruas de cafeeiros e laranjeiras. É necessário um “olhar” minucioso, controlando cada gesto, cada ritmo, cada conduta. Quando a rua de cana está fechada, o feitor instala-se no final delas, no carreador, para anotar a produção e realizar o levantamento nos Experimentos. A microscopia do “olhar” exige que o espaço seja igualmente pequeno. O talhão surge como resultado deste modo de dominação e não do controle técnico exercido em cada terreno. Ele é uma seção da fábrica na qual a locomoção dos trabalhadores só se pode fazer dentro dela. Não há comunicações entre os trabalhadores de talhões diferentes. O processo cooperativo de trabalho dá-se entre cada talhão e as demais seções da unidade produtiva, e não entre si.” (SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 152).

¹³⁰ *Ibid.*, p. 153.

Estas reflexões acerca das diferenciações existentes nos processos produtivos da cana, café e laranja conduzem a reafirmar o caráter necessariamente histórico das relações sociais, de um lado, e, de outro, a negar as interpretações que consideram lineares estas relações. A transformação do trabalhador em força de trabalho verifica-se a partir da produção de mecanismos de dominação e controle por parte do capital e de sua interiorização por parte dos trabalhadores. Não existe aí uma relação mecânica. Ao contrário, trata-se de um processo que envolve posições, resistências, construções e desconstruções, contradições das organizações sociais de classe, gênero e étnico-racial. Portanto, não existe um único sistema de dominação fabricado pelo capital e operante apenas durante o ato produtivo. No decorrer dos próximos atos, estes elementos formadores do *nó* serão analisados no contexto das relações dos diferentes agentes sociais envolvidos nos processos produtivos.¹³¹

Sob essa mesma lógica, há um movimento sempre mais intensivo de substituição da força de trabalho humano pela máquina, de forma que a mecanização no campo pode ser entendida como um

[...] desdobramento natural desse processo de produção, uma vez que concomitante à instalação das usinas ocorreu também o concerto em todas as fases produtivas entre força de trabalho, equipamentos e maquinarias, o que vem acontecendo cada vez mais por meio dos avanços tecnológicos, da biologia, física e química, dentre outros.¹³²

Essa combinação já aparece presente já na fase do plantio, a qual implica um intenso dispêndio de trabalho, pressionado a produzir no compasso dos tratores. Conforme Moraes Silva¹³³, novos equipamentos de limpeza da palha deixada após a colheita já estão sendo utilizados, permitindo cuidar do solo sem precisar recolher a palha. Nesse sentido, o momento da adubação também é realizado pelas máquinas, sendo que aquela com produtos orgânicos como a vinhaça é operada por caminhões que puxam tanques plásticos reforçados por fibras de vidro, conhecidos como “minhocões”. Os produtos químicos são aplicados por meio de aviões, o que reduz radicalmente a necessidade de utilização da força de trabalho.

A colheita, manual até o início da década de 1980, passou a ser mecanizada principalmente após os movimentos grevistas de meados da mesma década, o que mais uma vez reforça a diminuição de mão-de-obra no campo, sobretudo quando se

¹³¹ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p.104-105.

¹³² *Ibid.*, p.. 306.

¹³³ *Ibid.*, p.306-307.

considera que esse era o momento com maior necessidade da força de trabalho.¹³⁴
Portanto, é possível constatar que:

[...] o emprego de máquinas no corte não se faz de um momento para o outro, exigindo mudanças consentâneas no conjunto do processo produtivo. De acordo com Alves (1991), as primeiras máquinas introduzidas no país datam de 1960, não obstante seu emprego fosse bastante reduzido. Elas cortavam a cana, depositando-a no sentido transversal. Segundo informações da Coopersucar, estas máquinas já apresentavam rendimento superior a 7,2% em relação ao corte manual. São chamadas de “máquinas de vitrine” (Silva, 1981), porque operavam apenas no início da safra e depois eram substituídas pelos cortadores manuais. No entanto, é a partir de 1975, com o Proálcool e o crescimento da lavoura canavieira, que se inicia a produção de máquinas revolucionárias do processo técnico.¹³⁵

Alves¹³⁶ elenca três atividades sob as quais se desdobra a fase da colheita da cana-de-açúcar, quais sejam o corte, o carregamento e o transporte. Dentre essas subfases, apenas o carregamento e o transporte foram totalmente mecanizadas¹³⁷, modernizando-se com a operação de carregadeiras de cana (guinchos) e dos caminhões para o transporte. A colheita que em si consiste na retirada da cana seguida de seu preparo para o carregamento continuou sendo executada manualmente até as fronteiras da década de 1980-90. Segundo o autor, a partir da metade da década de 1970, período da grande expansão da agricultura canavieira, com a ascensão do Programa de incentivo ao álcool, ocorreu o agudizamento das tensões referentes à necessidade de mão-de-obra suficiente para responder às

¹³⁴ ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 25. “[...] a mecanização agrícola de processou fundamentalmente na etapa do preparo do solo, e o plantio propriamente dito (colocação da planta da cana no solo para sua multiplicação) permaneceu manual. Apenas as atividades de transporte das mudas, abertura dos sulcos, ou valas, fechamento e adubação passaram a ser feitas por caminhões e máquinas agrícolas. No plantio manual, ou semimecanizado, os trabalhadores, que realizam as atividades de jogar e picar a cana, estão submetidos a um elevado ritmo de trabalho, determinado pela velocidade das máquinas, que estão na frente e atrás dos trabalhadores... Portanto, a fase de plantio da cana é forte demandante de força de trabalho [...] Tal demanda só não é maior porque a ana não precisa ser plantada todo ano, tendo em vista que permite de quatro a cinco safras.”

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ Ibid., p. 25.

¹³⁷ Ibid., p. 27. “É necessário acrescentar que, para o corte de cana mecânico, é preciso baixa declividade da terra, talhões mais longos, a fim de reduzir o gasto com combustível, além de terrenos se acidentes (buracos, tocos, pedras, etc.). Desta forma, os talhões de cana destinados ao corte mecanizados e os destinados ao corte manual são diferentes, porque os destinados à máquina precisam ter baixa declividade e ausência de acidentes, condições dispensáveis nos talhões destinados ao corte manual. Logo, os trabalhadores de hoje, além de terem produtividade de trabalho maior e salários menores do que apresentavam na década de 1980, executam seu trabalho em piores terrenos, comparativamente ao que executavam antes da mecanização do corte.”

demandas de expansão, o que acabou por se traduzir no alargamento dos processos de expulsão dos camponeses envolvidos com o regime de economia familiar, configurando-se em enquanto mais uma modalidade de violência sofrida pelo trabalhador do campo¹³⁸:

Novamente foi o processo de expulsão de trabalhadores ocupados com a agricultura familiar que disponibilizou trabalhadores para o CAI canavieiro, o qual não teve de disputar trabalhadores com o setor urbano, provocando a subida de salários e a incorporação dos direitos trabalhistas a essa massa de trabalhadores. Dessa vez os trabalhadores saíram predominantemente do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha, transformado em uma região produtora de eucalipto para ser queimado nas siderúrgicas mineiras.¹³⁹

Não obstante aos processos caracterizados pela violência no que se refere às condições de vida e trabalho do homem do campo, o Complexo Agroindustrial Canavieiro (CAI) direcionou sua dinâmica para o mercado internacional, sobretudo nas décadas de 1960-70, momentos que envolveram em seus limites a crise do petróleo atingindo o mercado mundial, apoiando-se em condições desumanas de trabalho¹⁴⁰, marcado por péssimas condições de trabalho e salário, uso intensivo e extensivo da terra e da força de trabalho, agressão ao meio ambiente, e incremento

¹³⁸ “O processo de produção da cana, mesmo com a modernização, permaneceu ainda com características de produção extensiva, isto é, a produção de açúcar, para se expandir, necessitava que houvesse expansão da área plantada com cana, e a expansão da área de cana, por sua vez, acarretava a necessidade de mais terra, e esta, a necessidade de mais força de trabalho agrícola”. (ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 27).

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Segundo Moraes Silva, Quanto ao corte da cana, trata-se de uma atividade extremamente pesada e dilapidadora, uma vez que, para lograr um bom desempenho, a cana precisa ser cortada ao rés-do-chão, exigindo a total curvatura do corpo. Depois que o trabalhador abraça as canas, são necessários vários golpes de facão, seguidos dos cortes dos ponteiros que contêm pouca sacarose e que, por isso, não são levados para a moagem. Em seguida, as canas são lançadas em montes – leiras – e, novamente, o ciclo é recomeçado. Além disso, quando as canas ainda estão com folhas, estas são retiradas pela perna esquerda do trabalhador, impondo-lhe mais um movimento. Recente pesquisa revela que em 10 minutos o trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão e faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27 graus centígrados com muita fuligem no ar, e, ao final do dia, a pessoa terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto.² Este fato caracteriza o trabalho como extremamente árduo e estafante, pois exige um dispêndio de força e energia que, muitas vezes, os trabalhadores não possuem, tendo em vista o fato de serem extremamente pobres, senão doentes e subnutridos. (SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **InterfaceEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=146>. Acesso em: 2010).

das atividades voltadas para a produção sucroalcooleira. Segundo Alves¹⁴¹, o sucesso da competitividade do CAI canavieiro no Brasil vem se assentando, apesar dos altos investimentos em tecnologia, em formas tradicionais, traduzidas pela tríade: “terra barata, mão-de-obra barata e forte impacto ambiental”. Ademais, é preciso chamar a atenção para o progressivo processo de mecanização também na colheita da cana-de-açúcar, um movimento que vem se intensificando a cada ano, gerando concomitantemente um aumento significativo do desemprego para esse segmento de classe, da pobreza e do achatamento salarial sem detrimento do aumento da lucratividade na proporção da elevação da produtividade e da redução dos gastos com o trabalho vivo.

Por outro lado, o Estado, envolvido com a crise fiscal e com a política traçada pelo Consenso de Washington, não foi capaz de sustentar sua política creditícia ao longo dos anos de 1990, desembocando na abertura da desregulamentação do CAI canavieiro e de outros domínios da economia e na abertura econômica, endossada pelo ideário neoliberal. Para Alves:

Estes dois direcionamentos, abertura comercial e desregulamentação, operados ao mesmo tempo e combinados com queda dos preços internacionais do açúcar e queda da demanda interna de álcool, levaram a uma crise sem precedentes do complexo, que se prolongou ao longo de toda a década de 90 e só apresentou mudança, já no início da presente década, após 2002.¹⁴²

De acordo com o autor, essa desregulamentação e a abertura das fronteiras comerciais tiveram um papel fundamental para a nova configuração do CAI canavieiro desde os anos de 1990, o que envolveu as mais variadas estratégias concorrenciais movimentadas pelo complexo do CAI, sobretudo com o aprofundamento dos avanços científico-tecnológicos e da reestruturação das relações internas envolvendo os personagens atuantes no CAI, ou seja, envolvendo a tríade usineiros, fornecedores e trabalhadores, privatizadas em consequência da saída parcial do Estado, o que, sem dúvida, originou maior lucratividade com a diminuição dos custos, inclusive com a redução de mão-de-obra com o incremento do processo de mecanização. Assim:

¹⁴¹ ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 27.

¹⁴² Ibid., p. 27.

O CAI canavieiro atravessou, a partir de 2002, um período de grande dinamismo de seu processo de crescimento, que fez lembrar o período áureo do Proálcool (1974/1983), salvo por uma diferença essencial: ausência de subsídios diretos e exclusivos garantidos pelo Estado. O dinamismo atual é provocado pelo papel privilegiado que suas duas principais *commodities* - o açúcar e, principalmente, o álcool – desfrutam no agronegócio mundial e brasileiro.¹⁴³

Em linhas gerais, a organização do trabalho no eito dos canaviais ao longo das últimas décadas e por extensão de toda a estrutura que o envolve e que dela se beneficia, pode entendida da seguinte forma:

[...] o trabalhador cortar toda a cana de um retângulo, com 8,5 metros de largura, contendo cinco ruas de cana (linhas em que é plantada a cana, com 1,5 metros de distância entre elas), por um comprimento que varia de trabalhador para trabalhador. Esse pequeno retângulo, contido no retângulo maior, que é o talhão, é chamado de eito pelos trabalhadores. O comprimento do eito varia, pois depende do ritmo de trabalho e da resistência física de cada trabalhador. Portanto, trata-se de um retângulo de cana com área variável, porque o comprimento é verificado, ao final do dia, quando o trabalho é concluído. É o comprimento do eito que será o indicador do ganho diário de cada trabalhador. Portanto, o que este receberá pelo dia de trabalho é o comprimento do eito, medindo em metros lineares multiplicado pelo valor do metro.¹⁴⁴

Dessa feita, o processo de trabalho nos canaviais inclui as atividades ligadas ao corte, entretanto, outras fases são indispensáveis para completar o ciclo. Segundo Alves¹⁴⁵, essas outras etapas podem ser assim elencadas:

- * limpeza da cana, com a eliminação de seu pendão, descartável por não conter quantidade significativa de sacarose;
- * condução da cana até a fileira central do eito (3ª linha); e
- * disposição da cana, deitada na terceira linha, para o carregamento mecânico.

Uma vez definido o eito no qual o trabalhador deverá realizar o corte, este iniciará seu trabalho a partir da fileira central do eito, a 3ª linha, na qual será colocada a cana colhida do eito inteiro. Para conseguir cortar, o trabalhador precisa abraçar o feixe de cana, com cinco a dez canas, curvar-se e flexionar as pernas até conseguir cortar a base da cana, o que precisa ser feito “[...] bem rente ao solo,

¹⁴³ ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007. (grifo do autor).

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Ibid., p. 31.

porque é no pé da cana que se concentra a sacarose”, mas, sem afetar a raiz para não comprometer a rebrota. Após a poda de todas as canas do feixe, é cortada a ponta, a parte superior da cana, retirando as folhas verdes que serão lançadas no chão¹⁴⁶. Segundo Alves¹⁴⁷, em algumas usinas os trabalhadores são obrigados a cortar o pendão no ar; em outras, é permitido o corte no chão; em outras, também é possível o corte do pendão no chão, na fila mediana, onde os feixes de cana são amontoados, porém, quando o faz dessa forma, os trabalhadores precisam executar um movimento para separá-los, a meio metro de distância das canas acumuladas na fileira central, o que é realizado com as mãos, os pés ou o podão afim de que o carregamento seja efetuado somente com cana, sem os resíduos. Por outro lado:

Nas usinas onde se permite o corte das pontas no chão, na fileira do meio, os trabalhadores desenvolveram nova ferramenta de trabalho, que objetiva separar as pontas da cana, sem fazer o penoso movimento com os pés ou as mãos. O movimento de separação realizado com os pés é muito cansativo, porque consiste no arraste lateral dos pés, para a direita e para a esquerda, levando junto às ponteiras e a palha. O instrumento desenvolvido pelos trabalhadores é uma haste de madeira com uma ponta, semelhante a uma forquilha invertida, que possibilita a separação da ponteira com os braços, junto com o corte da ponteira; uma mão, a que empunha o facão, corta as ponteiras, e a outra, empunhando a haste, afasta-as da cana. Esse instrumento chegou a São Paulo por intermédio de imigrantes da Bahia e ainda não teve seu uso disseminado para todas as usinas do Estado de São Paulo.¹⁴⁸

Não é nada surpreendente o fato de que todo esse trabalho a mais não é sinônimo de aumento salarial, sobretudo porque a forma de pagamento é por produção, de modo que além de “atrasar o corte” é um tipo de atividade que não pode ser “pesada”, razão pela qual a maioria dos trabalhadores procura não aceitar esse tipo de atividade, exceto quando fragilizados em sua capacidade organizativa, o que, na realidade significa que elas só não são realizadas onde existem sindicatos com perfis mais combativos e atuantes.

Em média, o cortador trabalha um eito de 200 x 8,5 metros, cortando cerca de seis toneladas, o que se traduz em uma caminhada de mais de 4 mil metros, nos quais executa uma média de 20 golpes a podão, o que pode ser equiparado a mais

¹⁴⁶ ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 31.

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ Ibid.

de 66 mil golpes de podão por dia de trabalho, isso tomando por base a cana em pé¹⁴⁹, de primeiro corte, não enrolada e com densidade de dez canas a cada 30 centímetro. Portanto, além de andar e golpear a cana, o trabalhador precisa “[...] a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima”, se acrescentado o transporte dos feixes cortados até a fileira central, o que se traduz no transporte de 6 toneladas de cana com seus próprios braços em etapas de aproximadamente 15 quilos, em um percurso de cerca de 1,5 a 3 metros, vale dizer “[...] durante parte dos 4.400 metros percorridos em um dia ele não está apenas caminhando, está se abaixando, torcendo-se e ou carregando peso.”¹⁵⁰ Segundo o estudo de Alves:

Além de todo esse dispêndio de energia andando, golpeando, contorcendo-se, flexionando-se e carregando peso, o trabalhador, sob o sol, utiliza vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim ou malha, luvas de raspas de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu ou boné. Esse dispêndio de energia sol a sol, com essa vestimenta, faz os trabalhadores suarem abundantemente, perdendo sais minerais. A perda de água e sais minerais leva à desidratação e à freqüente ocorrência de câibras, que começam, em geral, pelas mãos e pelos pés, avançam pelas pernas e chegam no tórax, acometendo todo o corpo, o que os trabalhadores denominam “birola”. Essa câibra provoca fortes dores e paralisia total do trabalhador, semelhante a um ataque nervoso. Para conter as câibras, a desidratação e a “birola”, algumas usinas já levam para o campo e ministram nos trabalhadores soro fisiológico e, em alguns casos, suplementos energéticos, para reposição de sais minerais. Em outros casos, são os próprios trabalhadores que, ao chegarem à cidade, dirigem-se aos hospitais onde lhes é ministrado soro diretamente na veia.¹⁵¹

Essa lógica perversa é a responsável pela existência de inúmeras contradições. Com o avanço do ideário neoliberal a partir da década de 1990, cujos tentáculos também atingiram o campo, foi posto em marcha um movimento de intensa e extensa exploração da força de trabalho pelos diversos setores, sobretudo o sucroalcooleiro. Nesse cenário, o trabalhador, fragilizado pelas precárias

¹⁴⁹ De acordo com Alves (1991, p. 82 apud SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 307), “[...] empresas como a Dedini, baseando-se nos modelos australianos, produziram máquinas que cortam cana em pé ou cana acamada (deitada), crua ou queimada e, ainda, picam e depositam diretamente nos caminhões, substituindo as carregadeiras, ou os guinchos mecânicos. Com estas máquinas, houve um acréscimo substantivo da produtividade de trabalho, passando de 20 toneladas/hora em 1976 para 41 em 1980, e 60 em 1987.”

¹⁵⁰ ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 33-34.

¹⁵¹ Ibid.

condições de vida e com o aumento sempre maior dos índices de desemprego¹⁵² é obrigado a se submeter às demandas cada vez maiores de produtividade, de modo que a média atual é definida pelo corte de ao menos dez toneladas/dia, chegando muitas vezes à média de doze toneladas/dia¹⁵³, o que significa um crescimento médio de 100% no índice de produtividade, se considerar-se que a média inicial era de seis toneladas/dia.

Entretanto, esses trabalhadores, da forma como podem, procuram resistir e lutar pela asseguaração da legitimidade de seus direitos, ou seja, buscam encontrar caminhos de organização e fortalecimento de uma luta que se trava e que não diz respeito somente a eles, mas a toda sociedade, mormente os mais fragilizados por aqueles resquícios de patrimonialismo e concentração fundiária, tão próprios do Brasil, o qual historicamente se recusa a tratar seriamente, com justiça e equidade questões como a reforma agrária e de distribuição da riqueza socialmente gerada.

Os embates organizados por esses trabalhadores podem encontrar diversos mecanismos como amálgama de sua luta. Entre eles o sindicato¹⁵⁴, enquanto “interlocutores coletivos”, sem dúvida, emergem como o espaço legitimado, legal,

¹⁵² Moraes Silva ressalta que “[...] as melhorias técnicas foram acompanhadas da incorporação de uma nova infra-estrutura de apoio a esta mecanização: caminhões-oficina que reparam as máquinas no próprio campo, caminhões-pipa, caminhões-comboio com combustível e lubrificante, novos caminhões de transporte e novas alterações nos recebimentos da cana na usina, que pelo fato de ser picada, não pode ser lavada. Em 1980, o rendimento médio de uma colhedeira atingia 200 toneladas por dia em 10 horas de trabalho, substituindo trinta homens/dia, com produção superior a 6 toneladas/dia” (Alves, p. 82 apud SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 308).

¹⁵³ “Com relação à forma como o sistema do capital espezinha o tempo (em perfeita correspondência à desastrosa interferência nas determinações objetivas da causalidade) na vã convicção de que sempre conseguirá se safar basta que nos lembremos do legado atômico. Mesmo que se queira cultivar a idéia de que os desastres nucleares jamais acontecerão, apesar das dezenas de milhares de armas nucleares (e nada à vista para controlá-las e eliminá-las, com a remoção das causas de sua existência), nem mesmo a maior credulidade poderá minimizar o peso deste legado atômico, pois ele significa que o capital está impondo cegamente à incontáveis gerações _ que se estendem no tempo por milhares de anos _ a carga de, mais cedo ou mais tarde e com certeza absoluta, ter de lidar com forças e complicações totalmente imprevisíveis. O futuro distante da humanidade terá de ser perigosamente empenhado porque o sistema do capital deverá sempre seguir seu rumo de atuação dentro da mais estreita escala de tempo, desprezando as conseqüências, mesmo que estas apontem a destruição completa das condições elementares da reprodução sociometabólica.” (MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 256).

¹⁵⁴ Ibid., p. 56 - “Apesar das discordâncias e conflitos manifestos, o movimento sindical se ajusta às imposições delineadas pelo capital e pelo Estado que, em alguns casos, acabam gerando dissensões e rupturas. Mas, tendo em vista que nesse imbricamento as regras e normas legais mediatizadas pelo Estado são as mesmas para todo o país, há que se considerar também o conteúdo histórico da relação capital x trabalho e, para os trabalhadores, da organização e das lutas em cada porção específica do território, o que culmina num universo diferencial de singularidades, tendo por base condições particulares que medeiam tal cenário.”

mesmo que repleto de contradições¹⁵⁵, onde as forças e os anseios podem ser aglutinados, tencionados e potencializados, mormente quando se considera que¹⁵⁶:

Vive-se, atualmente, em plena fase de “globalização”, “desenvolvimento limpo”, produção de biocombustível “limpo”, o etanol, a repetição de um mesmo processo de expansão fundamentado na superexploração dos trabalhadores assalariados rurais volantes, que são mantidos escondidos, distantes dos holofotes que mostram a pujança do agronegócio brasileiro, líder na produção mundial de etanol.¹⁵⁷

Dessa forma, a luta desse segmento de classe tendo em vista a garantia de direitos, dentro de uma sociedade permeada pela sua negação das mais diversas formas, segue trazendo em seu bojo alguns exemplares de que a luta é legítima e que dela não se pode desertar. Um indicativo palpável disso foi o movimento grevista de 1986, a partir do qual o empresariado viu-se obrigado a ceder frente à reivindicação dos trabalhadores, os quais lutavam pelo pagamento em metros, o que foi parcialmente acordado, uma vez que a conversão ainda seria feita através do valor da tonelada, com definições em acordos coletivos¹⁵⁸, mas:

Apesar de todo esse procedimento constar nos acordos coletivos, desde 1986, na prática ele nunca funcionou, porque a base para seu funcionamento é a participação dos trabalhadores nas seguintes etapas: 1) escolha dos três pontos representativos da cana do talhão; 2) medição em metros da cana carregada pelo campeão; 3) fiscalização da pesagem da cana na usina; e 4) participação dos trabalhadores no cálculo de conversão da tonelada em metro e na conversão de metro para valor em dinheiro. Como os trabalhadores são remunerados por produção, aqueles que se dispõem a acompanhar aquelas quatro etapas que exigem participação dos trabalhadores, perdem, no mínimo, meio dia de trabalho, e, se não trabalham, não ganham. Além disso, aqueles que se dispõem a participar se sentem marcados pelos “gatos”, fiscais e encarregados, temendo perder seus empregos.¹⁵⁹

¹⁵⁵ Para Alves, “[...] no caso dos trabalhadores assalariados rurais, a existência de duas Federações (FETAESP e FERAESP) e de dois tipos de sindicatos, além do fim dos acordos coletivos de trabalho, podem ser fatores explicativos adicionais sobre o menor grau de organização e luta dos trabalhadores rurais.” (ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 43).

¹⁵⁶ Ver: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos bóias-frias**. 1992. 589 f. Tese (Livre docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1992.

¹⁵⁷ ALVES, op. cit., p. 49.

¹⁵⁸ Ibid., p.35-37.

¹⁵⁹ ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 96, set./dez. 2006.

Nesse momento, entra em cena, exercendo um papel de extrema importância, o Sindicato de Cosmópolis, cuja história de luta será de certa forma abordada posteriormente. O sindicato, através da participação e organização dos trabalhadores, encabeçados pela líder sindical Carlita da Costa, colaboradora dessa pesquisa, conseguiu, após movimentos grevistas, a garantia da medição por meio do sistema de “quadra fechada”. Em outras palavras, o sistema de medição por campeão¹⁶⁰, fundado na pesagem com base no valor da tonelada convertida em metros, é substituído pelo talhão fechado, isto é, um modo de medição que considera o corte de todo o talhão, uma vez que é pesada a cana cortada no talhão inteiro, partindo-se do pressuposto de que o sindicato conhece a quantidade de metros de cana em cada talhão, possibilitando que a conversão seja realizada imediatamente.

Esse modelo só é possível a partir do fornecimento pelas empresas do mapa com a metragem de todos os talhões ao sindicato. Do mesmo modo, durante o transporte não pode haver mistura da cana cortada em talhões diferentes, ou seja, cada talhão deverá ter seu transporte separado dos outros. A balança também tem que ser controlada pelo sindicato, o qual poderá fiscalizar a pesagem e a procedência da cana que está sendo pesada, de modo que o próprio sindicato realiza conversão do valor da tonelada em metro, impedindo fraudes.¹⁶¹

De acordo com o relato de Carlita, essa idéia partiu de um trabalhador, cuja identidade é desconhecida, em uma reunião dos trabalhadores em um momento grevista, tendo em vista o enfrentamento daquela situação em que os trabalhadores eram lesados na pesagem com a forma adotada até então. Segundo Alves:

A introdução do talhão fechado significou aumento de cerca de 30% na remuneração dos trabalhadores. Apenas um sindicato e uma usina no Estado de São Paulo, e talvez em todo o Brasil, pratique o sistema de talhão fechado como descrito, e caso ele fosse implantado nas demais poderia ocorrer o fim dos roubos tão fartamente denunciado pelos trabalhadores.¹⁶²

¹⁶⁰ “Em algumas usinas os trabalhadores dizem que o campeão é um caminhão fantasma, pois afirmam que nunca o viram; e, se ninguém o viu, é fantasma. No entanto, segundo as usinas, ele vai todo dia ao campo e faz as medições necessárias, sendo utilizado para converter o valor da tonelada em metro. Nenhuma das usinas assume que o valor do metro é calculado por seus departamentos agrícolas.” (ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 38).

¹⁶¹ Ibid.

¹⁶² Ibid.

Nesses termos, contexto do trabalho no campo não está isento dos rebatimentos do avanço capitalista com as roupagens contemporâneas no campo, ao contrário, o campo figura como um espaço bastante vulnerável às estratégias de dominação do capital, o qual subsume as relações no campo no escopo de sua necessidade de produção e reprodução enquanto modo de produção que suga as forças e as vidas daqueles que são os maiores ao fundo os sustentadores de suas enormes taxas de lucratividade e que para sobreviverem têm que se submeter aos seus ditames.



CAPÍTULO 2 RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E SAÚDE DO TRABALHADOR

“Vivo na beira do chapadão,
contente com minha terra,
cansado de tanta guerra,
crescido de coração.”

(Guimarães Rosa)

Conforme abordado no capítulo anterior, a realidade humana é resultado do trabalho do homem, o qual também se constitui e se transforma nesse mesmo processo. Ou seja, no intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, o trabalho criador de valor de uso e, portanto útil, enquanto mediatizador é, ao mesmo tempo, um fator essencial tanto para que essas relações se dêem (lembrando sempre que “o homem é parte da natureza”¹), como para a vida humana, uma vez que:

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc.²

Seguindo a análise lukacsiana, o trabalho é o organizador da vida em sociedade, como parte da condição humana, visto que o mundo humano em todas as suas dimensões e determinações é constituído e organizado pelo próprio homem através do trabalho, o que torna absolutamente pertinente a colocação das esferas da “produção e da reprodução da vida humana como problema central”, o que reafirma também a centralidade da própria categoria trabalho, pela qual se constroem todas as tramas e inter-relações e se manifestam as diversas determinações postas, devido à “dupla determinação de uma inseparável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base”, o que não se confunde com uma visão reducionista do papel dessas

¹ LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

² Ibid., p. 16.

relações, mas antes como as tendo como “força motriz”, “decisiva [...] do desenvolvimento social em seu conjunto”³, considerando sempre que:

Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc. existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico [...].⁴

Isso significa que todos os mecanismos e determinações que organizam e estruturam a vida social e que, por isso mesmo, envolvem a existência humana, se relacionam direta e imediatamente com as formas com que essas condições são criadas e/ou mantidas, do mesmo modo como as necessidades naturais e criadas são atendidas ou não. Segundo Marx:

Um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão constantemente ligados a um determinado modo de cooperação e a uma fase social determinada, e que tal modo de cooperação é, ele próprio, uma “força produtiva; segue-se igualmente que a soma de forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, por conseguinte, a “história da humanidade” deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas... Desde o início mostra-se, portanto, uma conexão materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, conexão esta que é tão antiga quanto os homens [...].”⁵

Percebe-se que a preocupação com o ser social traduz-se na necessidade de se desvelar e entender, em última análise, como é que o homem se faz, se estrutura e se organiza em diferentes momentos da história, no mesmo passo em que se procura encontrar os diversos elementos e mecanismos que interagem para que uma estrutura humano-social se constitua de determinada forma e não de outra, uma vez que:

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como *sua obra* e sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto é

³ LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p. 22.

⁴ Ibid., p. 16.

⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feurbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982. p. 42.

portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Conseqüentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica* (*wirkliche Gattungsgegenstandlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a atureza.⁶

Como a essência é dada pelo movimento do objeto, eternamente em construção, ao descobrir como a aparência se estrutura, se descobre que há mais coisas por detrás dela, uma essência em movimento, não estática, mas que está em construção, de acordo com o contexto, com as relações, com os conhecimentos e ações, com as próprias experiências, dado que a essência está presente na singularidade do individuo, mas também na realidade social, e por isso mesmo nunca é acabada:

Portanto, o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; *assim como a sociedade mesma produz o homem enquanto homem*, assim ela é *produzida* por meio dele. A atividade e a fruição, assim como o seu conteúdo, são também os *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social*. A essência *humana* da natureza está, em primeiro lugar, para o homem *social*; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de *elo* com o *homem*, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como *fundamento* da sua própria existência *humana*, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana.⁷

Nesse sentido, o trabalho “é um ato de pôr consciente” e que requer a ciência real de suas determinações, de seus elementos constitutivos e de seus escopos, pois, na medida em que suas ações se tornam mais complexas, também as contradições e os conflitos emergem, se aprofundam e, mediante a consciência desses fenômenos, podem neles se inserir através da luta e da resistência⁸, visto que:

[...] nas condições de vida do proletariado, estão resumidas ao seu paroxismo mais desumano todas as condições de vida da sociedade atual; uma vez que nele o homem se perdeu a si próprio, mas ao mesmo

⁶ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 106-107. (grifo do autor).

⁷ *Ibid.*, p. 106. (grifo do autor).

⁸ *Ibid.*, p. 8.

tempo [...] adquiriu a consciência teórica dessa perda [...] constrangido pela miséria inelutável já desvelada à revolta contra essa desumanidade.⁹

Com a experiência travada a partir do modo de produção capitalista, em escala mundial, há um aprofundamento das tensões e diferenciações dos interesses postos pelas classes sociais, de modo que as relações de trabalho, próprias dessa lógica, também são reestruturadas e transformadas, de maneira a favorecer o grande capital internacional, subalternizando e alijando ainda mais aqueles que têm que vender sua força de trabalho à mercê de sua própria sobrevivência, num cenário onde o próprio desemprego passa a ser um elemento estratégico de controle da classe trabalhadora, sendo inerente à lógica capitalista, sobretudo nas últimas décadas. Disso se conclui o que afirma Mézaros:

Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante. Nessa nova configuração, o sistema capitalista é construído por uma rede fechada de inter-relações e de interdeterminações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em que políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade do pleno emprego em uma sociedade livre.¹⁰

Ou seja, como sempre, o capital não tem a menor preocupação com a situação de vida, com a saúde ou com a miséria da classe trabalhadora, desde que esta continue garantindo o processo reprodutivo do capital em proporções cada vez maiores:

A experiência mostra geralmente ao capitalista que existe uma população excedente em relação às necessidades momentâneas do capital de expandir o valor. Essa superpopulação, entretanto, se compõe de gerações humanas atrofiadas, de vida curta, revezando-se rapidamente, por assim dizer, prematuramente colhidas. (310). O capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las.¹¹

Essa dinâmica de matiz neoliberal se responsabiliza por produzir e reproduzir o domínio capitalista e, no seu bojo, a superexploração da classe trabalhadora em

⁹ MARX, Karl. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 36. Embora esta seja uma obra inicial do autor, contendo vários aspectos que serão revistos posteriormente, sem dúvida trazem análises fundamentais, revelando outrossim a materialidade da ação dos trabalhadores, tendo em vistas as condições de existência, o que também poderá ser revisto posteriormente.

¹⁰ MÉSZAROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 31.

¹¹ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 1. p. 312.

todas as esferas, realizando e acirrando o que se pode denominar “trabalho estranhado”¹². De acordo com Iamamoto:

Para o trabalhador, o processo produtivo ocorre por meio de uma relação de estranhamento, em que tudo lhe é alheio: os materiais que elabora, os instrumentos com que trabalha e o próprio trabalho vivo, sua manifestação vital específica que foi cedida ao capital para seu uso durante a jornada de trabalho. O trabalhador, portanto, relaciona-se com sua atividade como algo alheio, submetido à supervisão e aos planos de outrem, mero meio de valorização de valores existentes materializados em condições de trabalho, que dominam o trabalho vivo. O trabalho só pertence ao indivíduo como esforço, mas como substância criadora de valor é propriedade do capital.¹³

Nesse contexto, tudo passa a ser regido pelo valor de troca, valoriza-se mais o quantitativo, e a produção realiza-se em função do mercado, ou seja, o que conta são as leis de mercado, e o preço determina (seleciona) a quem será distribuído, isto é, quem poderá adquirir; tudo é produzido em função do lucro, obtido através da mais-valia, do trabalho alheio apropriado pelo capital, por quem o trabalhador passa a ser visto como um anônimo, parte do capital e, portanto, intercambiável, pois vende sua força de trabalho (mercadoria), para sobreviver. É então necessário produzir muito, com o menor custo, visando o maior lucro, pois o que estimula a produção não são mais sua utilidade e o qualitativo, mas o lucro, o maior valor de troca, nem que isso custe a vida e a usurpação da alma dos trabalhadores.¹⁴ Nesse caso:

O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é determinado pelo valor da quantidade diária de mercadorias indispensável para que o portador da força de trabalho, o ser humano, possa continuar vivendo, ou seja, pelos meios de subsistência fisicamente imprescindíveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, baixa também seu valor, e ela só pode vegetar e atrofiar-se. Mas o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para que seja fornecida de acordo com sua qualidade normal.¹⁵

¹² MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 79-90. (grifo do autor). Segundo Marx (p. 82-3), a exteriorização do trabalho consiste em que “[...] o trabalho é *externo (Entausserung)* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito... a externalidade (*Ausserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro.”

¹³ IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 77.

¹⁴ GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 108-152; BORDONAL, Simone Albieri; SANT’ANA, Raquel Santos. Capitalismo e realidade social. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. **Anais....** Marília, Ed. Unesp, 2008.

¹⁵ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 1. p. 203.

Esse fenômeno também causa na estrutura psíquica dos homens uma distanciação de toda sensibilidade, tanto em relação à natureza como com as outras pessoas, além da própria relação com o que produziu, subjugando sua individualidade criativa, massificando. Assim:

O desenvolvimento do processo de trabalho, do campo de atividades, tem porém outras conseqüências, dessa feita indiretas: antes de mais nada, o surgimento e a explicitação da personalidade humana... Hoje, o desenvolvimento das capacidades, que vão se diferenciando cada vez mais nitidamente, aparece inclusive como um obstáculo para o devir da personalidade, como um veículo para a alienação da personalidade humana.¹⁶

A solidariedade, apropriada pelo setor privado tendo em vista também suas estratégias de marketing político, subsumida em uma visão individualista, reificada, fica não raro reduzida ao setor privado, fazendo com que os indivíduos aceitem “[...] o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e o qualitativo”, tornando-os passivos diante de tudo isso, onde só as coisas circulam, movimentam-se. O conjunto da existência humana é traduzido em “coisa”¹⁷, uma vez que:

Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como sua própria propriedade. Elas não mais são os pressupostos auto-evidentes e socialmente salvaguardados de seu ser, nem os pressupostos naturais do seu eu como constitutivos da “extensão externa do seu corpo”. Ao contrário, elas agora pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com as suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano aos status desumanizados de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos sujeitos produtivos é destruído por meio de fragmentação por meio da desagregação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalistas. Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como consumidores manipulados de mercadorias na verdade, eles se tornam tanto mais sinicamente manipulados _ como fictícios “consumidores soberanos” quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização.¹⁸

Em meio a essa lógica baseada na exploração e na dominação de uma classe pela outra, todos os sacrifícios possíveis recaem sobre o trabalhador, o qual é sempre fonte de dispêndio de força humana a ser utilizada extensiva e intensamente

¹⁶ MARX, Karl. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4), p. 15.

¹⁷ GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 108-152.

¹⁸ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 611.

em vista de maior lucratividade e menores custos ao capital, de forma que mesmo os avanços da ciência são manuseados não para tornar o trabalho menos penoso para o trabalhador, mas, antes para torná-lo vulnerável, sujeitá-lo ainda mais ao sistema que o maltrata e o subjuga. Por isso:

[...] todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho, transformado em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a este se incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital.¹⁹

Esse jogo do mercado, com seus vértices consumista e desumano, é responsável por inúmeras desigualdades, especialmente em uma realidade de caráter financista, com a primazia do mercado financeiro. Contudo, conforme Marx, no chão da indústria é que se podem encontrar suas raízes, cujos tentáculos se prolongam para todas as esferas da vida. É no momento da produção que a exploração atinge de forma escancarada seus limites, sugando as forças do trabalhador ao máximo, ou seja, de forma intensiva e extensiva, contudo pagando como remuneração apenas o necessário à sua reprodução, manifestado na forma de salário, a qual também dissimula outros processos, invisíveis se analisados apenas em sua aparência. De acordo com Marx:

A forma salário apaga, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago... Compreende-se, assim, a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Nessa forma aparente, que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões de liberdade, todos os embustes apologéticos da economia vulgar.²⁰

Nos dias atuais, esse modelo de produção alicerçado na super-exploração impetra outras configurações, mais complexas, todavia, mantendo princípios e

¹⁹ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. v. 2. p. 749.

²⁰ Ibid., p. 619.

características existentes desde o seu surgimento, manifestadas na exploração do trabalhador, o que traz em seu bojo as diferenças de classes, cujos interesses são antagônicos, contrariamente ao que muitas correntes querem fazer crer quando defendem a harmonia e a solidariedade entre as classes.

Destarte, essa complexidade referida se objetiva nas novas roupagens assumidas pelo Capital contemporâneo e que podem ser demonstradas nas recentes mudanças na divisão sócio-técnica do trabalho no mundo.²¹

Com a reestruturação produtiva, o grau de exploração atinge dimensões maiores, paralelas às tentativas de amenização de suas conseqüências, sob o discurso da flexibilização das relações de trabalho, colocando-a como algo imprescindível e benéfico a todos. Dito de outra forma, os direitos conquistados, através de um longo processo de lutas e embates entre capital e trabalho, estão sendo submetidos a um movimento de descaracterização e descrédito, como se fossem a causa dos impasses presentes na economia, devido ao papel do Estado, o qual, portanto, deveria se restringir apenas a mediador (sempre pronto a socorrer o capital em tempos de crise, mas promovendo políticas sociais focalizadas e fragmentadas direcionadas aos trabalhadores), deixando o resto a cargo do mercado, que se encarregaria de regular naturalmente as balanças sociais. Contudo, o processo histórico tem se encarregado de mostrar que o modo de produção fundado na exploração de uma classe pela outra não é capaz de oferecer respostas ao desafio do tempo presente, traduzindo-se, nas palavras de Mészáros num verdadeiro retrocesso no que diz respeito sobretudo a suas conseqüências devastadoras, ao criar novas necessidades independentemente de sua real utilidade, às custas do homem e da natureza:

Nesse sentido, o avanço histórico representado pelo estágio capitalista de desenvolvimento produtivo (abarcando, apesar de tudo, apenas alguns séculos da história total da humanidade) é um retrocesso real se considerado em relação ao seu impacto na dialética de necessidade e produtividade, porque rompe radicalmente a relação prévia que prevaleceu como já mencionado, por milhares de anos. Remove _ como deveria _ não apenas as determinações limitantes da produção orientada para - a - necessidade, mas, simultaneamente também a possibilidade de *controlar* as tendências destrutivas que emergem da dominação total da *qualidade* pelos

²¹ Segundo Antunes “[...] há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora” (ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997. p. 41-42. grifo do autor).

imperativos da expansão quantitativa ilimitada do capital. Isto explica por que a problemática da *necessidade, qualidade e uso* deve ocupar um lugar central na reorientação socialista da produção e distribuição. Na verdade, o critério orientador da necessidade, a qualidade e o uso se aplica a todos os aspectos da produção e distribuição socialista, da satisfação das exigências materiais elementares do sociometabolismo aos vários esforços que visam ampliar as dimensões mais mediadas da reprodução cultural.²²

Por outro lado, a própria organização do tempo fica submetida à lógica do capital, o qual adentra por todas as esferas da vida social, usurpando tempos que poderiam ser utilizados para o desenvolvimento de outras potencialidades humanas, uma vez que:

*Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo... Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo.*²³

Por isso, o tempo livre é apropriado pela dinâmica do espírito capitalista, como estratégia de esvaziamento de sociabilidades que poderiam levar a um processo de identidade da classe trabalhadora. O trabalho é incorporado à mercadoria para dar novas qualidades ao trabalho morto, dado que a classe trabalhadora tem um *savoir-faire* do chão da fábrica, desconhecido pela administração científica e, portanto, torna-se necessário explorar até a alma do trabalhador, convencendo-o a servir.²⁴

Isso porque o trabalho sempre foi ao mesmo tempo expressão de criação, de realização humana e felicidade social e também de sofrimento, peso e servidão_ “tripalium”. O trabalho ata o indivíduo à condição de gênero humano, uma vez que o trabalho é uma atividade vital do homem, ou seja:

Pelo trabalho, o ser social produz-se a si mesmo como gênero humano; pelo processo de auto-atividade e autocontrole, o ser social salta da sua origem natural baseada nos instintos para uma produção e reprodução de si

²² MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.p. 615.

²³ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 143 (grifo do autor).

²⁴ Ibid.

como gênero humano, dotado de autocontrole consciente, caminho imprescindível para a realização da liberdade.²⁵

Entretanto, esse caráter ontológico do trabalho é totalmente descaracterizado quando tanto as esferas da produção como da reprodução são submetidas à lógica do capital, sobretudo em tempos de extremo aviltamento das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, a qual vem sendo “engolida” pela avidez neoliberal dos últimos anos. Esse movimento de reestruturação do mundo de trabalho, cujo arcabouço é o desmonte do Estado de bem-estar social, bem como a flexibilização das relações de trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora, vem sendo colocado em prática, com a entrada em cena dos moldes da organização toyotista, sem, contudo, abandonar totalmente padrões e métodos fordistas- tayloristas. A primeira conseqüência mais devastadora é o agudizamento da questão social e o aumento do desemprego estrutural e de formas de trabalho precarizadas. E isso não é mais característico apenas de países mais pobres ou em desenvolvimento.

Em seu trabalho a respeito do processo de flexibilização e suas conseqüências no mercado de trabalho, Vasapollo²⁶ procura analisar o crescente processo de flexibilização em movimento no mundo capitalista atual, demarcando algumas de suas características principais, presentes de forma geral em toda sociedade onde rege o modo de produção capitalista, mas trazendo também alguns dados importantes sobre a realidade europeia e, mais especificamente, da Itália.

No que diz respeito ao que se denomina flexibilização, o autor aponta para a necessidade de se esclarecer mais apropriadamente o que seria esse processo, o qual está na base de outras questões como a precarização e a desregulamentação das relações de trabalho, as quais se materializam de forma muito cruel e perversa no cotidiano da vida dos trabalhadores, estejam eles já inseridos ou não nessa lógica.

Isso significa dizer que a flexibilização é caracterizada, fundamentalmente, por contínuos movimentos de ampliação da liberdade dos capitalistas de disporem a bel prazer do tempo de trabalho daqueles que têm que vender sua força de trabalho para sobreviver. Ou seja, trata-se da crescente autonomia do capital de contratar

²⁵ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 145.

²⁶ VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 45-57.

quando quiser, pelo tempo que quiser e pelo salário que quiser, sem ter necessariamente obrigações para com os trabalhadores, os quais se encontram cada vez mais vulnerabilizados e ameaçados, num cenário onde os direitos do trabalho adquiridos são fortemente atacados e destruídos, em benefício de maiores índices de produtividade e lucro para o capital.

São várias as formas de trabalho precário, também conhecido como trabalho atípico, nas palavras de Vasapollo²⁷, como os interinos, part-time, temporário, etc, que se diferencia do trabalho padrão justamente no que tange ao tempo de trabalho, à estabilidade de emprego, aos salários e aos direitos trabalhistas. Essas e outras modalidades também estão presentes na Europa e, sobretudo, na Itália, considerada o país europeu mais flexibilizado. Na verdade, essa dinâmica regida pela lógica neoliberal, com a, com a internacionalização econômico-produtiva, encontra respaldo em legislações, levadas a cabo pelos governos, como o de Berlusconi, sob o discurso de incentivo a novos postos de trabalho e criação de novas oportunidades aos jovens_ o que é uma falácia. E mesmo nos países, onde a jornada de trabalho foi reduzida para 6 horas, essa corrente não deixou de se fazer presente, pelo contrário, as pressões contra os direitos dos trabalhadores são cada vez maiores, manifestando a tendência nesse sentido.

O avanço neoliberal e dos movimentos de internacionalização da economia traz em seu bojo o desemprego e a precarização de uns sem número de trabalhadores, o aprofundamento da pobreza, a qual deixa de ser predicado apenas dos países de pouca industrialização e baixo desenvolvimento, para se tornar um realidade presente também nos países mais desenvolvidos, sem contar que existem grandes diferenças entre ser pobre em um país, onde existem ainda leis de proteção social e outra é sê-lo naqueles onde tudo está por conta do mercado: saúde, educação, previdência, dentre outros. Ou seja, ninguém mais pode se sentir seguro, estando ou não com contrato de trabalho padrão, pois, a intenção do capital é exatamente fazer uso desse artifício para lucrar mais à custa da miséria dos trabalhadores:

Há não muito tempo foi-nos prometido que os empregos que desaparecessem na indústria seriam grandemente compensados pela “indústria de serviços” e pelo impacto econômico positivo de todo tipo de “empregos que adicionam valor” com que os países de terceiro mundo que

²⁷ apud ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

recebessem nossas “indústrias com chaminés” _ os felizes beneficiários da transferência da tecnologia _ não poderiam competir. Na verdade, nada estava mais longe da verdade, pois, ao longo dos dois últimos anos, as manchetes dos jornais deram o alarme de que “as redundâncias agora ameaçam o trabalhador de colarinho branco” e “Cai o machado sobre 50.000 empregos públicos”.²⁸

Outro fator importante a ser considerado é o uso cada vez mais extensivo e intensivo da força de trabalho, a qual encontra sua manifestação mais latente nas modalidades de trabalho atípico, terceirizado, concentrado em lugares dispersos, isto é, muitas vezes nas casas dos trabalhadores, que se tornam lócus, ao mesmo tempo, do trabalho e do descanso, do depósito de matérias-primas, numa verdadeira invasão da esfera produtiva na reprodutiva. Essa super-utilização da força de trabalho, tendo em vista sugar o máximo possível de produtividade do trabalhador já era analisada por Marx no século XIX, nesses termos:

A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividades e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida.²⁹

A ânsia por altos índices de lucratividade nesses moldes envolve não só o trabalhador, mas, toda a sua família. Além da subalternização do trabalho do homem, também a mulher é levada a entrar no mercado de trabalho, mas não nas mesmas condições, que já não seriam favoráveis, e sim mais submetidas ainda em modalidades de trabalho precarizado e mal pagos, além das diferenças salariais comuns entre ambos os sexos ocupando as mesmas funções. E isso faz parte da essência capitalista:

[...] a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis.(...) O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes... Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força

²⁸ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 327.

²⁹ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 1. p. 307.

de trabalho do adulto... Antes, vendia o trabalhador sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa livre. Agora, vende mulher e filhos.³⁰

Navarro, ao analisar a indústria de calçados de Franca, coloca justamente essa questão, procurando desvelar essas contradições latentes no cotidiano de homens, mulheres nas células de produção, e de famílias nas atividades das bancas de pesponto. A autora, ao retratar essa realidade, expõe uma denúncia não só a essas formas de trabalho, mas ao que é mais grave ainda: o trabalho infantil, mascarado, escondido no âmbito privado:

Não resta dúvida de que a face mais cruel desse processo é aquela que expõe crianças e adolescentes precocemente ao mercado da força trabalho. Acompanhando uma tendência que se faz mundial, principalmente nos países pobres, o trabalho das crianças na produção de calçados em Franca cresceu ao mesmo tempo em que se reduziu o número de postos de trabalho para adultos nas fábricas.³¹

Na realidade, os modos como vem sendo estruturado o mundo do trabalho em todas as dimensões, nas diferentes épocas e etapas do capitalismo, vem se traduzindo em configurações cada vez mais ofensivas ao trabalho abstrato, com a dominação do trabalho alienado, o qual se materializa em conseqüências dramáticas para a classe trabalhadora, uma vez que não só a vida e a saúde físico-biológica do trabalhador ficam afetados, mas, inclusive, sobretudo nos dias atuais, a subjetividade, o espírito do trabalhador, submetido desde tipificações de trabalho repetitivos e/ou às necessidades de multi-funcionalidade, com a exigência de altos índices de produtividade e de qualidade. Essas características intrínsecas ao capitalismo já encontrava suas bases logo nos primórdios de sua afirmação. De acordo com Marx:

O organismo coletivo que trabalha, na cooperação simples ou na manufatura, é uma forma de existência do capital. [...] Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente, a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas [...]. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e

³⁰ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 1. p. 451-453.

³¹ NAVARRO, Vera Lúcia. A indústria de calçados no turbilhão da reestruturação. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 424.

transformado no aparelho automático de um trabalho parcial, tornado-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo.³²

Esses fenômenos atingem não apenas os trabalhadores do chão da fábrica, mas também aqueles ocupantes de cargos melhor remunerados, como os de gerência, pois também neste caso o capital suga de forma específica e diferenciada as capacidades laborais e intelectuais, com discursos como “vestir a camisa da empresa”, de “qualidade total”, sem contar que a insegurança no emprego atinge todas as categorias de profissionais do setor privado, ou seja, todos esses trabalhadores adoecem sob a pressão capitalista, conjuntural e estrutural.

No campo, a exploração da força de trabalho chega a condições humanamente inaceitáveis, sobretudo para atividades como o corte da cana, por exemplo. Novamente, essa peculiaridade capitalista não tem sua origem recente, mas remonta a tempos anteriores, mas sem dúvida, atualmente todo esse quadro vem sendo agravado, uma vez que visões “darwinistas” ainda imperam de forma cruel, numa espécie de seleção natural dos mais fortes, mais jovens e mais capazes, num mercado de trabalho seletivo, excludente e meritocrático. Ou seja:

Mas, ao observador inteligente, a experiência também mostra outras coisas, a saber: a rapidez e a profundidade com que a produção capitalista_ que, historicamente falando, data apenas de ontem_ tem atacado, nas suas raízes, as forças vitais do povo; a degenerescência da população industrial, retardada pela absorção contínua dos elementos novos procedentes das zonas rurais; e a situação dos trabalhadores rurais, que já começam a fenecer, apesar do ar livre e do princípio de “seleção natural” tão poderoso entre eles e que só permite sobreviverem os indivíduos mais fortes.³³

Outra face perversa desse cenário é o aparecimento em escala cada vez maior de patologias como depressão, Lesões por Esforço Repetitivo (LER), etc., as quais deixam de ser consideradas isoladamente, inserindo-se no quadro de adoecimentos ligados ao trabalho.

Há ainda outro fator importante a ser considerado é o surgimento da medicina do trabalho já no século XIX, com o intuito de controlar os processos patológicos ligados ao trabalho, conservando sempre subjacente os interesses do capital sobre a força de trabalho. Segundo Mendes e Dias

³² MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 1. p. 415.

³³ Ibid., p. 311.

Tanto a expectativa de promover a “adaptação” do trabalhador ao trabalho, quanto a da “manutenção de sua saúde”, refletem a influência do pensamento mecanicista na medicina científica e na fisiologia. No campo das ciências da administração, o mecanicismo vai sustentar o desenvolvimento da “Administração Científica do Trabalho”, onde os princípios de Taylor, ampliados por Ford, encontram na medicina do trabalho uma aliada para a perseguição do seu “telos” último: a *produtividade*.³⁴

Ou seja, este tipo de visão e direcionamento das questões relacionadas ao trabalho e a saúde da classe trabalhadora, por se desenvolver inteiramente dentro da lógica da empresa logo mostraria sua incapacidade no trato com elas. Por isso, no período pós-guerra, num cenário de extremas complicações ligadas ao processo produtivo, começou-se a pensar também sobre a necessidade de intervir no ambiente de trabalho, como forma de controlar os riscos ambientais, mas que, no entanto, não deixou de se mostrar insuficiente:

A insuficiência do modelo da saúde ocupacional não constitui fenômeno pontual e isolado. Antes, foi e continua sendo um processo que, embora guarde uma certa especificidade do campo das relações entre trabalho e saúde, tem sua origem e desenvolvimento determinados por cenários políticos e sociais mais amplos e complexos.³⁵

Nesse campo começam a surgir novas discussões relacionadas a questões ligadas ao trabalho e à saúde do trabalhador, agora articuladas às lutas pelos direitos particulares e coletivos da classe trabalhadora, como de ter acesso à informação sobre os riscos no trabalho e sobre a introdução de novos processos e tecnologias, com a participação dos trabalhadores, a liberdade de recusar o trabalho que traga riscos à sua vida e à sua saúde.³⁶ Dessa forma, pode-se afirmar que:

O objeto da saúde do trabalhador pode ser definido como o processo saúde e doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho. Representa um esforço de compreensão deste processo – como e porque ocorre – e do desenvolvimento de alternativas de intervenção que levem à transformação em direção à apropriação pelos trabalhadores, da dimensão humana do trabalho, numa perspectiva teleológica.³⁷

Esse movimento, ainda em andamento, surge por força de mudanças políticas e ideológicas, com a entrada em cena de movimentos sociais que

³⁴ MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 343, 1991. (grifo do autor).

³⁵ *Ibid.*, p. 347.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ *Ibid.*

questionam essas e outras situações, de modo a criar espaços de participação e decisão para aqueles diretamente envolvidos neste processo. Mas, é preciso considerar que:

À deteriorização do trabalho aliam-se propostas de flexibilidade nos contratos laborais, sob meros ditames do mercado, socialmente inaceitáveis. Constituem-se em alternativas para diminuir encargos sociais das empresas e absorver setores da população desempregada, sem proteção ou garantias, impondo-lhes o ônus da insegurança e agravando as desigualdades. Trata-se de uma solução que não dá conta da questão estrutural do desemprego.³⁸

Ou seja, abre-se um campo de possibilidades ainda em construção, uma vez que devem enfrentar inúmeros desafios, complexos, postos pela realidade, os quais se configuram e se materializam num cenário extremamente desfavorável, com o enfraquecimento do papel combativo dos sindicatos, ainda que permaneçam como via real de resistência, com a dificuldade de organização da classe trabalhadora, sobretudo, em face dos processos de informalização, que, em geral, dispersa os trabalhadores pelas distintas localidades, além da dificuldade em se fortalecer a unidade da luta, que deveria incluir tanto os empregados formais como informais, desempregados, enfim, também o exército de reserva. Nesses termos, a relação trabalho e saúde do trabalhador permanecem como uma questão colocada a todos, pois:

Depara-se, no momento atual, com um quadro em que convivem situações mais evidentes da violência do trabalho, não resolvidas ou parcialmente enfrentadas – como pneumoconioses, doenças provenientes de riscos físicos, intoxicações crônicas e agudas, associadas à utilização de tecnologias obsoletas e de substâncias banidas do mundo desenvolvido, bem como a formas de organização do trabalho que desconsideram a necessidade de contemplar e expandir as potencialidades humanas –, com as decorrentes de uma nova lógica produtiva, marcada pela globalização da economia.³⁹

Nesse embate entre capital e trabalho, aparece a figura do Estado, como espaço também de contradição, mesmo considerando sua base alicerçada nos interesses da classe hegemônica. Mas, essa relação Estado- burguesia- proletariado desenvolve-se num processo de concessão/ conquista, expresso na organização

³⁸ MINAYO- GOMESZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sônia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. S30, 1997.

³⁹ *Ibid.*, p. 30.

dos trabalhadores de uma parte, e dos interesses subjacentes do capital e também do Estado.

É a partir dessa trama que se pode afirmar que, a princípio, as políticas públicas, que emergem nesse cenário de embates, avanços e retrocessos, dizem respeito ao processo de reprodução da força de trabalho, através de serviços, benefícios, dentre outros, financiados por fundos a ele destinados. No caso das políticas sociais, por exemplo, essa reprodução, quando estruturada pelo Estado de inclinação capitalista, é ao mesmo tempo, um mecanismo distributivo da riqueza socialmente produzida, sem que sejam abaladas as estruturas do modo de produção capitalista, de controle social e de legitimidade na sociedade. Ou seja, essas políticas se desenvolvem no bojo dos avanços e retrocessos da sociedade sob a égide do capital.

No caso mais específico do Brasil, por exemplo, desde a Lei Eloy Chaves (1923), que estabelecia uma proposta de previdência social para os ferroviários, passando pelo período getulista (com o “pacto das elites, que não contemplou o conjunto dos trabalhadores, já que baseado no princípio do mérito, além da cooptação dos sindicatos), pela ditadura militar (com a centralização tecnocrata, marcada pela forte repressão à participação popular), pela Constituição de 1988 (com o reconhecimento dos direitos universais), pelos anos 1990 (com o avanço neoliberal, com as tendências de “privatização do público”, baseada no receituário neoliberal, que encontra no mercado as resposta Às necessidades existentes na sociedade), até os dias de hoje (em que mesmo com um governo que se diz mais popular e mais empenhado na atenção aos trabalhadores, o movimento da realidade tem permitido visualizar que, apesar de algumas iniciativas e avanços, a influência do ideário neoliberal ainda é bastante decisiva e perversa), pode-se dizer que até mesmo as políticas públicas, em muitos momentos, serviram para legitimar a ordem vigente, mas também pôde se configurar como forma de acesso real aos recursos sociais.

Na realidade, tem ocorrido, desde as últimas décadas do século XX, um movimento mais intenso de concentração da pobreza, do desemprego e dos postos de trabalho mais simples e mal remunerados em países como o Brasil, ao mesmo tempo em que ganha mais importância a consolidação do grandes oligopólios mundiais que concentram investimentos em pesquisa e tecnologia nos países de origem, restando geralmente as atividades de execução e produção para as

economias menos desenvolvidas. Ou seja, quanto mais dóceis os governos e submissos à lógica de exploração intensiva e extensiva do trabalho, mais dependentes são suas políticas macroeconômicas nacionais.

Assim, de um lado, são colocados em andamento os programas de integração subordinada e passiva, por meio da adoção de pacotes neoliberais de liberalização comercial sem critério, de desregulamentação financeira, de enxugamento do Estado (desvio de funções e dilapidação do patrimônio público), transnacionalização da economia e especialização produtiva. De acordo com Paulo Netto:

Articulado o processo da organização monopólica com estas características, torna-se claro o seu perfil *novo* em face do capitalismo de corte concorrencial. Todavia, fica igualmente clara a reposição das antigas contradições que percorriam o seu antecedente, agora peculiarizadas. As organizações monopolistas não promovem a evicção d anarquia da produção que é congênial ao ordenamento capitalista; a “livre concorrência” é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre os outros, nos setores ainda não monopolizados. Esbatendo-se no mercado mundial_ no qual a monopolização rearranja inteiramente a divisão internacional capitalista do trabalho, dando curso a renovadas políticas neocolonialistas_, o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados.⁴⁰

Consoante a tudo isso está em movimento um processo de reformulação e fragmentação das políticas sociais e trabalhistas, com vistas ao rebaixamento ainda maior do padrão de uso e remuneração do trabalho. A focalização do gasto social é comumente utilizada como forma de ajuste fiscal, assim como a desregulamentação do mercado de trabalho serve de caminho para a flexibilização dos contratos, redução do poder sindical, retirada de direitos, corte de salários e substituição de custos empresariais por benefícios públicos na qualificação de mão-de-obra, sem contar o modo como vêm sendo utilizados os avanços tecnológicos e informacionais, substituindo uma imensa parcela de trabalhadores por máquinas, tanto na cidade como no campo, além da “exclusão informacional”.

Logicamente, esses e outros obstáculos colocados à dispersão dos meios de produção e da propriedade refratam no cotidiano dos trabalhadores, que sofrem concretamente os rebatimentos da questão social. Frente a esse quadro, surgem

⁴⁰ PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo, Cortez: 2007. p. 23-44. (grifo do autor).

novos dilemas para o campo de análise e da práxis ligadas à Saúde do Trabalhador. De acordo com Minayo-Gomes e Thedim-Costa:

A área de Saúde do Trabalhador, no Brasil, tem uma conotação própria, reflexo da trajetória que lhe deu origem e vem constituindo seu marco referencial, seu corpo conceitual e metodológico. A princípio é uma meta, um horizonte, uma vontade que entrelaça trabalhadores, profissionais de serviços, técnicos e pesquisadores sob premissas nem sempre explicitadas. O compromisso com a mudança do intrincado quadro de saúde da população trabalhadora é seu pilar fundamental, o que supõe desde o agir político, jurídico e técnico ao posicionamento ético, obrigando a definições claras diante de um longo e, presumidamente, conturbado percurso a seguir. Em síntese, apesar dos avanços significativos no campo conceitual que apontam um novo enfoque e novas práticas para lidar com a relação trabalho-saúde, consubstanciados sob a denominação de Saúde do Trabalhador, depara-se, no cotidiano, com a hegemonia da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional.⁴¹

Na verdade, enquanto prevalecem as bases sócio-econômicas e político-ideológicas inerentes ao modo de produção capitalista, esses desafios continuarão sendo sempre repostos. Por isso, é fundamental o fortalecimento da capacidade de resistência da classe trabalhadora, ou ainda da classe- que- vive- do- trabalho, conforme Antunes até porque a fruição da vida coletiva e da liberdade humana está diretamente condicionada à autonomia do trabalho, ou seja, à sua efetivação de forma livre, construtiva, criativa e transformadora. Ou ainda:

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser “não apenas meio de vida”, mas “o primeiro carecimento da vida”, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo.⁴²

Em outras palavras:

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “forces propres” como forças sociais e quando, portanto já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana.⁴³

⁴¹ MINAYO- GOMESZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sônia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. S24, 1997.

⁴² LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 16.

⁴³ MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005. p. 42.

O entendimento da categoria trabalho é fundamental no processo de busca da essência dos fenômenos. O mundo do trabalho, na sociedade capitalista é repleto de contradições, não que em outros tempos não existissem questões muito sérias relativas ao modo como o homem realiza o intercâmbio com a natureza, ou seja, no modo como se dá o metabolismo social, a transformação do mundo e do homem (lembrando que para Marx, o homem é o mundo dos homens) pelo trabalho. Mas, com o advento e afirmação do capitalismo, os antagonismos de classe emergem de forma manifesta e contínua, uma vez que o trabalho, em todas as suas dimensões é apropriado por outrem que não aquele trabalhador que o produziu.

Nas últimas décadas, no entanto, essas contradições vêm sendo aprofundadas, uma vez que o capital descaradamente estende seus tentáculos sobre o mundo do trabalho, de forma a submetê-lo cada vez mais aos seus interesses, não levando em conta a vida daqueles que são a força viva do processo produtivo.

Com o agudizamento das manifestações da questão social, aqueles que têm que vender sua força de trabalho para viver são expostos a condições muitas vezes degradantes e precárias de trabalho, o que compromete não apenas o exercício de uma atividade que seja livre e emancipada da lógica financista-neoliberal, como também a sua saúde, a de sua família e a própria sobrevivência de ambos.

A preocupação com as condições de vida e de saúde dos trabalhadores de Cosmópolis, Artur Nogueira e Paulínia (e sem dúvida de todo esse segmento de classe) tem sido uma constante na trajetória de luta do Sindicato de Cosmópolis desde o seu surgimento. Inicialmente, se lutava pelo direito de beber água, uma necessidade humana vital, sobretudo em momentos de dispêndio de força humana e de desgaste físico, como é o caso do trabalho no corte da cana-de-açúcar, consideradas uma das mais exaustivas dentre as atividades laborativas do homem. Esse direito, assim como outras demandas dos trabalhadores foram conquistados ao longo desse período, não sem embates e negociações. A líder sindical Carlita em várias ocasiões tem denunciado situações que colocam em risco a saúde e a vida dos trabalhadores:

Estão tirando a nossa vida". A frase, que expressa um transbordamento e ao mesmo tempo um lamento, foi proferida pela trabalhadora rural Carlita da Costa durante o Fórum Permanente de Energia & Ambiente, realizado hoje

no Centro de Convenções da Unicamp. Dirigente do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, Carlita pontuou uma a uma as mudanças que vêm ocorrendo no campo, mudanças estas absolutamente negativas em sua opinião. "A mecanização, o fim da terceirização e os contratos permanentes estão tirando pouco a pouco os nossos direitos. E a cana avança por todo país."⁴⁴

Atualmente, além do acompanhamento por parte do Sindicato no que se refere aos EPI's, foram garantidos, segundo informação da líder sindical Carlita, espaços de tempo reservados para a alimentação, dividido em três momentos: uma hora para o almoço e dez minutos no período da manhã e vinte minutos no período da tarde; além de duas pausas de dez minutos cada uma para o descanso. Banheiros móveis também foram colocados no eito, bem como uma tenda acoplada ao ônibus, onde também foram colocadas mesas e cadeiras para que os trabalhadores possam utilizar para a alimentação, e um reservatório de água também junto ao ônibus.

Durante a visita da pesquisadora ao eito, foi possível visualizar essas conquistas, entretanto, nem sempre usufruídas pelos trabalhadores, de modo que durante o período de observação, nenhum trabalhador se utilizou do espaço reservado para a alimentação, ao contrário, vários trabalhadores foram visualizados comendo entre as canas do eito, em posição de cócoras, sob um sol escaldante.

Sem dúvida, que não se trata de uma resistência por parte dos trabalhadores aos seus próprios direitos, mas, muito provavelmente, atitudes relacionadas ao fato de que o trabalho no corte ainda é pago por produção, mesmo em Cosmópolis, onde foi implantando o sistema de medição "Quadra Fechada", considerado mais justo, inclusive por ser fiscalizado pelo Sindicato e pelos trabalhadores. Ou seja, para o próprio trabalhador se locomover até o local da tenda pode significar um gasto a mais de um tempo em que estaria utilizando para a produção ou mesmo para o descanso, uma vez que a lógica exploradora do capital não isenta os trabalhadores do campo, muito pelo contrário, suga suas forças e o envolve em sua teia de alienação, processo esse que o Sindicato tem trabalhado para transformar.

Nesse sentido, uma das iniciativas do Sindicato foi a aplicação de uma pesquisa junto aos trabalhadores. Segundo informação do Sindicato, foi elaborado

⁴⁴ VALIM, Marta. **Trabalhadores de cana têm suas vidas podadas**. 18 maio 2005. Disponível em: <<http://www.forum.ufrj.br/materias/180507.html>>. Acesso em: 2011. Estagiária do Setor de Comunicação FCC/UFRJ.

um questionário⁴⁵, o qual foi entregue aos trabalhadores, para que esses preenchessem em seu local de moradia, com tempo para responder conforme sua realidade. Esses questionários foram disponibilizados gentilmente pelo Sindicato à pesquisadora afim de que pudessem ser tabulados. Os dados foram tabulados e estruturados em formatos de gráficos para melhor visualização, uma vez que descortinam certos elementos da realidade que corroboram a preocupação do Sindicato. A todo foram entrevistados cerca de 400 trabalhadores, porém, apenas 313 questionários foram submetidos à tabulação⁴⁶, uma vez que muitos ficaram comprometidos por não haver qualquer resposta, além algum dado de identificação do trabalhador entrevistado, o que significa que 87 dentre os entrevistados não responderam a qualquer pergunta do questionário.

A primeira questão dirigida aos trabalhadores diz respeito à sua condição de trabalho, ou seja, se contrato de trabalho naquele período foi acordado como safrista, se efetivo ou mesmo se estavam no corte de cana pela primeira vez. De acordo com os dados coletados, mais da metade, ou seja, 52 % (162 trabalhadores) estão submetidos ao trabalho por safra, ou seja, são dispensados em períodos de entressafra, quando a grande maioria retorna para a sua terra natal, segundo as informações disponibilizadas pelo Sindicato; 28 % (88 trabalhadores) são considerados efetivos pela usina, ou seja, são submetidos a contratos de trabalho contínuos, sem dispensa durante os períodos de entressafra; 15 % (47 trabalhadores) estão trabalhando no corte da cana-de-açúcar pela primeira vez, sendo que 5% (16 entrevistados) não souberam ou não quiseram responder.

⁴⁵ Vide anexo.

⁴⁶ Como os dados foram tabulados através do Excel, muitos gráficos apresentam dados arredondados para mais ou para menos, uma vez que o programa não permitiu a utilização de casas decimais. De todo modo, os números reais são apresentados no corpo do texto a fim de facilitar a visualização dos dados.

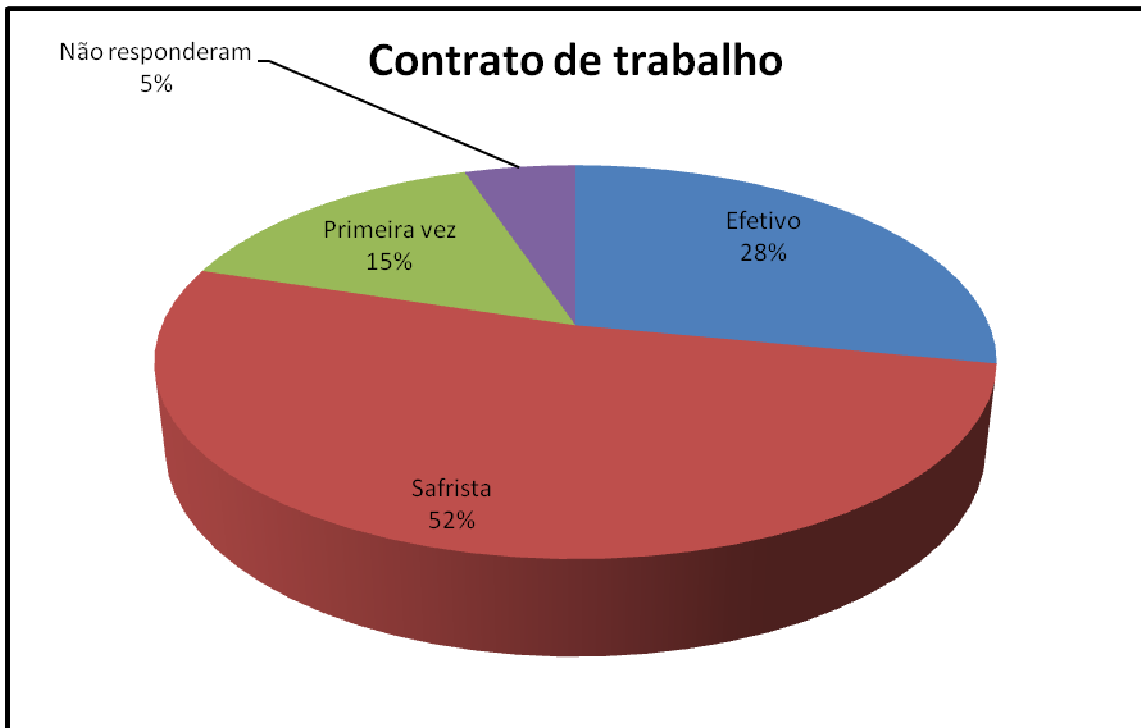


Gráfico 1 – Contrato de trabalho

Os dados colocam em evidência uma situação muito comum no que se refere ao regime de trabalho no campo, sobretudo no corte da cana, regido majoritariamente por contratos temporários. Essa realidade coloca os trabalhadores em uma situação de profunda incerteza e instabilidade, uma vez que anualmente enfrentam o problema do desemprego no período de entressafra, o que os submete a situações de acirramento da pobreza e das péssimas condições em que vivem.

O trabalho temporário tem sido uma tendência, a qual se afirma em consonância com a lógica capitalista neoliberal de flexibilização das relações de trabalho, através de processos de terceirização, precarização das condições de trabalho, as quais se materializam em modalidades de emprego como o trabalho temporário. Nesse sentido, o trabalhador fica desprovido de certos direitos trabalhistas, consolidados ao longo do tempo através de lutas intensas, e que são progressivamente enfraquecidos, fragmentados ou mesmo extintos.

Outro aspecto revelado no gráfico é que, apesar da predominância do trabalho por safra, tem ocorrido um aumento dos contratos efetivos, tendo em vista o interesse do capital em socializar os gastos com a reprodução da classe trabalhadora. Nota-se que o trabalho no corte é extremamente exaustivo e que

causa sobrecargas sobre o corpo humano, o qual não raro adocece, quando não morre de exaustão. Ou seja, o adoecimento de trabalhadores também gera gastos e prejuízos, os quais passam a ser divididos socialmente através da Previdência Social, uma vez que estando cobertos pelo regime previdenciário têm a possibilidade de cobertura em casos de acidentes, doenças, maternidade e óbito, além da Reabilitação Profissional.

Outra questão que complementa a primeira diz respeito ao tempo de trabalho no corte da cana, em anos. Segundo os dados colhidos, 39% (121 trabalhadores) estão trabalhando no corte de cana por períodos que variam de um a cinco anos; 27% (85 trabalhadores) de seis a dez anos; 12% (36 trabalhadores) estão no corte da cana-de-açúcar por períodos entre onze a quinze anos; 7% (22 trabalhadores) de dezesseis a vinte anos de trabalho no corte; 2% (7 trabalhadores) de 21 a 25 anos, enquanto 9% (28 trabalhadores) estão há menos de um ano trabalhando no corte de cana e 4% (14 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

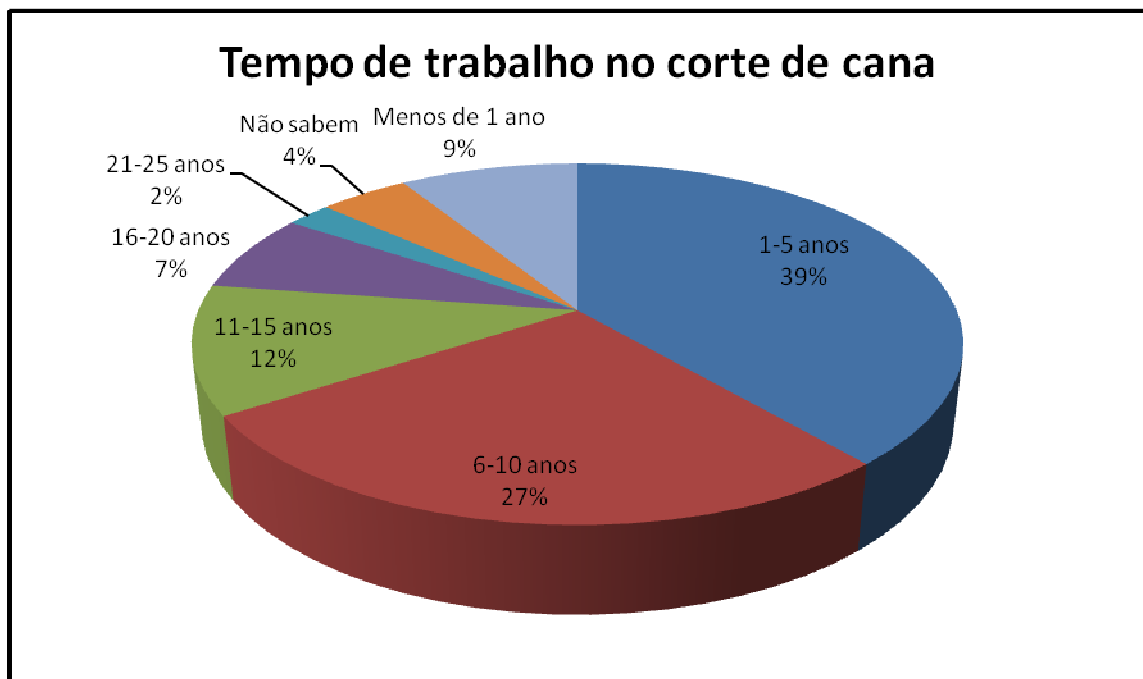


Gráfico 2 – Tempo de trabalho no corte de cana

Tais dados chamam a atenção para o fato de que o trabalhador não consegue permanecer muito tempo no corte da cana, por um lado, devido a alguns fatores já mencionados como a saúde e a grande rotatividade, e de outro, revela a preferência

das usinas em contratar os mais jovens e os que apresentarem maior produtividade durante as safras, uma vez que em casos contrários, não conseguem renovar o contrato para um novo período. Dessa forma, a grande maioria (66%) permanece nesse ramo de trabalho por período de no máximo dez anos. Na verdade, diversos fatores interagem na configuração desse contexto, levando-se em consideração o grande desgaste sofrido pelos trabalhadores, os quais têm que produzir o máximo, dado que seu salário está atrelado ao quanto produz, vivem em condições comumente bastante precárias, além da seletividade da usina, preferindo aqueles que ainda estão em condições de produzir muito.

A terceira questão ainda é complementaridade das anteriores, pois, diz respeito ao tempo de trabalho na Usina Ester, localizada na dita de Campinas. Nesse caso, os dados coletados revelam o seguinte quadro: 52% (161 trabalhadores) estão trabalhando na Usina há menos de sete anos, sendo que 18% (55 trabalhadores) estão na usina por períodos de um a dois anos, 17% (52 trabalhadores) por períodos de três a quatro anos e 17% (54 trabalhadores) de cinco a seis anos; 6% (20 trabalhadores) de sete a oito anos; 5% (17 trabalhadores) de nove a dez anos; 4% (12 trabalhadores) de onze a doze anos; 3% (9 trabalhadores) de treze a catorze anos; 3% (10 trabalhadores) há mais de quinze anos, e 15% (48 trabalhadores) foram contratados pela usina há menos de um ano, sendo que 12% (36 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

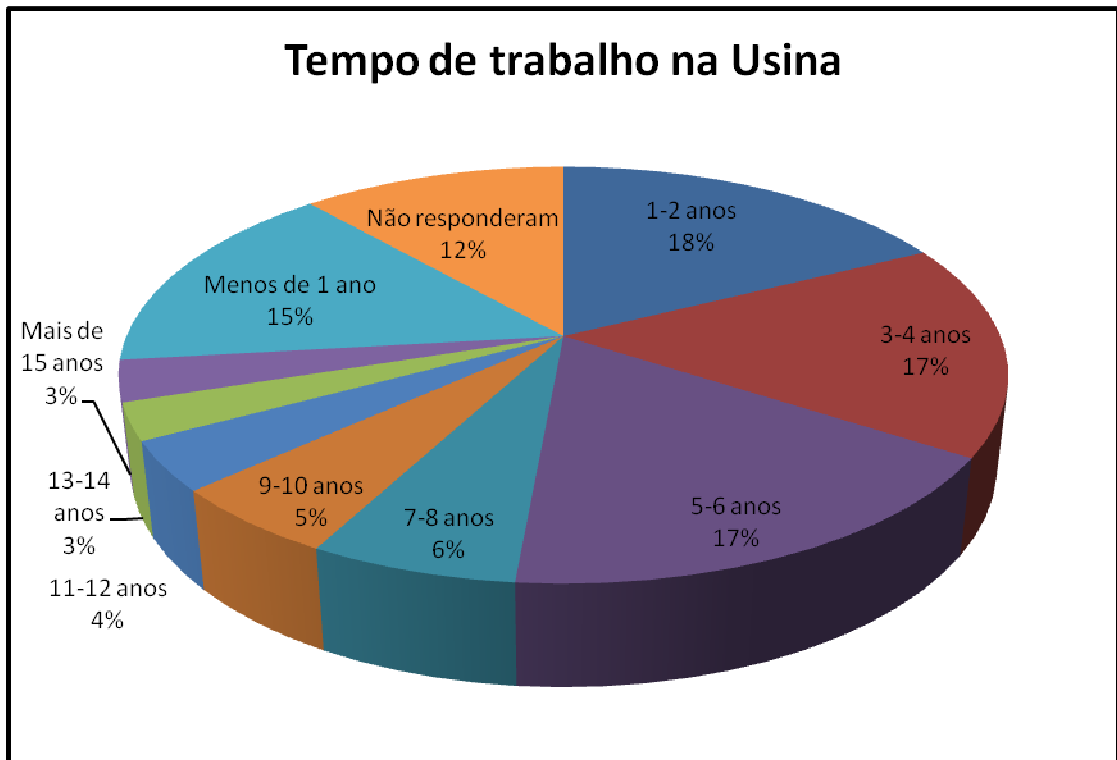


Gráfico 3 – Tempo de trabalho na usina

Os indicadores acima reforçam a apresentação do gráfico anterior. Nota-se que apenas uma minoria (10%) possui contrato com a usina há mais de dez anos, enquanto que uma grande fatia se subdivide por períodos mais curtos e que não ultrapassam uma década.

O Sindicato também procurou conhecer como era a saúde dos trabalhadores antes do início do trabalho no corte da cana-de-açúcar. A primeira questão sobre essa categoria se refere à condição de saúde antes do corte. De acordo com os dados obtidos, a maioria dos trabalhadores, ou seja, 93% (292 trabalhadores) informaram que estava em boas condições de saúde antes de iniciar o trabalho no corte da cana; enquanto que 2% (7 trabalhadores) responderam negativamente, ou seja, não tinham boa saúde já antes do início do corte de cana-de-açúcar, sendo que 5% (14 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

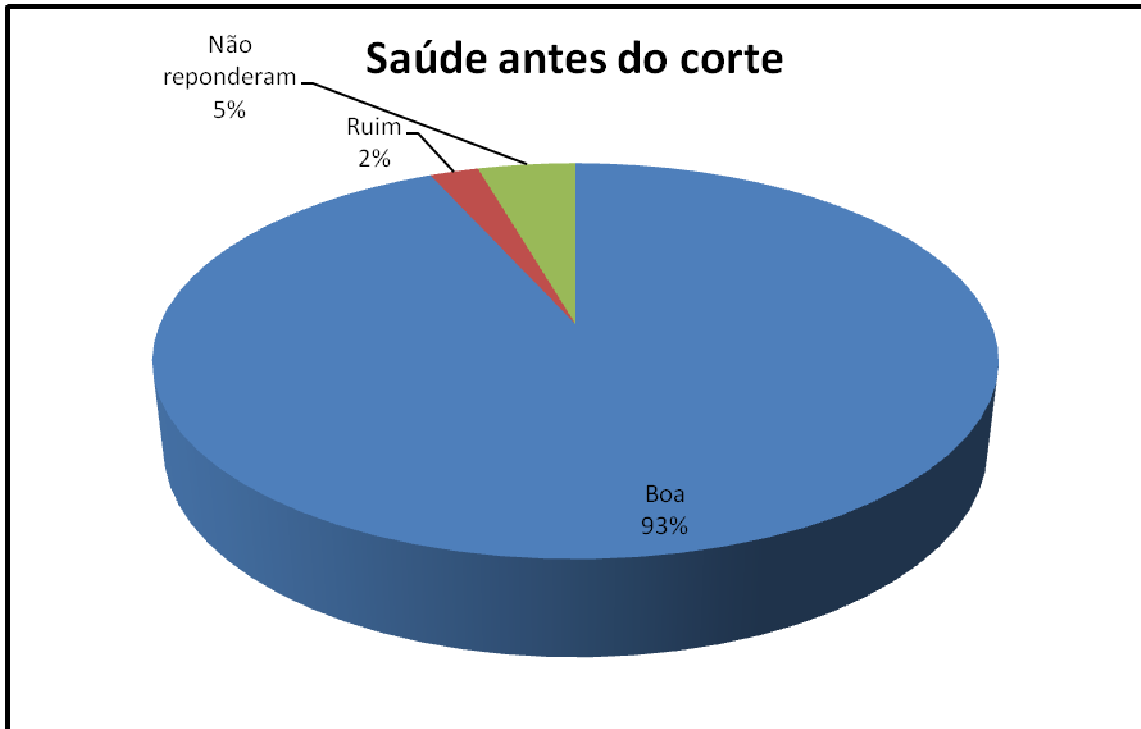


Gráfico 4 – Saúde antes do corte

É evidente que a seleção para o corte da cana exclui aqueles que não tiverem boa saúde. Desse modo, a grande maioria (93%) apresentava bom estado geral de saúde antes do início das atividades no corte, caso contrário, não seriam provavelmente aceitos para o trabalho, uma vez que a usina em geral não quer ter encargos ou perdas em seus ganhos em razão de adoecimento de funcionários.

Outra informação coletada se refere à frequência de dor de cabeça sentida pelos trabalhadores. Dentre os trabalhadores entrevistados, mais da metade, ou seja, 56% (174 trabalhadores) informaram que sente às vezes dor de cabeça; 3% (10 trabalhadores) informaram que sente dor de cabeça raramente, enquanto 8% (25 trabalhadores) responderam que sente dor de cabeça frequentemente e 26% (83 trabalhadores) não sente dor de cabeça, sendo que 7% (25 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

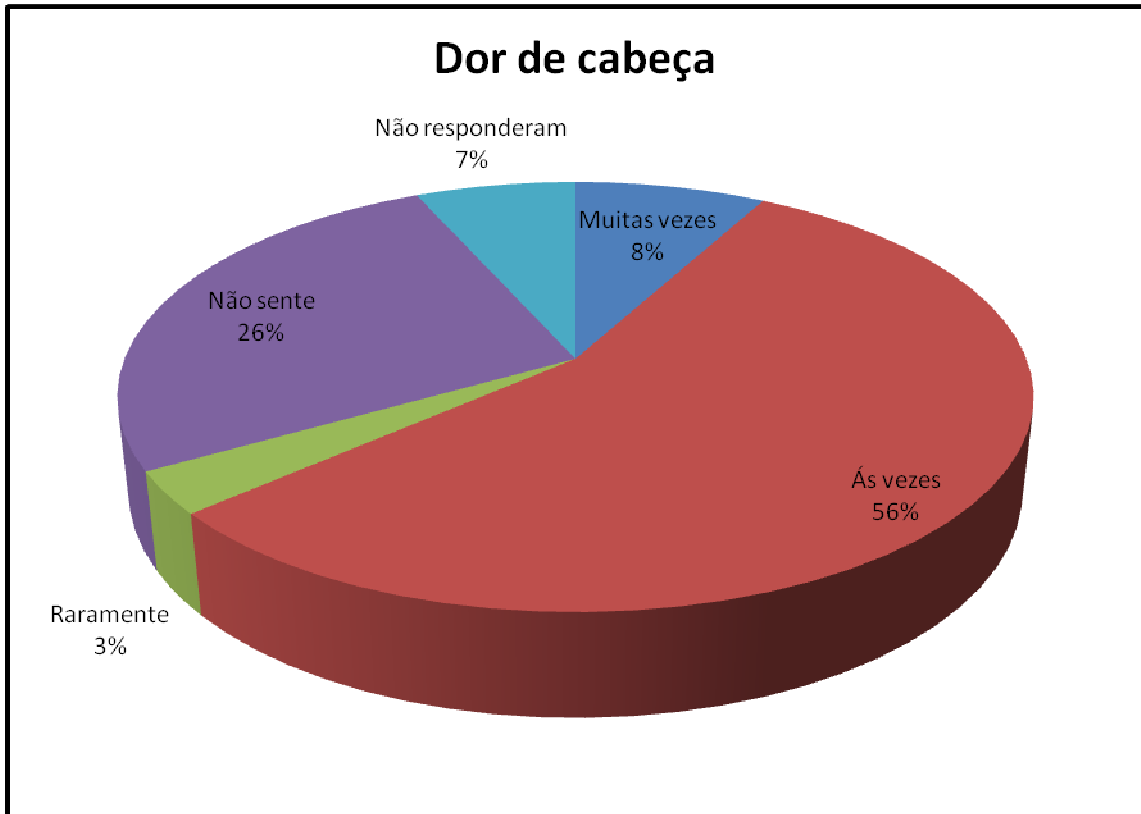


Gráfico 5 – Dor de cabeça

Sabe-se que o trabalho no corte da cana, além de exigir dispêndio exagerado de energia humana, ocorre em um ambiente árido, em locais com climas quentes, em temperaturas elevadas, razão pela qual se protegem com chapéus e roupas que cobrem todo o corpo (também como proteção dos insetos), o que amplia mais o risco de patologias, entre elas a dor de cabeça. Percebe-se que mais de 60% já sentiram dor de cabeça, com mais ou menos frequência, após o início das atividades no corte.

Além disso, foram questionados sobre as partes do corpo que doem. Segundo os trabalhadores, a parte do corpo que mais sofre com as dores é a coluna, o que representa o universo de 39% (154 trabalhadores); seguido pelos membros superiores (braços, ombros, mãos) que atinge 26% (104 trabalhadores); 21% (83 trabalhadores) atingem os membros inferiores (pernas, pés); enquanto para 4% (15 trabalhadores), as dores atingem o corpo todo, sendo que 2% (7 trabalhadores) não sentem dores e 8% (31 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

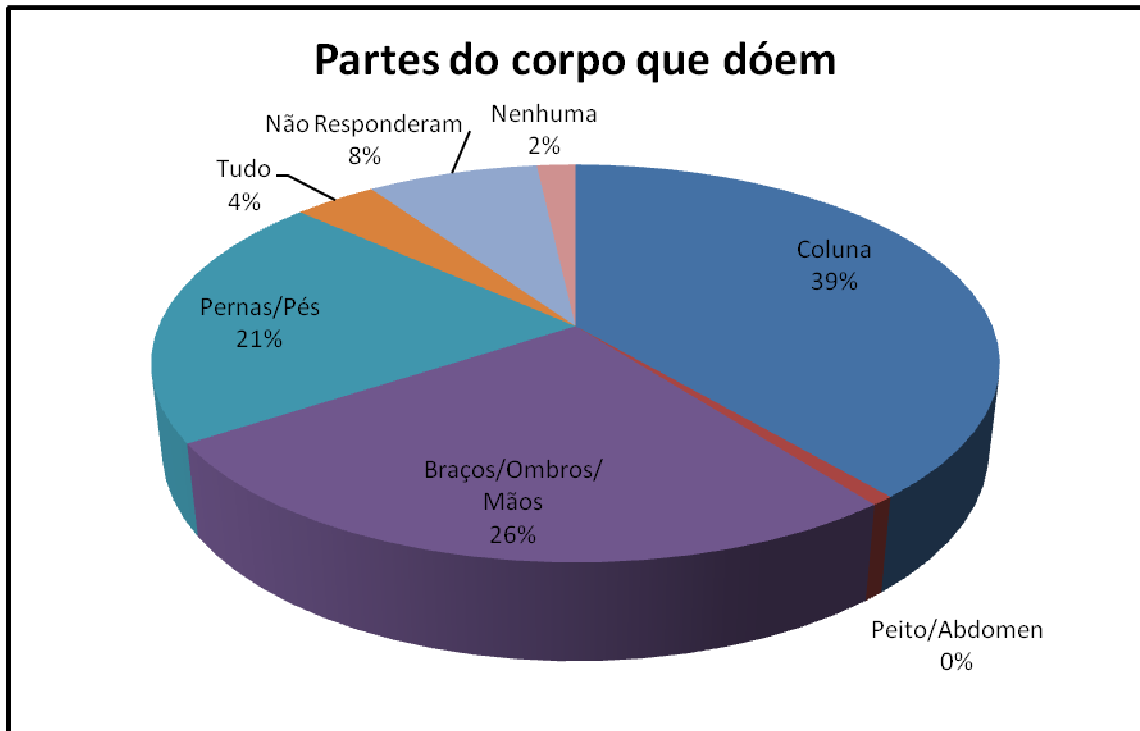


Gráfico 6 – Partes do corpo que doem

Esses dados revelam em números o que já era visualizado na prática. O exercício repetitivo e diário dos movimentos do braço e das pernas no manuseio do podão e no recolhimento da cana, somados ao calor do sol e às extensas jornadas de trabalho sob ritmo pesado, causam intensa sobrecarga nos membros inferiores e superiores e, sobretudo para a coluna, razão pela qual não raro os motivos de afastamento do trabalho se devem a problemas relacionados a desgastes dessas regiões do corpo, dificultando o retorno ao trabalho, ainda que em função diversa, uma vez que em geral tratam-se trabalhadores com baixa escolaridade e sem qualificação para outras atividades que não sejam manuais. Ou seja, novamente, esses trabalhadores são expostos a uma situação de possível desemprego, dado que muitas vezes não jovem, não tendo idade para se aposentar, ou seu quadro não se insere dentre as patologias passíveis de aposentadoria por invalidez, quando não se somam as duas situações.

Os trabalhadores também foram consultados sobre o surgimento de câimbras, sendo que a maioria, isto é, 55% (171 trabalhadores) responderam que sente câimbras, enquanto 40% (126 trabalhadores) responderam que não sente, e 5% (16 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

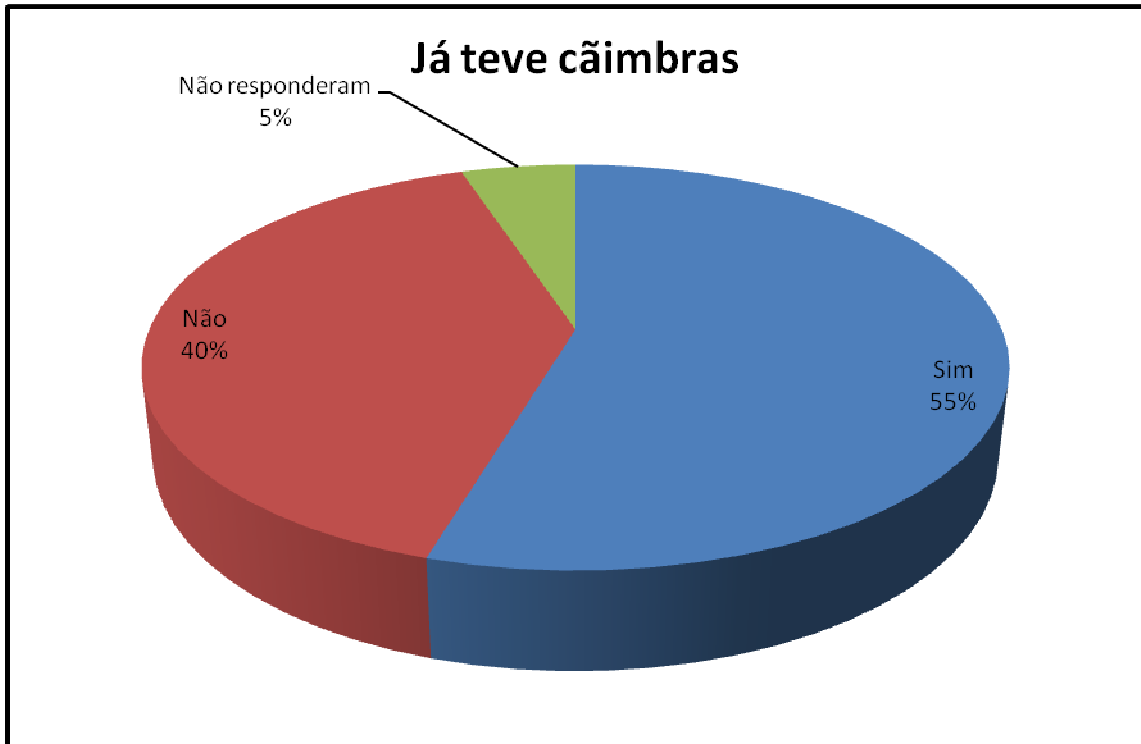


Gráfico 7 – Já teve câimbras

O surgimento de câimbras é bastante comum entre os cortadores, sobretudo entre aqueles que já estão há mais tempo no corte.

Em face às câimbras, os trabalhadores em geral recorrem a algumas estratégias. Destarte, 45% (142 trabalhadores) procuram se esforçar menos; 21% (65 trabalhadores) consideram que a melhor forma de diminuir as câimbras esteja relacionada à boa alimentação e à prática de exercícios; para 3% (9 trabalhadores) o correto é a procura de um médico; para 2% (5 trabalhadores) a ingestão do suco oferecido pela usina ajuda na diminuição das câimbras, enquanto para um trabalhador a melhor forma de enfrentamento desse problema é o investimento em saúde do trabalhador, sendo que um número considerável de trabalhadores, 29% (91 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

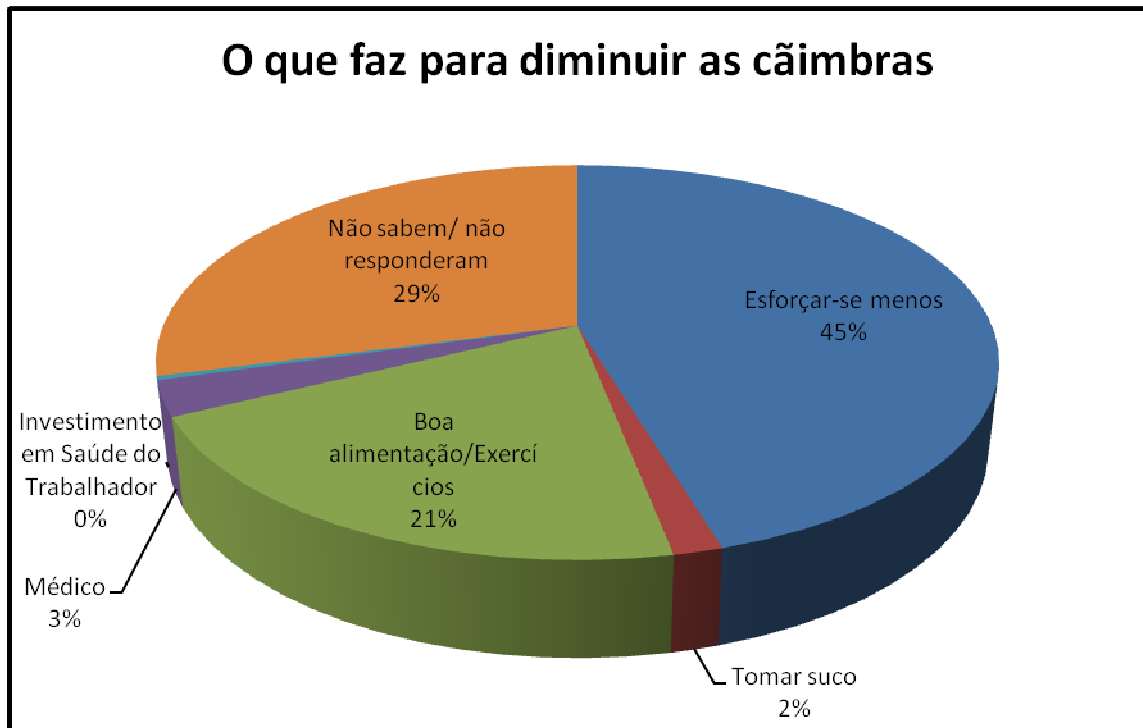


Gráfico 8 – O que faz para diminuir as câimbras

Os cortadores sabem que as câimbras estão relacionadas ao tipo de trabalho e ao excesso de esforço físico somado a repetição dos movimentos. Por isso, boa parte deles procura se esforçar menos, tendo em vista a obtenção da melhora do quadro, além de saber da necessidade de uma boa alimentação e dos exercícios físicos. Entretanto, há um elemento em destaque, embora apontado por apenas um trabalhador, o qual entrevê a necessidade de investimento na área de saúde do trabalhador, ou seja, possivelmente, não analisa tal realidade de modo pontual, porém, relacionado a diversos outros fatores, os quais vão muito além da alimentação, dos exercícios e mesmo das estratégias para se poupar um pouco: eles envolvem políticas e ações específicas, as quais se articula a outras políticas setoriais, com mudanças legais e estruturais no sentido de proteger o trabalhador em sua integralidade.

O sindicato também procurou saber sobre o tempo das dores, frente ao que os trabalhadores responderam da seguinte forma: para 34% (106 trabalhadores) a dor tem início com o exercício do trabalho; 18% (55 trabalhadores) sentem dor por muito tempo; 10% (32 trabalhadores) sentem dor por pouco tempo, enquanto 38% (120 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

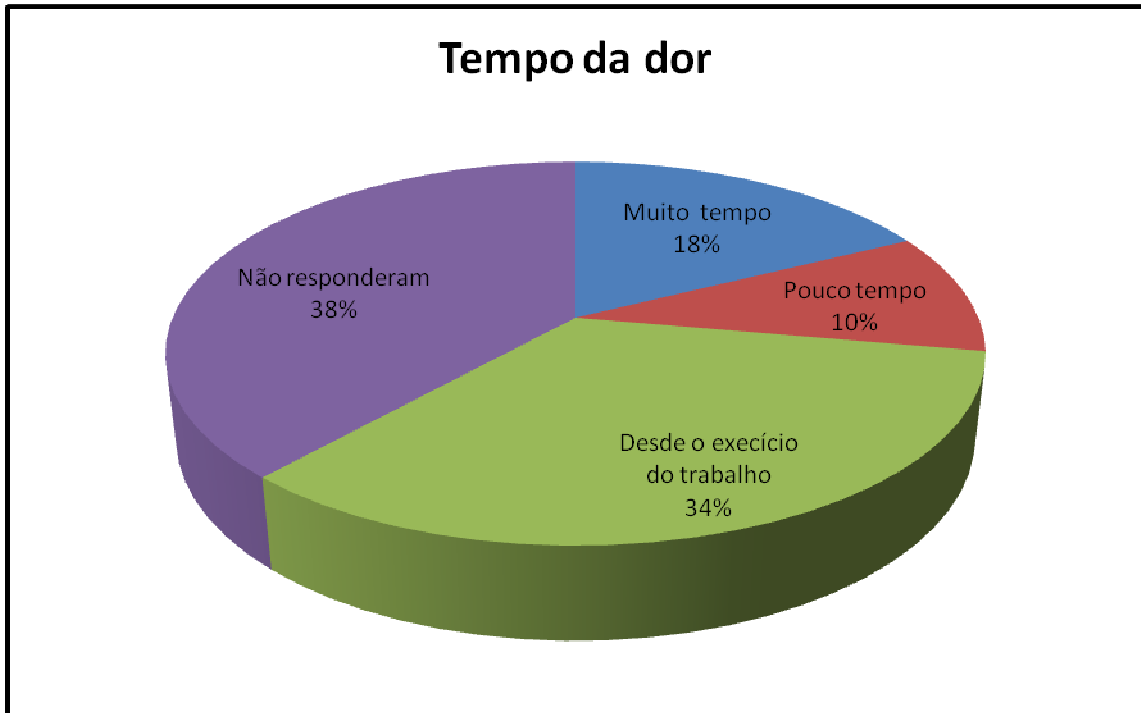


Gráfico 9 – Tempo da dor

Chama à atenção a porcentagem de abstenções quanto ao questionamento sobre a duração da dor. Entretanto, dentre os que responderam, é notável o fato de que mais da metade (52%) sente dor, sendo que dentre esses, a maioria revela que as dores ocorrem desde que começam o corte, descartando que as dores estão intimamente ligadas às características do trabalho.

Em face à consulta sobre o que costumam fazer quando sentem dores, os trabalhadores responderam o seguinte: a maioria, 39% (121 trabalhadores) recorre à automedicação; 13% (41 trabalhadores) procuram parar um pouco com o trabalho e descansar; 12% (38 trabalhadores) utilizam a auto-massagem; 11% (34 trabalhadores) vão ao médico; 8% (25 trabalhadores) não fazem nada; 1% (3 trabalhadores) se utilizam de outras estratégias, enquanto 16% (51 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

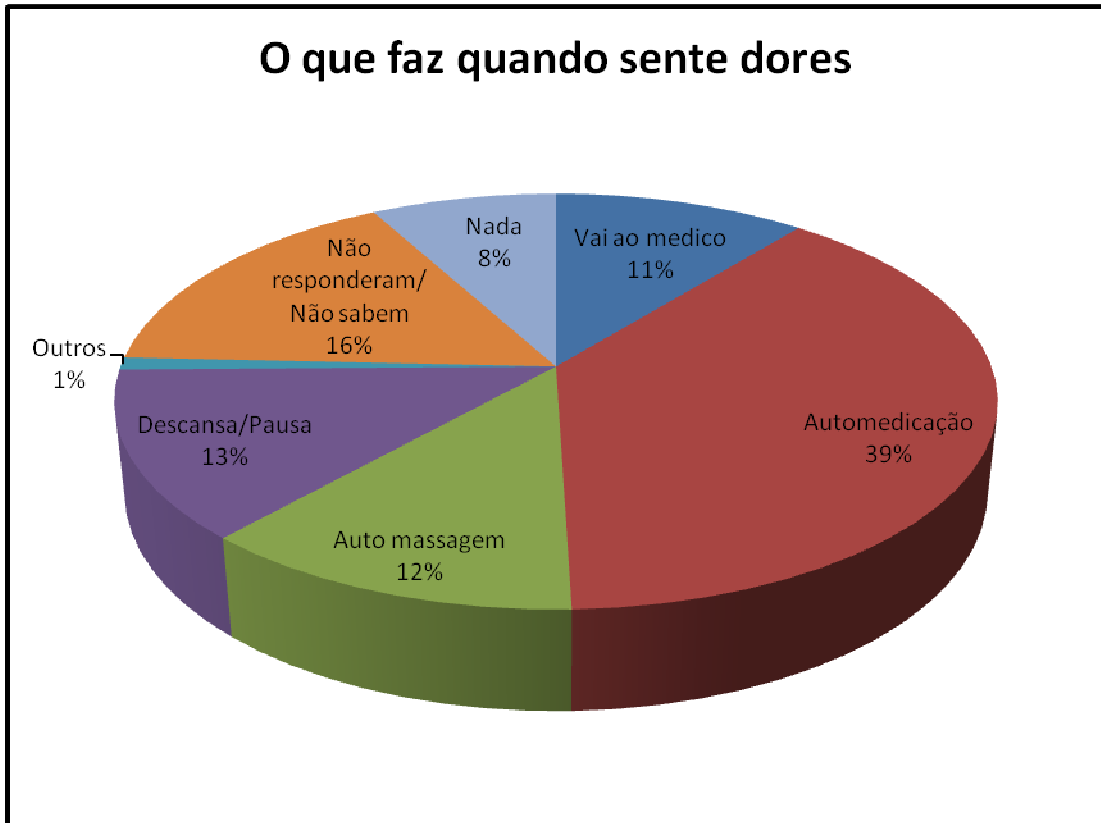


Gráfico 10 – O que faz quando sente dores

Frente às dores, a maioria dos cortadores recorre a alguma estratégia por iniciativa própria, inclusive à automedicação, o que amplia os riscos para a própria saúde. O fato de apenas 11% procurarem atendimento médico pode estar relacionado a diversos fatores, entre os quais o receio por ser recém-contratado ou por ter pouco tempo na usina, o medo de ser dispensado na própria safra ou na seguinte, e mesmo as barreiras interpostas pela própria usina, sabendo-se que não é prática muito comum o atendimento médico aos empregados. Por isso, os trabalhadores vão resistindo como podem, embora muitas vezes essa resistência se traduza em risco para a sua própria vida, uma vez que também não podem contar com políticas públicas de saúde capazes de corresponder às suas necessidades.

Os dados acima são corroborados pela resposta dos trabalhadores à questão sobre a utilização de remédios, de modo que a maioria, 66% (206 trabalhadores), respondeu que utiliza remédios para amenizar a dor, enquanto que 26% (83 trabalhadores) não utilizam remédios, sendo que 8% (24 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

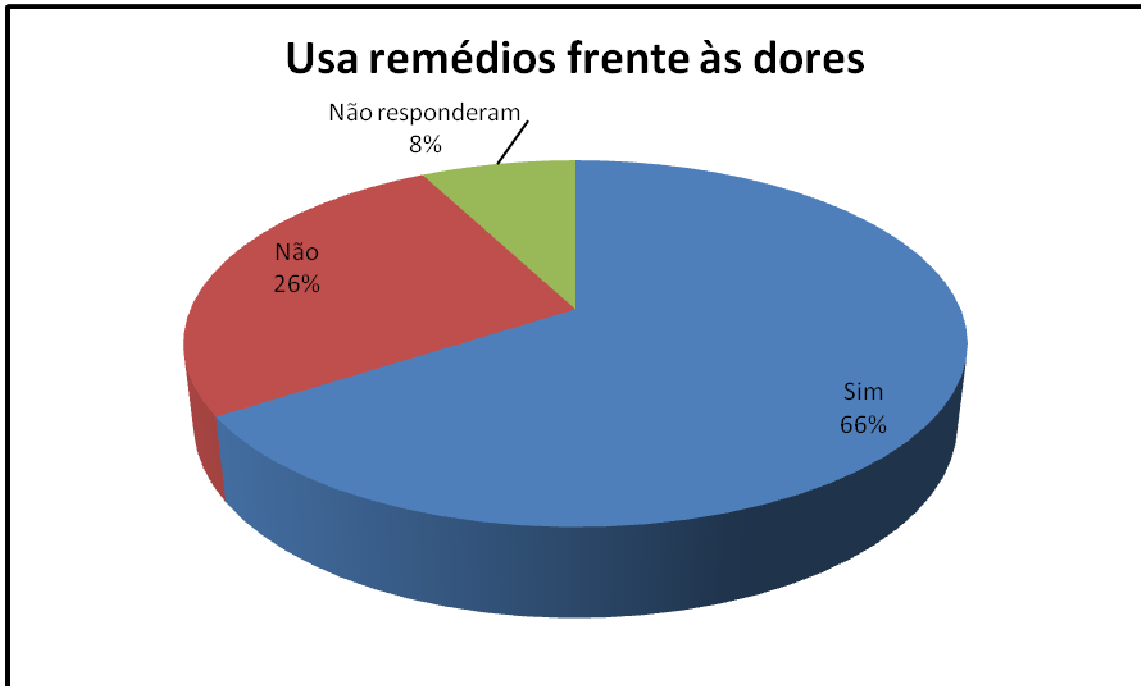


Gráfico 11 – Usa remédios frente às dores

Dentre os medicamentos mais utilizados pelos trabalhadores, o mais apontado por eles foram os seguintes: Dipirona – 24% (76 trabalhadores); Diclofenaco – 15% (47 trabalhadores); aspirina – 5% (16 trabalhadores); Dorflex/ Buscopan – 5% (16 trabalhadores); “injeção” – 2% (6 trabalhadores); Trandilax – 1% (2 trabalhadores), sendo que 1% (um trabalhador) utiliza vários remédios, 8%(25 trabalhadores) faz uso de outros medicamentos e menos de 1%(um trabalhador) utiliza apenas o indicado pelo médico, enquanto que 39% (123 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder. Esses remédios são muito utilizados no alívio das dores e comumente não dependem de receituário médico, ou seja, são vendidos livremente pelas farmácias e drogarias, de modo que os trabalhadores tem maior facilidade para seu acesso do que para ir ao médico.

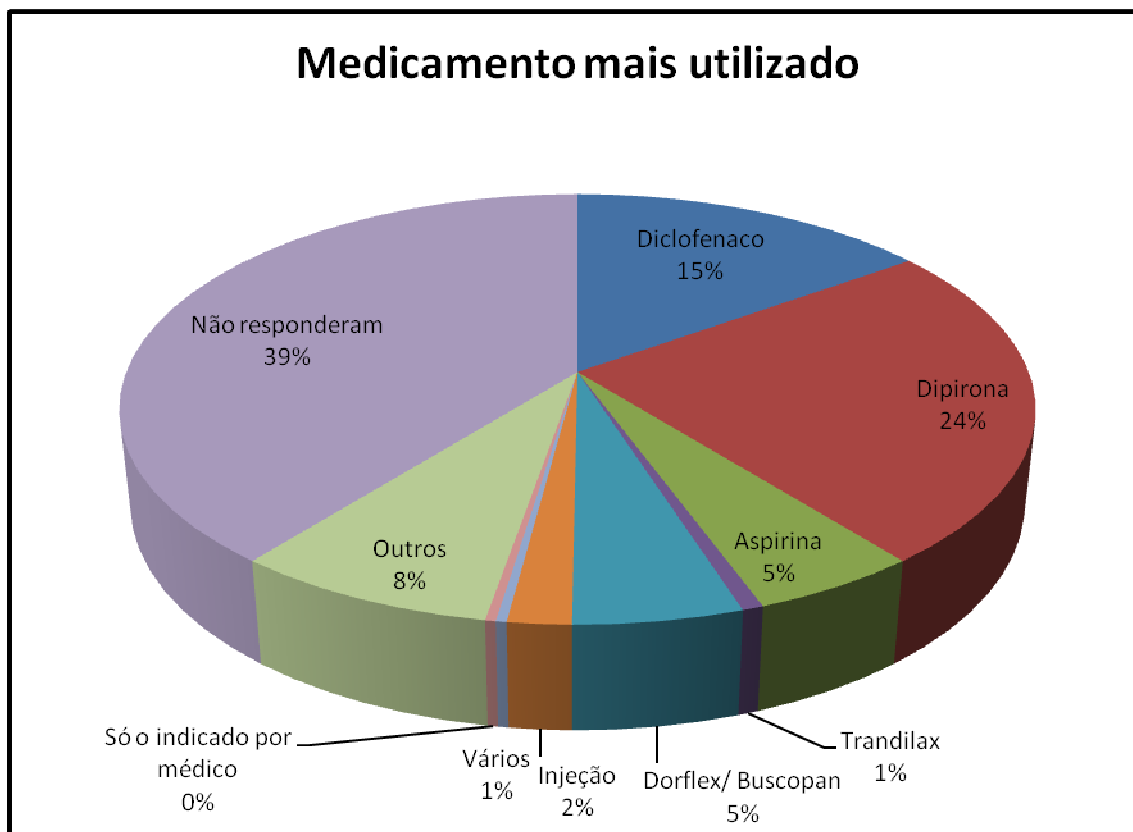


Gráfico 12 – Medicamentos mais utilizados

Outra questão levantada e que merece atenção diz respeito à relação entre a condição de saúde e o trabalho no corte da cana. A primeira questão sobre esse aspecto foi relativa ao momento em que os trabalhadores mais sentem dores, sendo que a maioria, 80% (239 trabalhadores), sente dores após o exercício do trabalho no corte; 14% (42 trabalhadores) sentem dores durante o trabalho no corte; 6% (16 trabalhadores) antes do início do corte, sendo que menos de 1% (um trabalhador) respondeu que não sente dores.

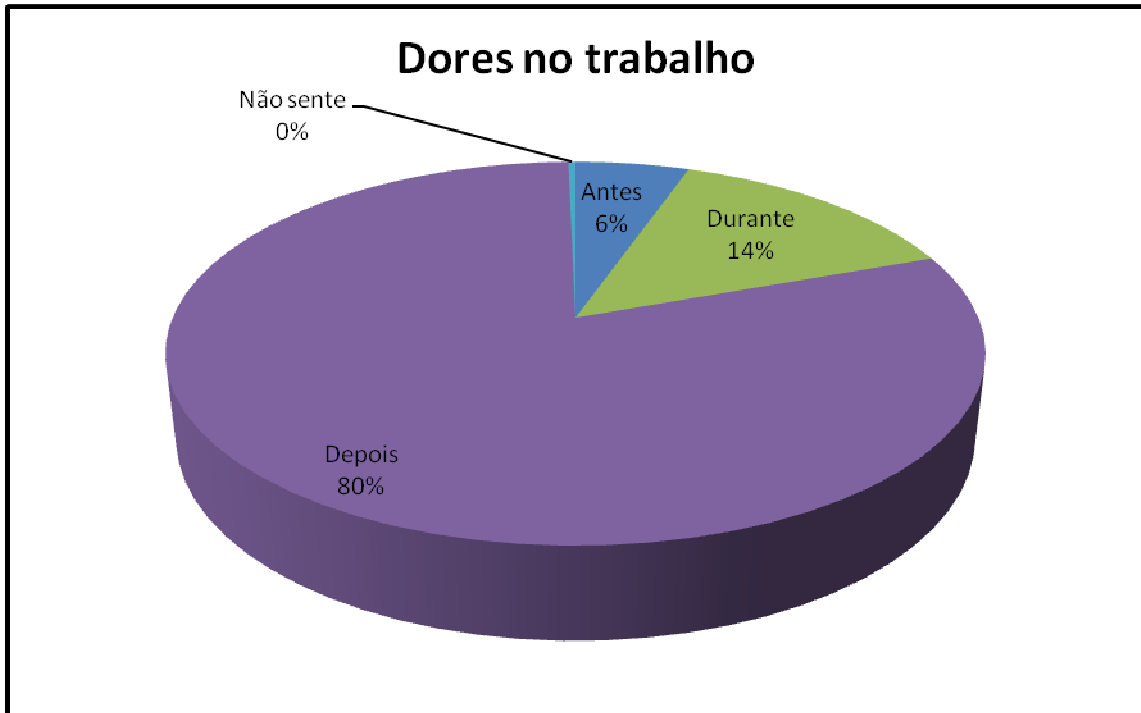


Gráfico 13 – Dores no trabalho

Destaca-se que mais de 90% dos cortadores sentem dores durante ou depois do trabalho no corte da cana, corroborando a relação trabalho x saúde, isto é, na medida em que as condições de trabalho são precárias e inadequadas, o trabalhador é mais ou menos exposto a situações de acidente e/ ou adoecimento. Nesse caso, não há dúvida quanto ao fator tangente às relações de trabalho e às condições de saúde do cortador, o qual sofre em seu corpo e em seu espírito as conseqüências de uma atividade penosa e desgastante.

O sindicato também procurou saber se os trabalhadores relacionam das dores com o trabalho no corte e a razão dessa associação. De acordo com os dados coletados, a maioria, 83% (259 trabalhadores), vincula as dores ao trabalho no corte da cana, considerado como sendo “muito pesado” e por exigir “muito esforço”; 10% (31 trabalhadores) não associam as dores ao trabalho no corte e 7% (23 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

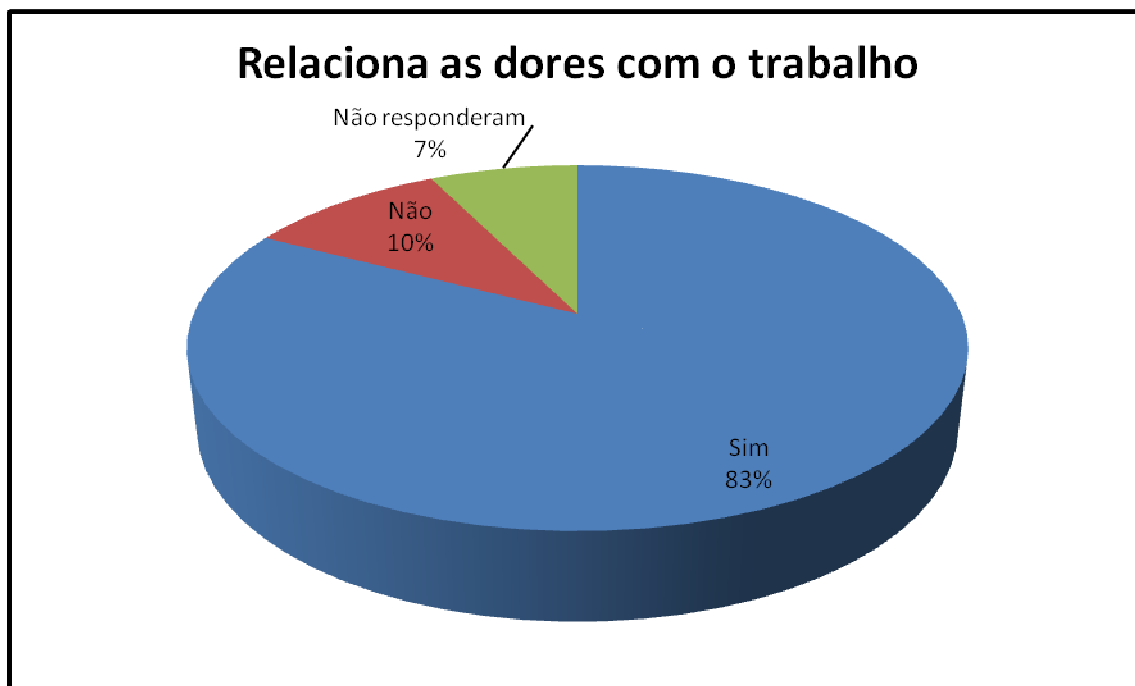


Gráfico 14 – Relaciona as dores com o trabalho

Esses elementos denotam que o trabalhador tem consciência da precariedade de seu trabalho. A grande maioria (83%) demonstra tal constatação. Ou seja: “o trabalho é penoso, é pesado, é exigente e por isso sentimos dores, por isso adoecemos”, muito embora tenham enfrentem dificuldades para colocar em debate e em evidência tais questões, devido, sobretudo à lógica de dominação do capital.

Em consonância com os dados acima, os trabalhadores também puderam responder se sentem mais dores quando cortam cana, quando a maioria, ou seja, 78% (244 trabalhadores) também responderam afirmativamente; sendo que 11% (35 trabalhadores) responderam negativamente e 11% (34 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder. Destarte, como as dores estão relacionadas ao tipo de trabalho, o corte de cana-de-açúcar, as dores tendem a se agravar durante o exercício da jornada de trabalho.

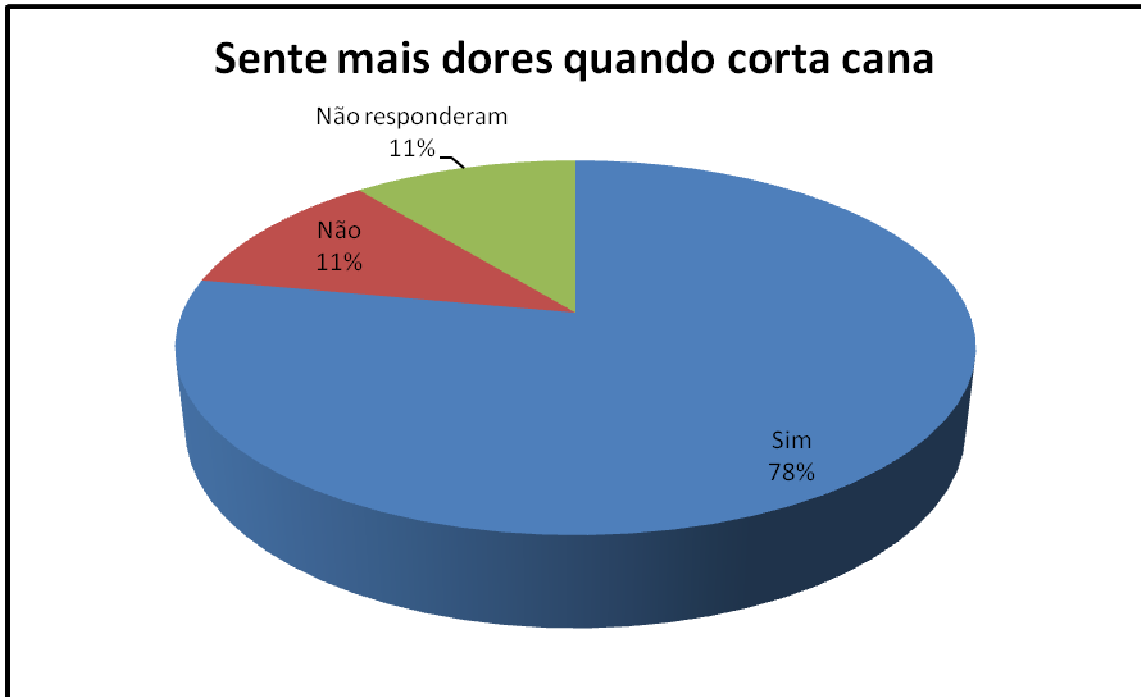


Gráfico 15 – Sente mais dores quando corta cana

Como a usina tem disponibilizado alguns espaços de tempo para a ginástica laboral e para o suco, os trabalhadores também foram consultados sobre a sua eficácia. Quanto à ginástica laboral, a maioria, 61% (191 trabalhadores), considera que a ginástica laboral ajuda na disposição de na redução das dores; 15% (46 trabalhadores) a consideram ineficaz; sendo que 15% (46 trabalhadores) não fazem a ginástica laboral e 9% (37 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

É bastante conhecido o fato de que a ginástica laboral pode ajudar a melhorar as condições físicas, como a flexibilidade e a mobilidade dos músculos, na medida em que também aumenta a circulação sanguínea, colaborando para o aumento da produtividade, além de diminuir os riscos de acidente de trabalho, uma vez ajuda na concentração, e de favorecer a construção de uma imagem de que a empresa se preocupa com o funcionário. Por isso, de fato, para boa parte dos trabalhadores esses resultados são percebidos. Todavia, há um percentual (15%) que não a realizam e a razão não pôde ser conhecida, mas, pode estar relacionado ao desconhecimento de que haja a atividade ou mesmo por considerá-la juntamente com outros 15% que não vêem eficácia em sua realização.

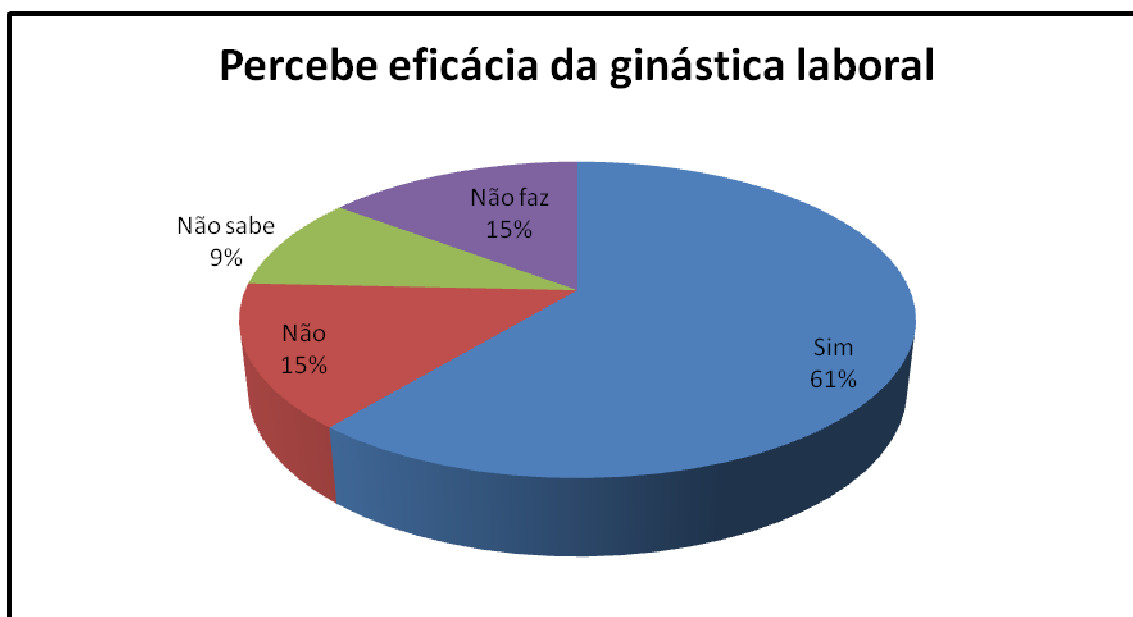


Gráfico 16 – Percebe eficácia da ginástica laboral

Quanto ao suco, oferecido pela usina para a reposição hidroeletrólítica, ou seja, com o intuito de repor sais minerais e hidratar, aumentando também a energia e para a diminuição das câimbras, os trabalhadores apresentaram respostas bastante diferenciadas e contrapostas. Consultados sobre a reação ao suco, 49% (155 trabalhadores) responderam que não sentem qualquer sintoma; 16% (51 trabalhadores) sentiram alívio e maior disposição; 13% (40 trabalhadores) sentiram um aumento na produção do suor; 9% (27 trabalhadores) sentiram sonolência; 1% (3 trabalhadores) sentiram cansaço e câimbras; 1% (3 trabalhadores) relatam fraqueza; 1% (2 trabalhadores) apontaram “queimação” e dor de barriga; sendo que menos de 1% relatou tontura (um trabalhador) ou outros sintomas (um trabalhador), enquanto 10% (30 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

É interessante visualizar que o suco servido com a intenção de trazer maior disposição e condição física ao trabalhador e para evitar a desidratação, na realidade, não esteja surtindo resultado para a quase metade dos entrevistados e causando efeitos colaterais em cerca de 25% deles, sendo que apenas 16% sentiram alívio e maior disposição.

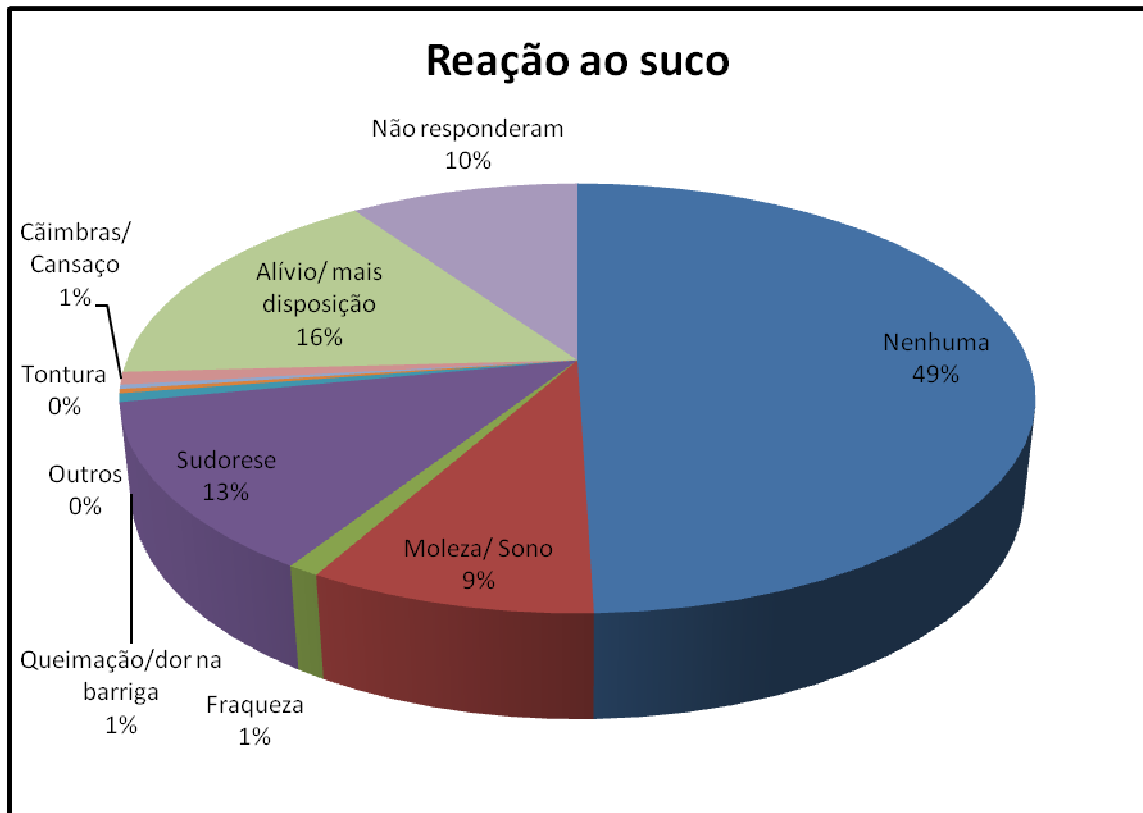


Gráfico 17 – Reação ao suco

Dentre as sugestões apontadas para a manutenção de uma boa saúde, os trabalhadores elencaram vários elementos. Segundo os dados coletados, para 29% (91 trabalhadores) é importante o cuidado com o sono e com uma boa alimentação; para 19% (60 trabalhadores) é preciso evitar esforço em demasia; para 8% (25 trabalhadores) é necessária a realização contínua de exames, bem como um convênio médico; para 4% (14 trabalhadores) é importante a realização de exercícios; para 4% (12 trabalhadores) a única alternativa seria outro tipo de trabalho; 2% (8 trabalhadores) indicaram a necessidade de melhores condições de trabalho; 2% (5 trabalhadores) apontaram a necessidade de higiene; 2% (8 trabalhadores) responderam sobre a importância de não se ter “vícios”; 2% (6 trabalhadores) sugeriram outras alternativas; para 1% (2 trabalhadores) seria preciso maior investimento em equipamentos de segurança; 1% (3 trabalhadores) apontam para a necessidade de maior segurança no trabalho; para 1% (2 trabalhadores) seria preciso modificar a legislação do trabalho; para 1% (2 trabalhadores) somente a fé e a família poderiam ajudar a ter boa saúde, sendo que 24% (74 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

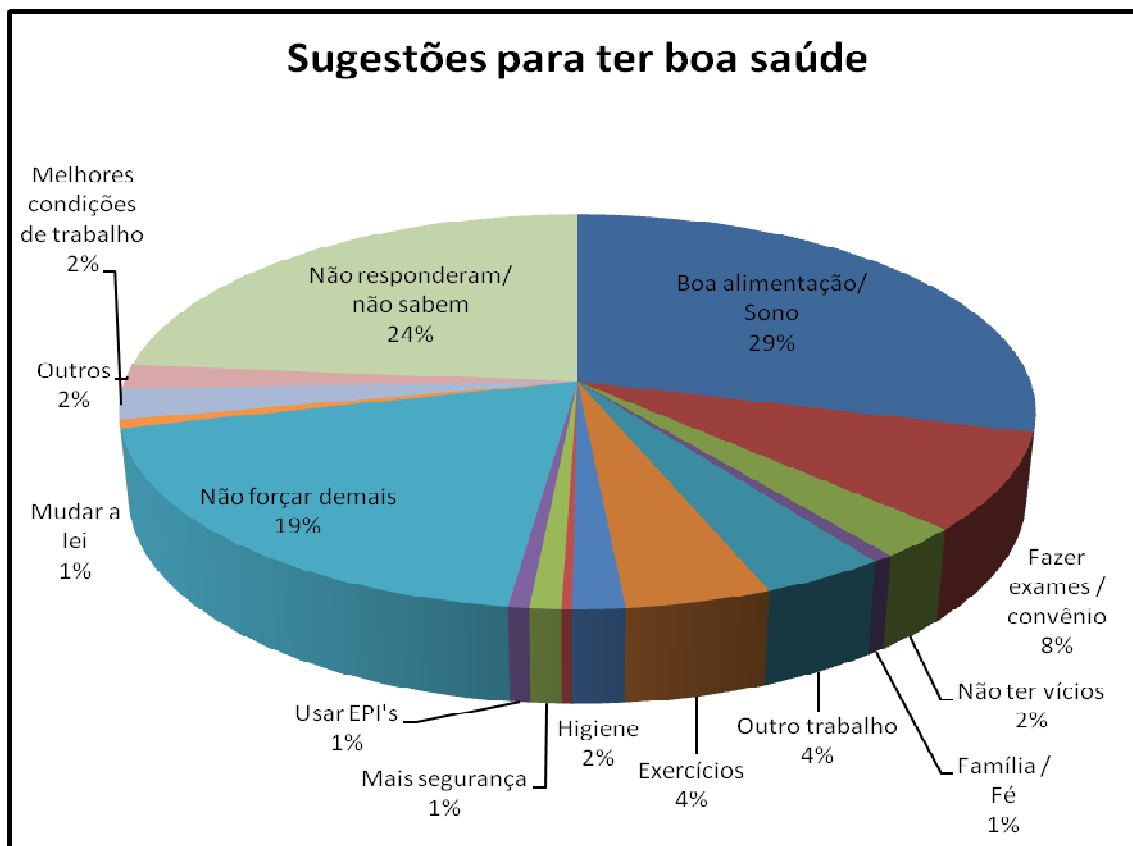


Gráfico 18 – Sugestões para ter boa saúde

A apresentação de algumas sugestões para ter boa saúde ligada a boa alimentação, à prática de exercícios, bem como a diminuição de esforços e o acompanhamento médico, de um lado, e alguns aspectos de conotação moral como a ausência de vícios, o apoio da família e da fé, podem ser reveladores de um processo não raro se levado em consideração o aparato ideológico do capital. Nesse sentido, ao assumir essa perspectiva, é como se o trabalhador assumisse para si a responsabilidade sobre as suas condições de saúde. Isso não significa que não seja importante cuidar da alimentação ou da prática de exercícios e da frequência ao médico. Ao contrário, o ponto nevrálgico é que embora alguns trabalhadores tenham apontado a necessidade de mudanças legislativas, de melhoria das condições de trabalho, de maior segurança e investimento em EPI's ou até mesmo outro trabalho (talvez por não vislumbrar possibilidades de grandes mudanças no setor), a grande maioria apresentou posições em consonância com a ideologia de responsabilização do trabalhador pela sua condição, enquanto subsiste questões de caráter político-econômico e ideológicos e que interagem na conformação de tal realidade.

Por outro lado, quando consultados sobre a realização de exames antes do início do trabalho na safra, a maioria dos entrevistados, um universo de 71% (223 trabalhadores), informou que realizou exames antes de iniciarem o trabalho no corte, enquanto 15% (45 trabalhadores) informaram que não realizaram quaisquer exames, sendo que 14% (45 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

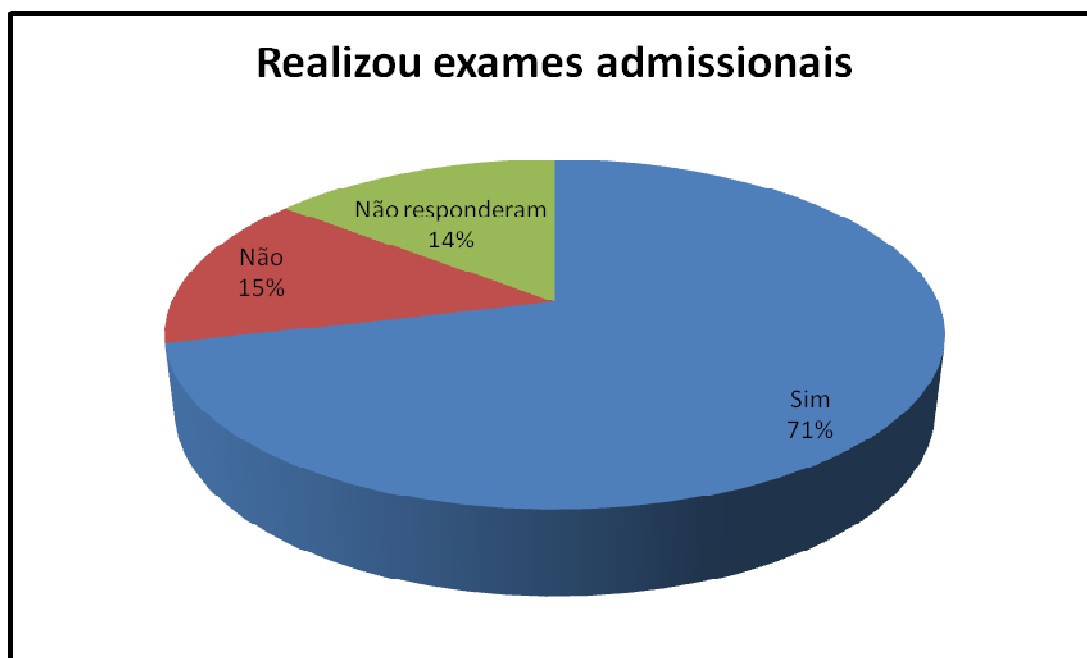


Gráfico 19 – Realizou exames admissionais

A Norma Regulamentadora 31 (NR31)⁴⁷ estabelece que os exames devem ser realizados em todas as fases do período de trabalho no campo⁴⁸, ou seja, antes, durante e depois da safra. No entanto, percebe-se que, embora a maioria tenha

⁴⁷ A Norma Regulamentadora n. 31 traz como objetivo o estabelecimento de procedimentos que devem ser obedecidos tanto na organização quanto no ambiente de trabalho, “de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho” (NR 31 - Portaria GM n. 86, de 03 de março de 2005).

⁴⁸ “O empregador rural ou equiparado deve garantir a realização de exames médicos, obedecendo aos prazos e periodicidade previstos nas alíneas abaixo: a) exame médico admissional, que deve ser realizado antes que o trabalhador assumira suas atividades; b) exame médico periódico, que deve ser realizado anualmente, salvo o disposto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, resguardado o critério médico; c) exame médico de retorno ao trabalho, que deve ser realizado no primeiro dia do retorno à atividade do trabalhador ausente por período superior a trinta dias devido a qualquer doença ou acidente; d) exame médico de mudança de função, que deve ser realizado antes da data do início do exercício na nova função, desde que haja a exposição do trabalhador a risco específico diferente daquele a que estava exposto; e) exame médico demissional, que deve ser realizado até a data da homologação, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de noventa dias, salvo o disposto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, resguardado o critério médico.” (NR 31 - Portaria GM n. 86, de 03 de março de 2005 – item 31.5.1.3.1)

realizado os exames admissionais, permanece um percentual de 15% de trabalhadores que não foram submetidos a tais exames, evidenciando o possível descumprimento da normatização.

Dentre os exames realizados foram elencados a medição da pressão sanguínea (35% - 109 trabalhadores); hemograma (22% - 69 trabalhadores); exame de vista (14% - 43 trabalhadores); exames cardíacos (4% - 12 trabalhadores) e outros (4% - 12 trabalhadores); equilíbrio (3% - 8 trabalhadores); exames laboratoriais (2% - 7 trabalhadores); exames do pulmão (2% - 5 trabalhadores) e da coluna (menos de 1% - 1 trabalhador), sendo que 9% (27 trabalhadores) informaram que não realizaram qualquer exame e 5% (14 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

Segundo a RN31, os exames realizados dizem respeito às avaliações clínicas e exames complementares, esses quando necessários e de acordo com as funções e necessidades dos trabalhadores. Nota-se uma variação importante nas tipologias de exames realizados, com a predominância de exames mais simples como a aferição de pressão sanguínea e a hemograma, sendo que exames mais específicos como os pulmonares e cardíacos são mais restritos, possivelmente sujeitos à avaliação de algum antecedente ou indicio revelado em exames anteriores.

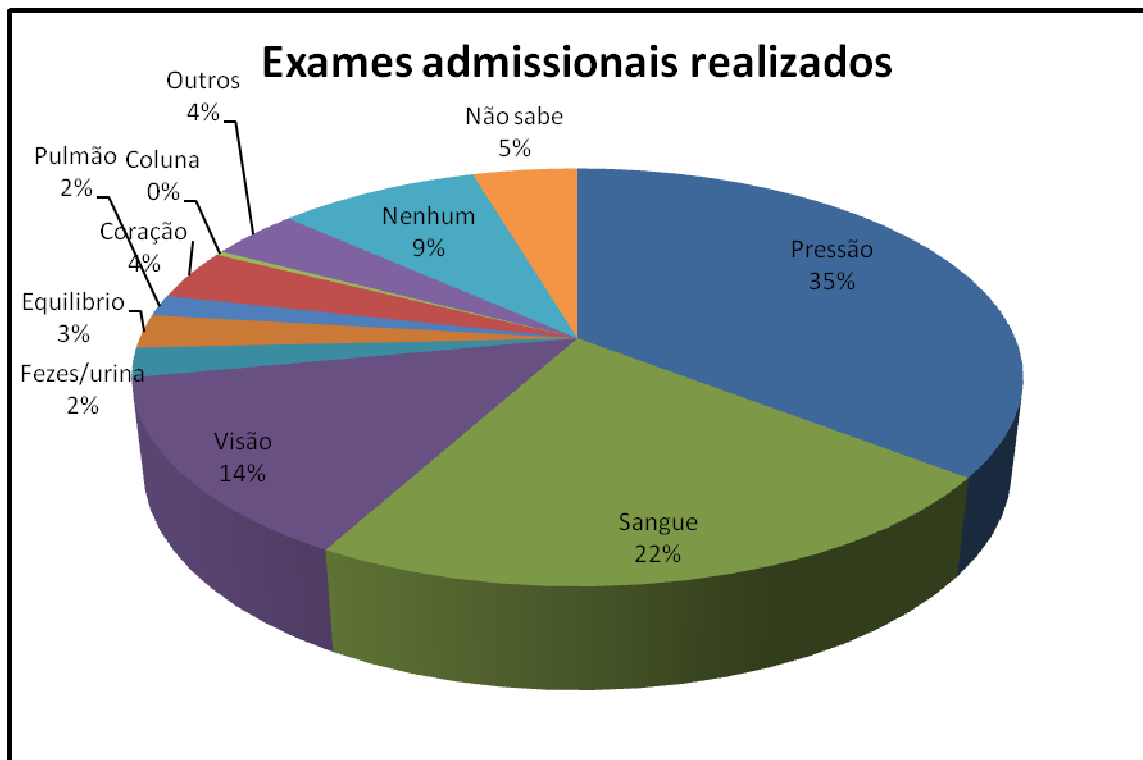


Gráfico 20 – Exames admissionais realizados

Quando consultados sobre a realização de exames durante a safra, a maioria, ou seja, 59% (185 trabalhadores), informou que não foi submetido a qualquer exame durante a safra; ao passo que 28% (68 trabalhadores) informaram que realizaram exames e 13% (40 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

Essa contextualização é agravada quando se descobre que a maioria (59%) não realizou qualquer exame durante a safra, anulando qualquer possibilidade de investimento na prevenção de acidentes e doenças nesse âmbito. Possivelmente, os que realizaram exames podem ter apresentado algum sintoma ou alguma evidência que merecesse atenção. Novamente, evidencia-se o não cumprimento da norma.

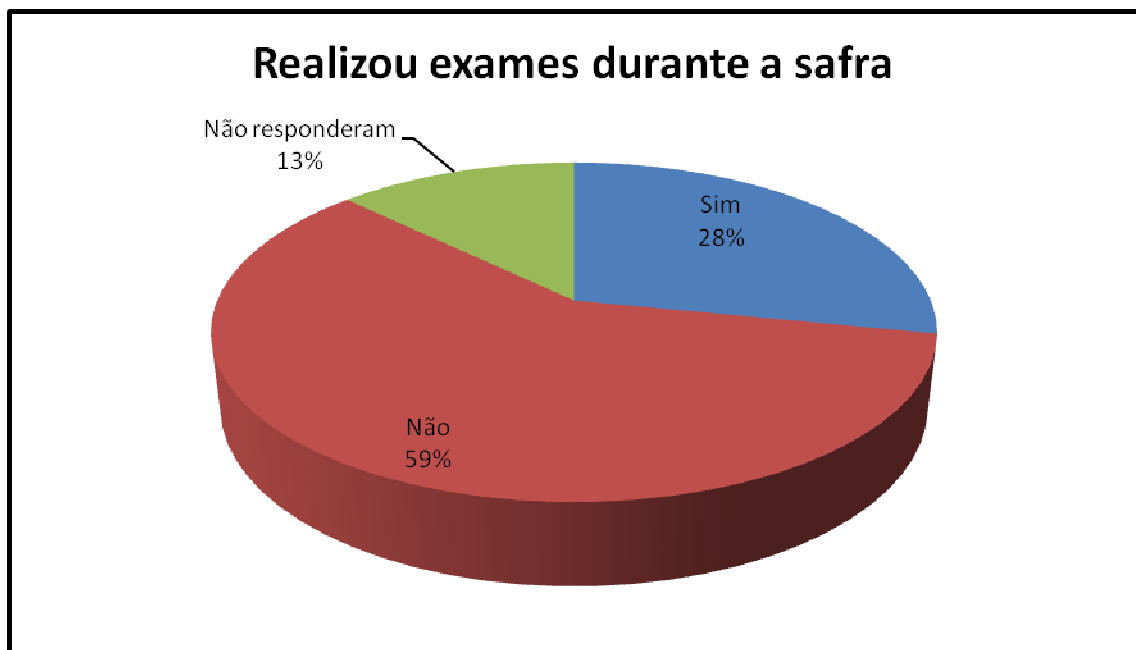


Gráfico 21 – Realizou exames durante a safra

Quanto à realização de exames no momento da demissão, 40% (124 trabalhadores) responderam afirmativamente; enquanto 32% (101 trabalhadores) informaram que não fizeram exames na demissão e 28% (88 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

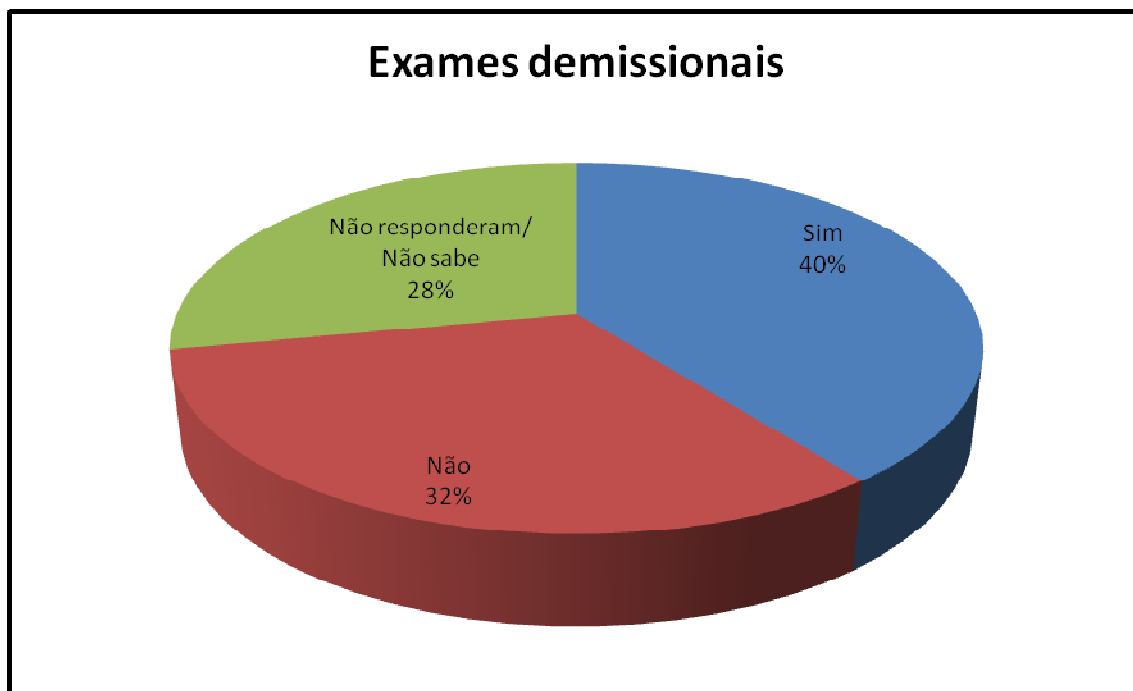


Gráfico 22 – Exames demissionais

Os exames demissionais podem ser interessantes para a usina, uma vez que poderá saber de antemão de casos de doenças surgidas durante o período da safra e que podem ser motivo para a não aceitação do trabalhador num próximo período. Entretanto, apesar de significativa porcentagem (40%) dos que realizaram tais exames, prevalece ainda um número considerável (32%) de trabalhadores que terminaram a safra sem serem submetidos a qualquer exame antes da dispensa.

No que se refere à necessidade de atendimento médico durante a safra, os dados coletados revelaram o seguinte quadro: a maioria, ou seja, 61% (192 trabalhadores) informaram nunca ter precisado de atendimento médico durante o trabalho no corte, enquanto 27% (84 trabalhadores) responderam afirmativamente e 12% (37 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

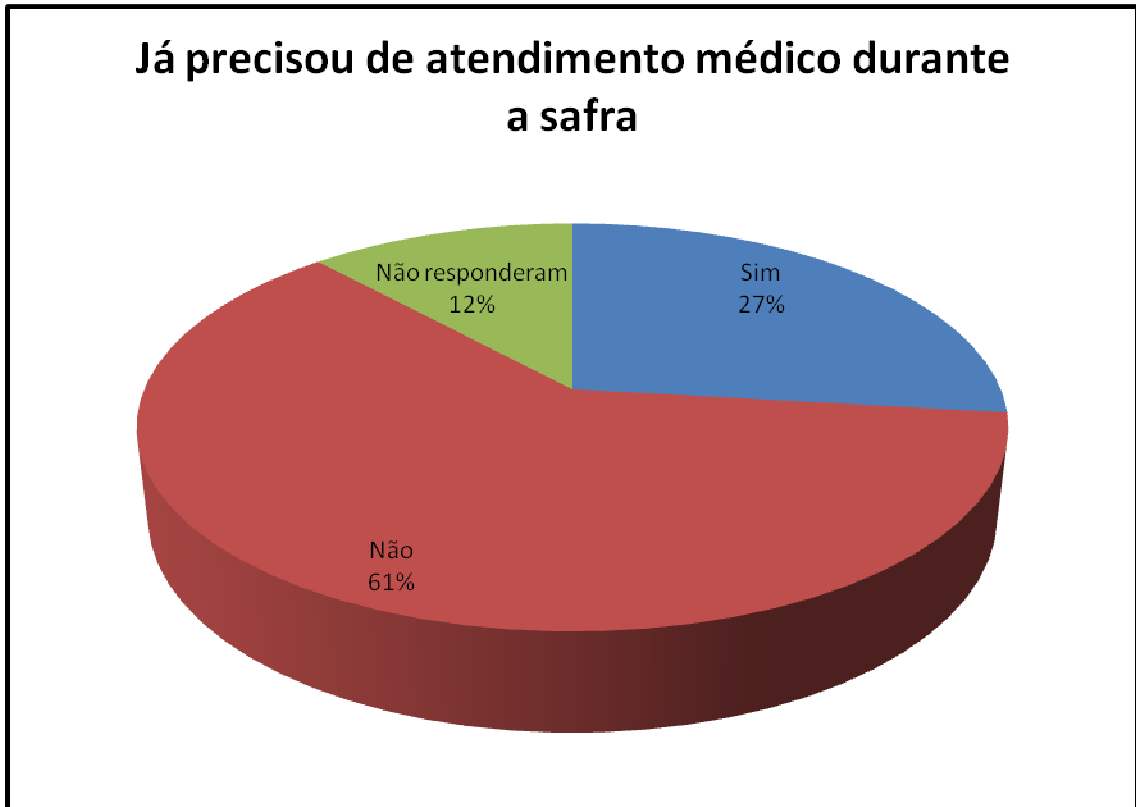


Gráfico 23 – Já precisou de atendimento médico durante a safra

Uma parcela importante (27%) dos cortadores já precisou de atendimento médico durante o corte, o que não significa que não tenham ocorrido outras situações que demandassem atendimento, uma vez que é bastante comum acontecerem pequenos acidentes e picadas de insetos, mas, como se verá inclusive em uma das falas da colaboradora da pesquisa, não é pouco comum que os próprios trabalhadores se ajudem entre si e prestem os primeiros socorros.

Em relação a possíveis afastamentos, quantificados em dias, a maioria _ 56% (177 trabalhadores) revelou que nunca ficaram afastados por problemas de saúde; 7% (22 trabalhadores) informaram afastamentos por períodos de um a três dias; 2% (5 trabalhadores) precisaram de afastamento durante quatro a seis dias; 3% (8 trabalhadores) ficaram afastados durante sete a nove dias; 1% (4 trabalhadores) se afastaram por períodos de dez a doze dias; 3% (9 trabalhadores) por períodos de treze a quinze dias e 3% (11 trabalhadores) precisaram se afastar por mais de quinze dias, considerando que 25% (77 trabalhadores) não souberam ou não quiseram responder.

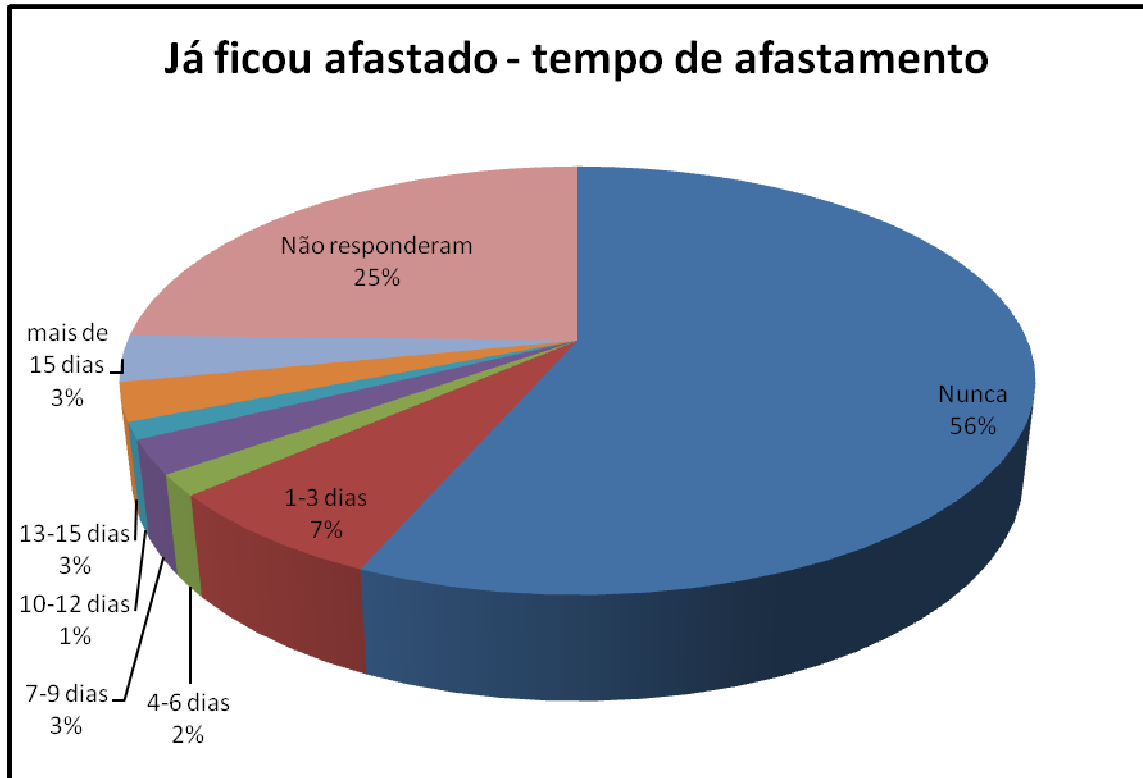


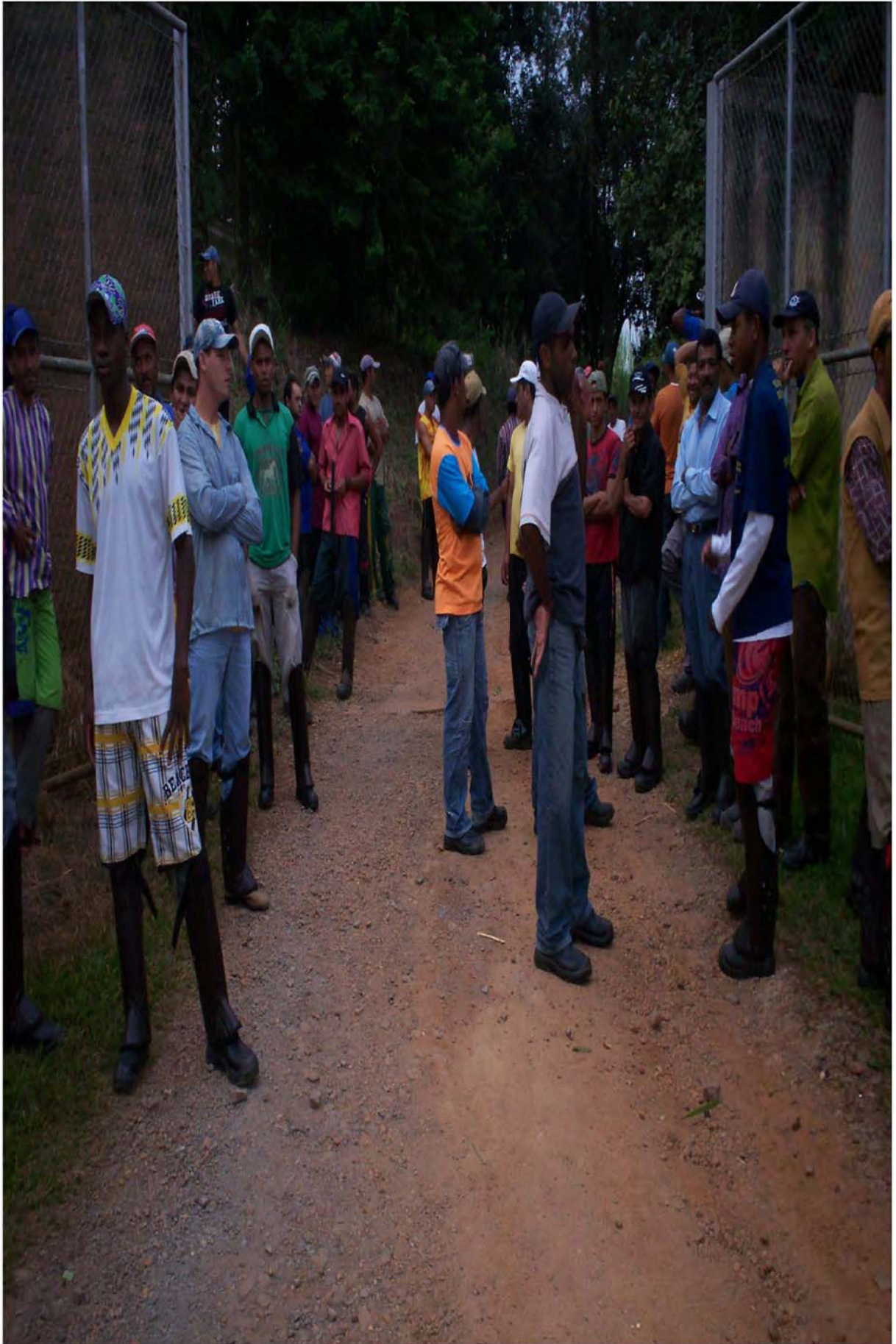
Gráfico 24 – Já ficou afastado – tempo de afastamento

A porcentagem de trabalhadores que já precisaram de afastamento é pequena se comparado àquela de cortadores que revelaram nunca terem sido afastados do trabalho, o que não significa que não tenham tido motivos. Contudo, em geral os trabalhadores agüentam como podem, se automedicam e recorrem a outras estratégias para alívio da dor e enfrentamento da doença frente à instabilidade do mercado de trabalho, sobretudo quando se considera que poderão ficar desempregado durante toda uma safra, não podendo correr o risco de serem dispensados da seguinte.

Em linhas gerais, é preciso lembrar que a NR 31 responsabiliza o empregador pela garantia de condições de trabalho adequadas, respondendo aos critérios de conforto e higiene desejáveis para todos os trabalhadores, bem como pela avaliação dos riscos à saúde e à segurança, com vista à adoção de medidas de prevenção e proteção, de acordo com as normas de segurança, com a promoção de melhorias no ambiente e nas condições de trabalho, além de informar os trabalhadores sobre os riscos e medidas de proteção, as quais não deverão acarretar ônus ao trabalhador.

De outra feita, o atendimento a essas normas e orientação não são uma constante, ao contrário, e nesse sentido a atuação do sindicato no que diz respeito à fiscalização⁴⁹ é fundamental. Em consonância com isso, torna-se premente a discussão e o estudo críticos dessas questões envoltas de mecanismos de alienação como forma de contribuir para o processo de questionamento das bases societárias atuais e também das vias possíveis de tensionamento da realidade. E nesse ponto, os debates trazidos pela área de Saúde do Trabalhador também podem se revelar um dos meios para garantir melhores condições de vida e trabalho, uma vez que o homem é um ser histórico e a transformação da realidade humana é sempre um processo em contínuo movimento e que depende diretamente de sua própria ação sobre o movimento da realidade.

⁴⁹ Ademais, é preciso lembrar que de acordo com a NR31, a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) “é o órgão competente para executar, através das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), as atividades definidas na política nacional de segurança e saúde no trabalho, bem como as ações de fiscalização”. (NR 31 - Portaria GM n.º 86, de 03 de março de 2005). MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. NR 31: segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mar. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_31.pdf>. Acesso em: 2010. Portaria n. 86, de 3 de março de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mar. 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF91BAE4A6A38/p_20050303_86.pdf>. Acesso em: 2010.



CAPÍTULO 3 SINDICALISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO: UM DESAFIO EM MARCHA

O presente não é um passado em potencial. É o momento da escolha e da ação.
(Simone de Beauvoir)

No que se refere ao domínio do capital no campo, é possível afirmar que seus tentáculos invadiram os limites da terra desde o seu surgimento e afirmação enquanto modo de produção. Tão logo se estabeleceu como forma de dominação e exploração da força de trabalho alheio, se encarregou também de garantir seu monopólio da terra, ou seja, a propriedade privada da terra. Na verdade, de acordo com Marx¹, a propriedade fundiária pode ser entendida como a primeira forma de propriedade privada. De acordo com o autor:

Assim como a propriedade fundiária é a primeira forma de propriedade privada, assim como a indústria historicamente se lhe defronta antes de tudo simplesmente como uma espécie particular de propriedade – ou melhor, é o escravo liberto da propriedade fundiária -, assim este processo se repete junto da apreensão científica da essência *subjetiva* da propriedade privada, do *trabalho*, e do trabalho que aparece em primeiro lugar somente enquanto *trabalho de cultivo da terra (Landbauarbeit)*, mas [que] se faz valer depois como trabalho em geral [...]. Toda a riqueza se tornou riqueza industrial, riqueza do trabalho, e a *indústria* é o trabalho completado, assim como a *essência fabril* [é] a essência desenvolvida da *indústria*, isto é, do trabalho, e o *capital industrial* é a figura objetiva tornada completa da propriedade privada... Conforme podemos constatar agora, somente a propriedade privada [a partir de seu surgimento] pode exercer o seu pleno domínio sobre o homem e tornar-se, na forma mais universal, um poder histórico-mundial.²

Ora se a forma primária de propriedade privada nasce vinculada à posse da terra, historicamente o capital também saberia tirar proveito dessa peculiaridade. Antes na forma do domínio da produção para a indústria, sem contar a expulsão do homem do campo. Agora com a “montagem de uma indústria no campo”, traduzida na lógica do Agronegócio. Marx também já conseguia perceber essa dimensão do metabolismo do capital quando afirmava que:

¹ Marx, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

² Ibid., p. 102.

Toda a riqueza é resolvida *na terra* e no *cultivo da terra*; (agricultura) a terra não é ainda *capital*, ela é ainda um modo particular de existência do mesmo, que deve valer em sua e pela sua particularidade natural, mas a terra é, contudo, um *elemento* universal-natural, ao passo que o sistema mercantilista somente conhece como existência da riqueza o *metal nobre*... E a terra só é para o *homem* mediante o trabalho, a agricultura. Dessa forma, a essência subjetiva da riqueza já é transferida para o trabalho. A agricultura é, porém, ao mesmo tempo, o trabalho *unicamente produtivo*... A terra ainda é, aqui, reconhecida como uma existência da natureza (*Naturdasein*) independente do homem, ainda não como capital, isto é, como um momento do trabalho mesmo. O trabalho aparece antes como um momento *dela*... É provado à fisiocracia que a agricultura, do ponto de vista econômico, portanto o único legítimo, não difere de nenhuma outra indústria; portanto, não um trabalho *determinado*, um [trabalho] ligado a um elemento particular, uma externalização particular de trabalho, mas o *trabalho em geral é a essência* da riqueza.³

No caso mais específico do Brasil, a apropriação capitalista da terra tem suas bases lançadas a partir da segunda metade do século XIX, com a regulamentação da posse da terra através de transações de compra e venda como únicas modalidades de apropriação fundiária. Isso foi possível com a elaboração da Lei das Terras. De acordo com Moraes Silva⁴, essa legislação só veio a reafirmar o direito público sobre a terra devoluta por parte do Estado, o qual poderia dispor delas da forma como quisesse, ou seja, a partir de então, o regime de Sesmarias, caracterizado entre outros pela doação de terras por parte da Coroa às classe dominantes é substituído por regulamentações de mercado no que se refere à posse da terra. Na prática. Isso denotaria que a posse da terra não estaria a princípio mais vinculada a relações de favorecimentos por parte da Coroa aos seus “súditos” privilegiados, mas, vinculada à capacidade de compra de quem desejasse possuí-las. Através desse regramento “[...] a expropriação de posseiros e a não-regulamentação das posses serão atos do direito público.” Segundo a autora:

Diz a lei de 1850, que são devolutas, além dos itens anteriores, *as terras que não se acharem ocupadas por posses, que apesar de não se fundarem em título legal forem legitimadas pela lei*. A lei estadual de 1949 afirma, além dos itens anteriores, que são devolutas *as terras que estiverem ocupadas por posseiros ou concessionários incursos em comisso por não as terem legitimado ou revalidado ou pago o preço e mais despesas...* Ou seja, a primeira lei garante a prescritibilidade das terras, na medida em que elas forem legitimadas pela lei. No entanto, a de 1949 nega a prescritibilidade aos posseiros ou concessionários, caso não tenham

³ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 101. (grifo do autor).

⁴ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

legitimado as terras. No primeiro caso, a posse transforma-se em propriedade por meio da legitimação. Trata-se de um ato possível de acontecer, uma previsão. No segundo caso, aqueles incursos em com isso perdem a posse, portanto, por não terem procedido à legitimação.⁵

Moraes Silva ao analisar esse processo de regulamentação da propriedade da terra no país, bem aponta que esta só passou a ser possível através das relações de compra e venda, porém, sempre com a necessidade de legitimação por parte do Estado, ou seja, através da venda de terras devolutas, a critério do poder público. Em outras palavras, sem esse aval do Estado, sem essa “legitimidade” garantida pela lei, todas as outras modalidades de posse da terra que não contassem com esse registro estavam enquadradas no ranking das terras consideradas devolutas. Para Moraes Silva:

Residem aí, as sutilezas de nosso direito em comparação à legislação de outros países, no tocante à apropriação privada das terras. E mais ainda. Por detrás da aparência de igualdade de direitos a todos, impunha-se a necessidade da legitimação pelo poder público. É justamente esta imposição que esconde a violência da tomada das terras dos camponeses pobres dentro da lei e da ordem. Antes da análise do caso concreto em questão, far-se-á uma breve reflexão sobre outros elementos presentes nas regras jurídicas, dentre eles, a legitimidade.⁶

Todas as formas de dominação historicamente estruturadas sempre trataram de construir mecanismos que lhe garantissem de algum modo a sua legitimação social. Não foi diferente no caso das legislações da terra no país e mesmo no que se refere às outras esferas da vida social. Como diria Arendt⁷ o poder necessita de legitimação. A lei tem a capacidade abstrata de imprimir uma aparência de igualdade das relações e por isso acaba sendo aceita como legítima, o que não é sinônimo de que seja justa:

Como expressão das relações de classe, é necessário que a lei apareça como legítima. Se a lei se manifestar parcial, injusta, não vai mascarar nada e nem contribuir para a hegemonia de uma determinada classe social. A condição prévia para eficácia da lei é a de que ela se mostre independente das manipulações de uma determinada classe social e possua a aparência de justa. (Ibidem, 1987, p.354). Ao pretender a generalização, a lei não pode aparecer como sendo uso exclusivo de uma classe. Ao contrário. Seus princípios de igualdade e universalidade precisam ser estendidos a todas as classes. Assim, ao referendar o direito da propriedade de uma classe, a lei

⁵ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 32.

⁶ Ibid., p. 33.

⁷ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

não poderia negar esse direito aos “despossuídos”, que gozavam de pequenos direitos de uso agrário.⁸

Após a década de 1950, com as idéias desenvolvimentistas, o discurso de modernização foi aprofundado e a dicotomia campo x cidade se configurou nas visões que associava o primeiro ao antiquado, arcaico, conservador, e o segundo ao novo, ao progresso, ao desenvolvimento. Com a emergência da ditadura burguesa essas idéias foram levadas a cabo, de forma que uma das primeiras providências nesse sentido foi a elaboração do Estatuto da Terra, através da Lei 4504/ 64, o que viria a se constituir num dos principais mecanismos de busca da modernização das relações no campo a partir do incremento da produtividade.⁹

A partir dos anos 50, o aumento da produção agrícola vai ocupar o centro do discurso das classes dominantes por meio da ideologia desenvolvimentista que condenava o atraso do campo, a fraca produtividade, os métodos atrasados e a miséria dos trabalhadores. Esse discurso ideológico foi colocado em prática mediante a realização de um verdadeiro diagnóstico dos cafezais paulistas em 1957, realizado pela FAO, CEPAL e IBC (Paiva, 1961). Este estudo é de importância fundamental, porque foi por meio dele que se justificou a intervenção direta do Estado na maneira de produzir e na promoção da mudança das relações de trabalho.¹⁰

O regime ditatorial lançaria, então, as bases para a entrada de forma mais violenta ainda da lógica do grande capital nas fronteiras do campo, o que não se traduziu, entretanto, em melhores condições de vida para o homem do campo:

Neste sentido, o caráter do direito é duplamente violentador. Exerce a violência explícita e aberta contra os homens e a natureza ao lhes impor novos códigos, e a violência simbólica, também contra os homens e a natureza ao negar os valores de seu conteúdo imaginário. O Estado passa a desenvolver e garantir o direito privado burguês, o mecanismo monetário, determinadas infra-estruturas, enfim as premissas para a existência de um processo econômico despolitizado, liberto de normas éticas e de orientações ligadas ao valor- de- uso.¹¹

O que se percebe é que no decorrer dos últimos séculos as atividades agrícolas transformaram não apenas o território, mas, ao mesmo tempo administrou a mesma lógica. Assim iniciaram na região litorânea, juntamente com a ocupação da mata Atlântica, que foram interiorizadas e abrangeu a caatinga nordestina, os

⁸ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 355.

⁹ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 35.

¹⁰ Ibid., p. 62-63.

¹¹ Habermas, 1990, p.229 apud SILVA, 1999, op.cit., p. 49.

pampas gaúchos, o cerrado e o planalto central e mais recentemente, a região amazônica.

Dito de outra forma, a atuação autoritária do Estado no que se refere ao trato com as relações no campo levou à expulsão do campo inúmeros camponeses, assustados com o receio de perder a posse de suas terras, de modo que as vendiam a qualquer preço como alternativa de sobrevivência.

Enfim um campesinato expropriado da roça, da morada, da posse, da terra, dos meios e instrumentos de trabalho. Esse processo de expropriação, que, em outras realidades históricas, levou séculos para se completar, no Brasil, bastaram apenas algumas décadas. Ainda, cabem outras observações. Esse processo, em muitos casos, deu-se mediante a violência explícita. De qualquer forma, mesmo não se verificando a violência aberta, outros tipos fizeram-se sentir por meio da lei, ou mesmo pela violência simbólica. Contudo, não houve uma transformação mecânica deste campesinato em “bóia-fria”. Muitos transformaram-se em população sobrando, em desempregados, em peões –do -trecho, em andarilhos. Outros partiram para outras regiões (Martins, 1982 & Santos, 1993). Na realidade, pode-se chamar a este “processo de acumulação primitiva de proletários”.¹²

Entretanto, esse processo caracterizado mais uma vez pelas decisões tomadas “de cima” não ficaria sem respostas. Afinal, o trabalhador do campo também foi aprendendo a se organizar e a reivindicar por seus direitos:

Essa ação do Estado realizou-se no contexto das fricções existentes do bloco de poder (do qual os proprietários fundiários eram parte importante) e das lutas dos trabalhadores rurais. Os resultados da ação do Estado fizeram-se sentir mediante a erradicação dos cafezais e da diversificação das culturas agrícolas, durante os anos 60 e 70 (Panagides, 1969). Em 1972, o Plano de Revigoração dos cafezais coloca um ponto final na antiga maneira de produzir. Quanto aos parceiros, colonos, arrendatários, pequenos proprietários, sofrem os efeitos do processo de expulsão. No período de 1960-1980, foram expulsos 2,5 milhões de pessoas do campo paulista. Todavia, isto não ocorreu, como sustentam os teóricos da “caificação”, em virtude da passagem “da dinâmica da inércia à dinâmica industrial” (Muller, 1985), ou seja, a partir da própria dinâmica de um capital, supostamente, acima das relações sociais. É preciso não se esquecer dos inúmeros acontecimentos políticos, das pressões por reformas sociais e políticas advindas dos setores da esquerda, trabalhadores urbanos e rurais organizados em todo o país. As ligas camponesas do nordeste, os movimentos pela reforma agrária congregando elementos da igreja, partidos políticos, sindicatos, federações de trabalhadores agitaram a cena política do país, culminando na realização do Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas organizado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil), com considerável respaldo do governo João Goulart em 1961.¹³

¹² SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 71-72.

¹³ Stolcke, 1986, p.213 apud SILVA, 1999, op. cit., p. 63.

O Estatuto do Trabalhador Rural foi uma conquista importante no âmbito da proteção social do trabalhador rural, pois tem sido fruto das mobilizações no meio rural e principalmente, das Ligas Camponesas designadas associações de trabalhadores rurais surgidas no Brasil na década de 1960, como o movimento mais expressivo contra as relações precárias de trabalho no campo e de luta pela Reforma Agrária.

Surgiram no Nordeste Brasileiro, inicialmente no estado de Pernambuco e na Paraíba, se estendendo por diversas outras regiões do país, onde as condições de vida da população camponesa eram de extrema pobreza, e o avanço da monocultura da cana-de-açúcar provocava a expulsão do homem do campo. De acordo com Moraes Silva:

Outro acontecimento importante deste período foi à criação da CONTAG em 1963. Data deste ano, também, a criação ETR, que estendia as leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e regulamentava os sindicatos rurais, segundo linhas corporativas tradicionais, dentre elas, o registro burocrático da unidade sindical pelo Ministério do Trabalho. Em tese, desde 1943, os trabalhadores rurais haviam adquirido direito a salário mínimo, férias anuais pagas e aviso prévio, pela CLT, mas estes direitos permaneceram letra morta. O ETR acrescentou alguns elementos importantes: concessão de indenização por demissão sem justa causa, estabilidade no trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e da criança. A lei de 1963 foi o instrumento mais importante para a polarização das lutas destes trabalhadores. O Estado na medida em que polarizou essas lutas, evitou a organização política autônoma, logo, a constituição destas classes como força social. O importante não é discutir o conteúdo dessa lei, porém mostrar o que ela representou para as relações entre trabalhadores e proprietários. Assim, uma situação de permanente conflito existe em relação à maioria dos trabalhadores (representados pelos bóias-frias) que não são enquadrados na regulamentação desta lei como trabalhadores rurais.¹⁴

As lutas realizadas pelas Ligas Camponesas por melhores condições de vida no meio rural se expandiram de 1955 até 1964, e evidenciaram a necessidade de alargar aos trabalhadores do campo os mesmos direitos sociais dos trabalhadores urbanos, ainda que mesmo para estes direitos tenham sido sempre fragmentados e regidos por uma lógica clientelista e paternalista e tardiamente pela do direito, obrigando o nascimento do Estatuto da Terra, trazendo em seu bojo o escopo de ir à busca de balizar os direitos trabalhistas de forma completa e integral, explicitados através dos seus 183 artigos, a partir dos quais foram redigidas regras relacionadas com a Organização Sindical Rural. Entretanto, essas legislações e ordenamentos não se traduziram em abalo ao poder do capital fundiário, dado que

¹⁴ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 63-64.

não houve qualquer questionamento na base de seu poder, ou seja, nenhum passo em direção à reforma agrária, à propriedade privada da terra:

Essas leis, na verdade, regulamentaram a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas. Surge o “bóia-fria”, trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O “bóia-fria” é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nomenclatura de “bóia-fria”, sentida como vergonha, humilhação, tal como as frases em epígrafe demonstram. Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador.¹⁵

Cabe lembrar que o Estatuto do Trabalhador Rural passou a ser revogado no ano de 1973, com a Lei n. 5.889, a partir da qual veio a proposta de ampliação da legislação trabalhista, que tinha em seu regulamento as condições de trabalho do trabalhador urbano, a CLT, ao trabalhador rural, trazendo algumas restrições, com o intento de regular os serviços prestados em propriedades rurais, prédios rústicos, bem como as relações de trabalho entre o proprietário e a pessoa que presta serviço. De acordo com Moraes Silva:

Produz-se, assim, uma relação de força simbólica (Bourdieu & Boltanski, 1975), mediante a qual as condições subjetivas do ser são negadas. A condição de trabalhador rural, posseiro, colono, arrendatário, parceiro, sitiante é substituída pela do volante, eventual, ocasional, aquele que voa. Irresponsável, que não pára em lugar nenhum que não tem responsabilidades. Frisa-se que essas leis não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do *excluído da lei pela lei*. Esse processo de voluntização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola garantidos pelo Estatuto da Terra (1964) e pelo Proálcool (1975). Esta é umas das primeiras medidas do governo militar... O Estatuto da Terra atinge seus objetivos: aumento da produção e da produtividade mediante o processo de industrialização da agricultura... Em síntese, a modernização da agricultura paulista teve como suporte estes dois dispositivos jurídicos, cuja eficácia garantiu a mudança das relações de trabalho por meio da expulsão de milhares de parceiros, arrendatários, colonos, siantes etc., reproduzindo a situação trágica analisada anteriormente... Expropriação das condições objetivas dos trabalhadores.¹⁶

Na realidade a lei que aparentemente produziria o direito, revelou-se, na prática, na contramão dele. Ao superar o véu da aparência, percebe-se que o que se construiu na verdade foram os pilares para o acirramento das relações de dominação e expropriação no campo, onde os mais fragilizados como sempre pagaram o preço da

¹⁵ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 66.

¹⁶ *Ibid.*, p. 67-68.

opção do Estado brasileiro em seguir os ditames da elite dominante, em detrimento dos que de fato produzem o valor, ou seja, sua força de trabalho.

Na verdade, todos direitos transformavam-se em não-direitos, mediante o processo de expropriação, legitimado pela lei. Esse deslocamento só foi possível na medida em que a própria lei continha os germes de exclusão destes trabalhadores dos direitos, por meio da produção dos volantes. Estes, ao se transformarem em força de trabalho dotada de um equivalente geral, passaram, em contrapartida, a ter suas particularidades e individualidades reduzidas a um denominador comum, ou seja, todos eram livres para vender a força de trabalho sem as amarras anteriores, e iguais. Liberdade e igualdade eram os dois pressupostos básicos deste processo, assegurados pela lei.¹⁷

Segundo Moraes Silva, o processo de industrialização no campo gerou diversas conseqüências, dentre elas a criação de uma mão-de-obra rotativa, em situação de instabilidade contínua, fixando-se em diversos lugares, em geral após extensas viagens para longe de suas terras natais, alicerçada pela garantia da estrutura gerada pelo próprio Estado, responsável pela montagem de todo um aparato no que se refere às estruturas rodoviárias e aos meios de transporte. Por outro lado, esses trabalhadores não são seres descaracterizados, desprovidos de feição, ao contrário, são os verdadeiros canais para a geração do valor, se considerado que apenas o trabalho cria valor. Assim, de acordo com a autora:

Tais reflexões conduzem a outras acerca do trabalhador produzido por estas relações sociais. Parte-se do princípio de que o capital não explora uma força de trabalho em abstrato. Muito embora as análises de Marx mostrem que a mais-valia seja originária da exploração da força de trabalho por intermédio do tempo excedente, não se pode considerar apenas o ato da exploração no momento produtivo. É preciso ir além desta esfera, muitas vezes estendida como causa da dominação-exploração ou como algo independente do conjunto das relações sociais, e detectar as relações de dominação que justificam a exploração e a redução dos trabalhadores à força de trabalho.¹⁸

Em síntese, como questão para o capital, tem-se em curso a materialização dos arranjos processados na economia açucareira internacional, que redefinem a participação dos estados nacionais, provocam mudanças no mercado e, em conseqüência, na formação de preços do açúcar no plano internacional, alterando,

¹⁷ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 77.

¹⁸ *Ibid.*, p. 68.

também, as posições no ranking mundial dos exportadores e importadores e, portanto, da própria territorialidade do ato de produzir.¹⁹ Além disso:

Ao mesmo tempo, ocorre o que se podia chamar de corrida à diminuição da dependência do mercado mundial, isto é, em vários países, por conta de incentivos e estímulos estatais, passou-se a intensificar as áreas de cultivo de cana e a produção de açúcar, com o objetivo de alcançar a auto-suficiência e, dessa forma, retirar o produto dos gastos com importação.²⁰

Não obstante essa inflexão assumida pelo mercado há um crescente agudizamento da situação de pobreza estrutural, ou seja, de pessoas excluídas do acesso ao trabalho e à riqueza socialmente produzida e sem expectativa de algum dia fazer parte dessa realidade²¹. Some-se a isso a situação exponencialmente maior da precarização das relações de trabalho para aqueles trabalhadores ainda absorvidos pelo mercado de alguma forma. Estes, segundo o estudo de Thomaz Jr são apoiados internacionalmente apenas pelo Comitê Internacional de Trabalhadores Açucareiros, parte do Conselho Executivo da Comissão para a Coordenação de Solidariedade para os Trabalhadores Açucareiros do Mundo (CCSTAM), cuja política é mais voltada para a construção de um discurso de caráter denunciativo e não necessariamente concreto no plano de uma atuação direcionada à organização e formação política desses trabalhadores ou das entidades as quais eles estão vinculados e que se diferenciam conforme a realidade e os arranjos do processo de produção, bem como das formas de organização desses trabalhadores e os jogos de força presentes em cada conjuntura em particular.²² De todo modo, os desafios enfrentados pela classe trabalhadora manifestas em sua dificuldade de organização não é particular dos trabalhadores do campo e nem apenas do Brasil. Segundo Alves:

A redução da capacidade de organização e luta dos trabalhadores rurais não é específica dessa categoria de trabalhadores, tampouco do Brasil. Na década de 1990, os trabalhadores do Brasil, de diferentes categorias, sofreram perdas salariais e trabalhistas, tendo também menor número de

¹⁹ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista**. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 41.

²⁰ Ibid., p. 40.

²¹ Agora ficamos sabendo que os números oficiais de desempregados estão errados. A falsificação sistemática ou “maquiagem” das estatísticas é o meio preferido de minimizar os problemas: uma forma de “assoviar no escuro” para se acalmar. É praticada na apenas em relação às estatísticas do desemprego, mas também para minimizar as graves conseqüências resultantes do desemprego catastróficamente crescente. (MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 324).

²² Ibid., p. 42-43.

greves e paralisações, relativamente aos anos de 1980. Para uma parte dos analistas, esse fenômeno é decorrente das políticas de ajuste neoliberal, que agravaram o desemprego e, com isso, reduziram o poder de barganha dos sindicatos, cuja luta, na década de 1990, direcionou-se contra o desemprego ou a favor da busca por novas formas de trabalho e renda para a grande massa de trabalhadores desempregados, deixando de se direcionar em prol de melhores condições de vida e trabalho.²³

A produção e o mercado açucareiros se singularizam, enquanto atividades específicas das estruturas produtivas e comerciais de *commodities*, a partir dos rearranjos técnico-econômicos do mercado mundial voltados para a produção e comércio de adoçantes.²⁴ Vale dizer que a produção e comercialização das *commodities* referenciam-se no movimento sempre maior de substituição de matérias-primas, o que traz rebatimentos quanto aos redirecionamentos na agricultura e nos parques produtivos.²⁵ Thomaz Júnior aponta para o fato de que as negociações relacionadas a essa estrutura produtiva são determinadas pelos jogos e pressões multilaterais, cujo artifício funda-se no discurso de manutenção da paz mundial:

De todo modo, estão em andamento negociações determinadas pelo jogo de influências e pressões multilaterais na tentativa de manter e ou recolocar o açúcar de cana como produção privilegiada no setor dos adoçantes (como figurou com prestígio até os anos 70). O argumento principal está fundado na manutenção da “paz social” como estratégia de dominação do esquema vigente, que tem como principal defensor a Organização Internacional do Açúcar (OIA), que congrega 47 países, dos quais 37 são exportadores, 10 importadores, incluindo a CEE (como único país), figurando, pois, como produtora, importadora e exportadora.

As demais entidades representativas do capital, que figuram nessa órbita, como, por exemplo, a Associação de Açucareiros do Caribe (SAC), o grupo de Países Latino-americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (Geoplacea), que representa, aliás, 42 % da produção mundial de açúcar de cana e ao redor de 45 % das exportações, bem como a Associação dos Técnicos da Agroindústria Canavieira da América Latina e do Caribe (Atalac), intermediados pela Sociedade Internacional dos Técnicos de Cana-de-açúcar (IISST), fecham questão quanto as repercussões que desdobram das redefinições delineadas pelo processo de consolidação dos blocos econômicos,

²³ ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

²⁴ E isso pode ser explicado pela maioria produtiva por área de cana-de-açúcar que, se cultivada, em área equivalente, tem rendimentos, em média, duas vezes maior que o rendimento da beterraba como também, pela superexploração do trabalho e pela baixa remuneração dos trabalhadores dos canaviais. Tié, 1992: 3-4; Datagro, 1994 e 1995 apud THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002.

²⁵ THOMAZ JÚNIOR, op. cit., p. 45.

especialmente o NAFTA, a CEE e o Mercosul e, diante do crescimento dos adoçantes substitutivos, principalmente, o açúcar líquido de milho.²⁶

De acordo com os dados elencados por Thomaz Júnior²⁷, o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, o que se traduz em cerca de 250 mil toneladas de cana, referentes à safra de 1995-96, o que significa equivale a 16% da área cultivada do mundo. Ou seja, o país possui a maior área cultivada, análogo a mais de 4 milhões de hectares, territorialmente diversificada e distribuída basicamente entre duas regiões produtoras, isto é, a referente ao centro-sul (C/S) e do norte-nordeste (N/NE), lembrando que na região C/S a produção fica concentrada no estado de São Paulo, e no N/NE nos estados de Pernambuco e Alagoas, de modo que é praticamente inexistente o norte e Amazônia. Em síntese, é possível afirmar que os estados do centro-sul são proprietários cerca de 70% do montante da área cultivada no Brasil, o que significa 3,1 milhões de hectares. Quando se volta à atenção para o Sudeste, com 80% de representatividade para São Paulo, é visível a hegemonia regional comparativamente às outras regiões do país. Entretanto, esse cenário não se “[...] consubstancia o maior produtor mundial de açúcar do mundo, com 9,4 milhões de toneladas na safra de 1993-94”²⁸, pois, na realidade o país assume o segundo lugar no ranking mundial, seguindo a Índia. Isso porque apenas 40% da matéria-prima é voltada à produção de açúcar, dado que o remanente é aproveitado para a produção aproximadamente 12 bilhões de litros de álcool, ressaltando que:

[...] com 75% da produção de açúcar sendo consumida internamente num crescendo, mas, mantendo-se com pequenas oscilações _ o Brasil é o quinto maior exportador mundial, ficando atrás da CEE (3,8 milhões t), Cuba (3,75 milhões t), Austrália (3,2 milhões t) e Tailândia (2,8 milhões t), atingindo nas últimas três safras pouco mais de 2 milhões de toneladas, assim divididas na safra 1995-96: 2 milhões de toneladas para o C/S e 450.000 toneladas para o N/NE, perfazendo 2,45 milhões t, recuperando o ponto mais baixo em anos recentes que foi em 1989, com 1,05 milhão t. Isso mostra estar-se diante de uma reversão do ordenamento interno, com a substituição da supremacia do N/NE no mercado externo, tendo em vista que, após os anos 90, os estados do S/C, particularmente São Paulo, assumem a dianteira.²⁹

²⁶ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista.** São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 47.

²⁷ Ibid., p. 50-51.

²⁸ Ibid., p. 51.

²⁹ Ibid..

Os dados divulgados pela Unica³⁰ revelam a continuidade da situação do país no ranking mundial e da hegemonia dos estados do centro-sul no que se refere à produção canavieira. Dessa forma, na safra de 2008/2009, o Brasil foi responsável pela produção de 569.062.629 toneladas de cana-de-açúcar, dos quais 504.962.891 corresponde à produção do centro-sul e 64.099.738 da região norte-nordeste.

No que se refere à produção de açúcar, a tendência se revela a mesma, ou seja, enquanto o país foi responsável pela produção de 31.049.206 toneladas de açúcar, dos quais 26.749.819 corresponde à produção do centro-sul, a região norte-nordeste foi responsável pela produção 4.299.387 toneladas.

Em consonância com os dados acima, a produção de etanol no Brasil chegou aos 27.512.962 mil litros no ano de 2008 – 2009, enquanto que o centro-sul foi hegemônico, com a produção de 25.101.963 mil litros em comparação ao norte-nordeste, com a produção de 2.410.999 mil litros de etanol.

De acordo com os dados disponibilizados pela Unica, referentes à safra de 2008-2009, a Usina Ester, instalada na região de Campinas – SP (região de abrangência do Sindicato de Cosmópolis), aparece em 76º lugar no ranking de produção açucareira do Centro-Sul, com 1.928.069 toneladas de cana-de-açúcar, 107.750 toneladas de açúcar, 81.454 mil litros de álcool desidratado.

Destarte, a fundamentação dessa questão latente e relacionada aos elementos mundiais, nacionais e locais só é possível a partir do entrelaçamento teórico que privilegie “[...] o intercambiamento entre a universalidade, a singularidade, a particularidade da expressão discursiva sobre as relações fenomênicas”, conforme proposto nos capítulos anteriores, o que pressupõe que ao trazer à tona a materialidade da questão territorial, onde, segundo Thomaz Júnior, a evidência mais imediata, ou seja, a paisagem é simplesmente a aparência da sociedade, de modo que a interação dos determinantes da variante espacial das interações sociais, base e corporificação da formação social e econômico-espacial, dado que a forma de organização sócio-territorial é o próprio espaço geográfico.³¹

Por essa razão, o capital também procura se reestruturar de acordo com o tempo e o espaço, de modo a garantir seu domínio e sustentação. Um exemplo

³⁰ UNICA. **Dados e cotações:** estatísticas. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica/>>. Acesso em: jun. 2010.

³¹ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana:** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 58.

disso foram os desdobramentos no movimento de Guariba, extensivamente estudado e reconhecidamente uma das maiores demonstrações de organização e resistência da classe trabalhadora nesse espaço-temporal.

Guariba se tornou simbólica da luta dos trabalhadores rurais em face do capital fundiário, sobretudo sucroalcooleiro. O movimento eclodiu em 1984 e se estendeu até 1985, com a “greve dos desempregados”, uma vez que ocorreu no período da entressafra, quando a maioria dos trabalhadores estava sem trabalho. Segundo Mendes³², esses momentos podem ser traduzidos como o resultado de um processo já em andamento, dadas as condições extremamente precárias de trabalho e de vida daqueles trabalhadores, razão pela qual o movimento não pode ser tratado de maneira pontual ou como se tivesse eclodido de um momento para o outro. Contudo, as movimentações e manifestações dos cortadores de Guariba influenciaram fortemente outras localidades do estado e mesmo do país, configurando-se como:

[...] um momento histórico em que formas “mais avançadas” desse processo [proletarização do homem do campo] e, portanto, mais destituídas de tradição e de outras alternativas de vida conseguem sentir a sua força, ganhando identidade enquanto categoria de trabalhadores _ cortadores de cana, apanhadores de laranja, colhedores de algodão, etc. _ e utilizando os espaços institucionalizados da estrutura sindical para a negociação da venda de sua força de trabalho.³³

A reação do capital face aos acontecimentos de Guariba foi marcada pela violência promovida pelo aparato policial, culminando com a morte de uma pessoa e o ferimento de várias outras, num contexto de pressão e terrorismo, gerando tensão e medo em todos os circunscritos naquela situação. Entretanto, os passos que se seguiram foram caracterizados por uma ação de reordenamento e reestruturação do capital tendo em vista o controle e a manutenção de seu metabolismo. De acordo com Thomaz Júnior:

Os acontecimentos ocorridos no que ficou conhecido como movimento de Guariba, em maio de 1984, e os entendimentos expressos nas citações acima revelam, inicialmente, a compreensão pelo capital da necessidade de reordenar-se e reestruturar-se, considerando a abrangência do empreendimento agroindustrial sucroalcooleira, com as atenções voltadas

³² MENDES, Alexandre Marques. **O conflito social de Guariba (1984-1985)**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 1999.

³³ D' INCÃO, M. C. Qual é a questão do bóia-fria, 1984, p. 11 apud MENDES, op. cit.

especialmente para parte agrícola, mais precisamente na colheita da matéria-prima. É, pois, nessa etapa do processo, o que o capital reconhece estar fragilizado quanto ao controle do processo de trabalho. Para fortalecer-se como elemento hegemônico da contradição estrutural (capital-trabalho), é imperativo para o capital investir em tecnologia, mais precisamente, na mecanização do corte de cana-de-açúcar, a fim de reverter o poder de pressão do trabalho _ tal como nas ações paredistas _ coibindo assim a interrupção do processo da produção agroindustrial.³⁴

Sem dúvida que a concretude do embate capital x trabalho exposta no movimento de Guariba teve o mérito de mostrar ao capital que é preciso conhecer com maior conhecimento de causa seus próprios caminhos e tendências como possibilidade de enfrentamento das cisões que lhe são endógenas no intento de pautar-se e afirmar-se econômico-politicamente enquanto classe, “[...] coerindo-se a fim de superar sua própria fragmentação.”³⁵

De acordo com os dados disponibilizados por Thomaz Júnior³⁶, a territorialidade no estado de São Paulo pode ser visualizada a partir da seguinte distribuição: a dora de Ribeirão Preto é hegemônica, apresentando 1.125.000 hectares de terra voltados para o agricultura canavieira, revelando que 41 % de toda área com cana no estado (2.650.500 hectares) está localizada nessa dora. Campinas aparece na sequência com 475 000 hectares ou 18%; Americana, localizada na dora de Campinas possui 2400 hectares de cana plantada, isto é, 17,9 % de uma área total de mais de 13 mil hectares.³⁷

Por outro lado, essa diferencialidade no que se refere ao uso ou exploração do espaço territorial pela produção canavieira em comparação com outros produtos

³⁴ MENDES, Alexandre Marques. **O conflito social de Guariba (1984-1985)**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 1999. p. 62-63.

³⁵ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 63.

³⁶ Ibid.

³⁷ Para o viajante que percorre as rodovias paulistas após a cidade de Campinas, indo em qualquer direção, a impressão que terá é de que estará no meio de um gigantesco canavial, um verdadeiro ‘mar de cana’, segundo a expressão do ex-ministro da Agricultura do atual governo. A história objetivada dessa região – caracterizada pelas marcas das antigas fazendas de café, das moradias dos colonos e sitiantes, das multicoloridas plantações de milho, algodão, amendoim e feijão, além de pastagens, das estradas vicinais, das reservas de matas, de pequenos córregos – está em vias de desaparecimento, cedendo lugar ao padrão monocromático dos canaviais, exceto nas áreas ocupadas pelos laranjais. Durante os meses de abril a novembro, até mesmo o firmamento aparece enegrecido pelas gigantescas nuvens de fumaça advindas das queimadas da cana, prática predatória ao meio ambiente e à saúde das populações rurais e urbanas que aí vivem. (SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **InterfaceHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=146>. Acesso em: 2010).

agropecuários no estado pode ser entrevista também pelo fato de que a cana-de-açúcar assume a liderança por sustentar com 15% da área agricultável desse território, o que significo aproximadamente 18.500 hectares, em consonância com os dados fornecidos pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) em 1997³⁸. Assim:

[...] quando se observa a produção (em toneladas) da cana de açúcar no estado, dá-se um passo a mais no entendimento da sua territorialidade em São Paulo. Isto é, a diferencialidade agora em questão permite ter a dimensão da distribuição da produção das 181.873.150 toneladas de cana, referentes à safra de 1993-4, destacando-se dentre os quatro maiores produtores, a dila de Ribeirão Preto, que hegemoniza 39,6% da produção do estado, correspondendo a 72.000.200 toneladas, seguida por Campinas com 32.188.215 toneladas (17,7%), Bauru com 25.192.600 (13, 82%) e Marília com 12.624.400 toneladas (8,3 %).³⁹

Sob essa inflexão verifica-se que essa diferencialidade tem seu fulcro no modo como está estruturada a produção, a qual está acoplada às determinações econômicas e tecnológicas, traduzidas no grau e intensidade dos investimentos no setor, como as novidades no cultivo e cuidado com o solo, uso correto de fertilizantes, herbicidas, corretivos⁴⁰, bem como a opção por outras variedade de cana e também em fatores ligados ao meio ambiente, tais como as “condições edafo-climáticas”⁴¹.

Na verdade, o Pró-álcool gerou uma espécie de deslumbramento nos setores envolvidos com a sua operacionalização, sobretudo frente aos altos investimentos e incentivos governamentais para o setor, sem contar a motivação pela magnitude de dinheiro público com facilidade e a baixos custos, com prazos de pagamento estendidos e submetidos a metas produtivas flexíveis, de forma que desde 1965 o

³⁸ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 63-64.

³⁹ Ibid., p. 65.

⁴⁰ A partir da década de 1990 – quando se consolida o processo técnico-científico aplicado nessa agricultura (SZMRECSÁNYI, 1994) pelo uso intensivo de agrotóxicos, pela implantação de novas variedades de cana e máquinas colhedeiras de cana, capazes de substituir até 120 trabalhadores –, ocorreram vários processos simultâneos: aumento da precarização das relações de trabalho; existência de alguns casos de condições análogas à de escravo; aumento abusivo da exploração da força de trabalho por meio da produtividade, hoje em torno de 12 toneladas de cana cortada por dia; ocorrência de mortes súbitas, supostamente em função da fadiga, e de mortes lentas, simbolizadas por uma verdadeira legião de mutilados (ALESSI & NAVARRO, 1997 apud SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **InterfacEHS**: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=146>. Acesso em: 2010).

⁴¹ THOMAZ JÚNIOR, op. cit., p. 66.

setor conta com uma política creditícia com subsídios voltados à agricultura, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)⁴². Para Thomaz Júnior:

A agroindústria, com o CNCR, passou a ser o ponto de inflexão para a destinação das inversões e privilégios, que passaram e/ ou iniciaram a produzir determinadas culturas e produtos utilizando práticas impostas pelo pacote tecnológico, prescrito no crédito. Serão esses produtores que, preferencialmente, terão acesso à pesquisa, à tecnologia e à assistência técnica para produzirem insumos para a agroindústria ou produtos para exportação [...].⁴³

As interações intercapitalistas são técnicas, mas, sobretudo financeiras. A movimentação de insumos e tecnologias agrícolas são condições técnicas, mas, condicionada pela demanda de financiamento, possibilitada por meio de um sistema financeiro estruturado para tal, amalgamando, entretanto, a economia agrícola com a economia como um todo, o que vem mostrando o quanto a amplitude e a interdependência agricultura – indústria de bens de capital em conjunto com a indústria processadora vem impondo limitações cada vez maiores às formas tradicionais de produção.⁴⁴

O CAI sucroalcooleiro de São Paulo é conhecido como “CAI completo” em razão de sua capacidade de unificação orgânica entre a agricultura e a indústria, de modo a assegurar o monopólio no setor, revelando-se uma única entidade empresarial.

A questão de os CAI sucro-alcooleiro em São Paulo ser denominado na literatura de “CAI completo”, por definição, deve-se ao fato de ser o único exemplo consolidado da unificação orgânica entre a agricultura e a planta fabril, garantindo o monopólio da produção da matéria-prima na esfera da produção da mesma, isto é, a produção da matéria-prima e a indústria processadora reúnem-se em uma só unidade empresarial sendo esse o elemento diferenciador, em nível nacional.⁴⁵

⁴² THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista.** São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 80. “Poderoso instrumento fortalecido criado pelo governo militar, o SNCR empenhou-se em fornecer as bases materiais para o crescimento econômico e a “modernização” da agricultura brasileira. Todavia, seletiva e explicitamente voltado para os grandes proprietários de terra viabilizou a internalização da agricultura aos setores industriais à montante... e a jusante (indústrias processadoras). O Estado viabilizou então, o que se denominou Complexo Agroindustrial (CAI).”

⁴³ Ibid., p. 81.

⁴⁴ Ibid., p. 82-84.

⁴⁵ Ibid., p. 84.

Nesses termos, a diferencialidade territorial articulada no país está fortemente entrelaçada aos papéis exercidos pelo Estado, pelo empresariado e pelos incentivos e financiamentos internacionais, revelando a teia de interrelações estruturadas com o objetivo de garantir o sucesso do setor, nomeadamente com o Programa do Alcool⁴⁶:

Pode-se concluir, portanto, que a dinâmica em que se assentou territorialmente a diferencialidade da produção da cana-de-açúcar foi, a rigor, potenciada por um conjunto de ações do Estado que foram capitalizadas diferencialmente pelas empresas, por sua vez, esse processo consubstanciou-se na sustentação financeira e programática do Proálcool pela via dos financiamentos subsidiados, facilidades creditícias, subsídios inteiros (diferenciados nacionalmente) através dos agentes financiadores estatais (Banco do Brasil, Tesouro Nacional, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Banco Central, BNDS, bancos comerciais estaduais e, indiretamente, a partir de repasses de verbas especiais por entidades como o Sudene, Sudam, Sudeco e, ainda, a participação dos bancos privados internacionais como o BID, BIRD e FMI.⁴⁷

No bojo desse processo vêm atrelados os baixos níveis salariais, a concentração fundiária e de renda em poucas mãos, enquanto partes elementares de um projeto de dominação burguesa iniciado desde a década de 1960 e que foi se modernizando e assumindo outras roupagens, embora sem alterações quanto aos seus reais objetivos.⁴⁸ Quanto a essa questão, Thomaz Júnior assim constrói sua análise:

Previsões à parte, os baixos salários e o processo concentracionista de terra, renda e capital acabaram por ser os componentes estruturais de materialização do Programa Energético, como foi batizado pelo general

⁴⁶ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 109. “Em outras palavras, aquele Proálcool “emergencial” deverá ter intensificado o desaparecimento, depois de construído numa realidade plural, não só em São Paulo, mas, em escala nacional, o que potenciou o país ser hoje o maior produtor mundial de cana de açúcar, e conformando-se, sobre a maior área plantada. Todavia, permanecerão as empresas que conseguirem se fortalecer tecnologicamente, garantindo, assim, rentabilidade compatível para a reprodução ampliada do capital.”

⁴⁷ Ibid., p. 88.

⁴⁸ “Levando-se em conta que o custo da produção do álcool é 40% superior ao da gasolina, que esta produção só existe a partir dos subsídios estatais, e que um total de 656.479,66 ha de terra plantados em cana no Estado de São Paulo, no período de 1979-1981, foram tomados de produtos, como amendoim, arroz café, cebola, feijão, mamona, mandioca, soja, tomate, uva, cítricos, pastagem natural (Fundação Seade, 1992, p.142), pode-se concluir que esta história faz parte de um projeto fáustico, demolidor (Berman, 1986), cuja execução só existe partir “do autoritarismo socialmente implantado” neste país, a partir dos anos 60 (Pinheiro, 1991). A interiorização dos métodos impostos simbolicamente ou à força, manifesta ela transformação dos trabalhadores em volantes e, agora, em excluídos, e migrantes itinerantes, pela implantação de um processo de exploração-domação caracterizado por uma verdadeira acumulação primitiva de proletários, constitui a tragédia desta modernização fáustica”. (SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 317).

Ernesto Geisel. Aliás, quanto aos salários, ou melhor, sobre os baixos salários, assentou-se parte considerável do sucesso alcançado pelo Proálcool, reconhecido, ainda que implicitamente, em publicação oficial da Copersúcar, quando comparece a avaliação de que, “dentre outras razões, o sucesso do Proálcool deve-se à grande disponibilidade de mão-de-obra de baixa qualificação [...]”⁴⁹

Outra expressão da capacidade de organização do capital⁵⁰ também no campo foi a criação da União Democrática Ruralista (UDR) na década de 1980, enquanto maior demonstração da reestruturação mobilizada pelo patronato agropecuário, com o objetivo de impedir “com unhas e dentes” a proposta ainda tímida de reforma agrária disposta no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Nesse processo, os setores considerados mais “avançados” e articulados às usinas, ao Agronegócio, uniram forças através de Frente Ampla da Agropecuária (FAA), adentrando outros espaços de atuação e alianças políticas, acompanhados pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), além das associações de produtores como a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a Associação dos Plantadores de Cana de São Paulo. Esse contexto acabou por ampliar o poder da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que, usufruindo do fato de ser a única entidade legalizada com diálogo formalizado com o governo no que tange aos assuntos da política agrícola e agrária no país.⁵¹

Paralelamente há um redimensionamento do quadro ruralista, a partir da recolocação da questão campo-cidade, a qual foi redefinida por outras alianças, alicerçadas econômico-politicamente em outras mediações, fundamentais para o processo de modernização no campo que ao se concretizar “[...] impõe a reordenação das alianças intradominantes, numa forma particular de realização da divisão social do trabalho, porém, diferenciada espacialmente.”⁵² Na verdade, todos esses processos e seus desdobramentos carregam em seu interior uma questão

⁴⁹ COPERSUCAR, 1989:12 apud THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 89.

⁵⁰ “A tentativa de ir além de suas possibilidades é a marca da relação do capital também com as condições elementares de reprodução sociometabólica, no intercâmbio absolutamente inevitável da humanidade com a natureza [...] O capital é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam.” (MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 253-254).

⁵¹ Ibid., p. 118.

⁵² Ibid., p. 139.

latente e ainda sem reposta e que se coliga diretamente ao avanço da mecanização no campo, ou seja:

Apesar dos diferentes enfoques e preocupações, o cerne da questão gira em torno do binômio mecanização-exclusão social. Qual será o destino dos milhares de migrantes sazonais que, todos os anos, permanecem nesta região durante 8 meses ou mais? Qual será o destino dos trabalhadores rurais residentes nas cidades-dormitórios? O desemprego não é simplesmente colocado a partir de visões catastróficas.⁵³

Essas reestruturações “modernizadoras” assumidas pelo capital no bojo da contradição capital x trabalho está intimamente relacionada com a diferencialidade das condições materiais e da capacidade de manifestação e organização desse segmento de classe, e com o desenvolvimento dos embates desses trabalhadores, uma vez que o capital passa a buscar seu fortalecimento face ao embate capital x trabalho, adotando para isso estratégias deflagrantes de sua incapacidade de controle social, manifestas em demissões, segmentações⁵⁴ e redefinições dos papéis e poder de barganha dos trabalhadores, mas, sempre assegurando a economia de gastos⁵⁵ e a maior lucratividade possível.⁵⁶ Ademais:

A eficácia desse sistema gerencial e de controle está sintonizada com esquemas de produtividade e de bom comportamento dos trabalhadores, utilizando-se de dispositivos punitivos às pequenas infrações praticadas, podendo afastá-los do corte por mais tempo, já que essa atividade é a preferida pelos trabalhadores, tendo em vista que são remunerados por produção e, por isso, tem possibilidade de aumentar seus ganhos, tendo em vista que nas demais atividades recebem por dia (diária, ou o piso da categoria).⁵⁷

⁵³ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 309.

⁵⁴ Ibid., p. 239 - “O controle do poder local pela usina e fazendeiros é uma forma de dificultar a organização política dos trabalhadores rurais. É também uma forma de atrelá-los à condição de “bóias-frias”, na medida em que indústrias são impedidas de se instalarem em muitas destas cidades.”

⁵⁵ “O corte mecanizado é, hoje, de 35 % a 40 % mais barato, em média, do que o corte manual. Todavia, dependendo da performance das máquinas, pode alcançar pouco mais de 800 toneladas de cana por dia (24 horas), uma única máquina, o que substitui mais de 130 trabalhadores). Isso sem por em questão a variedade e o tipo de cana: a) se queimada ou inteira; b) se queimada e picada, c) se crua; picada; d) a qualidade da operação efetuada pela máquina... O capital, ao mecanizar o corte de cana, não só elimina trabalhadores do processo de produção, mas, redefine e recria novos atores sociais, re-enquadrando-os em novas funções operativas para o processo de trabalho e em novas atividades”. (THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 197, 202).

⁵⁶ Ibid., p. 194.

⁵⁷ Ibid.

Em síntese, mesmo que o movimento de Guariba seguido de outros movimentos levados a cabo pelos trabalhadores do setor a partir de 1984 não tenham conseguido transformar o cenário político para esse setor ou derrubar os alicerces da organização vertical e alienada dessas corporações no campo, é indubitável o mérito de ter ao menos levantado a questão da superexploração da força de trabalho e dos projetos dominantes do capital para o campo.

A reação do capital se voltou então para a construção de estratégias de fragmentação e enfraquecimento da organização da classe trabalhadora, passando a fracionar o trabalho e os trabalhadores, adotando e incrementando o uso de tecnologias agrícolas e de mecanismos de controle do processo de trabalho, complicando ainda mais a organização da classe trabalhadora a atuação dos sindicatos⁵⁸ que lhes representam. Em outras palavras:

[...] como o capital sucroalcooleiro é hegemônico na delimitação da abrangência do fato econômico e sobre ele exerce gestão totalizante, os trabalhadores e os sindicatos estão emparedados nos limites da alienação provocada pela divisão técnica do trabalho legitimada pela ação do Estado. Daí estarem fragmentados entre o que é urbano e rural, entre as fronteiras da base territorial, entre o que é essa ou aquela categoria, no entanto, é nesse movimento que o trabalho se vê e se “lê”, subsumido ao capital e aos mecanismos de legitimação jurídica-política do processo produtivo capitalista.⁵⁹

Para coroar esse cenário de embates e contradições o próprio trabalhador, rodeado por esse universo ambíguo e permeado pela alienação não consegue identificar-se enquanto classe, ou seja, o trabalhador do campo vivencia o mesmo processo em marcha no que se refere ao trabalhador urbano, quer seja, não consegue se identificar no outro, mas, ao contrário, se submete a segmentação articulada pelo capital, ao se classificar como sendo dessa ou daquela categoria, não percebendo que os interesses na realidade são comuns e que a luta é coletiva contra o poder de dominação do capital:

Depois do trabalhador ter percorrido toda uma trajetória de alienação no processo produtivo, no plano da identidade coletiva (o sindicato), vê-se como corporação, ou se identifica como sendo desta ou daquela categoria e

⁵⁸ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 229 “Poder-se-ia, então, dizer que o sindicato tem uma relação contraditória com o capitalismo, afirmando-o e negando-o ao mesmo tempo, cuja síntese se dá no movimento essencialmente contraditório de construção do real.”

⁵⁹ Ibid., p. 233.

não como operário. A identidade do sindicato é marcada pela ruptura ao ver-se apenas como parte específica da divisão técnica do trabalho que, ao territorializar-se, transcodifica-se numa leitura alienada, restrita ao plano meramente aparente da relação capital x trabalho. “Seu” território (base territorial) só aparentemente é “seu”, pois, fracionado corporativamente como representação (alienado no binômio sindicato-território) e enraizada na delimitação do empreendimento capitalista, move-se, portanto, no território do capital _ legitimado pelo Estado _, condição e pressuposto para o controle e subordinação do trabalho pelo capital.⁶⁰

A estruturação da entidade sindical numa mesma unidade territorial (município) se apresenta como um elemento estruturador de uma cultura sindical que se impõe no sentido de manter uma estrutura organizativa atrelada ao Estado para que não haja divisões, contraditoriamente ao fato real de que coexistem mais de 19 mil sindicatos e oito centrais sindicais, numa convivência com uma “ruralidade sindical às avessas e com uma unidade prescrita em lei”⁶¹. Dito de outra forma⁶²:

A figura imposta do sindicato único se estrutura como norma organizativa através das formas e níveis sindicais, ao se preservar o sistema confederativo da organização sindical brasileira, que remonta à 1930, com a permissão legal da criação de entidades sindicais cujas formas são fixadas e hierarquicamente dispostas em: a) sindicatos e entidades de grau superior; b) federações; c) confederações (artigo 535 da CLT), sendo que, para todas elas, estão determinadas as normas para composição das diretorias, atribuições, competência de gestão e administração, conforme os artigos 522, 523 da CLT. Conclui-se assim, que o mesmo Estado que atrela também tutela. A persistência da velha estrutura sindical corporativa implantada na década de 30 é o aparelho próprio e adequado à prática sindical populista e à ideologia que lhe corresponde. A partir dos anos 80, com o advento das aspirações socialistas, os rearranjos instituídos não apontaram para a sua extinção, senão somente para sua reforma, sobrevivendo, portanto, seu conteúdo e base de sustentação, ou seja, a ideologia estadista no âmbito sindical apresenta-se, portanto, sob a forma de legalismo sindical. Como afirma Boitto Jr. (1991 a 54), “O sindicato só é considerado sindicato como tal por ser um organismo oficial, isto é, por ser um organismo reconhecido em lei, pelo Estado, como um sindicato”... Essa estrutura vertical ou o verticalismo do modelo jurídico de integração das entidades sindicais, pautado na tríade sindicato, federação e confederação, representa os limites da “liberdade sindical”, ou melhor, os elementos típicos de sua constituição.⁶³

A Constituição de 1988 manteve o imposto sindical, considerado o amálgama da estrutura oficial corporativista do sindicalismo assistencialista. Esse recolhimento acontece na prática da seguinte maneira:

⁶⁰ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 234.

⁶¹ Ibid., p. 235.

⁶² Ibid., p. 242.

⁶³ Ibid., p. 236.

[...] foi mantido pela Constituição de 1988 o elemento cimentador da estrutura oficial corporativista do sindicalismo assistencialista, qual seja, ou imposto sindical, bem como o assistencial. Enquanto para o primeiro o desconto é compulsório e fixado à base de um dia de trabalho, recolhido de uma só vez no mês de março de cada ano (artigos 580 e 582 da CLT e também prescrito no artigo 8, inciso IV da Constituição), o segundo se dá à base de um percentual fixado em assembleia no mês da data-base, ou da assinatura de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sendo ambos devidos apenas pelos empregados e não repassados pelos sindicatos às demais entidades de grau superior, admitindo-se, no entanto, a recusa de desconto por parte do contribuinte.⁶⁴

Thomaz Júnior aponta para a atuação da Justiça do Trabalho enquanto instância que concatena esse entendimento do sindicalismo corporativo do “Estado fator”, pois, além de assumir a responsabilidade pela mediação do conflito capital x trabalho na arena dos tribunais, apodera-se do papel normativo, aferido no artigo 114 da CF/88, “[...] que só fez oficializar ou legitimar o que desempenhara até então.”⁶⁵

O agravante desse cenário é o fato de que a grande maioria dos sindicatos não consegue ultrapassar o momento da produção, limitando-se ao “espaço da realização econômica do trabalho alienado”, ao passo em que negligencia as questões estruturais e relacionadas à reprodução da classe trabalhadora e mais amplas referentes, por exemplo, às condições de habitação, educação, saúde, saneamento básico, dentre outras. Tudo isso revela que:

É nesse entrecruzamento de determinações e mediações que se consubstancia a territorialidade dos sindicatos e das respectivas categorias de trabalhadores, que, longe de serem entendidas como imposição, tem o reconhecimento por parte dos trabalhadores como sendo também suas, o que se evidencia na defesa da manutenção do fatiamento das categorias sindicatos-territórios no apego aos cargos e ao aparato infraestrutural.⁶⁶

Diametralmente a essas tendências emerge a postura de encastelamento dos dirigentes sindicalistas, atreladas ao burocratismo, ao assistencialismo sindical e à afeição à paralisia dos trâmites legais, sem contar a amarração de alternativas “milagrosas” vindas das estruturas superiores, principalmente das federações, o que

⁶⁴ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 239.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Ibid., p. 242.

corroboram a fragilidade dos movimentos de base, os sindicatos, num contexto histórico marcado por decisões tomadas de cima para baixo.⁶⁷

De acordo com Thomaz Júnior, existem cerca de 124 sindicatos-sede (correspondente a mais ou menos 68, 5% do total de STR's do Estado) e que se territorializam em uma quantidade 3,5 vezes maior de municípios. A divisão dos trabalhadores rurais pelos 124 Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR's) está vinculada a um “[...] conjunto articulado de mediações, tais como a influência dos outros produtos agropecuários (laranja, café, silvicultura, pequenos produtores de leite, lavoura branca, etc.).”⁶⁸

No entanto, esses trabalhadores, malgrado todos os desafios postos pelo movimento da realidade, demonstraram um grande potencial de mobilização e resistência ao longo desse período, o que foi acompanhado pelo imperativo de criarem outros sindicatos, tanto onde ainda não existia quanto a partir do desmembramento de base, o que inclui municípios ainda sem organização, o que se configurou numa estratégia de enfretamento do peleguismo e de fortalecimento sindical.⁶⁹ Por outro lado:

A diferencialidade manifesta nessa “nova” orientação e postura política abriu linhas de cisões, disputas e perseguições interoperárias. Isto é, as lideranças e dirigentes de vanguarda ingressos do movimento de Guariba foram pressionados pelos próprios STRs, que nunca concordaram com a adoção de conduta que não privilegiasse o caminho legal, denominado na época de via “subversiva”. Sem contar é claro, que foram isolados pelo capital, que adotou a política da perseguição aos trabalhadores filiados aos sindicatos, dirigidos pelos “subversivos”, através das “listas negras”.⁷⁰

Quem soube tirar proveito dessa nova forma de fragmentação desse segmento de classe foi o empresariado/ usineiros, que aceleraram o processo de mecanização do corte de cana-de-açúcar e adotaram mecanismos gerenciais e organizacionais com vista ao exercício de maior controle da força de trabalho como resposta às greves prolongadas e movimentos reivindicatórios sem sustentação por parte da categoria.⁷¹

⁶⁷ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002.

⁶⁸ Ibid., p. 265.

⁶⁹ Ibid., p. 266.

⁷⁰ Ibid., p. 268.

⁷¹ Ibid., p. 266-267.

No âmago desse movimento de manifestação de novas lideranças e resistências sindicais não foi construído um grupo hegemônico com capacidade de atuações políticas vanguardistas, ao contrário, a própria Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (Fetaesp) estimulou o surgimento de resistências sindicais quando se viu pressionada e com receio de perder o espaço para a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi quando as forças e alianças políticas foram refeitas no interior da Fetaesp, configurando o “racha”, quando alguns de seus membros mais identificados com a convocação do movimento de Guariba, com vistas a dar atenção ao processo organizativo dos trabalhadores assalariados rurais, romperam com a Fetaesp, como aconteceu com o presidente do STR de Araraquara Hélio Neves, que no final dos anos de 1980 tornou-se o expoente do “racha”⁷² que deu origem a Federação dos Empregadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp)⁷³.

Cabe lembrar que o índice de sindicalização no estado de São Paulo fica entre 15 a 20 %. De qualquer forma, é possível verificar que houve uma substituição das formas de resistência e de reorganização dos trabalhadores, pautadas pela busca de aumento do índice de sindicalização como possibilidade de formação da categoria para capacitá-los no processo de enfrentamento do capital, pela postura de negociação e atrelamento ao discurso oficial, “definidor do perfil e do respeito às regras legais”.⁷⁴

Frente a esse quadro, alguns sindicatos, sob direção da própria Fetaesp⁷⁵, buscam amoldar o antagonismo consagrado à orientação oficial e defendida pela maioria em nome da “unidade” da categoria, por meio de secretarias específicas, ou seja, pequenos produtores e assalariados. Todavia, na prática, essas propostas

⁷² A Fetaesp reúne em vários sindicatos patrão e empregado, na mesma entidade sindical. “Ou seja, a presença do trabalhador assalariado, no caso da cana (o cortador de cana), e do patrão (o capitalista, na figura do pequeno produtor/ proprietário rural, ou seja, os fornecedores de cana)... Via de regra, esse antagonismo dentro da mesma entidade motiva uma série de desencontros, rachas e disputas políticas como revela a cúpula da Fetaesp. (THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canaveira paulista.** São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 269-270).

⁷³ Ibid., p. 267.

⁷⁴ Ibid., p. 269.

⁷⁵ Ibid., p. 272 - “Têm-se, ainda, as disputas inter-STRs pela incorporação dos municípios inorganizados. O que se verifica é que a Fetaesp interfere diretamente nesse campo de disputas, levando em consideração acordos políticos locais e regionais, como forma de “amainar os ânimos”, já que o centro das atenções de volta a arrecadação das contribuições sindicais.”

sucumbiram para a grande maioria dos STR's antes mesmo de chegar a uma "experiência modelo"⁷⁶.

Ocorre é que, em geral, essas organizações dos trabalhadores são encabeçadas por um líder sindical, o qual pode se traduzir muitas vezes como figuras enigmáticas e contraditórias. Na verdade, muitos fatores interagem na conformação dessas trajetórias individuais e coletivas e que excede os limites da personalidade de uma liderança social, a qual se constitui em geral no arcabouço das lutas cotidianas e é eleita por sua capacidade de "[...] articular e de expressar a vontade do grupo; sua conduta é influenciada pela cultura de sua época e pela conjuntura local e nacional: às características pessoais dos líderes somam-se os fatores situacionais."⁷⁷

Ou seja, outros elementos estão sempre em cena e ajudam a entender o universo dos embates postos em movimento por essa classe de trabalhadores.⁷⁸ Trata-se de mudanças no cenário conjuntural do país, como já aludido, sobretudo a partir da década de 1980, ligadas diretamente às modificações tangentes às políticas públicas, a ampliação das práticas de consenso e negociação, com o conseqüente desgaste e fragmentação das práticas participativas, a centralização sindical, o surgimento de instituições aglutinadoras dos movimentos populares, o próprio surgimento das organizações não-governamentais, enfim, todas as mudanças na esfera do Estado⁷⁹ e que trouxeram profundas conseqüências no

⁷⁶ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 271.

⁷⁷ HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural : Ed. UFES, 1995. p. 57.

⁷⁸ Lembrando que esses desafios colocados aos trabalhadores rurais não dizem respeito apenas à realidade brasileira, pois, respeitando as especificidades, atingem os trabalhadores no mundo todo: "Para os trabalhadores envolvidos na agroindústria canavieira mundial, ao se confrontarem diretamente com os desdobramentos e conseqüências das redefinições político-econômicas traçadas pelo capital, mesmo não as aceitando passivamente, encontram-se, na grande maioria dos casos, numa clara e inequívoca ausência de referência político-organizativa nas suas entidades de representação (sindicatos, cooperativas, federações, centrais sindicais, associações, etc.), como também de propostas alternativas para enfrentarem o desemprego crescente e o agravamento do estado de miserabilidade que os atinge." Ver mais em: THOMAZ JÚNIOR, op. cit., p. 42.

⁷⁹ Ibid., p. 55-56 - A participação do Estado, especificamente nesse setor da economia, não se restringe apenas às instâncias de planejamento e controle, bem como da fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos. Está também, assim como para as demais esferas da atividade econômica, na normatização e regramento político-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho.

âmago do movimento trabalhista no país, colocando-o num patamar de extrema fragilidade frente às atuais transformações no mundo do trabalho.⁸⁰

De todo modo, uma primeira questão a ser lembrada é que a economia do planeta por inteiro está estruturalmente imersa em um redemoinho de turbulências, com variações da produção do emprego. Fato marcante, também, é o diagnóstico de economias inteiras destruídas aqui e ali, com a “flexibilização” dos contratos de trabalho e precarização dos direitos trabalhistas, com a mundialização dos mercados e das condições produtivas. Em outras palavras, esses rearranjos estão enraizados nas redefinições do desenvolvimento das forças produtivas em nível mundial que garantem a reprodução ampliada do capital em nome da liberalização “total e irrestrita” das relações sociais e se sustentam ideologicamente sob a consigna do neoliberalismo.⁸¹

Por outro lado, é preciso considerar o desenvolvimento desigual dos territórios no Brasil, por exemplo, lembrando que entram no movimento de exploração do capital de maneira diferenciada, colocando as diversas regiões do país em patamares de desigualdade alicerçada em interesses próprios da necessidade de produção e reprodução do capital:

E por fim, é importante frizar que as condições de produção e de trabalho materializam-se como territorialidades diferenciadas do confronto entre capital x trabalho: esta é a identidade básica que permitirá transitar entre as escalas do cenário diferencial em que se assenta a organização dos trabalhadores ligados à agroindústria canvieira, bem como os desdobramentos que se colocam no cenário mundial com o reordenamento tecnológico e a substituição de matérias-primas _ questão central central para a agroindústria _ e relacioná-las diretamente com a temática posta em questão neste trabalho.⁸²

Thomaz Júnior descreve com precisão o mapa do capital ligado à indústria canvieira. O autor destaca que grande parcela das plantações canvieiras está localizada em grandes e médias propriedades privadas e estatais, alicerçada na

⁸⁰ Para Mézaros, “[...] a raiz do neoliberalismo agressivo está na perigosa diminuição do intervalo entre a desatracada expansão do capital e o crescimento de amortecedores de conflitos, o que leva o sistema a ter cada vez menos capacidade para gerir, sem aventureirismo destrutivo, seus principais problemas estruturais, sem haver oposição dos sindicatos anteriormente reformistas, hoje ao lado do capital neoliberal. Tudo isso realça a gravidade da crise de nossos tempos e o total absurdo dos discursos sobre ter-se “despedido do socialismo para sempre”. Pois, a desatracada *expansão do capital* traz _ em conjunto com o *crescimento de amortecedores de conflitos* _ a tranquila *acomodação submissa* dos sindicatos e reformistas à lei do capital são dois lados da mesma moeda.” (MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 107).

⁸¹ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canvieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 37.

⁸² Ibid., p. 39.

mão-de-obra assalariada, apesar no avanço do processo de mecanização, sendo que a maior parte desses processos produtivos está sob a responsabilidade de pequenos produtores, organizados a partir de condições de produção e de trabalho bastante diversificadas, envolvendo também diferencialidades quanto à inserção no processo produtivo, tais como a participação de “autônomos, assalariados, arrendatários, cooperativados, áreas coletivas”, os quais se organizam sob as mais diversas tipologias, tais como as “cooperativas, associações, sindicatos”, ressaltando, entretanto, “que a grande maioria desses trabalhadores ainda está desarticulada de organizações independentes e politicamente representativas”, descortinando o seguinte cenário:

À primeira vista, a diferencialidade da agroindústria canavieira mundial pode ser dimensionada por trás da paisagem de aproximadamente 26, 5 milhões de hectares de cana-de-açúcar plantados, com que corresponde a 67% do total de açúcar mundialmente produzido _ 67 milhões de toneladas de açúcar _ e 12 milhões de trabalhadores com suas respectivas famílias diretamente ligados à agroindústria canavieira, além dos outros 30 milhões de empregos diretos (Mundo Azucareiro, vol. XVI, n. 5, 1993:3). Tudo isso (re) articulado às mais diferentes maneiras e formas do processo produtivo da matéria-prima, articulado em via de mão única com a indústria processadora e suas múltiplas determinações e é, pois, aí que se assenta o eixo central da diferencialidade.⁸³

No caso mais específico dos sindicatos rurais, por exemplo, embora possam conservar em grande medida aqueles resquícios presentes na constituição da sociedade brasileira, como as marcas do clientelismo, do favoritismo e do assistencialismo, sobretudo nos período de maior repressão, não podem ser abordados de forma homogênea e centralizados. Pode-se dizer que estes “interlocutores coletivos”, nos termos de Ferrante, atuam como mediadores “por excelência na representação legal dos trabalhadores rurais”, embora não seja o único espaço autêntico de luta, pois há formas diferenciadas de vivência de processo no cotidiano, marcado pela heterogeneidade:

A prática sindical se expressa_ ou pode fazê-lo_ diferentemente no dia-a-dia da vida do sindicato, nos encaminhamentos dados às ações trabalhistas, nas relações estabelecidas com o Estado e a entidade

⁸³ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 36.

patronal, nos processos de negociação, no calor da hora, no sabor_ também amargo_ das derrotas e/ou vitórias conquistadas.⁸⁴

Por outro lado, o papel das lideranças sindicais passam a ter um papel fundamental nesses processos de diferenciação, na medida em que se comprometem mais ou menos com os combates dos trabalhadores, podendo se limitar apenas aos trâmites burocráticos e legalistas, sem a definição de projetos políticos de relevância para a classe, ou ao contrário, pode ir construindo sua ação no bojo do movimento dos trabalhadores, de forma a ser mais um instrumento legítimo no desenvolvimento de estratégias de resistência e defesa de seus direitos. Isso significa que a prática sindical pode ser pensada “[...] não como consequência de parâmetros já instituídos no plano nacional, mas como expressão da ação/representação dos dirigentes dos sindicatos.”⁸⁵

Para os trabalhadores envolvidos na agroindústria canavieira mundial, ao se confrontarem diretamente com os desdobramentos e consequências das redefinições político-econômicas traçadas pelo capital, mesmo não as aceitando passivamente, encontram-se, na grande maioria dos casos, numa clara e inequívoca ausência de referência político-organizativa nas suas entidades de representação (sindicatos, cooperativas, federações, centrais sindicais, associações etc); como também de propostas alternativas para enfrentarem o desemprego crescente e o agravamento do estado de miserabilidade que os atinge.⁸⁶

Cabe lembrar que a “Cidade do Mundo”, como costuma ser chamada Cosmópolis, local onde atua Carlita da Costa (representante do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, Artur Nogueira, Paulínia e Campinas e sujeito dessa pesquisa), tornado município desde 1944, está localizado na região de Campinas, Estado de São Paulo, onde a produção agrícola emerge com os maiores índices de produtividade, permeada pela forte injeção de insumos e avanços tecnológicos do país, funcionando como foco atrativo de trabalho e melhores condições de vida para pessoas vindas de outras regiões do país, onde se ressentem a dureza das desigualdades regionais nos marcos das fronteiras nacionais.

⁸⁴ FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A chama verde dos canaviais**: uma história das lutas dos bóias-frias.1992. 589 f. Tese (Livres docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1992. p. 284.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 42.

Em outras palavras, mundialmente, o fenômeno materializa-se sob formas e conteúdos desiguais e combinados, que se assentam sobre determinadas relações técnicas de trabalho e de produção, bem como de organização política dos trabalhadores na suas diversas entidades, além da atuação dos Estados nacionais e das ações do capital, cuja diferencialidade é a pontualidade de (sínteses) de múltiplas determinações e, sua expressão territorializada, a cartografia do fenômeno.⁸⁷

Cosmópolis possui aproximadamente 50 mil habitantes, sendo que 96,77% estão na zona urbana e apenas 3,23% estão no meio rural. Como sua base econômica é agroindustrial, a cidade é caracterizada pela produção agrícola, principalmente do algodão e cana -de- açúcar. Atualmente, migrantes continuam chegando, agora não só para trabalhar na lavoura, mas também para estabelecerem comércio, prestarem serviços ou pequenas atividades industriais. Ou seja, embora seja uma cidade de pequeno porte, é berço de inúmeras contradições e lócus de uma luta intensa por melhores condições de vida e trabalho. É lá que o sindicato lida com circunstâncias que desmascaram a suposta modernidade do setor, claramente contraposta pelas situações de doença do trabalho, devido às suas condições de exploração exorbitante, de invalidez, morte, desrespeito aos direitos fundamentais, dentre outras.

O Sindicato de Cosmópolis, Artur Nogueira e Paulínia tem sua gênese em 1986, quando aconteceu o primeiro movimento grevista naquele território. Contudo, naquele momento o registro não foi possível, o que veio a ocorrer apenas em fevereiro de 1989, com uma nova fundação. Carlita, a colaboradora dessa pesquisa, foi uma dentre os fundadores e é a líder (presidente) atual, além de participar da diretoria da Feraesp. Segundo a própria Carlita, a relação entre patrões e empregados é igualmente perversa tanto na colheita de cana-de-açúcar quanto de laranja, onde predominam os pequenos e médio produtores.

Uma das primeiras reivindicações do Sindicato de Cosmópolis foi pelo direito de beber água, o que só era permitido ao final de cada fila. Atualmente, é possível ressaltar algumas conquistas dos trabalhadores rurais no campo jurídico-trabalhista, o que vem elencado nos itens 10 e 31 da Lei Estadual, a qual institui a garantia de paradas obrigatórias. Dessa forma, os trabalhadores entram às 7 horas e trabalham até às 15:15 horas de segunda à sábado, com paradas de 15 minutos para a

⁸⁷ THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002. p. 35.

ginástica laboral, de 10 minutos entre a chegada e o almoço, de uma hora de almoço dividida em duas etapas, de 10 minutos para descanso e de 20 minutos para o café. De acordo com as regras acordadas com o Sindicato de Cosmópolis, a marmita deverá permanecer no ônibus, o que, entretanto, não foi cumprido em 2008, ano anterior às entrevistas realizadas com a líder sindical. Em 2009 foram contratadas quatro turmas a mais para atender às necessidades de produção, numa realidade de colheita de cana “bisada”.

Os equipamentos de proteção também devem ser garantidos pela Usina. Esses equipamentos em geral são apresentados aos trabalhadores na reunião de abertura da safra, com a presença do sindicato. São eles: o protetor de lima, a bota, o angote, os óculos, a capa de chuva, o protetor/ bainha para facão e o protetor de perna e de rosto.

Por outro lado, o sindicato enfrenta o desafio da fragmentação desse segmento de classe também nessa circunscrição, sobretudo com a estratégia da usina de distribuir os trabalhadores pelas cidades circunvizinhas e em turmas diferentes dos grupos de cidades. A grande maioria dos trabalhadores paga aluguel, o que faz emergir a questão levantada por eles mesmos: “Já que eles estão exigindo o melhor da gente, por que eles não arruma um lugar pra gente não ter que pagar aluguel, que está a cada dia mais caro?”

Frente a esse quadro sucintamente elencado, resta o compromisso acadêmico de deslindar esses processos, de discuti-los e torná-los cada vez mais públicos, no sentido de denunciar para o enfrentamento dessas injustiças brutais e desumanas. Por isso, estudar a vida de uma líder sindical, de renome entre os trabalhadores de Cosmópolis abre-se como possibilidade de aproximação de uma realidade dramática, mas ao mesmo tempo repleta de lutas e conquistas ainda em movimento. Ou seja, é preciso tornar manifestas histórias de pessoas a princípio desconhecidas, mas que buscam “dar respostas” dentro de uma realidade pautada pelo lucro à custa da miséria da grande maioria, mesmo à custa de sua própria vida. São sujeitos históricos que organizam outros sujeitos de maneira a construir a trajetória de luta dos trabalhadores.

Em todo caso, todas essas questões elencadas até o momento têm relação direta com a questão do controle social, cuja função, em consonância com

Mészáros⁸⁸, sempre foi alienada no corpo social e espaçada para o capital, o qual assumiu o poder de reunir a todos em uma padronização hierárquica de caráter estrutura e funcional de acordo com critérios de níveis de participação no controle da produção e da riqueza. Segundo o autor:

Se quiser ironicamente, porém, tendência objetiva inerente ao desenvolvimento do capital em todas as esferas traz consigo resultados diametralmente opostos aos interesses do capital, já que a propensão é da fragmentação mecânica do processo de trabalho à criação de sistemas automatizados; da acumulação local de capital à sua concentração na forma de um sistema mundial em contínua expansão; da divisão parcial e local do trabalho à vasta divisão internacional dos trabalhos; do consumo limitado ao consumo de massa artificialmente estimulado e manipulado a serviço de um ciclo de reprodução cada vez mais acelerado da sociedade de mercado; e do “tempo livre” restrito aos poucos privilegiados à produção em massa de uma bomba social na forma de lazer, em escala universal. Pois, nesse processo de expansão e concentração, o poder de controle conferido ao capital vem sendo de fato transferido novamente ao corpo social como um todo, mesmo de uma forma necessariamente irracional, graças à irracionalidade inerente ao próprio capital.⁸⁹

Nesse sentido, não é possível falar em auto-realização humana quando a produção e seus produtores estão descolados das reais necessidades da humanidade ou quando os trabalhadores estão subordinados à produção de forma alienada e muito menos em uma realidade marcada pela exploração de uma classe pela outra, ou ainda em um cenário em que o ser se desumaniza na proporção do massacre de suas potencialidades enquanto tal, questões essas que não podem ser respondidas ou enfrentadas com ideais que visam encobrir e mascarar o movimento da realidade a partir de discursos desprovidos de conteúdo real.⁹⁰ Em outras palavras:

A produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas necessidades, ou os controla impondo a eles seus próprios imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não se pode escapar. Portanto, apenas a auto-realização por meio da riqueza de produção (e não pela produção de riqueza alienante e reificada), como a

⁸⁸ MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁸⁹ Ibid., p. 55.

⁹⁰ A completa articulação do sistema do capital trouxe dificuldades que não podem ser enfrentadas sem substituir os freqüentes e abstratos apelos à idéia da “humanidade incomum” dos indivíduos por sua realização numa prática viável da reprodução social. No entanto, como o “macrocosmos” e o “microcosmos” do sistema _ inseparáveis de seus antagonismos geradores de dominação devem ser considerados absolutamente inquestionáveis por serem o melhor de todos os modos concebíveis de intercâmbio sociometabólico, os apologistas do capital só nos podem oferecer a pregação vazia da “humanidade comum” de indivíduos isolados contra os males dos “trabalhistas”.

finalidade da atividade-vital dos indivíduos sociais, pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade autoreprodutiva do capital e suas conseqüências destrutivas. Isso significa a produção e a realização de todas as potencialidades criativas humanas assim como a reprodução continuada das condições intelectuais e materiais de intercâmbio social.⁹¹

De modo geral, é possível concordar com Lara, em análise a partir de Serpa, no que diz respeito ao modo de estruturação sindical no Brasil, o qual, amparado pelas idéias corporativistas revela sua incapacidade de sobrevivência, devido às próprias condições históricas. Com a ausência dos incentivos governamentais, aquela forma de organização tradicional não tem mais condições de atuar enquanto representatividade da classe trabalhadora e seus interesses, sobretudo num cenário marcado pelo fenômeno da mundialização capitalista, com jogos de mercado não mais amparados pela figura do Estado a todo o momento. Por essas e outras razões, como as mencionadas anteriormente, o movimento sindical não raras vezes tem se restringido a uma atuação de caráter negociador, numa postura de diálogo e menos combativa, em assuntos referentes a questão salarial e à flexibilização das relações produtivas, mostrando impotência e incapacidade, muitas vezes por falta de sentido de classe frente ao domínio do capital. Segundo o autor, o próprio movimento sindical de maneira geral vem percorrendo incisivamente um processo de institucionalização, pautado pela valoração da sociabilidade capitalista, com a tarefa de “buscar a difícil e imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo, de clara confrontação anticapitalista”, numa conjuntura de crise, o que, no entanto, entrava no modelo “corporativista estatal”, sem forças políticas para fazer frente ao conflito capital x trabalho, quando a própria sociedade está imersa num contexto de competição de mercado. Esse quadro ainda é agravado pela estrutura legal, antiquada, a qual o movimento sindical está atrelado como forma de sobrevivência, através do imposto sindical, “[...] monopólio da representação, proibindo a prática do pluralismo na organização dos trabalhadores.”⁹² Ademais, de acordo com Serpa:

⁹¹ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 613.

⁹² LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 115.

[...] as “metamorfoses do trabalho” alcançaram o universo sindical e as questões estruturais, em relação à conjuntura nacional, acentuou o enfraquecimento das lutas sociais via ação sindical. Nos anos 1990, assistimos à passagem do sindicalismo de confronto e de massa para um sindicalismo “neocorporativismo” de participação. Isso, no entanto, não possui caráter ocasional, muito menos pontual. Na realidade, a decorrência do sindicalismo reestruturado pelo “neocorporativismo” e participação, está ligada a fatores políticos, que incrementam a tendência à segmentação corporativa. Esse “novo” enfoque não possui nenhuma característica de inovação sindical, é, antes de tudo, fruto do novo contexto político-ideológico do país, da recessão econômica, da crise do socialismo e da ofensiva do neoliberalismo internacional.⁹³

Em contraposição, malgrado os embates sociais vivenciados no cerne do movimento sindical brasileiro estejam em forte declínio, sobretudo se comparado com momentos anteriores, com a década de 1970-80, por exemplo, o sindicato e a prática sindical ainda se configuram enquanto um espaço legítimo (e legal) de organização da classe trabalhadora, ainda que repletos de limites e ambigüidades, mormente porque se o espaço está aberto e legitimado resta a ânsia e o compromisso com a busca de outras formas de sociabilidade e isso só é possível de acontecer na medida em que a experiência for sendo realizada e isso tem a ver com a participação e com a possibilidade de formação para a busca de construção de uma classe-para-si, o que, sem dúvida não é tarefa fácil e muito menos repentina, é processo, é história. O momento atual, permeado por práticas de negociação e consenso responde à contexto de crise do capital, contudo, trata-se também de um espaço para novas tomadas de decisão a partir de outros posicionamentos, inclusive políticos e redefinidores da própria prática sindical, voltada de fato para a centralidade do trabalho no processo de constituição e afirmação do ser social. É, sobretudo, nesse sentido, ou seja, de construção e organização da luta pautada a partir da consciência de uma *classe-para-si*, é que o movimento sindical permanece como um desafio e um movimento em permanente construção, um desafio em marcha. Por assim dizer:

Apesar de as lutas sociais travadas historicamente no seio do sindicalismo estarem em declínio, ainda acreditamos firmemente que o momento de crise vivenciado pelo mundo do trabalho pode ser encarado como um processo histórico de redefinições e novas práticas políticas, por mais que

⁹³ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 115.

os resultados da reestruturação produtiva sejam caracterizados pelo aumento intensivo da miséria e degradação das relações e condições de trabalho. Neste momento, estamos do lado do trabalho e firmamos a lúcida posição de que a instituição sindical não está “fora de moda”, como alguns insistem... Pensar do ponto de vista coletivo é um desafio necessário para a instituição (sindicato) que vem sendo solapada pelo apelo ao desempenho individual nas relações de trabalho. Tal crise do sindicalismo pode ser a incentivadora de uma união mais abrangente de relações e reivindicações dos mais diversos movimentos sociais que lutam contra a hegemonia do capital.⁹⁴

⁹⁴ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate.** 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 122.

PARTE 2

UMA VIDA QUE CONTA MUITAS VIDAS



CAPÍTULO 4 PROLEGÔMENOS

4.1 Memória e possibilidades da História Oral

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (Halbwachs)

A arte de teorizar corresponde à arte de fazer política, com o intuito de enfrentar a ciência, a produção do conhecimento a partir de uma perspectiva crítica (embora isso não seja uma regra) e com a ciência do posicionamento consonante aos interesses da classe a que pertence ou com cujos interesses se identifica.¹ Portanto, produzir conhecimento tem a ver com visão de homem-mundo, com o ponto de vista de onde se realiza a leitura da realidade. Em sua construção teórica, Lara chama a atenção para uma escolha teórica pautada pelo posicionamento em prol do trabalho, assumindo as possíveis conseqüências dessa escolha, já que dissonante com a neutralidade científica defendida por muitos. Segundo o autor:

Teorizar é fazer política no sentido de encarar a ciência, a pesquisa e a produção do conhecimento não de forma neutra como roga o preceito positivista de cunho conservador. Temos como pressuposto produzir um saber que se posiciona em favor do trabalho e, com as devidas conseqüências teóricas e políticas desse posicionamento. É bom ressaltar que nossa concepção está distante das necessidades políticas como critério da cientificidade, ou seja, está afastado das concepções para as quais o verdadeiro cientificamente é o que justificasse a necessidade da tática política.²

¹ “Percebemos que a *produção do conhecimento*, ao longo da história da humanidade, ficou restrita àqueles que detinham o poder sobre a riqueza material. No capitalismo, isso não é diferente, ocorre uma radical divisão do trabalho, há a superação da propriedade imóvel pela móvel. Com a ascensão da indústria, os conflitos emergem entre aqueles que detêm os meios de produção – os burgueses – e aqueles que detêm a força de trabalho – os proletários. A luta de classe é permanente no modo de produção capitalista e necessariamente as *idéias*, que são reflexos da existência material, surgem e são representadas antagonicamente.” (LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 225-226. grifo do autor).

² Ibid., p. 11.

Na sociedade regida pelo modo de produção capitalista não se poderia esperar que houvesse espaços de memória que não fossem os da classe dominante, haja vista que uma de suas características intrínsecas é justamente a capacidade de tornar tudo efêmero, de converter relações entre pessoas em relações entre coisas, ao mesmo tempo em que realiza o movimento de torná-los, as pessoas e suas relações, descartáveis, pois, o mercado tem a necessidade de geração constante de novas necessidades, ideias e valores para reproduzir o seu ciclo de exploração e se manter enquanto modo de produção hegemônico mundialmente.³

Assim, em geral, todos são levados a pensar o passado como algo que se perdeu e que por isso não tem valor, uma vez que já se tornara antiquado em um mundo em constante mutação, sobretudo quando se considera que a história reconhecida dentro da lógica capitalista é aquela da classe que detém o domínio cultural e econômico e não aquela da base, do conjunto da classe trabalhadora, a qual não raro é subsumida ou deturpada em favor da afirmação da história oficial, quase sempre sinônimo da história sob a perspectiva da classe no poder. E nesse movimento, o conhecimento dos mais velhos, a história construída ao longo dos anos, a experiência de personagens desconhecidos, são tomados como algo que se conta, porém, sem abstrair-lhes o verdadeiro significado mesmo considerando que:

O passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão da ênfase e da entonação a silêncios e disfarces.⁴

Nesse sentido, não há interesse em reler o passado à luz do conhecimento presente e nem mesmo como caminho necessário para entendê-lo. O passado ficou

³ A base econômica da sociedade, não tomada de forma isolada, é o determinante fundamental da produção e reprodução social. Tais relações sociais baseadas na propriedade privada, a qual sustenta a sociedade burguesa, resultam em classes sociais que têm interesses conflitantes. Nas sociedades em que existem relações envolvendo interesses antagônicos, *as idéias refletem essas diferenças...* Embora predominem aquelas que representam os interesses do grupo dominante, a possibilidade de *produzir idéias* que representam a realidade social do ponto de vista de outro grupo *reflete a possibilidade de transformação* presente na própria sociedade. Portanto, espera-se que, num dado momento, os pensamentos diferentes que protagonizam a negação encontrem o campo de possibilidades para sua concreção. (LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 225-226).

⁴ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 52.

lá atrás, esquecido em um lugar remoto, até porque, em certo sentido, ele é prenhe de ameaças à necessidade moderna do inusitado, do novo. Entretanto, a crítica do processo histórico como um todo é um passo fundamental, dado que, como é sabido, não é possível construir qualquer análise de totalidade desconectada da história e da leitura do movimento da realidade, uma vez que:

[...] o objeto é o que existe realmente; a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior [...] *os fenômenos complexos têm uma existência primária*. O complexo deve ser estudado como complexo, para depois chegarmos aos seus elementos e aos processos elementares [...] Ao contrário, *os processos parciais só são compreensíveis como partes do organismo completo*.⁵

A história da memória⁶, segundo Meihy, é longa e remonta ao tempo dos poetas gregos, os quais, na busca de tornar seus heróis imortais, almejavam a vitória sobre a morte e o esquecimento através dos versos armazenados na memória. Para os gregos, a valorização do herói e sua elevação traduzem a busca da imortalidade através da lembrança⁷, ou seja, o herói não é esquecido, permanece vivo na memória:

Os gregos associavam o esquecimento a Lete, musa feminina que se oporia à Mnemosyn, deusa da lembrança e mãe das musas. Portanto, desde sempre o esquecimento foi evocado como forma de desgraça. Curiosamente, porém, Lete é um nome de um rio que permite aos mortos a passagem para uma vida sem lembranças.⁸

⁵ LUKÁCS, Georg et. al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 15. (grifo do autor).

⁶ “Urano – personificação do céu estrelado –, filho de Géia – a Terra –, uniu-se à sua mãe, e dessa união nasceram seis Titãs e seis Titânidas, entre as quais Mnemósina, seguidos dos Cíclopes e Hecatônquiros – seres de cem braços. Mnemósina, personificação da memória, uniu-se, durante nove noites, a Zeus – o deus supremo. Zeus partilhou do leito de Mnemósina a pedido dos deuses olímpicos, que desejaram a criação de divindades capazes de cantar sua vitória, comandada pelo próprio Zeus sobre os Titãs, expulsos do céu. Mnemósina deu à luz nove filhas – as Musas –, deusas da inspiração poética, e que presidem o pensamento em todas as suas formas: eloquência, persuasão, sabedoria, história, matemática e astronomia”. (GUIMARÃES, 1989 apud GIGANTE, Marcos Antônio. **Guerreiros sem armas: êxodo rural e memória de velhos trabalhadores** (Tarumã - 1960-1980). 1999. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1999. p. 37).

⁷ Nessa “vasta mitologia da reminiscência”, enquanto identidade sobrenatural, divinizada, a deusa Memória dava aos poetas, adivinhos, o poder da volta ao passado para que este fosse lembrado à coletividade. Inspirados por Mnemósina, as obras dos poetas, artistas e historiadores que contassem as ações, palavras, gestos, investidas, até a fisionomia de mortais, podiam atribuir-lhes imortalidade, tornando-os memoráveis (GIGANTE, 1999, op. cit., p. 37).

⁸ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 68.

Tendo sido, então, inventada pela civilização grega, a arte da memória⁹ adentrou a Antiguidade Clássica, integrando a retórica, resistiu a desconstrução do sistema educacional latino, encontrando abrigo nos interiores dos conventos dominicanos e franciscanos ao longo da Idade Média. Foi esquecida pelos pensadores humanistas do Renascimento, vindo a ocupar espaço novamente a partir do século XVII, como parte da ampliação dos debates em torno dos métodos científicos.¹⁰ De acordo com Yates:

Na sua origem, a arte da memória propõe um conjunto de regras para a memorização de idéias ou palavras, constituindo uma técnica de imprimir lugares e imagens na memória, de maneira a fazer com que um orador possa reproduzir longos discursos com precisão infalível. Hoje, quando se podem obter informações ao toque dos dedos, uma mnemotécnica dessas parece totalmente inútil. Mas em época anterior ao advento da imprensa, uma memória bem treinada era de vital importância.¹¹

Para Bergson¹² toda percepção é sempre carregada de lembranças, ou seja, de memória, o que significa que estas interpenetram as representações construídas. O presente é apreendido, então, a partir das imagens retidas pela memória. Desde o início, a percepção já possuiria as lembranças. Estas movimentam as percepções reais, armazenando, contudo, os indícios mais relacionados às imagens mais remotas tornadas representação. Por isso, “[...] lembrar é trazer à tona o que estava submerso. Daí o *sousvenir*, o vir à tona, o *souvenir*.” A consciência, nesse sentido, residiria nessa relação entre a memória e a percepção presente, de modo que “[...] sem a memória o presente não se realiza, nem o futuro.”¹³

Ainda segundo Bergson¹⁴, há duas memórias. Uma seria a memória - hábito, com mecanismos basicamente motores, abalizada pela repetição, pelas necessidades de socialização, submetidas à vida cotidiana e suas atividades comuns, ou seja, ligada à vivência cultural.

⁹ “Mnemósina [...] lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é, pois, um homem possuído pela memória, o *aedo* é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. É a testemunha inspirada dos ‘tempos antigos’, da idade heróica e, por isso, da idade das origens (LE GOFF, 1994, p. 438, destaque do autor apud GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 35).

¹⁰ COIMBRA, Carlos Alberto. A arte da memória e o método científico: da memória artificial à inteligência artificial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 146, 1989.

¹¹ Ibid., p. 146.

¹² apud GIGANTE, 2008, op. cit., p. 36.

¹³ BOSI, 1994, p. 46 apud GIGANTE, 2008, op. cit., p. 36.

¹⁴ apud GIGANTE, 2008, op. cit., p. 37.

A outra memória seria a imagem – lembrança, ou a “memória pura”, a lembrança pura, isolada, disjuntas dos costumes, “verdadeiras ressurreições do passado”, com feições evocativas, poéticas e por vezes subversivas, pressupondo a “sobrevivência do passado na memória”.¹⁵ De acordo com Gigante:

Neste momento, uma observação torna-se crucial: o difícil é articular a questão da criação, da novidade, do subversivo, com a questão da memória pura, ou mesmo da imagem lembrança, que é passado. Mas compreender tal aspecto é avançar na explicação bergsoniana. Ora, a memória se refere ao espírito (Bergson revitaliza a metafísica, como foi dito). E enquanto a matéria é repetição, o espírito é novidade, é criação. A memória subsume, em Bergson, o prolongamento do passado no presente – aí reside seu caráter evocativo e criativo ao mesmo tempo, o que implica numa visão evolucionista do espírito que pode referendar algumas visões religiosas.¹⁶

Segundo Lovisolo¹⁷, a memória histórica ou coletiva, é basilar para a afirmação do sentimento nacional, para a formação da consciência de classe, étnica ou das minorias, uma vez que essencial nos processos de lutas contra a opressão e a dominação. Destarte:

Valorizada, então, quer por sua participação na construção da identidade e da comunidade, quer pelo papel que desempenha no fortalecimento e emancipação dos fracos, ela não pode nem deveria ser esquecida. Ao mesmo tempo, a memória coletiva firma-se cada vez mais conscientemente como leitura seletiva: ela esquece e lembra no mesmo movimento.¹⁸

O autor ainda acrescenta que embora muitos projetos de emancipação tenham voltado a atenção para as histórias dos partícipes dos projetos emancipatórios, essas são valorizadas quando revelam os liames de sua força e a rede de significados de suas prisões:

Os projetos de emancipação, por exemplo, tentaram encontrar na memória dos emancipandos os vetores que funcionassem como chão e linha de força do projeto emancipador, quer se tratasse do povo, quer do grupo étnico ou religioso. Como consequência, a história, determinadas formas de construção da história, em especial as que respeitariam o ponto de vista dos vencidos, dos fracos, dos que devem ainda se emancipar,

¹⁵ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 40.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16, 1989.

¹⁸ Ibid.

são valorizadas quando apontam as linhas de sua força e quando desenham a rede dos significados que formam sua prisão.¹⁹

Por conseguinte, o movimento amplo de valorização seletiva da memória coletiva convive de modo ambíguo com as ações atuais de desvalorização da memória individual, o que não poucas vezes associa uma relação nefária entre a memória e os processos emancipatórios, enquanto espaços dinâmicos de transformação.²⁰

Essa diferenciação entre história e memória coletiva ocorre pela maneira particular como essas formas de memória são ideadas, visto que cada uma entende o passado de forma específica. Para Halbwachs, a história está posicionada acima dos grupos, quer dizer, “ela os vê de fora”, enquanto que a memória coletiva implica a introdução no quadro das modalidades de consciência coletiva. Dito de outra forma, a centralidade dessa questão está na apreensão ou não da consciência coletiva, partindo do entendimento de que memória coletiva é o “passado que se perpetuou e ainda vive nesta consciência”. Entretanto, segundo Barros, a história tem seu início quando termina a tradição, isto é, quando se amplia ou se “decompõe a memória social”. Ou seja, ela “[...] não diz respeito aos homens enquanto elementos vivos e depositários de lembranças do passado.”²¹ De acordo com Barros:

É a consciência coletiva que diferencia a memória coletiva da memória histórica. Há, além desta, outras formas de distinção, como a distinção do tempo e a distinção do universo que memoriza. Para a história, o tempo está dividido externamente pelos historiadores, quando classificam e ordenam os acontecimentos. Halbwachs não vê um processo, mas períodos históricos traçados posteriormente por indivíduos que deles não participaram. Esta idéia de história, em contraste com a noção de memória coletiva, acarreta para a primeira um sentido quase de falsidade, como se a verdade ou as verdades só fossem se apresentar enquanto história vivida, enquanto memória coletiva.²²

Para Barros, quando coloca no mesmo nível a memória coletiva e a história vivida, Halbwachs revela que a memória coletiva não se resume aos contornos dos fatos armazenados na lembrança nacional, dado que entre a nação e o indivíduo há

¹⁹ LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 17, 1989.

²⁰ Ibid.

²¹ BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 32, 1989.

²² Ibid.

muitos grupos com sua própria memória e que “[...] agem mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros.”²³ Assim, seriam no cerne desses grupos que se dilatariam as “memórias coletivas originais” e acrescenta:

Ao mesmo tempo que vincula a memória coletiva ao grupo, estabelece uma visão dinâmica e processual tanto do grupo como da memória, ao procurar relativizar à memória coletiva e também a individual através dos conceitos de tempo e espaço.²⁴

Na verdade, segundo a perspectiva aqui adotada, o valor da memória consiste justamente não apenas em resgatar elos perdidos, mas, sobretudo em possibilitar a descoberta de novos rumos, de construção de novos paradigmas e de proposição de caminhos e valores sobre os quais esta sociedade queira se assentar, até porque o passado “[...] é a matéria da memória e da história, mas, a dinâmica é diferente entre uma e outra.”²⁵ De acordo com Rousso:

A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido nem contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, coletiva.²⁶

Além disso, reconstruir trajetórias, histórias de vida, significa dar voz não a um passado perdido, mas, ao movimento de luta travado até o momento, deixar ecoar o grito de quem ousou acreditar e não se deixou subsumir às dificuldades impostas pelo modo de produção capitalista, mesmo entre avanços e retrocessos, uma vez que “[...] a memória qualifica a imaginação, dá-lhe estrada, horizonte, produz sentido para os fatos, e isso nos transforma em deuses criadores das verdades em que queremos crer.”²⁷ Além disso:

A memória... é fundamental também para confirmar o presente, pois, sem ela não podemos garantir as regras da vida social que se baseiam em repetições de atitudes definidas no passado. Ademais, como viver sem se esquecer? Há, portanto, uma relação direta entre a memória e o esquecimento, e é importante observar um para entender o outro, o que

²³ BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 33, 1989.

²⁴ Ibid.

²⁵ James McConkey apud MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola. 2002. p. 53.

²⁶ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 94.

²⁷ N. Scott Momaday apud MEIHY, op. cit., p. 52.

ficou “esquecido”, por que, como e quando _ aspectos importantes do que é lembrado e ficou retido na memória. O processo de seleção do que lembrar implica o que se esquece.²⁸

Enquanto um caminho possível de leitura do passado em rumo à transformação, a partir da atenção às contribuições mnemônicas, ou seja, da própria memória viva das pessoas, a história oral emerge como uma via metodológica acessível e disponível, no sentido de que é aberta às mais diversas possibilidades de análise crítica e de luta pela transformação social, mesmo que esse não seja um caminho obrigatório.²⁹ Em outras palavras:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e aluno, entre gerações e entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história _ seja em livros, museus, rádio ou cinema _ pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental mediante suas próprias palavras.³⁰

Embora a história oral não seja necessariamente um instrumento de mudança, enquanto uma das possibilidades de estudo da história, pode-se afirmar que ela já traz em si o seu germe, dado que é construída através da voz de pessoas, ou seja, da memória viva de seres sociais:

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, ela não só oferece uma mudança do conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida e de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e se sentem parte do contexto em que vivem.³¹

²⁸ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 66.

²⁹ Entretanto, é preciso considerar o apontamento de Gigante (op. Cit., p.34), quanto a atitudes de não aceitação da história oral na academia: “Por outro lado, a atitude de negação em relação à história oral não é de modo algum universal entre os historiadores. Dependendo do ambiente em que se está, seu uso é bastante tranquilo, plural e não requer tantas justificativas. Neste sentido, rebater as críticas feitas à história oral se traduziria num esforço desnecessário neste estudo. Mas não me dispensei dessa discussão, haja vista que o fato de ter se tornado modismo, ou uma tradição aceita pela institucionalidade acadêmica, não significa que deva ser dispensada a discussão do método. Aliás, lembrando Thomas Kuhn, é justamente quando é aceito que o método não irá mais operar no sentido do avanço científico; ou o fará mais limitadamente, tal como este historiador das ciências qualifica o caráter um tanto cumulativo da “ciência natural”, ou da “ciência normal”. O momento criativo é quando princípios e métodos são submetidos a uma discussão filosófica em torno de sua validade, o que Kuhn caracterizou como “ciência extraordinária”.

³⁰ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 22.

³¹ MEIHY, op. cit., p. 15.

Sem dúvida que a memória de pessoas isoladas e entendidas enquanto tal, isto é, descoladas dos aspectos sócio-históricos e conjunturais não pode ser aceita como história oral, uma vez que perdem seu valor dentro do tecido social mais amplo, já que desconectada da memória coletiva. De acordo com Lokoï ³², “[...] as histórias dos “eus” sozinhos não têm sentido social.”³³ Entretanto, há uma dupla dimensão, ou seja, a coletiva e a pessoal:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Ainda que esteja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, o ato e a arte de pensar jamais deixam de ser profundamente pessoais.³⁴

Segundo Portelli ³⁵, a memória assim como toda atividade humana, é social e, nesse sentido, suscetível de ser comunicada. Nesse caminho cada pessoa tem a possibilidade de contribuir de alguma forma para a construção da história oral. Por outro lado, “a memória só se torna coletiva quando é separada do individual”, que, para o autor, só é possível quando abstraída por meio do mito e do folclore, entendido como “uma história para muitas pessoas”, da delegação (“uma pessoa para muitas histórias”), e das instituições, ou seja, dos “sujeitos abstratos – escola, igreja etc”. De qualquer forma é sempre o ser que lhe dá a existência por meio das lembranças e relatos.

De fato, a história oral, se voltadas apenas para as reminiscências de pessoas sozinhas, “pouco ou nenhum valor tem”.³⁶ Na verdade, as memórias individuais têm a capacidade de contribuição para o entendimento e mudança sociais quando inscritas em grupos sociais mais amplos, através dos quais é possível explicá-las, decifrando seu verdadeiro significado sócio-histórico. Dessa forma:

³² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 36.

³³ “A memória da pessoa está impreterivelmente amarrada à memória do grupo. E a memória do grupo está amarrada à tradição, à memória coletiva de cada sociedade. Apenas no sonho o indivíduo estaria mais afastado da sociedade – as imagens oníricas parecem ter se mantido intactas, “puras”, no fundo da alma. Há uma frouxidão relativa da consciência, daí a menor interferência do presente. Mas mesmo aqui jamais nos despojamos do *eu atual*” [...]. (GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 44. grifo do autor).

³⁴ Alessandro Portelli apud MEIHY, op. cit., p. 68.

³⁵ PORTELLI apud ARAÚJO, Francisco José. **Estudo de comunidade & história oral**. Araraquara: Ed. Unesp, 1999. (Cadernos de campo, n. 5).

³⁶ MEIHY, op. cit., p. 36.

Algumas histórias pessoais ganham relevo na medida em que expressam situações comuns aos grupos ou sugerem aspectos importantes para o entendimento da sociedade mais ampla. Essas histórias, contudo, não podem ser generalizadas ou consideradas típicas. Por suas características narrativas, elas são mais completas e abrangentes pela capacidade narrativa ou pela coleção de fatos arrolados.³⁷

Para Thompson, a interlocução entre a história e a comunidade deve ser uma via de mão dupla, ou seja, ela deve acontecer através de processos de trocas, numa relação dialética entre “[...] informação e interpretação entre educadores e suas localidades, entre classes e gerações.”³⁸ Como há espaços para as mais diversas espécies de história oral, haverá também inúmeras e diferentes consequências sociais, embora todas sempre relacionadas. De acordo com o autor:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas, dentre a maioria desconhecida do povo. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história.³⁹

Ainda segundo Thompson⁴⁰, qualquer história depende, primordialmente, de sua “finalidade social”. No entanto, essa finalidade social pode seguir rumos os mais variados e inclusive danosos para o processo de construção histórica, dado que não raro é utilizada como justificativa para as guerras, a dominação, o imperialismo e territorialismo, ou mesmo a revolução e a contra-revolução, assim como os mais diversos tipos de dominação, inclusive, a de uma classe por outra. Dito de outra forma, a posição de classe de quem atua, relata, registra e analisa a história implica de maneira contundente nesse processo. De acordo com Meihy:

A partir dessa estrutura social, da localização em classes sociais, é possível perceber outros fatores que podem assumir aspectos dominantes dos indivíduos. A referência indireta aos posicionamentos da classe social sempre orientam as leituras dos discursos. Podem-se propor análises sem referências sociais, mas, nenhuma será completa sem elas.⁴¹

³⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 37.

³⁸ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 44.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid., p. 20.

⁴¹ MEIHY, op. cit., p. 54.

Contudo, a história oral abre espaço para que os atores sociais se descubram e se redescubram enquanto partícipes do processo de construção da história, não mais como vozes passivas, que apenas assistem o momento passar, mas, com capacidade de influir para a escolha desse ou daquele caminho. Nas palavras de Thompson:

A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical a favor da mensagem social da história como um todo.⁴²

De outra feita, considerando que a perspectiva histórica é instrumento fundamental no processo de construção de uma nova ordem societária, assim como de leitura da realidade a partir de uma visão de totalidade, ou seja, procurando desvelar as suas características multifacetadas através de construção de mediações, enquanto meio de se aproximar dessa realidade com intuito de chegar ao seu núcleo, à sua essência, pode-se inferir que a história oral, seja como técnica, seja como metodologia, permite que esse objetivo seja posto em marcha, uma vez que não desconsidera seus principais personagens e, no caso mais específico, aqueles que de fato são os maiores envolvidos com o processo de produção da riqueza, embora não usufruam de seus resultados, ou seja, a própria classe trabalhadora:

Por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas, principalmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, além de migrantes, imigrantes, exilados, têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias. Logicamente, as elites também podem ser objeto de atenção, como, aliás, vem sendo, mas, de modo geral, a história oral tem dado espaço, preferencialmente, à aspectos ocultos das manifestações coletivas.⁴³

Para Meihy⁴⁴, a história oral pode ser entendida como um novo recurso utilizado para a documentação e o arquivamento, bem como de pesquisas

⁴² THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 26.

⁴³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 44.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 13.

relacionadas à experiência social de pessoas e de grupos, de modo que “[...] é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva.”⁴⁵ O autor ressalta, no entanto, algumas etapas que considera fundamentais, tais como a gravação das entrevistas, a transcrição e a análise. Quanto às entrevistas é preciso ressaltar a necessidade de clareza de seus objetivos:

O objetivo de uma entrevista deve ser revelar as fontes do viés, fundamentais para a compreensão social, mais do que eu pretender que elas possam ser aniquiladas por um entrevistador desumanizado “sem um rosto que exprima sentimentos”. Na verdade, nenhum historiador oral, que eu saiba tem defendido o estilo de entrevista com questionário rigidamente inflexível.⁴⁶

As entrevistas quase sempre são baseadas em narrativas construídas pelos colaboradores, ou seja, aqueles que o historiador oral escolheu entrevistar a partir de um projeto de história oral já estruturado. Para a história oral, entretanto, a qualidade da narração não está vinculada ao tempo de duração ou da eloquência dos colaboradores. De acordo com Rubem Figgot:

A boa narrativa independe das contradições, da duração e da verbosidade dos depoentes. A boa narrativa é a que coloca a emoção, as paixões e a saudade em plano de destaque, mas, lamentavelmente, esses sentimentos quase sempre são vistos como inimigos da ciência objetiva.⁴⁷

Entretanto, a narração é um processo em aberto, ou seja, é descoberta e construção, na medida em que não se sabe com antecedência o que o outro irá dizer ou propor, não é possível adivinhar sua experiência a partir do lugar aonde ele e somente ele vivenciou. Daí a necessidade em saber ouvir, pôr-se a escutar o que o outro tem a falar:

Toda narrativa é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões. Portanto, como discurso em eterna elaboração, a narrativa para a história oral é uma versão dos fatos e não os fatos em si. Convém lembrar que por mais parecidas que sejam as narrativas dos mesmos fatos, todas às vezes reditas carregam diferenças significativas.⁴⁸

Em consonância a esse discurso, Thompson também afiança sobre a possibilidade de utilização da história oral para finalidades sociais e pessoais

⁴⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 25.

⁴⁶ Ibid., p. 258.

⁴⁷ apud MEIHY, op. cit., p. 50.

⁴⁸ Ibid.

construtivas, uma vez que ela aborda a experiência de vidas individuais, lembrando que “todas as vidas são interessantes”. Além de basear-se na fala, a utilização dos recursos de gravação consente que a história seja registrada tanto em palavras faladas como também apresentada através delas, ou seja, “[...] com elas se aprende algo mais do que o simples conteúdo. As gravações demonstram como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais.”⁴⁹ O autor, no entanto, adverte quanto às características que devem estar presentes no historiador oral, ressaltando também sobre a importância de qualificação do responsável pelas transcrições, enquanto uma das etapas mais importantes e que não deve ser subestimada, pois, nelas se alicerçarão as análises:

Igualmente importante é reconhecer que a transcrição só pode ser executada por alguém com determinadas qualificações, trabalhando em caráter permanente. Transcrições feitas como atividade de tempo parcial resultarão incompreensíveis ou proibitivas. Um transcritor precisa estar interessado nas fitas, ser inteligente para dar sentido a elas, especialmente capaz na arte essencial de transformar as pausas orais em pontuação escrita. E um bom conhecedor de ortografia com ouvido incomumente rápido. Esse é, também, um trabalho solitário. As qualidades que exigem não são, necessariamente, as qualidades que fazem uma secretária bem sucedida. O único modo de saber se alguém é capaz de transcrever bem é dar-lhe uma fita e deixar que experimente.⁵⁰

A história pode ser considerada o espaço aberto à fala e ao conhecimento dos diversos atores sociais, ainda que muitas vezes apropriada e restrita à visão da classe dominante, ou seja, trata-se de um espaço que pode e deve ser também apropriado pelas classes subalternas como possibilidade de afirmação e de luta pela emancipação humana. Nesse sentido, não se pode negligenciar que “[...] a necessidade da história oral é fundamentada no direito da participação social, e nesse sentido está ligada ao direito de cidadania”⁵¹:

Atualmente, a história oral já é parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais; por isso, ela é hoje inerente aos debates sobre tendências da história contemporânea. Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que a marca como história viva... Com a vocação para tudo e para todos, a história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são

⁴⁹ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 41.

⁵⁰ Ibid., p. 292

⁵¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 20.

personagens históricos, e com o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se traçam para garantir a lógica da vida coletiva.⁵²

Para Meihy, seria um grande equívoco utilizar ou se apropriar de projetos de história oral como se tratassem de “estudos de casos”, uma vez que dizem respeito antes de tudo a situações que envolvem os mais variados tipos de vínculos da experiência coletiva, de modo que as “[...] as vidas contempladas e os temas analisados não podem ser reduzidos a exemplos de situações específicas.”⁵³ Assim:

Ver, olhar nos olhos; ouvir, escutar as palavras; sentir a presença da pessoa, os odores dos lugares são condições que nada supera. As máquinas registram as vozes e as imagens. Apenas as vozes e as imagens. As emoções são captadas por nossos sentidos.⁵⁴

Nesse sentido, uma das maiores contribuições da história oral, viabilizada através do historiador oral, está assentada na possibilidade de colaborar para que as pessoas, nas suas formas mais diversificadas de vivência do cotidiano acreditem em seu próprio discurso, em sua própria capacidade de argumentação e de organização da fala, bem como de entendimento de sua própria trajetória de classe. Ademais:

[...] a evidência oral é de particular valor para o historiador da vida operária preocupado com o processo de trabalho propriamente dito _ não simplesmente sua tecnologia [...] mas, a experiência de trabalho e as relações sociais que desta resultam.⁵⁵

Até mesmo Marx, segundo Meihy⁵⁶, recorreu, sobretudo, em seus trabalhos de conteúdo mais claramente políticos, tanto à própria experiência pessoal direta, pois, se aproximava verdadeiramente da realidade do chão da fábrica e dos próprios trabalhadores, como aos relatórios escritos e orais de vários correspondentes e colaboradores. Tal fato confirma que:

Não podemos perder de vista, entretanto, que se no limite há e deve haver uma *poiésis* dialética e historicamente, garantia mínima de sentido e significado, no centro a questão não é nem poética nem relativa, mas, política, ideológica e necessariamente, de classe.⁵⁷

⁵² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 21.

⁵³ Ibid., p. 21.

⁵⁴ Juan Mollinari apud MEIHY, op. cit., p. 28.

⁵⁵ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 114.

⁵⁶ MEIHY, op. cit., p. 64

⁵⁷ Alberto Lins Caldas apud MEIHY, op. cit., p. 43.

Mormente, não é possível falar em história oral desconsiderando os vários aspectos que interagem para a configuração de determinada realidade e para a organização dos grupos sociais, uma vez que:

[...] ela implica uma analogia enganosa com aspectos já diferenciados da história _ econômica, agrícola, médico, legal, e assim por diante. Ao passo que a história oral não pode nunca ser um “compartimento” da história, propriamente; é uma técnica que, presumivelmente, pode ser utilizada em qualquer ramo da disciplina. Sua denominação também sugere _ na verdade requer_ uma área de trabalho diferenciada, quando de fato, para quem quer que tenha coletado evidência oral em campo, durante aquele espaço de tempo, é evidente que compilar fontes orais é uma atividade que aponta para a conexão existente entre todos os aspectos da história e não ara as divisões entre eles.⁵⁸

Destarte, a afirmação de uma perspectiva de totalidade impõe a necessidade de construção de uma postura crítica frente ao contexto histórico, tendo em vista a não fragmentação do entendimento do ser social e não segmentação das diferentes dimensões do real, o qual se apresenta muitas vezes em sua aparência fenomênica, repleto de obscuridades e contornos, os quais não podem ser entendimentos desconectados do movimento geral da realidade social. No caso da história oral, “[...] a lição importante é aprender a estar atento aquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes.”⁵⁹

Isto significa dizer, no que se refere à história oral o seguinte:

Em história oral, o “grupal”, “social” ou “coletivo” não corresponde à soma dos particulares. A observância em relação à pessoa em sua unidade é condição básica para se formular o respeito à experiência individual que justifica o trabalho com o depoimento. Nesse sentido, a história oral é sempre social. Social, sobretudo porque o indivíduo só se explica na vida comunitária. Dai a necessidade de definição dos ajustes identitários culturais.⁶⁰

Muito embora, haja quem defenda que a perspectiva crítica da história se reduza à análise fundada nos fatores econômicos, o fato é que as produções fiéis aos teóricos daquela corrente só fazem afirmar o dado de que os homens vêm se organizando historicamente a partir da elaboração de formas de coesão e organização, tendo em vista a transformação da natureza e a sobrevivência

⁵⁸ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 104-105.

⁵⁹ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 204-205.

⁶⁰ MEIHY, op. cit., p. 68.

humana, ou seja, o ser social deve caminhar rumo à sua emancipação social e isso significa, sem dúvida, antes de qualquer coisa, a supressão de todas as formas de dominação e exploração, de forma que sua subjetividade enquanto ser repleto de sonhos e capacidades possa, enfim, ser respeitada, alcançando sua plena realização enquanto ser social. Dessa forma:

Certamente são fundamentais as pressões exercidas pelo sistema econômico, pela tecnologia e pelos recursos sobre a maneira como os homens e as mulheres vivem suas vidas. Porém, a economia é uma criação social e parte de sua formação se dá na família. O trabalho não remunerado das mulheres dentro do lar não só colabora com a família, como ainda, mediante a criação dos filhos, que são a força de trabalho do futuro, assenta parte dos fundamentos para o futuro. Evidentemente, a transmissão de valores entre as gerações quanto à modelagem da personalidade dentro da família são questão de importância decisiva para a compreensão histórica.⁶¹

De acordo com Thompsom, “[...] a evidência oral também pode ser utilizada para ampliar a informação sobre acontecimentos específicos da história operária, como a evolução de uma organização ou o decorrer de uma greve.”⁶²

Os relatos orais além de expressar o que o povo fez, relata também o que queria fazer, em que acreditava enquanto agia e como entende depois o que fez, ou seja, como lê e analisa sua própria ação.⁶³

Por outro lado, “o silêncio tem razões bastante complexas”. O relato dos aspectos mais recônditos e sofridos só podem ser realizados diante de alguém disposto a escutar. Existem razões políticas para os silêncios, porém, há aquelas de caráter pessoal, como a intenção de proteger os próximos das lembranças doloridas de um passado que ainda gera sofrimento. Entretanto:

No momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento. E seus filhos, eles também, querem saber, donde a proliferação atual de testemunhos e de publicações de jovens intelectuais judeus que fazem “da pesquisa de suas origens a origem de sua pesquisa.”⁶⁴

⁶¹ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 333.

⁶² Ibid., p. 112.

⁶³ Portelli, 1997a apud ARAÚJO, Francisco José. **Estudo de comunidade & história oral**. Araraquara: Ed. Unesp, 1999. (Cadernos de campo, n. 5). p. 31.

⁶⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n 3, p. 7, 1989.

O que se percebe, contudo, é que aquelas memórias esquecidas e esvaziadas se rebelam e se espalha “[...] a partir de um sentimento de absurdo e de abandono.”⁶⁵ Por se verem incompreendidas e negligenciadas, essas memórias travam um movimento combativo, contestatório e militante, assim como:

A memória subterrânea dos recrutados a força dos alsacianos toma a dianteira e se erige então contra aqueles que tentaram forjar um mito, a fim de eliminar o estigma da vergonha: “A organização das lembranças se articula igualmente com a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribui a maior responsabilidade pelas afrontas sofridas”.⁶⁶

De outra sorte, sempre existem espaços para os silêncios, as sombras, os “não-ditos”. Esses espaços fronteiros entre esses silêncios, o esquecimento e os conteúdos reprimidos no inconsciente, de acordo com Pollak ⁶⁷, não são inertes, ao contrário, estão em constante movimento. Para o autor, essas tipificações de relatos e silêncios, permeados por insinuações e metáforas, são modeladas pela consternação de não encontrar um canal aberto de escuta, isto é, de ser apenado pelo que se diz ou mesmo por se expor a equívocos e confusões a esse respeito. Assim:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor [...] Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias ocorrem à emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reintegrando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.⁶⁸

Assim essas observações são aplicáveis a todas as formatações de memória, tanto individual quanto coletiva, local como nacional, geral e específica. O seu grande desafio é justamente transpor os limites da obscuridade, da clandestinidade, dado que:

O problema que se coloca em longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito”

⁶⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n 3, p. 7, 1989.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ Ibid., p. 8.

⁶⁸ Ibid.

à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples “montagem” ideológica, por definição precária e frágil.⁶⁹

Todavia, o colaborador é um sujeito atuante, ou seja, não se trata de uma voz passiva, sem posicionamentos e ou inertes frente a situações que lhe dizem respeito. As colaborações registradas não são resultado da vontade do historiador oral, mas de seu intercâmbio com os seus colaboradores:

Além do que foi posto sobre a interação, a subjetividade também se faz presente nos depoimentos, pois todos eles são versões, interpretações de algo ou de alguma coisa, o que torna o material coletado (as informações) um produto composto de marcas sociais do contexto e da época sobre a qual foi produzido. Tal característica não deve ser vista como um fator de imprecisão e precariedade nem do método nem da técnica utilizada, mas de uma especificidade. Daí a necessidade de se ter cuidado com as informações registradas, pois elas não devem, de forma direta, ser colocadas como verdade objetiva, mas como elemento de veracidade. A verdade, mas a verdade representada a partir da posição de quem a diz (fundamental para o grupo falar de si para si mesmo e para os outros) e do contexto sócio-histórico em que é elaborada.⁷⁰

É também nesse sentido que dar voz a uma líder sindical, reconhecidamente comprometida com a luta dos trabalhadores, sobretudo, aqueles inseridos no mercado sucroalcooleiro, torna-se também uma forma de dar voz ao movimento, bem como de fortalecê-lo em seu processo de luta e resistência, além de dar visibilidade ao caminho percorrido e às reivindicações que se abrem, sobretudo quando se considera que se trata de uma das categorias de trabalhadores mais espoliadas e que sofre com maior extensão e intensidade a exploração capitalista, cujos tentáculos, se estendem a todas às esferas da vida social, tanto no campo quanto na cidade, de modo a expor seres humanos às situações mais aviltantes e degradantes de trabalho, o que conduz a pensar em conformidade com Lara Dulce Bandeira de Ataíde⁷¹, que “[...] a fim de documentar a vida e a experiência deste (grupo silenciado), foi preciso um longo e árido caminho à medida que ousadamente adentrávamos as densas malhas de uma realidade maldita que salta aos olhos.” E

⁶⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n 3, p. 8, 1989.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ apud MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 40.

nesse percurso, a história oral emerge como uma possibilidade de aproximação dessa realidade, viva e em constante movimento. Conforme Thompson:

Em princípio, as possibilidades da história oral estendem-se a todos os campos da história. Mas, são mais fundamentais para alguns deles que para outros. E oferecem uma tendência que é básica a todos: em direção de uma história mais pessoal, mais social, mais democrática... E indica, também, a importância social e política fundamental da história oral. Oferece uma nova base para projetos originais, e não apenas por profissionais, mas também por universitários, por escolares, ou por pessoas de uma comunidade. Eles não têm apenas que aprender a própria história; podem escrevê-la. A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.⁷²

O fulcro da valorização histórica da voz do passado está no fato de proporcionar informações significativas e não raro única do passado, assim como possibilitar a transmissão da consciência individual e coletiva, enquanto partes integrantes do passado.⁷³ Por serem memórias vividas, por serem carregadas de vida, “à diferença das pedras de das pilhas de papel”, possuem a capacidade de colaborar de forma articulada e participativa, com as quais é possível interagir e aprender, porém, o relato de sua memória também gera repercussões sobre elas mesmas.⁷⁴ Em outras palavras:

Mais do que isso, a humanidade viva das fontes orais atribui-lhes uma terceira força que é excepcional. Pois, as instituições reflexivas da retrospectão de modo algum constituem sempre desvantagem. É (precisamente essa perspectiva história que nos permite avaliar o significado a longo prazo da história), e só podemos fazer objeção a receber essas interpretações retrospectivas de outros _ considerando que os distingamos como tais_ se quisermos excluir o que viveram através da história de toda e qualquer participação em sua avaliação. Seu estudo da memória “nos ensina que todas as fontes históricas estão impregnadas de subjetividade desde o início”, a presença viva das vozes subjetivas do passado também nos limitam em nossas interpretações, e nos permitem, na verdade obrigam-nos, a testá-las em confronto com a opinião daqueles que sempre, de maneira fundamental, saberão mais do que nós. Simplesmente, não somos livres para inventar aquilo que é possível aos arqueólogos de antigas eras, ou até mesmo aos historiadores da família moderna em seus primeiros tempos.⁷⁵

⁷² THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 337.

⁷³ Ibid., p. 195.

⁷⁴ Ibid., p. 196.

⁷⁵ Ibid., p. 195.

Entende-se, por conseguinte, que o método não é uma simples ponte, mas antes verdadeira relação entre o homem e o mundo, enquanto mediação permanentemente em construção, mas que traz em seu bojo a não aceitação do fato como está posto, partindo do próprio significado da ontologia do ser social como caminho metodológico necessário para o seu entendimento:

Usamos a bela palavra “ontologia”, à qual eu mesmo me estou habituando, mas dever-se-ia dizer: o enigma se desvenda no exato momento em que descobrimos a forma de ser que produz este novo movimento do complexo. O fato de que novos fenômenos se deixem deduzir geneticamente sobre o fundamento de sua existência cotidiana é apenas um momento de uma conexão geral, isto é, significa que o ser é um processo de tipo histórico. Um ser em sentido estrito não existe e, por isso mesmo, o ser que estamos habituados a chamar de cotidiano é uma determinada fixação bastante relativa de determinados complexos no âmbito de um processo histórico.⁷⁶

Marx já entendia a realidade enquanto totalidade, ou seja, o todo se faz na relação com as partes entre si e destas com o todo, do que se depreende que visão de totalidade pode ser traduzida na percepção de todas as determinações que interagem na configuração de certo fenômeno, fazendo com que ele apareça de uma maneira específica e não de outra. Nas palavras de Lukács:

Trata-se, pois, de um lado, de destacar os fenômenos de sua forma dada como imediata, de encontrar as mediações pelas quais podem ser referidos ao seu núcleo e à sua essência e, por outro lado, atingir a compreensão deste caráter fenomenal, desta aparência fenomenal, considerada a sua forma de manifestação *necessária* [em razão de sua essência histórica].⁷⁷

Não obstante as fontes históricas oriundas da percepção humana sejam consideradas subjetivas, a história oral oferece a possibilidade de “desafiar” a subjetividade e “[...] descolar as camadas de memória, a cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.”⁷⁸

Quer se trate de cultura popular ou de religião popular ou ainda de atividades em escala macrossocial concernentes à vida ou à morte, nos deparamos perpetuamente com a necessidade de lidar com o silêncio e

⁷⁶ LUKÁCS, Georg et al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p.19.

⁷⁷ Id. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Porto: Publicações Escorpião, 1974. p. 23. (grifo do autor).

⁷⁸ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 197.

de surpreender por meio da confissão indireta o que não foi formulado, nem sequer sentido claramente. Daí o recurso necessário a outras fontes não-conformistas em um processo de investigação em que a fonte escrita perde sua supremacia. A iconografia, a pesquisa oral sobre a memória coletiva e o gestual dos ritos e das práticas.⁷⁹

Para Pollak⁸⁰, a história oral, por sua característica de dar atenção aos relatos e experiências dos excluídos e das minorias marginalizadas, reforçou a importância de se atentar para a importância das memórias subterrâneas, as quais, enquanto partícipes de culturas minoritárias e dominadas, podem se apresentar como oposição à chamada “memória oficial”, em casos, por exemplo, de leitura da memória nacional, oficial e dominante. A história oral oferece a possibilidade de abordagens mais aproximadas dos grupos dominados, fazendo desse traço uma regra metodológica, reabilitando a periferia e marginalidade, embora não signifique sempre e necessariamente uma oposição entre o Estado e a sociedade. Assim:

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.⁸¹

De acordo com o autor, as memórias ditas subterrâneas realizam em seu termo uma ação de subversão, ainda que no silêncio e de modo quase que imperceptível, porém, nos momentos de crises ou sobressaltos inesperados e repentinos essas memórias entram “em disputa”, sendo esses momentos os objetos preferidos para o estudo da memória. Por isso:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.⁸²

⁷⁹ Michel Vovelle apud MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 39.

⁸⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n 3, p. 4, 1989.

⁸¹ Ibid., p. 5.

⁸² Ibid.

Percebe-se que essas inflexões trazidas pela história oral em nada contradizem o ponto de vista marcado pela historicidade e pela crítica fundada da realidade, na busca de apreender o movimento do real, a partir de diversas aproximações no sentido de pensar o objeto enquanto concreto pensado, para chegar ao seu núcleo, à sua essência:

Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente ou movida) de um complexo concreto. Isso conduz as duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do existir, determinações da existência.”⁸³

Marx apreendia a consciência enquanto um “[...] produto tardio do desenvolvimento do ser material.” De acordo com Lukács⁸⁴ dizer que a consciência espelha a realidade e a partir disso possibilita a intervenção no campo do real com vistas à sua mudança, é o mesmo que afirmar que aquela possui de fato o poder no nível do ser e não o contrário como querem fazer crer algumas correntes. O autor acredita que:

[...] o caminho que devemos empreender, e como qual já entramos de cheio nos problemas ontológicos, é o da *pesquisa genética*. Isto é: devemos tentar pesquisar as relações nas suas formas fenomênicas iniciais e ver em que condições estas formas fenomênicas podem tornar-se cada vez mais complexas e mediatizadas.⁸⁵

D'autrement dit, a compreensão dos fenômenos em sua gênese passa obrigatoriamente pela via ontológica⁸⁶, de modo que se faz necessário encontrar os “momentos típicos necessários” para o processo em meio às várias conjunturas que

⁸³ LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Coleção temas de ciências humanas, v. 4). p. 2.

⁸⁴ Ibid., p. 3.

⁸⁵ Id. et al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 13. (grifo do autor).

⁸⁶ “Os “problemas” da humanidade são práticos e reivindicam um *saber para transformar*. A perspectiva apontada por Marx e seus principais estudiosos, a que denominamos *perspectiva ontológica*, desvenda um horizonte no qual o conhecimento sobre o *mundo dos homens* propõe a superação do saber fragmentado, do saber especulativo, da ciência voltada inteiramente para a técnica em que ela é sinônimo de tecnologia e que potencializa, sobremaneira, o desenvolvimento do capital”. (LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 238).

acompanham seu nascimento.⁸⁷ Dessa forma, o ponto de vista ontológico alcança um lugar privilegiado no que se refere à questão metodológica, dada a primazia da “realidade do real”, utilizando as palavras do próprio Lukács, o qual acreditava na importância de se buscar chegar a esses eventos primitivos da vida, na busca da compreensão daqueles fenômenos mais complexos a partir dos eventos que lhes deram origem. O grande desafio que se coloca é o de entender o ente com o cuidado de “[...] compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior”, o que, sem dúvida, não é uma tarefa simples, tampouco prescindível se o que se busca é o entendimento da realidade a partir de suas inúmeras determinações.⁸⁸ Assim:

De um lado, trata-se do dado real, elementar para um marxista, de que na sociedade cada homem existe numa determinada situação de classe à qual naturalmente pertence à inteira cultura de seu tempo; não pode assim haver nenhum conteúdo de consciência que não seja determinado pelo “hic et nunc” da situação atual. Por outro lado, originam-se desta posição certas deformações, razão pela qual nos habituamos entender a ideologia também como reação deformada em face da realidade. Creio que devemos manter separadas estas duas coisas quando usamos o termo ideologia; por isso – volto agora à questão ontológica – devemos deduzir disso que o homem é, antes de mais nada, como todo organismo, um ser que responde a seu ambiente. Isto significa que o homem constrói os problemas a serem resolvidos e lhes dá resposta com base na sua realidade. Mas uma consciência pretensamente livre de liames sociais, que trabalha por si mesma, puramente a partir do interior, não existe e ninguém jamais conseguiu demonstrar sua existência.⁸⁹

Outra questão fundamental é a identificação de como aqueles complexos se estruturam e qual o caminho para atingir a essência verdadeira de sua natureza e função.⁹⁰

⁸⁷ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate.** 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 209. (grifo do autor) - “Esta forma de se debruçar sobre a realidade social não se atém somente ao empirismo pragmático propriamente dito, mas destaca o *real* como edificação constituída historicamente e movido por rupturas que exigem novas superações no confronto com o *mundo dos homens*. Ao colocar a produção e reprodução da vida social como objeto central da investigação, a *perspectiva ontológica* reconhece o homem como produtor de si mesmo e de outros homens, a relação com os outros homens como carência e necessidade humanas, a propriedade privada como produto da atividade *estranhada* do homem e apresenta os *homens ao mesmo tempo como atores e autores do seu próprio drama*. Ao apresentar os *homens como atores e autores da sua própria história*, chegamos ao *verdadeiro ponto de partida*.”

⁸⁸ LUKÁCS, Georg et al. **Conversando com Lukács.** Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 15.

⁸⁹ Ibid., p. 40.

⁹⁰ Ibid.

Nesse sentido, o entendimento do trabalho enquanto categoria central do ponto de vista ontológico implica na compreensão de que o ser social se constitui enquanto tal através do trabalho⁹¹, o qual, posto em movimento, a partir de um ponto de vista teleológico, orientado por objetivos antevistos, é a mediação primeira no metabolismo existente entre o homem e a natureza, da qual aquele é parte. De acordo com Lukács:

O trabalho só pode ser frutífero se é posto em movimento por uma ordem causal *real* e, além disso, na direção requerida pela posição teleológica. Ademais, se investigo esse complexo, chego à constatação de que, na posição teleológica, o homem empenhado no trabalho não está nunca em situação de abarcar todas as condições da ordem causal posta em movimento por ele mesmo; daí se deduz que, com o trabalho, de modo geral, se dá origem *também* a algo diverso da intenção originária do trabalhador.⁹²

No processo de transformação da natureza e de si não há como conhecer totalmente os seus condicionamentos, dado que o resultado é sempre diferente daquilo que se pretendia inicialmente atingir.⁹³ Entretanto, quanto mais o homem conhece a natureza através do trabalho e do conhecimento construído ao longo

⁹¹ “O homem, por meio do trabalho, desperta as forças da natureza e aprimora os seus conhecimentos. Na medida em que o homem se apropria da natureza pelo trabalho, faz com que a própria natureza seja transformada segundo os seus interesses e necessidades sociais. Nesse sentido, o *mundo natural* é o palco e o momento da *práxis humana* e se torna, por conseguinte, no *mundo social*. A relação estabelecida entre o homem e a natureza é social, pois reflete as ações humanas. Desse modo, o trabalho torna-se uma categoria histórico-social.

O processo de trabalho é uma correlação de forças internas à própria natureza, pois o próprio homem é um momento da natureza. A natureza é a base objetiva para a ação do homem, e o homem é um ser ativo que padece de *objetivação* para sua sobrevivência.” (LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 212. grifo do autor).

⁹² LUKÁCS, Georg et al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 16. (grifo do autor).

⁹³ “O trabalho, portanto, é o processo recíproco de interação entre o homem e a natureza. Processo em que é afirmada a *ação humana* sobre o mundo. O homem, ao relacionar com a natureza, *objetiva-se* por meio das forças do seu corpo, com o intuito de apropriar-se dos recursos naturais disponíveis. Esta interação possibilita ao homem, ao mesmo tempo, *transformar a natureza e a si mesmo*. A relação entre homem e natureza proporciona o desenvolvimento das *potencialidades humanas* e, conseqüentemente, submete a natureza ao seu domínio. A diferença entre o homem e os outros seres vivos emerge no modo como ele realiza a apropriação dos recursos naturais, ou seja, o homem não se apropria de forma instintiva da natureza. Nesse processo ocorrem transformações recíprocas e aprimoramento da *atividade sistemática*”. (LARA, op. cit., p. 214).

desse processo mais ele pode se aproximar desse núcleo desconhecido⁹⁴, uma vez que:

Quanto mais conhecemos a natureza com a qual a ciência e o trabalho estão em relação de troca, tanto mais evidente resulta este *médium* desconhecido, pleno das conseqüências mais importantes para o desenvolvimento posterior da humanidade. Este âmbito desconhecido e não matizado da reprodução social não está circunscrito aos estados primitivos, mas existe também nos estágios mais evoluídos. O senhor compreende como isso se relaciona com as questões ontológicas em torno das construções dos complexos. O industrial, mesmo encarado isoladamente, domina melhor sua produção particular do que o artesão da antiguidade ou da época medieval. Todavia, complexo capitalista da produção e do consumo desenvolveram-se forças desconhecidas, que explodiram posteriormente nas crises. Creio que é um preconceito da moderna ciência econômica pensar, seguindo Keynes e outros, que se tenha chegado a um completo domínio da economia. Precisamente os problemas, hoje tão atuais, que são colocados com o término do “milagre econômico” mostram quão pouco o domínio do andamento econômico é um fato duradouro.⁹⁵

Por outro lado, quanto maior a complexidade de uma determinada realidade, mais ilimitado, extensiva e intensivamente, será o objeto frente à consciência humana, o que significa dizer que “[...] mesmo o melhor saber só pode ser um conhecimento relativo e aproximativo.” O produto do trabalho acontece a partir do momento em que o trabalhador se coloca um fim teleológico⁹⁶ a que ele pensa atingir, mas, do qual pode resultar em algo inteiramente novo.⁹⁷

⁹⁴ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate.** 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 210. (grifo do autor).- “Entretanto, para atender à *perspectiva ontológica*, o pesquisador parte da *imediatez* – síntese das determinações sociais – para, na construção de categorias (mediações), aproximar-se de uma compreensão que contemple as múltiplas determinações do objeto, na sua totalidade... Assim, pensamos o concreto por meio de construções abstratas que apropriam o real pelo pensamento, e buscam apreender o movimento real como processo dinâmico, heterogêneo e contraditório, mas não como um movimento rígido preestabelecido. Esse *método de apreensão da realidade social* não se atém a procedimentos de raciocínio apologéticos ou contemplativos, mas tem como premissa a construção de um saber que põe, em primeiro momento, as condições sociais reais do homem e suas formas de existência.”

⁹⁵ LUKÁCS, Georg et. al. **Conversando com Lukács.** Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 17.

⁹⁶ O homem com sua capacidade teleológica e, no confronto com a natureza, sempre realiza o trabalho objetivando uma finalidade e, na realização do idealizado, é de fundamental importância a busca dos meios necessários para sua efetivação. A conseqüência imediata do *pôr teleológico* é buscar os meios para sua concretização, que toma impulso quando a subjetividade ao buscar o real (na causalidade) cobra as determinações reais que possibilitam ou negam a *objetivação* do seu *intento na prática*. O que torna absolutamente necessário, por parte da consciência, um reflexo o mais aproximado possível das condições materiais ao propor a ação e ao transformar o real. (LARA, op. cit., p. 217, grifo do autor).

⁹⁷ LUKÁCS, 1969, op. cit., p. 17; 71.

Uma das características essenciais da posição teleológica consiste na sua capacidade de deixar interagir, com a ajuda do conhecimento dos ordenamentos causais, estes mesmos ordenamentos causais da natureza numa outra combinação, diversa daquela que se realizaria caso não existisse a posição teleológica: os nexos causais, porém, só podem ser conhecidos e utilizados, mas não mudados.⁹⁸

Pode-se falar em unidade de realidade no sentido de que os fenômenos que interagem nela se desenrolam de acordo com determinados nexos causais em certos complexos, interagindo reciprocamente internamente e com relação a outros complexos.⁹⁹

Com base nas coisas que conheço, posso exercer certa influência modificadora sobre a realidade externa, cujas leis agem independentemente de mim, de modo que, deste ponto de vista, enquanto produtor na economia, artista ou filósofo, encontro-me em oposição a uma realidade unitária, a qual, por sua vez, deve ser compreendida no sentido de uma identidade de identidade e não identidade.¹⁰⁰

No cenário marcado pela lógica da produção capitalista emergem algumas estratégias e mecanismos tendo em vista a manipulação da sociedade. Entram em cena as táticas de controle e de dominação ideológicas. Esses elementos de manipulação ideológica da realidade dificultam ainda mais a visão e análise dos elementos “escondidos” da realidade e isso se dá a partir da própria produção social:

Mas, com os meios da grande indústria, surge um produto destinado ao consumo de massa (basta pensar em produtos tais como lâminas de barbear) que torna necessário um aparato especial para levar milhões de lâminas de barba aos consumidores particulares. Estou convencido de que todo o sistema de manipulação, do qual estamos falando, surgiu desta necessidade e depois estendeu-se também à sociedade e à política. Agora este mecanismo domina todas as expressões da vida social, desde as eleições do presidente até o consumo de gravatas e cigarros. Basta folhear algumas revistas para encontrar exemplos suficientes deste fenômeno. Mas encontramos aqui uma conseqüência posterior e diversa: a exploração da classe operária passa cada vez mais da exploração através da mais-valia absoluta para a que se opera através da mais-valia relativa. Isto significa que é possível um aumento da exploração ao lado de um aumento do nível de vida do trabalhador.¹⁰¹

Trata-se, então, de uma luta com dupla dimensão, ou seja, contra a manipulação através das formas de consumo e ao mesmo tempo contra as formas

⁹⁸ LUKÁCS, Georg et. al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 16.

⁹⁹ Ibid., p. 71.

¹⁰⁰ Ibid., p. 72.

¹⁰¹ Ibid., p. 52.

de manipulação políticas, dado que o capitalismo dito manipulatório é, segundo Lukács, uma forma particular do capitalismo, mas, é, sempre uma forma capitalista. Segundo o autor:

E, diga-se de passagem, que, no problema da luta contra a manipulação, não se trata apenas da manipulação dos consumos, mas também da forma de manipulação da política pela qual, por exemplo, a democraticidade da política externa dos Estados Unidos se transforma freqüentemente numa política antidemocrática.¹⁰²

O aprofundamento do conhecimento da realidade, portanto, é uma forma de busca a uma alternativa ao capitalismo.¹⁰³ Por isso, o pesquisador da realidade tem um papel importante nesse processo, quando consciente “[...] da necessidade de viverem suas próprias vidas como um processo histórico.”

E devemos, e naturalmente isso é muito difícil, suscitar nos intelectuais e nas grandes massas uma nova consciência histórica, porque, como o senhor demonstrou com muita razão falando da consciência trágica e dos fenômenos do gênero, a manipulação leva continuamente a ver nos *estados* uma forma de existência antologicamente irreduzível, quando a real forma ontológica da existência é o *processo*. Se o senhor estuda a análise do fenômeno e da essência em Marx, vê que a característica essencial do fenômeno é que nele o processo desapareceu. A propósito do dinheiro e de outros problemas, Marx chama repetidas vezes a atenção para ao fato de que os homens sabem manipular muito bem essas coisas, para usar a expressão hoje corrente, mesmo tendo transformado o processo real num estado reificado. Uma grande tarefa, na direção da qual devemos dirigir nossos esforços, consiste em demonstrar, antes de tudo no plano teórico, que *todas estas condições estáticas e reificadas são apenas formas fenomênicas de processos reais*. Assim, tornaremos, pouco a pouco, os homens conscientes da necessidade de viverem suas próprias vidas como um processo histórico.¹⁰⁴

Mas, a dimensão histórica revela que esse espaço é sempre um espaço aberto a possibilidades, possibilidades históricas. Frente a essas possibilidades, o ser é sempre chamado a dar respostas. Essas são dadas em presença de

¹⁰² LUKÁCS, Georg et. al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 103.

¹⁰³ Para Lara “[...] a *tarefa do conhecimento*, que se realizará na *ciência humana*, é despertar no homem a sensibilidade para os “problemas” da humanidade e resolvê-los de modo prático. A importância do conhecimento, em construir uma verdadeira *ciência humana*, está em voltar o olhar para a humanidade, mas não com os óculos funestos do capital, mas sim do trabalho. A visão proporcionada pela lógica do trabalho possibilitará, portanto, a negação e posterior superação do *trabalho estranhado* e da vida alienada exercida pelo homem na ordem burguesa.” (LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 239).

¹⁰⁴ LUKÁCS, 1969, op. cit., p. 117. (grifo do autor).

alternativas. Portanto, as escolhas são feitas em meio a determinações postas pela e na realidade:

Creio que neste nível se coloca o problema da história e da possibilidade de alternativas no interior do espaço estabelecido pelas grandes leis do desenvolvimento. Uma liberdade em sentido absoluto, portanto, não pode existir: tal liberdade é simplesmente uma idéia de professores e na realidade nunca existiu. *A liberdade existe no sentido de que a vida dos homens coloca alternativas concretas.* Creio, e parece-me já ter usado esta expressão, que o homem é um ser que dá respostas e que na sua liberdade consiste no fato de que deve e pode fazer certa escolha no interior das possibilidades oferecidas dentro de certa margem. Acrescentarei, ainda, que na complexa continuidade do desenvolvimento humano, ele pode escolher em certas circunstâncias uma alternativa que, em si, de certo modo, está implícita nas relações existentes, mas a longo prazo e com mediações não claras, tornando-se uma alternativa real, plenamente consciente, apenas em épocas muito posteriores.¹⁰⁵

Entretanto, a realidade está continuamente em movimento e nunca está pronta e acabada. Na medida em que o homem vivencia seu processo de humanização, superando os limites da própria natureza, também constrói formas de desenvolvimento diversificadas. Mas, um dos desdobramentos dessa diferenciação é justamente uma de suas mais profundas contradições, pois, quanto mais avança o processo de humanização da vida, mais emergem formas avançadas de desumanidade e arbitrariedade.¹⁰⁶

Mas, desde que em certo sentido este processo nunca é um processo *acabado*, creio que Marx faz bem em considerar a economia, o processo de humanização do homem, como domínio da necessidade. Mas, para lá desse dado efetivo, nasce um complexo de problemas que se relacionam ao homem que chegou à humanidade e a partir do qual se desenvolvem as mais altas formas ideológicas. Entretanto, estes dois processos estão em conexão recíproca e só podem se tornar problemas geralmente sociais no comunismo desenvolvido.¹⁰⁷

Uma consequência importante dessa contradição é que a própria questão da liberdade alcança uma dimensão cada vez mais ampliada, que afeta a humanidade por inteiro. Nesse sentido, em última análise, o homem é de fato um ser que é capaz de dar respostas, entretanto, elas são possíveis apenas dentro de um universo de determinações.

¹⁰⁵ LUKÁCS, Georg et. al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Gisele Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 129. (grifo do autor).

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 136.

¹⁰⁷ *Ibid.*

Seguindo essa análise, a busca de recontar a história da líder sindical Carlita da Costa, a partir de suas próprias falas, mas ao mesmo tempo, captando e analisando questões que perpassam sua trajetória individual, mas que dizem respeito à sua trajetória de classe, tais, como trabalho, violência e gênero, sem desconsiderar que existam outras dimensões sempre em aberto a serem conhecidas e descortinadas. Esse caminho se faz necessário com o intuito de entender concretamente a complexidade das relações que se estabelecem para o trabalhador dos canais de Cosmópolis, cuja existência, enquanto ser social histórico, é constantemente ameaçada, desvalorizada pela lógica do grande capital industrial e fundiário. Dito de outra forma coloca-se a necessidade de desvelar como este ser social se constitui, se estrutura, se organiza e se desenvolve em determinado espaço e tempo, no cenário capitalista, e como aquelas determinações universais se singularizam em seu cotidiano e quais as respostas dadas, de forma a corresponder às propostas de lutas de sua classe. Trata-se, aqui, de entender que:

As classes sociais se formam no viver dos homens e das mulheres nas relações de produção e ao experimentar suas situações determinantes, dentro do conjunto de relações sociais com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar estas experiências sob formas culturais. De modo que, no final, nenhum modelo pode proporcionar-nos o que deve ser a verdadeira formação de classes em uma determinada “etapa” do processo. Nenhuma formação de classe propriamente dita da história é mais verdadeira ou mais real que outra, e a classe se define a si mesma em seu efetivo acontecer.¹⁰⁸

A ciência, enquanto sistematização do conhecimento a respeito de determinados fenômenos e da realidade social, é caracterizada enquanto uma “atividade metódica”, a qual, na busca do conhecimento da realidade, o faz através de mecanismos suscetíveis de reprodução:

No *fazer científico*, é cobrado o *método* que, na visão moderna, emerge como um conjunto de concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento. Um método que sustenta um conjunto de regras de ação, de procedimentos, prescritos para se produzir conhecimento.¹⁰⁹

¹⁰⁸ THOMPSON, L.P., 1979, p.38-9 apud FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A chama verde dos canais:** uma história das lutas dos bóias-frias. 1992. 589 f. Tese (Livre docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1992. p. 54.

¹⁰⁹ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social:** o mundo do trabalho em debate. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 229. (grifo do autor).

Acredita-se aqui, em consonância com Lara, que o método é uma realidade mutável, passível de transformação. Enquanto produto humano, de uma dada realidade histórica, é a expressão da realidade histórico-social, ou seja, é fruto do momento histórico e da ação humana nele inserida, ou seja:

[...] o *método* não é único nem permanece exatamente o mesmo. Ele reflete as condições históricas em que o conhecimento foi produzido, ou seja, é a manifestação espiritual de determinada particularidade histórico-social e de suas necessidades sociais, do seu nível de desenvolvimento técnico, do resultado das idéias e conhecimentos elaborados. O método científico é historicamente determinado e transforma-se no decorrer da história, pois ele é o reflexo das necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que interfere nelas.¹¹⁰

O método encontra sua base no conhecimento de uma dada sociedade. Ele vem à tona a partir da realidade social. Sua ligação com o conhecimento é mútua. Por essas e outras razões, nenhuma forma de ciência está desvinculada do movimento geral da realidade e do processo histórico do qual é parte:

Os *métodos científicos* estão fundados nos conhecimentos de uma determinada sociedade. O método emerge de determinada realidade social e sua relação com o conhecimento é recíproca, portanto, as mudanças de concepções implicam necessariamente novas formas de ver a realidade, novo modo de obtenção do conhecimento, novas maneiras de fazer ciência. Por isso, na contemporaneidade, “a história da ciência não pode ser separada da história em geral, da história da luta de classes em particular.”¹¹¹

Nessa busca incessante de conhecimento da realidade¹¹² tendo em vista a contribuir para a sua transformação, o caminho proposto pela História Oral, como aludido anteriormente, emerge como uma possibilidade capaz de permitir a construção desse tipo de leitura da realidade, a qual prima pela análise da articulação ou dialética entre o particular e o universal. Para tanto, a escolha de realizar esse estudo a partir da obtenção de evidências, através do relato da

¹¹⁰ LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate.** 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 230. (grifo do autor).

¹¹¹ LOWY, 1994, p. 105 apud LARA, op. cit., p. 230. (grifo do autor).

¹¹² LARA, op. cit., p. 229. (grifo do autor) - “[...] o conhecimento racional do mundo é um esforço de superar o desconhecido, as ilusões, o imediato, pois objetiva compreender de forma fundamentada os fenômenos da humanidade, sejam eles físicos, biológicos, econômicos, sociais, políticos. Interessante destacar que *as tentativas de explicações racionais também passam a ser objeto de questionamento do homem.* Melhor dizendo, *o homem questiona as suas próprias explicações.* Ao questionar os modelos racionais, criam-se as batalhas teóricas representadas pelas diferentes concepções de mundo nas “áreas do conhecimento”.

colaboradora da pesquisa, se apresenta como possibilidade de construção / reconstrução de uma história de vida que tem em comum o fato de que se identifica não apenas com a história de uma instituição representativa de um segmento de classe (sindicato), mas também, e, sobretudo, com as histórias de inúmeros trabalhadoras e trabalhadores que têm suas vidas desgastadas pela exploração capitalista.¹¹³ Por isso:

Igualmente fundamental, em qualquer formação de apresentação, é decidir entre abordar a história por meio da biografia, ou mediante uma análise social mais ampla. A evidência oral, por assumir a forma de história de vida, traz à tona um dilema subjacente a toda interpretação histórica. A vida individual é o veículo concreto da experiência histórica. Além disso, a evidência, em cada história de vida, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo. Porém, para tornar possível a generalização, temos que extrair a evidência sobre cada tema de uma série de entrevistas, remontando-a para enxergá-la de um novo ângulo, como que horizontalmente em vez de verticalmente; e, ao fazê-lo, atribuir-lhe um novo significado.¹¹⁴

Para a história oral, o tempo é sempre o tempo de quem está narrando o fenômeno e que, de certa forma, constrói um passado dispondo do tempo conforme seu interesse¹¹⁵. Por outro lado, muitas vezes os historiadores que trabalham com os grupos subalternizados e explorados da sociedade, enquanto núcleos de suas análises optam pela compreensão dos dados coletados a partir de fatores socioeconômicos rigidamente mensuráveis¹¹⁶, o que pode limitar bastante o desenvolvimento da análise de forma mais aprofundada.

Outro desafio diz respeito à questão de gênero, visto que há recorrentemente a ascendência da linguagem masculina, embora a história oral tenha o mérito de

¹¹³ A memória da pessoa está impreterivelmente amarrada à memória do grupo. E a memória do grupo está amarrada à tradição, à memória coletiva de cada sociedade. Apenas no sonho o indivíduo estaria mais afastado da sociedade – as imagens oníricas parecem ter se mantido intactas, “puras”, no fundo da alma. Há uma frouxidão relativa da consciência, daí a menor interferência do presente. Mas mesmo aqui jamais nos despojamos do *eu atual*; Halbwachs dá o exemplo da surpresa que temos quando, no sonho, aparece alguém já falecido. Não teríamos tal surpresa se o *eu atual* também não estivesse presente. Vivemos em sociedade, compartilhamos a linguagem, que é um instrumento socializador da memória. Por isso, as noções gerais permanecem em nosso espírito mesmo durante o sono. Fazemos uso constante delas, sentimos-as sempre ao nosso alcance (BOSI, 1994, p. 56 apud GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 44).

¹¹⁴ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 302.

¹¹⁵ Mary Marshall Lark apud MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 83.

¹¹⁶ PARANÁ, Denise apud MEIHY, op. cit., p. 85.

possibilitar o abarcamento das questões relacionadas à defesa e afirmação dos direitos da mulher através de suas análises, assim como dos temas ligados aos direitos das minorias sociais, como as pessoas com deficiência e dos homossexuais.¹¹⁷

De acordo com Thompson¹¹⁸, de modo geral, existem três vias pelas quais é possível construir a história oral. Uma delas ocorre através da narrativa histórica de uma única vida, possível em casos em que os colaboradores têm uma boa capacidade de memória. Essa escolha não diz respeito necessariamente que ela represente uma só biografia individual, posto que muitas vezes, é possível comunicar através dela a história de todo um grupo ou classe social, ou ainda “[...] transformar-se num fio condutor ao redor do qual se reconstrua uma série extremamente complexa de eventos.” Esse seria o segundo caminho.

O terceiro modo consiste em inserir a evidência oral num contexto social mais amplo. Nesse caso, o historiador deverá ter conhecimento através de fontes contemporâneas a respeito da época, cenário ou classe social relativas à entrevista em questão, inclusive para saber que certos elementos não podem ter confirmação se a entrevista por inteiro aparece como verdadeira.¹¹⁹

Segundo Gigante, uma tarefa da história oral é transformar as falas apreendidas em documentos que serão submetidos à análise. Quer dizer, com a consciência necessária da implicância da utilização do método e com o conhecimento de como utilizá-lo, ocorrerá certamente a estruturação de um documento que, superando a “ilusão biográfica”, portará dados e informações importantes que ajudarão a pensar o real e fazer sua leitura, considerando o modo como os indivíduos a fazem, ou seja, como lêem e traduzem o processo histórico no qual estão inseridos e do qual participam, passiva ou ativamente, colaborando com o historiador na realização de sua tarefa de “objetivar mais completamente a relação objetiva e subjetiva com o objeto”. Além disso, a história oral permite que o próprio entrevistador seja objeto de sua pesquisa, enquanto participante ativo da constituição do documento a ser analisado, o que leva a superar a relação hierarquizada e muitas vezes dicotomizada entre sujeito e objeto. Portanto,

¹¹⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002. p. 58.

¹¹⁸ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 303.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 107-108.

nenhum tipo de documento pode escapar à análise do historiador. A história oral, por assim dizer:

[...] trata-se de um método para a construção de um *documento*, a partir de entrevistas que respeitam alguns procedimentos bem delimitados, possíveis devido à existência de modernos equipamentos (gravadores, câmeras) que permitem este tipo de registro. E teceria a seguinte ressalva: a noção de “documento” foi inicialmente importada da *jurisprudência* para a *história*, como sinônimo de “prova”. Daí o problema da fidedignidade da fonte. Não obstante, desde então, a historiografia mudou muito em relação a esta noção. O documento passa a ser tomado como *monumento* (Jacques Le Goff) – e, mais uma vez, a questão da fidedignidade se desloca.¹²⁰

O que marca cada registro do historiador e do colaborador, enquanto informante participante da pesquisa é o mesmo que marca todos os produtos do trabalho humano¹²¹. O empenho em garantir a credibilidade ao que está sendo elaborado, frente à existência de interferências da subjetividade¹²², implica uma nova maneira de olhar e tratar as informações alçadas, com vistas a analisá-las sem receio e ao mesmo tempo com o devido cuidado. Nesse sentido, “[...] pode-se mesmo dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico.”¹²³

A objetivação é o norte para a realização desse tipo de pesquisa. Ou seja, a experiência é apreendida como um “[...] objeto passível de ser analisado pela ótica sociológica, buscando compreender como determinadas relações objetivas se efetivam através de determinadas representações.”¹²⁴

¹²⁰ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 62. (grifo do autor).

¹²¹ Ibid., p. 138 - “Não agradava a Halbwachs a interferência do historiador no tocante à memória – a história viva é a memória; é a memória do grupo que dá sentido a ela, enquanto os historiadores apagam essa vivacidade a partir de um discurso de fora, artificial. Assim como, mais atualmente, Pierre Nora se ressentia com a história, por ter deixado um “lugar” para a memória bem menos expressivo que aqueles ocupados por ela nas tradições anteriores. O endereço das críticas de Halbwachs é a historiografia metódico-positivista. Pierre Nora parece endereçar suas críticas aos historiadores que se inspiram demasiadamente na Razão. Mas, quantas dimensões da história perderíamos se o historiador abrisse mão de analisar, através da memória, as transformações da sociedade? E analisar como crítico, como historiador, como desmistificador! A memória não é só presente; ela é uma expressão da historicidade, o registro do percurso social do sujeito, dos conflitos sociais que ajudou a compor. A memória atravessa o tempo, a história (vívda), as transformações sociais – tal como as eras geológicas deixam no solo sua memória, a história deixa suas marcas na memória.”

¹²² Ibid., p. 65 - “Devemos então supor que o passado está cheio de armadilhas para o historiador, especialmente os que não se dão conta de quão frágil é a objetividade que arrogam para si. A história oral enfrenta o problema da subjetividade todo o tempo. Boa vacina!”

¹²³ JOUTARD, 1996, p.57 apud ARAÚJO, Francisco José. **Estudo de comunidade & história oral**. Araraquara: Ed. Unesp, 1999. (Cadernos de campo, n. 5). p. 51.

¹²⁴ ARAÚJO, op. cit., p. 54.

As reminiscências vindas à tona através da história oral, mesmo em momentos conflitantes e com desafios à construção da pesquisa, são sempre copiosos e possibilitadores de novos caminhos de análise e entendimento da realidade. Mas, o manuseio da história oral é somente um caminho metodológico que não prescinde de outras formas de pesquisa para a complementaridade da análise.¹²⁵

Na verdade, mesmo a história do passado é ao mesmo tempo, ainda que indiretamente, história do momento presente, na medida em que há um cruzamento de temporalidades e daí decorre a necessidade de uma posição crítica do historiador, o que não é de forma alguma um impedimento à pesquisa, dado que a reconstrução do passado através da memória oral acontece circunstanciada pelo momento presente¹²⁶:

Na medida em que o olhar do historiador é retrospectivo, toda história é, ao menos em parte, uma história do tempo presente. As temporalidades se entrecruzam na historiografia, nada mais comum para o historiador, que deve sempre pautar-se nos métodos da história para realizar a crítica dos documentos – no caso da história oral, crítica dos depoimentos. Mas o presente não é uma “tábula rasa do passado”. Vivemos sobre e sob processos históricos, de diferentes durações. Evocar o passado é uma ação circunstanciada pelo presente, mas que recupera dimensões passadas. No caso de minha pesquisa, a ação do presente na lembrança do passado dos idosos não atrapalha a problemática. Ao contrário, torna-a possível.¹²⁷

Para Gigante, a lembrança possibilita a reconstrução do passado, o qual não aparece em sua forma pura, ao contrário, emerge atualizado pelo “eu atual” no presente, na vivência grupal, coletiva e social. A memória é, então, “refacção, refazimento, e não um revive”.

¹²⁵ ARAÚJO, Francisco José. **Estudo de comunidade & história oral**. Araraquara: Ed. Unesp, 1999. (Cadernos de campo, n. 5). p. 54.

¹²⁶ “Apenas mais uma observação torna-se necessária no tocante à questão da “história do tempo presente”: história oral é sinônimo de história do tempo presente, mas esta última não é sinônimo da primeira. A história do tempo presente pode se basear exclusivamente em fontes escritas (ou audiovisuais, que podem não ser história oral). Não obstante, embora se diferencie da história oral, fornece mais um argumento favorável a esta última. A história do tempo presente evoca a importância da contingência e do fato, resguarda-nos da tentação de introduzir no relato do passado (não me refiro ao relato oral) racionalidades que não podiam estar lá, postas que são a *posteriori*. Tudo isto porque, ao percebermos as surpresas e ardis que os fatos de nosso presente nos apresentam, e os percebemos melhor porque vivemos nele, desconfiamos que muitos ardis existiam no passado, e por não estarmos lá não os percebemos.” (GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 65).

¹²⁷ Ibid.

Também chamada de *história viva*, a história oral é uma história do tempo presente, indubitavelmente. Mas tal não a torna inapropriada para o estudo do passado. A história oral toma a memória como fonte, e o passado, em grande medida, ali ficou retido, ainda que ele seja objeto de uma “refacção” quando evocado no presente. Além disso, não é novidade utilizar a memória de idosos para permitir ao pesquisador encontrar eles com o passado.¹²⁸

Anacronismos são produzidos na tentativa de revivência do passado, pois, são colocados nele dados antes não existentes lá, aspectos da percepção atual. Muitas vezes emergem resistências às mudanças postas em movimento pelo progresso e tecnologia ou mudança socioculturais. Tratam-se de expressões de resistências silenciosas, comuns entre pessoas que experimentaram a expulsão do campo, ou ainda as que se enraizaram fortemente num estilo de vida diferente e atualmente superado. Por isso, o autor trabalha com o conceito de “memória avessa”, a qual, entretanto, “[...] não constitui o centro da cultura, porque está a reboque não simplesmente da maior capacidade estrutural do centro; ela reside nos destroços documentais dos conflitos sociais.”¹²⁹ O autor explica que:

Certos subsistemas culturais reticentes quanto às mudanças trazidas pela tecnologia, por novos comportamentos, etc., que em geral exprimem resistências silenciosas, bastante comuns entre pessoas que passaram pelo êxodo rural, ou mesmo as que se enraizaram fortemente num modo de vida distinto e hodiernamente superado, podem ser encontrados na memória dos idosos. Essa memória avessa, certamente, não constitui o centro da cultura, porque está a reboque não simplesmente da maior capacidade estrutural do centro; ela reside nos destroços documentais dos conflitos sociais. E, no entanto, inspirando-se em Lótmán, esses subsistemas funcionam como estruturas; forçam alguma interação, notadamente conflituosa, com o centro. Daí seu caráter de resistência, ao mesmo tempo em que não está totalmente de fora da esfera da memória longeva.¹³⁰

O autor, ao trabalhar com a memória a partir dos seus aspectos de criação, novidade e subversão, aponta que a memória avessa, enquanto memória, diz respeito a certo tipo específico de memória, encontrada nos idosos, por exemplo, e que está relacionada de modo íntimo com as reestruturações produtivas, as quais, por exaltarem o novo, relegam o velho ao plano do antiquado, do ultrapassado. Dessa forma, as lembranças dos idosos em sua humanidade não correspondem às

¹²⁸ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 63. (grifo do autor).

¹²⁹ Ibid., p. 52.

¹³⁰ Ibid.

novas modalidades de produção, ou seja, aquelas estruturadas pelo capitalismo em momentos de reestruturação produtiva. O autor, ao analisar de forma brilhante essa relação, assim defende:

Tratar-se-ia de uma *memória avessa*? Uma observação inicial acerca do que denomino *memória avessa*: ela é também, desde o início, memória. Eu a adjetivo para relevar um tipo específico de memória que é encontrada nos idosos, em especial os asilados, e que se relaciona muito intimamente com as reestruturações produtivas, à medida que são tais reestruturações que criam o novo, e conseqüentemente, o velho, o “ultrapassado”; algo que permite ao capital sua revitalização e que, ao mesmo tempo, dispensa detentores de competências (memória) “ultrapassadas”. Arriscaria dizer: por memória avessa entendo aquela humanidade do sujeito que é traduzida em lembranças que não se coadunam com as novas formas de produzir, viver e pensar que o capital traz à tona em momentos de reestruturações mais profundas. Ora, senão são nesses momentos que os discursos pedagógicos ficam mais agressivos, e gerenciadores vêm à arena exigir que se “refundam” os sujeitos. A dificuldade de visualizá-la reside no fato de que a memória avessa está mais para o fragmento do que para a totalidade (apenas pode ser visualizada se estiver no campo visual da teoria, já que as teorias também criam seus próprios temas), e tal não é casual. Seus motivos residem no seio dos conflitos sociais.¹³¹

Não é por menos que a memória avessa para o autor não se traduz necessariamente em resistência, o que pode acontecer com algumas lembranças. Ela está ligada à conquista de outra memória, “[...] domesticadora, conservadora, mistificadora, que cria nichos de mercado.”¹³² Ela seria um produto, porém, com aspectos subentendidos no mesmo domínio de memória e que podem emergir e se transformar em resistência passiva ou mesmo ativa. O autor assim se posiciona:

Quando neste trabalho são referidas resistências silenciosas, refiro uma memória pouco adequada às novas competências exigidas por novas estruturas produtivas, e que se traduzem numa resistência não apenas silenciosa, mas geralmente individual e passiva. E não só. Ela pode ser involuntária, por exemplo, quando um sujeito humano não consegue se adequar às “reciclagens”, pois enquanto a memória pessoal pode ser dispensável para um sistema de produção, ela é indispensável nos processos identitários dos sujeitos. Há uma defasagem sob a qual a memória avessa se desenvolve.¹³³

O mais importante no que se refere a uma análise da memória são os seus gráficos sociais, a relação entre indivíduo e sociedade de maneira não contraditória.

¹³¹ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 40. (grifo do autor).

¹³² Ibid.

¹³³ Ibid., p. 53.

Em contraposição, a sociedade não pode ser entendida como uma totalidade absolutamente coesa ou com funcionamento semelhante a uma máquina ou a um organismo vivo, como a vislumbrava o positivismo – funcionalismo e mesmo como o concebem algumas correntes pós-modernas, crentes da idéia de harmonia social e do lugar que cada um ocupa no cumprimento de sua função social, bem como na harmonia de classes. Mas, ao contrário, o fato é que ela é perpassada por conflitos, contradições e antagonismos de todas as ordens. Isso significa que o todo enquanto tal é estruturado socialmente, perpassado por conflitos com a complexidade inerente ao movimento histórico.¹³⁴

Em consonância com Lúri Lótman¹³⁵, é possível entender a memória enquanto um fenômeno necessariamente social, tendo em vista a batalha pela conquista do monopólio da informação, pela hegemonia entre as diferentes maneiras de análise dessas informações, com o intuito de tornar eternizados determinados aspectos ao mesmo passo em que abrem mão de outros tantos. Ademais:

Há diferentes *tipos, chaves, configurações* de memória. Essas diferentes memórias decodificam melhor certas questões; deixam para o fragmento e o esquecimento outras tantas questões. Em torno dela há inúmeras batalhas. E não basta ser uma grade que filtra para incluir dados novos em sua esfera; ela precisa ser transmitida, senão a memória como um todo, num determinado formato e configuração, é perdida. Além disso, são inúmeros os perigos que cercam a memória – ideologias, idealizações, convencionalizações, necessidade de se sentir bem e incluído no presente mediante o grupo atual, mediante as instituições atuais, mediante os discursos atuais –, perigos que tantas vezes impedem o sujeito de ter uma visão mais objetiva de si mesmo no tempo. Este é outro aspecto do que tenho chamado aqui de “memória avessa”.¹³⁶

Tendo em vista que os processos postos em marcha e que configuram o cenário marcado pelas reestruturações produtivas interagem para sufocar possíveis competências e modalidades de vida experienciadas no decorrer das trajetórias humanas, ocorre que a produção da velhice na ordem capitalista é contrastada com a necessidade de produção do novo e, sobretudo, com a necessidade de capacidades moldadas para responder à lógica do sistema.¹³⁷

¹³⁴ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 49-52.

¹³⁵ LÓTMAN, Luri apud GIGANTE, op. cit., p. 138.

¹³⁶ GIGANTE, op. cit., p. 138. (grifo do autor).

¹³⁷ Ibid.

Pode ser mais vantajoso para a empresa contratar trabalhadores que foram “produzidos” desde crianças com as novas qualificações exigidas que “reciclar” trabalhadores da geração anterior. Em geral, as empresas preferem gastar mais horas de qualificação com novos assalariados do que com antigos. A capacidade mais recente da produção de incorporar no sistema informacional, nos *softwares*, a engenharia criativa dos trabalhadores tem facilitado a posterior dispensa dos mesmos trabalhadores, vampirizados que foram.¹³⁸

Essa memória denominada “avessa” apresenta traços considerados anacrônicos face à constante busca do futuro e da geração de novas necessidades movimentadas pela necessidade de lucro do capital. Por isso, elas ecoam como resistências silenciosas, contraditórias das novas formatações produtivas, mesmo que muitas vezes acabem por serem levadas por esses processos, os quais são vistos como naturais, de modo que há um grande distanciamento entre a realidade da reestruturação produtiva e o que o autor nomina “memória avessa”:

Neste sentido, a memória que o novo “velho” tende a desenvolver subsume fortes aspectos avessos, uma memória avessa, porque suas habilidades são “ultrapassadas” e contradizem os novos formatos, ainda que possam usar a vestimenta de outro grupo (outro aspecto da memória avessa) e desta feita enxergar o processo como natural, como um progresso natural de qualquer sociedade – a naturalização da hetero-organização dos trabalhadores. Isso é perceptível nas lembranças dos idosos asilados, em passim, em seu tom vital. Não obstante, alguns trechos, em especial, são bastante reveladores desse aspecto de defasagem entre a reestruturação produtiva e o que aqui denominei “memória avessa”.¹³⁹

Não obstante a figura central dessa pesquisa não possa ser pensada diretamente a partir dessa conceituação de memória avessa, vale lembrar que o fato de tratar-se de uma história de vida representativa de outras histórias de vida, as quais têm em comum justamente o fato de andarem na contramão dos processos de reestruturação produtiva, embora imersos nele e a ele vinculados de forma obrigatória, uma vez que ainda não podem escapar-lhe, mas, persiste a busca de um momento histórico diferente do atual, quando sua liberdade de ser social possa ser realizada, como é o caso da colaboradora dessa pesquisa _ Carlita da Costa.

¹³⁸ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 149. (grifo do autor).

¹³⁹ Ibid.

Destarte, o grande desafio que se coloca aqui é o de conhecer a história de vida de uma líder sindical, a qual se confunde de certa forma com a própria história de luta do sindicato, a partir de sua participação direta enquanto colaboradora na construção desse processo investigativo, mas, com o objetivo subjacente de contar a história de vida de tantos trabalhadores e trabalhadoras, ocultas e mescladas no sentido aludido à própria trajetória percorrida pela líder, enquanto caminho possível de colaboração para tornar visível a luta travada pelos trabalhadores rurais empregados no corte da cana-de-açúcar, justamente por entender, conforme mencionado em momento anterior, que a pesquisa científica possui uma dimensão ética-política e ideo-cultural e que, por não ser neutra, tem o potencial de provocar a própria realidade quando comprometida com sua transformação. Portanto, não se trata apenas de elaborar mais um estudo, de construir mais uma pesquisa. Quem realiza esse caminho não pode perder de vista que o mais importante nessa empreitada é comprometer-se com a busca da emancipação humana, cuja passagem pode dar-se através da emancipação política, como um dos caminhos possíveis para aquela, ou seja, quem pesquisa não pode isentar de sua responsabilidade sobre o que irá produzir, para quem irá produzir e a que interesses sua produção corresponderá.



CAPÍTULO 5 CARLITA: A MULHER QUE SE TORNOU VOZ DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DE CAMPINAS

"Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás."
(Che Guevara)

5.1 Cotidianeidade e história

Trabalhar com o passado é sempre um desafio. A memória é sempre algo que traz experiências das quais muitas vezes não se fez parte ou conduz a áreas remotas pouco visitadas do processo histórico, muitas vezes obscurecido pelos interesses dominantes. Visitar esses momentos, não raro pouco valorizados por uma lógica que prioriza a novidade, a busca de criação de novas necessidades, o progresso, o futuro, significa descortinar possibilidades, sobretudo, quando essas experiências atuam como forma de contestação às ideologias dominantes, como resistência no espaço e no tempo, ecoando, mesmo quando silenciadas, como espaços vivos e prenes de novos horizontes, novas direções, estas, contudo, direcionadas à emancipação humana, porque repletas de marcas da vida, de reminiscências com traços da busca de uma nova ordem societária.

Para buscar entender esse processo de valorização da memória, foi preciso até agora descortinar os diversos elementos presentes na realidade e que interagem para sua configuração, sobretudo, no que diz respeito ao modo de produção capitalista, pautado pela lógica neoliberal, quando tudo se torna efêmero demais. Por isso, foi importante nos capítulos anteriores, além de apresentar os prôlegômenos da pesquisa, também analisar acontecimentos e fatos, contextos e contradições postos pelo movimento da realidade no cenário do capitalismo contemporâneo, principalmente, no que diz respeito ao avanço de seus ideários também no campo, onde as condições de vida da classe trabalhadora tornam-se ainda mais fragilizadas, permeadas pela precarização das condições de trabalho e pela extensão e intensificação da exploração da força de trabalho neste setor.

Nesse caminho, abordar os desdobramentos relativos ao sindicalismo rural é um desafio e uma possibilidade. Um desafio porque são bastante conhecidas as contradições, ambigüidades e dilemas próprios da experiência sindicalista no país, dada sua natureza contaminada muitas vezes ainda pelos ranços do *peleguismo* e da fragmentação dos interesses da classe trabalhadora, traduzidos na dificuldade/ falta de construção de uma *classe-para-si*. Uma possibilidade porque, ao desvelar histórias de vida, como a da líder sindical Carlita, percebe-se que a sua trajetória de vida confunde-se a partir de certo momento com a história do próprio sindicato do qual é parte, ou seja, o caminho percorrido pelo Sindicato de Cosmópolis traz em seu bojo a história de vida, antes de tudo, de uma trabalhadora rural, uma mulher que como tantas outras mulheres se engajaram ativamente na luta por mudanças no processo de trabalho e, mormente, por mudanças na estrutura fundiária do país. As conquistas do Sindicato, o qual tem a líder em sua presidência desde a sua fundação, da qual também fez parte, conduz a pensar que, em sua trajetória de vida, muitos aspectos se identificam com as vidas de inúmeros trabalhadores, os quais são aliados do “sistema”, negligenciados em sua participação da riqueza produzida pela sociedade, o que se concretiza das mais diferentes maneiras em seu cotidiano.

Faz-se necessário ressaltar que o cotidiano é, antes de tudo, o espaço onde as coisas acontecem, onde há historicidade e, portanto, trata-se de um espaço possível de intervenção, sujeito à ação humana e às determinações históricas, ou seja, é um lócus privilegiado e aberto à transformação. Segundo Heller, a vida cotidiana é o espaço em que o homem atua enquanto tal, isto é, enquanto indivíduo, mas, também enquanto humano genérico. De acordo com a autora:

A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. [...] A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideologias. [...] o homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso não pode aguçá-los em toda sua intensidade. A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea [...] [e] igualmente hierárquica. [...] O homem já nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo *adquire todas*

*as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. [...] A vida cotidiana é a vida do indivíduo [...] sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico.*¹⁴⁰

A humanidade se produz e reproduz na cotidianidade, enquanto espaço-tempo de constituição – produção - reprodução do ser social. A imediaticidade é marca indelével do cotidiano, caracterizado pela heterogeneidade. A esfera do cotidiano, outrossim, é lócus fecundo para a manifestação da alienação.

Lukács¹⁴¹ afixa que todo o processo de conhecimento da realidade deve começar por questões da vida cotidiana, onde justamente as questões ontológicas se colocam, ainda que numa acepção muito primária. Entendendo que todas as coisas são mutáveis historicamente, para o autor, o ser e suas transformações se apresentam como elementos fundamentais. Para o autor:

[...] as atividades espirituais do homem não são, por assim dizer, entidades da alma, como imagina a filosofia acadêmica, porém formas diversas sobre a base das quais os homens organizam cada uma de suas ações e reações ao mundo externo. Os homens dependem sempre, de algum modo, destas formas, para a defesa e a construção de sua existência.¹⁴²

Nessa definição, não se pode falar na existência de um ser em sentido estrito, de modo que o ser denominado cotidiano se refere a uma certa ancoragem muito relativa de “[...] determinados complexos no âmbito de um processo histórico.” Nesse rumo aponta Lukács:

Existe aqui uma tendência unificadora que relaciona a realidade total com o desenvolvimento do homem ou, como digo na *Estética*, com a autoconsciência do homem. Por isso direi que a arte, no sentido ontológico, é uma reprodução do processo mediante o qual o homem compreende a própria vida, na sociedade e na natureza, como vida que se refere a ele mesmo, com todos os problemas e com todos os princípios vantajoso e todos os obstáculos, etc., que a determinam. Por isso, a arte – e isso é de extraordinária importância para a ontologia não está separada de sua gênese em sentido desantropomorfizador.¹⁴³

Nesse âmbito, os interesses particulares se identificam com os do grupo ou da comunidade a que pertencem as pessoas. Em todas as ocasiões em que fala a

¹⁴⁰ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 17-20. (grifo da autora).

¹⁴¹ LUKÁCS, Georg. et. al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32). p. 11-12.

¹⁴² Ibid., p. 12.

¹⁴³ Ibid., p. 29.

líder sindical não fala apenas de si, de suas condições, mas também recorda e pondera sobre a situação daquele amigo mais próximo, do vizinho, do parente deste ou daquele trabalhador que, de repente, é identificado consigo em sua história de vida. Se uns podem ter acesso e outros não, isso não significa que estes últimos devam ser excluídos da possibilidade de uma vida melhor. Somente aquele que vivenciou experiências semelhantes de falta de acesso à riqueza socialmente produzida pode ter tamanha grandeza, dada pela capacidade de analisar os fatos diferentemente da lógica capitalista, egoísta e competitiva, para pensar que todos poderiam viver numa sociedade mais justa. Pensar e agir de acordo com essa inflexão talvez seja alcançar o que Heller chama de humano-genérico, superando a esfera da cotidianidade. Segundo a autora:

A vinculação do indivíduo com a sociedade coincide com a vinculação do indivíduo com a comunidade quando a mais alta integração social assume ela mesma um caráter comunitário. As últimas integrações desse tipo foram a família clânica e as tribos. Quanto mais diferenciada e estruturada é uma sociedade concreta, tanto menos poder-se-á constituir ela própria em comunidade do homem.¹⁴⁴

5.2 Infâncias perdidas

Carlita da Costa nasceu em 1959 em São Paulo. A família se mudou para Minas Gerais após um ano de seu nascimento, onde Carlita passou a maior parte de sua infância, conseguindo estudar até a 4ª série do Ensino Fundamental (Primário na época), apesar de seu anseio pelos estudos. Em 1968, quando contava com nove anos de idade, foi para Santos, onde trabalhou em casa de uma senhora, voltando nove meses depois, tendo em vistas os maus tratos sofridos por parte da patroa, retornando para São Paulo com a família em meados da década de 1970.

Recontar uma história de vida em seus diversos momentos não é tarefa fácil, exige a análise de categorias fundamentais e que perpassam esses cotidianos. No caso mais específico do objetivo traçado aqui, relacionado à história de vida de uma líder sindical, essa exigência se materializa nas

¹⁴⁴ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 65.

categorias trabalho, gênero, violência, migração, pobreza, resistência, preconceito, adultização, as quais perpassaram sua trajetória de vida desde a infância. Aqui, faz-se necessário a aproximação dessas categorias aos poucos, uma vez que elas contribuem para o desvelamento e análise de situações concretas e extremamente sofridas.

Infâncias perdidas. Essa é a terminologia em geral utilizada para destacar a crueldade do tempo que não volta e a constatação de uma etapa perdida, o não brincar, o impedimento de gozar de um momento pueril, sem preocupações. Contudo, essa é uma realidade para inúmeras crianças no Brasil, cerceadas de seu direito de apenas serem crianças. Essa é uma questão muito séria, dada a importância de vivência da brincadeira no universo infantil, sobretudo, quando se considera que essa dimensão tem sido apropriada pela lógica do capital, de forma que desde cedo já há uma espécie de “aproveitamento” desses momentos como forma de preparação do “futuro trabalhador e/ou consumidor”. De acordo com Gigante:

A brincadeira é um instrumento de socialização e de educação para a vida adulta. É uma espécie de ensaio do que a criança terá de fazer no futuro: trabalhar, cuidar da casa, desenvolver a sexualidade, desenvolver certas habilidades, competências, e, principalmente, absorver valores morais. No caso dos trabalhadores, a brincadeira é, essencialmente, uma preparação da força de trabalho; é parte de sua própria produção como força de trabalho. As brincadeiras sempre nutrem íntima relação com o tipo de vida e trabalho que se deseja das pessoas. Uma criança brincando está, ao mesmo tempo, familiarizando-se com o formato mais característico dos instrumentos predominantes à época da brincadeira. O “Mecano” era um brinquedo constituído por peças metálicas (porcas, engrenagens, parafusos, etc.); a criança podia construir guindastes, carros, escavadeiras, a partir dos componentes do brinquedo. Era apropriado ao sistema de produção fordista-taylorista. O “Lego”, cujo princípio básico é a padronização máxima dos componentes, que não obstante deve permitir a produção das mais diversas coisas, como se fossem customizadas, substituiu o “Mecano”, sendo o primeiro muito mais apropriado aos princípios característicos do toyotismo. Uma criança que hodiernamente joga videogame, ou “navega” na Internet, está a se familiarizar com a tecnologia informacional, base do trabalho automatizado e dos inúmeros serviços que podem ser realizados, prestados, a partir de um microcomputador pessoal. As crianças que brincam de boneca, de casinha, papai e mamãe, estão não apenas a descobrir e desenvolver a sexualidade, mas a ensaiar como produzirão uma família de trabalhadores no futuro. A produção de consumidores também está a se realizar no momento da brincadeira: a menina veste a boneca, escolhe suas roupas; o menino brinca de carrinho, seu futuro sonho de consumo. O que dizer do jogo “Banco Imobiliário”? O jogo da “vida”, da concorrência, dos negócios, da sorte e do revés, da acumulação de riquezas, etc. Há brincadeiras que vêm da tradição oral, como as cantigas de roda, brincadeiras que vêm de antigas formas de viver que de alguma maneira sobrevivem através da tradição, e que

quando foram desenvolvidas exercitavam outras habilidades das pessoas: cantar, contar, dançar, correr, conversar, socializar-se, esconder-se, caçar. Há também formas sutis de resistência à dominação, que se desenvolvem como “brincadeira”, como a capoeira, luta disfarçada de dança.¹⁴⁵

A vida dura acaba por demasiadas vezes por adultizar infâncias, por fazer o tempo correr veloz demais, tamanhas as dificuldades da vida, defronte às responsabilidades que tão precocemente devem assumir a custa da própria sobrevivência. Não, não se tratava de uma opção. Não ter bonecas, não receber presente da natal, ainda que se trate de um costume favorável ao capital, com características econômicas voltadas para as relações de consumo, não ter uma festa de aniversário ou poder estudar como as outras crianças é sentido como uma violência para qualquer criança. Ao mesmo tempo, ter que presenciar fatos difíceis demais, amargos demais, é uma imposição de uma sociedade pautada pela desigualdade social e pela concentração da riqueza em poucas mãos.

Você não tinha ninguém pra brincar nem seus irmãos nem amiguinhos?

Não, não. Nada disso. Sé nós tava em casa nós tinha que limpar a casa pra minha mãe. Porque a minha mãe ensinou assim, por mais que você seja pobre aonde você mora tem que ser limpo, você pode não ter comida na panela comida para fazer, mas suas panela tem que tá limpa, o seu fogão pode ser de barro, mas o seu fogão tem que manter ele bem limpinho. Então minha mãe ensinava coisas pra gente, né? E ela fazia nós limpar tudo, sabe, limpar tudo. E eu aprendi muito com ela, aprendi, aprendi a me defendê. Não que ela se defendeu, mas ela não se defendendo ela me ensinou que eu tinha que se defendê, ela não brigando contra a exploração, ela me ensinou que tinha brigá, sabe... ela, ela não fazendo, só o fato dela não fazê, me ensinou que tinha que fazê, né.

O trabalho em casa nunca foi entendido enquanto trabalho. A mulher em casa, embora contribua diretamente para a reprodução da força de trabalho não é percebida enquanto força de trabalho nesse processo, embora o seja. Por outro lado, a manutenção da limpeza em casa traz embutida a idéia de higienização da pobreza, marcada por idéias como “pobre, mas, limpo”, o que reforça certas ideologias fundadas em interesses da classe dominante e que subjuga a pobreza mesmo na esfera da vida privada. Por essas e outras razões, desde cedo as filhas de trabalhadores têm que aprender a lidar com a rotina doméstica, entendido muitas

¹⁴⁵ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 142.

vezes de forma alienada, desprovido de seu real significado para o metabolismo de capital. Gigante assim analisa esse processo:

Trabalho doméstico não é visto como trabalho. Possivelmente seja este um dos fatos fundamentais que levam estudiosos a pensarem a memória da mulher como uma “memória privada” – o espaço da mulher é a casa, os filhos, etc. Se assim fosse, elas não demonstrariam tanta visão orgânica, geral, em relação à cidade, ao trabalho, às amizades, etc. As mulheres ficaram possivelmente a maior parte de seu tempo em casa, mas a casa não é apenas um espaço privado. É o local de produção das novas gerações de trabalhadores. O trabalho da mulher é fulcral neste aspecto “público”, não meramente privado – o fato de que ela tem papel fundamental na produção de uma força de trabalho adequada às exigências da esfera produtiva.¹⁴⁶

A luta por condições dignas e justas e trabalho e de vida é uma ação coletiva. A trajetória de vida da líder Carlita, desde sua infância, marcada pela pobreza, pela falta, pela privação, pelos conflitos, mas, ao mesmo tempo pela superação, pelo enfrentamento, pelo questionamento dos fatos como eles estão postos, se identifica com as histórias de muitos trabalhadores e trabalhadoras, os quais trazem em suas mãos calejadas e no suor de seus rostos as reminiscências de uma vida privada de “vida” em seu sentido pleno, visto que distanciados das conquistas do processo econômico. Assim como Carlita, muitos não tiveram e não têm nem mesmo as condições adequadas de alimentação, vestuário, oportunidades de educação, moradia, dentre outras. A própria Carlita reconta a sua história, narrando uma história que sabe, não é só sua, é de milhares de trabalhadores, com os quais caminha e se coloca lado a lado na busca de uma sociedade diferente da que está posta:

Na realidade, na realidade assim meus avós minha família são todos lavradores, né, assim eram chamados antigamente, lavradores, meu vô trabalhava na lavoura de café e eu nasci numa cidade no interior de Minas Santa Rita do Sapucaí, por questão assim de conduta do meu pai daí praticamente um mês nos saímos da cidade viemos morar aqui em Vinhedo onde eu fui registrada, naquele tempo não registrava logo que nasceu às vezes levava até ano, mas eu fui só um mês e pouquinho. E assim, minha família de origem muito humilde, muito pobre, né, morava mais na área rural. O serviço que tinha lá em Minas era assim, ou você trabalhava no cafezal ou você trabalhava cuidando de gado na fazenda ou era na pescaria. E quando eu era pequena meu pai veio aqui para o estado de São Paulo ficou até eu completá um ano e pouquinho, depois ele retornou para Minas. E aí a gente foi trabalhar nas fazenda, meu pai trabalhava na

¹⁴⁶ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 147.

fazenda de café e era assim uma vida muito precária mesmo, não tinha roupa direito pra vesti, não tinha alimentação adequada, o dia que as criança, o dia que minha mãe tinha comida para o almoço não tinha para a janta, a maioria vivia descalço, então era uma vida assim de muita dificuldade. Muitas vezes a minha mãe ela, o meu pai quando ele não tava trabalhando no cafezal ele, ele ia para a pescaria, pescava, o rio lá era grande, muita gente vivia da pesca. (Vídeo – CD 2 – M2U00355.MPG).

De acordo com Gigante, a memória tem a capacidade de perpassar o tempo, de imprimir historicidade aos fatos e às vidas dos seres sociais. Embora não possa ser considerada “pura”, já que mescladas pelo passado e pelo presente, não é possível negar que toda percepção é repleta de memória. Ou seja:

A memória não é só presente; ela é uma expressão da historicidade, o registro do percurso social do sujeito, dos conflitos sociais que ajudou a compor. A memória atravessa o tempo, a história (vivida), as transformações sociais – tal como as eras geológicas deixam no solo sua memória, a história deixa suas marcas na memória. A memória parece funcionar com apoios, por setor. Elementos vão se interpondo, até aflorar as lembranças, nunca de forma pura, mas atravessada por idéias atuais, convencionalizações, necessidades atuais de convívio com o grupo, etc. Mas como é o corpo que está interposto, há alguma sobrevivência das imagens guardadas no mais longínquo passado, de forma semelhante ao que Bergson dizia. As “grandes” dimensões dos lugares que retemos na memória durante a infância, quando éramos pequenos, faz-nos estranhar, se voltamos a eles depois de muito tempo, já adultos, sua atual “pequena” dimensão. Não obstante, mesmo Bergson não declarava que a memória era tão “pura” assim; sua teoria é mais dinâmica – não há, para este autor, percepção que já não esteja carregada de memória.¹⁴⁷

A precariedade vivenciada por Carlita e sua família e que ficou em sua memória trazia em seu bojo a materialização da questão social na cotidianidade das famílias trabalhadoras, através de suas manifestações. Uma delas é o trabalho infantil, realidade bastante presente no lastro de tempo da infância de Carlita e que se entende até os dias de hoje, reproduzido e muitas vezes ainda legitimado sob diversas faces e discursos. O trabalho da criança não só a cerceia da vivência sadia e plena da infância, mas, também de estudar, de ser criança no real sentido da expressão, de modo que não há justificativa para sua existência e manutenção na sociedade, embora o capital tenha usufruído e por vezes ainda usufrua dessas vidas em desenvolvimento, na sua sagacidade e avidez pela sua reprodução enquanto tal.

A vida na pequena cidade do interior mineiro não era fácil. Carlita, mesmo frente às dificuldades enfrentadas pela família, viu-se levada como tantas outras

¹⁴⁷ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 138-139.

crianças a crescer rápido demais, assumindo desde cedo a tarefa de colaborar com os pais, na tentativa de garantir ao menos o seu sonho de estudar. Carlita relata, sempre com muita força e emoção, as condições em que a família vivia e sua postura desde muito cedo de enfrentar as dificuldades com as quais se deparava. Não era fácil. Não havia sequer os calçados para ir à escola. A moradia era precária. O trabalho infantil, legitimado pela sociedade da época, foi a saída encontrada para não abandonar a escola, uma vez que em meio a tamanha precariedade, para os pais, que também cresceram sem oportunidades de estudo, sem dúvida, a escola não poderia ser mais importante do que garantir a comida na mesa. Conforme visto anteriormente, a grande maioria dos trabalhadores do corte da cana tem baixa escolaridade. São jovens que saem de sua terra natal a procura de melhores condições de vida. Se enfrentam graves dilemas em sua terra de origem, quando chegam a outro estado, percebem que as condições não são muito melhores. Não raro, têm que dividir o mesmo espaço com outros trabalhadores, em péssimas condições de habitabilidade. Muitos trabalham com o objetivo de enviar parte do ganho às suas famílias, que ficaram para trás quando vieram em busca de trabalho. Essas condições vêm sendo vivenciadas por esse segmento de classe no decorrer da história, sobretudo nas últimas décadas e mesmo com a entrada em cena de movimentos em defesa de seus direitos e de algumas conquistas importantes no campo jurídico-legal e trabalhista, o que se percebe é que o cenário geral do país mudou, porém, os alicerces que garantem e reproduzem a exploração continuam de pé. As formas de opressão e manipulação da classe trabalhadora assumem novas roupagens, mas a realidade sentida no cotidiano de vida desses trabalhadores continua amarga, o que significa que os mecanismos de subalternização ultrapassam o tempo e adentram pelas malhas sociais, ainda que contraditoriamente às conquistas ensejadas, fazendo persistir ainda hoje situações existentes “há tempos atrás”, mas, que, no entanto, se reproduzem, às vezes, de forma ainda mais brutal, na conjuntura atual. Esse cenário de avanços e retrocessos também pode ser vislumbrado na situação relativa à situação da criança e do adolescente no país, ou seja, é possível visualizar ainda hoje, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o quanto a situação de inúmeras crianças e adolescentes ainda é envolta por situações de violência, de não atendimento às suas necessidades enquanto ser em desenvolvimento, assim como de não efetivação da dimensão de prioridade no acesso às Políticas Públicas, sobretudo Sociais, fazendo

existir ainda hoje, na entrada do século XXI, a exploração do trabalho infantil e muitas vezes da própria infância. Carlita ainda pode se lembrar daqueles momentos, quando não havia outra opção frente à fome e a miséria a não ser trabalhar. O trabalho como babá, ou como a própria Carlita reconhece, de uma criança cuidando de outra criança, além de lhe garantir que não passasse fome, também era a única possibilidade de freqüentar a escola por algum tempo. Naquele período, ainda em Minas Gerais, com cerca de oito anos de idade, Carlita, como outras tantas crianças, começou sua primeira experiência de trabalho. O único consolo para aquela criança naquele momento é que isso lhe possibilitaria ir à escola, e mais, com roupas e sapatos como as outras crianças, ganhadas da patroa, considerada generosa por seu gesto. Para os pais, a escola não era o mais importante frente à pobreza que vivenciaram ao longo da vida, ou seja, não havia expectativa depois de uma vida inteira de luta sem mudanças estruturais em suas vidas, quer dizer, o ciclo da pobreza e da miséria se reproduzia e o fazia também no que se refere a outras dimensões da vida, como o estudar e o brincar. Por outro lado, essa condição de pobreza também expunha a vivências de situações de preconceito e discriminação, dado que a pobreza no país além de não raro ser associada à marginalidade também é associada ao anacrônico e ao repugnável, quando não à própria ridicularização e humilhação do pobre pelo seu “ser pobre”, desconsiderando que essa condição está visceralmente ligada ao metabolismo do capital e sua necessidade de reprodução a partir também de mecanismos de dominação, subjugação e ideologização da pobreza sob uma ótica que lhe seja conveniente em detrimento do enfrentamento das questões estruturais que lhe dão origem e continuidade. Essas questões são expostas por Carlita, em falas que ilustram a profundidade da humilhação sofrida e a coragem de continuar em frente tendo em vista que considerava seu objetivo realmente mais importante e com força maior que o sofrimento que enfrentava por ser pobre:

Eles [...] as roupas que minha mãe fazia pra gente... sabe saco de açúcar? Minha mãe fazia vestido pra gente daquele tecido, e a gente ia pra escola descalço. Lá na escola as outras crianças bem vestido, bem arrumado, levavam merenda, né... é... eles criticavam muito, eles riam, zombavam, mas eu não me importava eu queria era estudar, sabe. Aí, infelizmente, eu não consegui estudar, porque meu pai, ele [...] ele não priorizava, né, era analfabeto, achava que a gente também tinha que ser e tinha que trabalhar para ajudar eles, né. (Vídeo – CD 2 – M2U00355.MPG).

No entanto, apesar de ter garantida a freqüência à escola por mais um período, muitas experiências da infância foram negligenciadas, pois, não havia opção, assim como muitas vezes não há para inúmeras crianças, privadas de condições dignas de existência. Nesse sentido, as lembranças de Carlita revelam esse dilema e a responsabilidade e coragem de uma criança que sabe que seu trabalho seria a única forma de lhe garantir a própria existência:

A gente morava em casa de barro. Naquela época em Minas dava muita enchente sabe, e aí a enchente vinha e ela levava tudo que a gente embora, daí levava mais outro tempo para reconstruir aquelas poucas coisas que a gente tinha, né. Os colchões era colchão de palha, o fogão era fogão de lenha, a roupa que tinha para ir pra escola era a roupa de saco. Eu assim, eu tive uma vida muito difícil, mas assim eu sempre fui uma menina de muita coragem, sabe. Aí, vendo toda a dificuldade que a minha família tinha eu... comecei... eu tenho que trabalhar, eu tenho que ajudá meu pai e minha mãe, fazer alguma coisa, mas isso eu já tava com quase nove anos de idade... e... eu saía para ajudar eles, trabalhava criança ainda, mas lá em Minas era assim, a gente podia trabalhar assim, a gente podia trabalhar de babá, sabe. Então você ia cuidar de outra criança sendo uma criança. Eu gostava disso porque aí eu tinha brinquedos eu tinha comida melhor, né, então isso para mim era bom e eu trabalhava. Aí eu gostava muito de estudar, sabe, só que assim meu pai não dava importância para o estudo, minha mãe não dava importância para o estudo. E... mas, a pessoa que eu trabalhava ela me ajudava, então, ela comprava chinelo pra mim, passô a comprar roupa e eu cuidava da menininha, até a menina chamava Thais, em troca da comida, né, da comida e dela me deixar ir na escola, ajudava com o material. (Vídeo – CD 2 – M2U00355.MPG).

A moradia também ficava distante do local de atendimento médico. Quando ficava doente, a saída era recorrer às fórmulas caseiras ou agüentar a dor. Carlita aprendeu com a mãe a utilizar-se de receitas caseiras como meio de tratamento, conhecimento que carrega consigo até os dias de hoje. Esta tem sido uma estratégia utilizada pelos trabalhadores há muito tempo, lembrando que na época de sua infância, não apenas a família de Carlita enfrentava problemas em relação ao acesso a Políticas de Saúde, mas antes, grande parcela da população brasileira, simplesmente porque não se pode afirmar que elas existissem, sobretudo para aqueles que não estivessem incluídos no mercado formal de trabalho, lembrando que a Política de Saúde no país enquanto direito universal foi uma conquista declarada na Constituição de 1988, ou seja, somente a partir desse momento, do qual a Carta Magna pode ser considerada um marco na história do país no que se refere aos direitos sociais dentre outros, é que uma grande parcela da população senão a maioria teve a possibilidade de começar a pensar na luta para a efetivação

daquilo que já havia sido conquistado na letra. A líder sindical lembra uma dessas situações em que precisou de atendimento médico, quando além da dificuldade em ter sempre o mesmo alimento, peixe, pescado pelo pai, sem tempero, enfrentou junto com a mãe uma noite inteira até que esta última pudesse pedir ajuda no dia seguinte, com o espinho do peixe atravessado na garganta e sem terem o que fazer em uma situação possivelmente de grande desespero para a mãe, pois, se tratava ainda de uma criança, desprovida de qualquer atendimento médico. Assim reconta:

E eu lembro uma vez, que é uma situação assim, até hoje quando vejo alguém comendo peixe eu vigio, né, minha mãe cozinhou peixe e não tinha tempero não tinha nada, nós tínhamos aquele peixe para comer, e a gente comia assim, meus irmãos todo mundo comia muito bem aquilo. E aí ela fez aquela panela de peixe e... quando foi de noite tava eu, tinha meu irmão mais novo, geralmente o irmão mais velho tem que cuidar do mais novo, me chamando, chamando muito e era hora da gente comer, eu coloquei o prato de peixe, uns quatro peixe assim, comecei comer, aí atravessou um ferrão de peixe na minha garganta e lá na cidade não tinha médico, daí a minha mãe não conseguiu tirar aquele, porque ele é uma assim mais ou menos e que ele tem uma serra e não sai, você vai puxar ele gruda, né. Aí, eu passei a noite toda naquele jeito. No outro dia minha mãe saiu e foi pedir ajuda... Passei, com o ferrão do mandi na garganta. Daí quando foi o outro dia eu já tava assim inchada faltando o ar porque tinha tampado. Aí, me levaram na cidade vizinha e foi assim foi na hora, o medico pegou um aparelhinho lá, tirou assim, foi uma coisa rápida, né, pra eles pra nós era uma coisa difícil. (Vídeo – CD 2 – M2U00355.MPG).

Outra situação destacada pela líder diz respeito à sua dificuldade de falar em certos momentos, lembrando que era gaga desde a infância e que a mãe tomou à mão uma estratégia bastante popular, expondo-a ao susto como forma de curá-la de tal problema. Por outro lado, também apresenta um dado muito importante, uma vez que desde criança procurava reproduzir as atividades do pai, o qual a levava consigo para vender peixe, ressaltando que onde o pai estava também se fazia presente, revelando mais que uma proximidade familiar, pois, desde cedo essas formas de trabalho infantil emergiam, antes mesmo da primeira experiência de trabalho como babá, ou seja, manifestações concretas de trabalho infantil, provavelmente não entendidas assim pelo pai na época, mas, que trarão rebatimentos para toda a sua vida. De acordo com Carlita:

Mais ... uma coisa interessante de quando eu era pequena, eu não conseguia falar direito quando eu era pequena, eu era gaga ... Eu não falava. Carlita, que é o meu nome, eu não conseguia falar o meu nome. Eu era super gaga, assim, eu não falava nada quase. E... aí, eu falo pra minha

mãe: como a senhora curou? Ela fala assim, devia ser as técnicas, né, desse povo antigo. Ela fala assim: uma mulher falou pra mim que você tinha que levar um susto muito grande pra você soltar a voz, e que corria o risco de você levar esse susto, ou você fica muda ou você fala. Aí eu ainda brincava com ela, né, minha mãe ainda é viva. Brincava com ela: mãe, falei, mais a senhora, a senhora não tinha medo de eu ficar muda? Ela falou: oh! você já era quase... ela falava assim. Então, e daí ela disse que mandou eu ficar num canto da casa segurando uma pineira pra ela, mas a pineira era só pra me distraí, sabe. Aí ela veio com um balde de água fria, quietinha assim, e eu num canto da casa segurando a peneira que ela tinha mandado, ela tacou aquela água no meu rosto. Eu dei um grito. Soltei a voz. Nossa senhora! Deu certo mesmo?

Deu... Deu. Foi uma técnica que ela... Ela fala que eu não falava nada, e meu pai fazia eu falar pimenta, porque eu não falava, não saía do "pi", sabe. Nisso você tinha mais ou menos quantos anos?

Não, pequinininha.

Pequeninha e você lembra disso?

Eu lembro da pineira, é, sabe? Assim, do meu pai me levar pra _____ eu não lembro. Da pineira eu lembro, que acho que eu levei o susto, né? Então, isso foi uma coisa que às vezes... e quando eu fico muito brava, muito brava minha voz não sai. Aí eu lembro, ai meu Deus, que é isso, sabe? Ah... então essa foi uma coisa que... que eu assim de vez eu quando eu lembro, mas aí você já lembra assim com uma certa... com uma outra visão. Mas é... eu tive esse... né? Na família teve isso, sabe, então eu era a pessoa que... que eu falei pra você até, eu saía com o meu pai pra vender peixe, sabe? Tudo que o meu pai fazia eu tava atrás dele... []

Atualmente, não é ignorado por Carlita e nem pelo sindicato que os trabalhadores do corte de cana, que não tinham políticas de saúde de qualidade em suas regiões de origem, também recorrem à automedicação, como revelado em capítulo anterior, como estratégia de enfrentamento das câimbras, já que temem também pelo emprego, dado que para esse trabalho, são exigidas certas condições e não é por acaso que preferem os mais jovens, fortes e saudáveis para a execução de um trabalho extremamente penoso e desgastante.

As relações de antagonismo entre as classes se revelaram para Carlita desde muito cedo, manifestas em situações de preconceito, discriminação e relações de poder e de diferenças no acesso às condições dignas de vida e de igualdade de oportunidades.

As diferenças já apareciam nas vestimentas diferentes das outras crianças, na falta de merenda, nos pés descalços, levando a sofrer com as brincadeiras das outras crianças a respeito. De fato, o preconceito é materializado nas inúmeras roupagens da discriminação e atinge muitos segmentos da sociedade. No caso brasileiro, onde as diferenças de classes são expressas através de uma profunda desigualdade social, o preconceito ultrapassa, vai além do que se pode explicar como diferença de raça, etnia, gênero, orientação sexual. Ou seja, fica bastante

disseminada a intolerância em relação aos que são arrastados para a margem do sistema, aos que não são incluídos na repartição da riqueza socialmente gerada.

Na verdade da escola, Simone, eu tive alguns problemas, porque, porque assim... por questão de conforto mesmo eu ia descalça na escola, eu levava meu material num saquinho de plástico... é, eu tinha sempre que pedir caderno na secretaria porque minha mãe não dava conta de comprar... Não, ela era longe. Eu morava numa ponta da cidade e a escola era na outra, mas eu ia a pé. Eu... sabe... assim, minha mãe ia trabalhar, quando chegava naquela hora de eu ir pra escola, eu tomava banho catava meu saquinho e eu ia mesmo, não tinha quem me segurasse sabe? eu estudava porque eu gostava mesmo. E na escola também eu era muito boa aluna, quando chegava final do ano assim, geralmente eu passava sem prova, que era o que falava sabe assim, eu só sempre fui muito péssima em matemática, nossa! Mas nas outras matéria, né eu, eu sempre fui muito boa sabe? E assim... outra coisa que na escola eu era boa porque eles dava a merenda, né, assim, dava sopa sabe? E eu sempre comia bastante na escola, né, então isso me ajudava muito. E... dentro da sala de aula eu queria era estudar, eu queria era estudar... sabe? Uma vez eu arrumei uma coleguinha ela chamava Marta, ela tinha dois irmãos deficiente físico, e ela filha de um... de uma das famílias mais rica lá da cidade, e... e ela ficou minha amiga lá na escola, e... e ela me levava na casa dela sabe? E era engraçado que... Eu via o jeito deles vive com tanto conforto, tanto conforto sabe? Mas, eu pensava assim: meu Deus, engraçado, lá em casa nós num tem conforto nenhum, mas todo mundo pode andar... eu falava, todo mundo pode come o que a mãe dá, e aqui eles tem tanto tanto e os dois menino não pode andar, se entendeu? Então eu fazia uma... uma avaliação eu penso, de que... o que que o dinheiro resolvia eu... sabe? porque eles tinha tanto, mas os dois... irmão dela é... não podia usufruir daquilo, eles eram... tinha que da banho neles, eles viviam num... não era uma cadeira de rodas era um carrinho, sabe? E eles já eram grande. Então aquilo ali também me chamou muita atenção né? Só que essa menina, ela me deu calçado pra mim, ela me deu roupa, sabe? é... pra eu ir na escola. Depois que eu fiz amizade com ela eu não fui mais descalça na escola sabe? E nem com vestido de saco, né? E eu vejo assim, o que minha mãe fazia? Minha mãe ela fazia aqueles vestidos com... na mão, assim, costurando com a agulha. Ela cortava o saco e ela fazia aqueles vestido pra gente, sabe? (Vídeo – CD 1 – M2U00358.MPG).

Quando estava com nove anos ou pouco mais, Carlita vivenciou a primeira experiência de morar longe dos pais. Frente à falta de condições materiais de existência da família, é levada por uma mulher para o estado de São Paulo, onde permanecerá por nove meses, após sofrer novamente com o preconceito e a vitimação postas nesse caso e mais uma vez pelo trabalho infantil.

Sem dúvida, Carlita logo entenderia que os interesses são diferentes conforme as posições ocupadas socialmente e pelos jogos de forças colocadas pelos personagens em cena. Mesmo tendo que abandonar o sonho de estudar muito cedo, e tendo que se submeter a condições de trabalho com relações complexas, encontrou à sua forma mecanismos de enfrentamento, de desafiar essas relações de dominação. Assim reconta:

Quando eu era pequena, quase dez anos, apareceu uma senhora lá, que ela que precisava de uma menina pra trazer aqui pra Santos pra cuidar das duas filhas dela gêmeas, Palma e Regina chamavam as meninas dela, aí eu vim com ela, sabe, uma mulher ruim, mais ruim, mais ruim. Eu lembro que pra botar medo nela eu me trancava no banheiro, sabe, porque ela era ruim demais, então eu queria castigar ela, me trancava do banheiro pra ela ficar nervosa. E ela era uma mulher assim muito soberba, morava num apartamento lá em cima e ela mandava eu passear na calçada com as meninas dela. Aí um dia passou uma doméstica, assim, uma pessoa humilde, passou a mão na cabeça de uma menininha: “Olha que linda!” ela de lá de cima tocou o sininho, aí eu subi, né. Daí ela falou: “Deixa eu desinfetar a cabeça da menina com álcool”. Aquilo lá também me chamou a atenção. E aí eu trabalhei com ela lá uns nove meses. (Vídeo – CD 2 – M2U00355.MPG).

Na época, Carlita não tinha como manter contato com a família. E se por um lado tinha algumas coisas que a família não tinha condições de lhe oferecer, por outro, as relações de trabalho eram marcadamente conflituosas, de modo que, suas respostas foram sendo dadas a seu modo, ou seja, na forma da resistência, ainda que na linguagem simbólica de uma criança, que se escondia no banheiro como forma de oposição à tirania da patroa. Além disso, como a própria Carlita analisou, era uma criança cuidando de outras crianças, assustada também com as contradições à sua volta:

E você não tinha contato com sua família nesse tempo?

Não, não porque né... não tinha telefone, não tinha nada. Ela me deu bastante roupa, sabe, roupas usadas de parente dela, calçado. E aí depois de um ano eu falei pra ela: “A senhora me leva embora, se a senhora não me levar embora, eu vou sumir aqui nessa cidade”. Sabe. Daí eu comecei a fazer isso, entrar no banheiro me trancar para por medo nela, aí ela me levou embora.

No entanto, existem certas dimensões que não podem ser negligenciadas. Por mais complicada que fosse a vida em casa, era sempre a sua casa, não era a casa dos outros, um espaço do desconhecido. Gigante oferece alguns elementos de análise a esse respeito, dado que a casa tem um papel de identidade e de apoio, é o lugar de referência:

A casa fornece identidade à família relativamente à cidade – assim pertencemos a ela. É o lugar da relação familiar, dos primeiros passos, das primeiras noções. Quando se muda de residência, é a casa que fornece o ponto de referência para que se lembre de novos lugares e das novas relações. Ela é o grande apoio de memória que faz desencadear outras tantas lembranças, lembranças que vão além da casa e do período evocado, de maneira que, às vezes, fatos mais atuais ou anteriores a quando se morou “naquela casa”, “naquele bairro”, atravessam as lembranças do que é longínquo.¹⁴⁸

¹⁴⁸ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 141).

Após esse período de nove meses, Carlita retornou à Minas Gerais e assumiu outro trabalho como babá. Na época contava com aproximadamente dez anos de idade. A família estava morando na cidade e a mãe havia conseguido um emprego em uma creche e a irmã em uma estamperia, de modo que a família começava a melhorar sua situação no que se refere à alimentação. No entanto, a condição de Carlita no trabalho como babá é envolta de problemas, os quais podem ser considerados bastante complexos para uma criança de dez anos ter que resolver, descortinando mais um elemento perverso do trabalho infantil, a total desproteção e fragilização da criança submetida a essa situação.

Depois fui trabalhar com uma outra senhora, sobrinha dela... muito... *Lá em Santos?*

Não, lá em Minas. Muito irresponsável, muito... menina ela era sabe. Ela tinha dois filhos, Humberto e Alexandre, e eu gostava tanto dos meninos que eu falei assim: "Se um dia eu ficar moça, casar e tiver um filho vai chamar Humberto e Alexandre.". E eu coloquei o nome nos meus filhos, no meu primeiro, no mais velho nome de Humberto e no caçula Alexandre. E aí me marcava com essa mulher porque eu já passava fome lá com a minha família, né, já ia trabalhar em troca da comida, daí chegava lá essa mulher, não arrumava comida pra gente, eu não sabia arrumar. Ela era muito apaixonada no marido dela, então ela largava os dois molequinhos comigo, e nós sem o que comer e sabe... e era difícil... eu lembro...

E você ficava só durante o dia lá ou ficava direto?

Não, trabalhava só durante o dia, a tarde eu ia para casa. Aí eu lembro um dia... hoje eu vejo e falo: "Ai meu Deus!", foi Deus que cuidou desses meninos, porque assim, eu... um dia não tinha o que dar para os meninos comer e eu achei uma lata de doce de figo, abri o doce de figo, e como eles era criança, né, eu fiquei com medo de dar o pedaço do doce, daí o pedaço do doce eu comi e o caldo que era líquido eu pus na mamadeira pra dar pro menininho, e o menininho tinha nem... o menininho dela não tinha nem um ano, era nenê de colo ainda. Sabe, então teve algumas coisa que... assim, da minha infância que não foram boas, sabe. Uma vez a gente... já tinha... eu acredito que... eu não sei muito bem quantos anos que eu tinha, mas foi antes de eu ir trabalhar com essa mulher, eu tinha menos de dez anos. (Vídeo – CD 2 – M2U00355.MPG).

A vida na cidade era muito diferente daquela que a família vivia no campo e isso emerge na memória de Carlita. No campo, apesar de toda a precariedade e da distância de qualquer recurso, o pai tinha a possibilidade de garantir ao menos a subsistência através da pesca e da plantação. Na cidade, todos tinham que trabalhar, ou seja, vender a única coisa que possuíam: sua força de trabalho, o que, no entanto, não era suficiente para garantir condições dignas de existência para toda a família:

Meu pai morava numa fazenda, fazendo do Abílio, muito distante da cidade, distante de recurso de tudo, tudo, só que lá a gente tinha um certo conforto, porque nós tinha arroz, tinha feijão pra comer, né... É, lá na cidade a gente tinha que batalhar pra... lá de vez em quando nós tinha arroz e feijão, mas era muito difícil. Minha mãe trazia resto de trigo, sabe, trigo em grão, ela trazia da creche quando meu pai morava na cidade e minha mãe trabalhava na creche. Aí ela levava os filhos tudo com ela, almoçava lá, né. Tinha uma irmã minha que trabalhava na estamperia, que era uma fábrica de lata. Aí, minha mãe trazia esse trigo em grão e fazia como arroz para essa minha irmã comer. (Vídeo – CD 2 – M2U00355.MPG).

Essas reminiscências sobre a vida na cidade chamam a atenção para a necessidade de melhor apreensão dessa construção eminentemente humana: a cidade. De acordo com Gigante “há sons e silêncios pela da cidade”. Eles podem ser importantes bases da memória, dado que fazem parte da atmosfera vivenciada pelas pessoas. Em outras palavras:

Há os sons e silêncios da cidade; tornam-se grandes apoios de memória. O som dos trilhos, das serenatas, a conversa dos velhos, das mulheres, o silêncio dos velórios, músicas na praça, no rádio, e novelas radiofônicas deixaram nos idosos diversas lembranças, muito significativas, justamente porque constituíam o ambiente vivido no seio da família ou no círculo de amigos.¹⁴⁹

A cidade converteu-se no “lócus” do controle da vida no campo ao mesmo passo em que possibilitou que mudanças na reestruturação produtiva adentrassem os espaços rurais. O ritmo de urbanização é crescente também em razão da crescente taxa de trabalhadores rurais assalariados que passam a habitar as cidades, além daqueles que embora ainda residam no campo, mas trabalhando na cidade. Em realidade, o que especifica o conteúdo das cidades é as sempre mais intensas diferenciações quanto à divisão do trabalho em seus contornos. Por isso:

A ocupação do espaço dá-se também em razão da estrutura social, já que o próprio espaço é, em si, uma estrutura social. Isto quer dizer que a divisão do espaço ocorre em virtude das classes sociais e tal relação é indissociável. A pobreza ou a riqueza pode estar associada a ocupação espacial, na medida em que esta pode ocorrer de modo a favorecer a concentração de renda e, portanto, a desigualdade social, como também para ser facilitador da mobilidade ou imobilidade social, o que permite não apenas possibilidades de ascensão social, ou novas conquistas de trabalho

¹⁴⁹ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 128.

com melhores salários, como o acesso aos equipamentos urbanos necessários à sobrevivência.¹⁵⁰

A distância territorial torna-se, então, a expressão da distância políticas, contrariando o acesso e ampliação aos direitos e garantias sociais conquistados e construídos no decurso histórico, bem como o nível de consciência e mesmo a luta por novas bases societárias. Isso significa dizer que:

Apesar de ser o berço do capitalismo, a cidade, e mais especificamente a de grande e médio porte, não sintetiza em si a realização do sujeito social enquanto partícipe do processo que a engendra e realiza. Ela persiste como possibilidade de satisfação das necessidades econômicas, políticas e organizacionais do capital, não tendo entre seus elementos constituintes a primazia dos interesses de seus cidadãos, isto é, parece não dar importância ao fato de que um grande contingente populacional viva em condições de subalternidade e pobreza, aquém de todo o progresso para o qual de alguma forma colaborou para que se tornasse realidade, todavia, permanece no imaginário social como o espaço da realização pessoal sob diversos aspectos, como a “Nova Jerusalém”.¹⁵¹

Em outras palavras, a cidade é a manifestação de um espaço essencialmente contraditório e multifacetado, mas, sem avaria de seu elemento agregador.

É nela, que ao chegar, muitos perceberão um estranhamento, uma idiosincrasia entre fantasia e realidade. Em seus limites nem sempre há disponibilidade de espaço, em sentido amplo, para todos. Suas ruas, suas residências, seus equipamentos, seu “progresso”, suas facilidades e mesmo sua beleza não estão abertos e acessíveis a todos. Seus interesses não se identificam com os da coletividade, mas com a satisfação individual, desde que esta esteja de acordo com a lógica de mercado dominante. Essa primazia em atender antes à esfera econômica em detrimento da social, inerente à lógica do sistema, é fator importante para que, tanto em regiões mais desenvolvidas como nas mais “atrasadas”, uma imensa camada de pessoas não seja incluída no acesso aos mínimos sociais. Desse processo, muitos vão sendo arrastados para a periferia, não apenas em termos espaciais como também sociais.¹⁵²

Destarte, a memória atua no sentido de visualizar a cidade¹⁵³ como uma “extensão de si mesmos”, embora não se reduza a isso. Os ambientes urbanos

¹⁵⁰ Schumpeter, 1970, p. 17 apud BORDONAL, Simone Albieri. **A favela Nova-Simioni: mito e realidade**. 2005. 179 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005. p. 76.

¹⁵¹ BORDONAL, op. cit., p. 83.

¹⁵² Schumpeter, 1970, p. 17 apud BORDONAL, loc. cit.

¹⁵³ A concentração dos meios produtivos é seguida, então pela aglomeração populacional. O “tecido urbano” se amplia e destrói todos os resquícios do modo agrário e é por isso que relaciona aquela denominação ao “conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p.17).

foram submetidos a diferentes papéis de acordo com a época e com as necessidades da produção e reprodução sociais.¹⁵⁴ Vale dizer, “[...] a cidade é um produto; ao mesmo tempo, agente de transformação.”¹⁵⁵ Para Gigante:

No caso das sociedades modernas, foi o processo de industrialização que se constituiu no principal agente das transformações sociais, e a cidade foi (continua sendo) indispensável tanto para ampliá-lo quanto para reproduzi-lo. Desde então, são reestruturações produtivas, governadas pela lógica das respostas aos conflitos sociais, que animam alterações na sociedade e na cidade. A cidade, também agente, imprime certas diferenciações e inclusões em redes que envolvem várias cidades, todas envolvidas em relações que vão além do país, diferenciações estas nutridas por uma dinâmica de mão dupla, e por isso específica de cada cidade. Em outras palavras, a questão é identificar como a cidade se apropriou de uma dinâmica mais geral num primeiro momento e que tipos de demandas a mesma requisitou da rede geral num segundo momento. Posteriormente vai deixando de haver “primeiro” e “segundo” momentos, pois as dinâmicas se realimentam continuamente.¹⁵⁶

Outra categoria de análise extremamente presente em toda a trajetória de vida de Carlita é a violência, enquanto fenômeno multifacetado e disseminado por todos os poros do tecido social. A líder sindical vivenciou a violência sob diversas formas e roupagens, o que aponta para a necessidade teórica de maior aproximação desse fenômeno.

Vale lembrar que essas vivências e fenômenos presentes na trajetória de vida da líder sindical e de inúmeros outros trabalhadores e trabalhadoras interagem na conformação da violência e de suas manifestações e orientam o seu entendimento, dado que a violência excede os limites da segurança pública, das questões criminais. Ela está presente e disseminada pelas diferentes esferas da vida social, e assume conotações relacionadas diretamente com a ordem capitalista vigente, de modo inerente. Portanto, é impossível discuti-la sem a consideração dos jogos de forças sociais, das alterações no mundo da produção e no papel do Estado, dentre outros, de um lado, e das peculiaridades nacionais e locais, de outro.¹⁵⁷

¹⁵⁴ “[...] a cidade moderna não é apenas produto da ação humana sobre a natureza, mas fruto e condição do modo de produção historicamente desenvolvido, ou seja, é expressão da moderna sociedade capitalista”. (BORDONAL, Simone Albieri. **A favela Nova-Simioni: mito e realidade**. 2005. 179 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005. p. 73).

¹⁵⁵ RAMOS, 2000, p. 5 apud: ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁵⁶ GIGANTE, Marcos Antônio. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. p. 131.

¹⁵⁷ Essas discussões sobre a violência no Brasil foram materializadas também em: BORDONAL, Simone Albieri. Breves discussões sobre a violência no cenário brasileiro. **Intervenção Social**, Lisboa, n. 35, p. 175-186, 2009.

No caso do Brasil, mormente, é possível afirmar que ainda permanecem fortes traços de tradicionalismo, clientelismo, favoritismo e patrimonialismo, pautando as relações sociais. Essas especificidades brasileiras ajudam a entender certos posicionamentos e visões de mundo a respeito da violência, principalmente, no que se refere a criminalização da pobreza e às idéias de limpeza social tão ocorrentes no país, onde tanto a violência urbana como a chamada violência estrutural, alcançam índices cada vez maiores, mas sem que seja dada a estas questões a devida atenção. As diferenças tornam-se uma questão de ordem interna, fruto das estratégias de poder da classe dominante, presente desde o período agrário e permanente mesmo após as mudanças políticas, administrativas, financeiras e institucionais.

Arantes¹⁵⁸ discute um processo que denomina “brasilianização da sociedade”, caracterizada justamente pela separação das raças por classes, pela horizontalidade das lutas de classes, gerando hostilidade entre os grupos de base ao invés de uma revolta contra o “topo”, pela extraterritorialidade das camadas superiores e o seu empenho em vencer os laços políticos legais, o “desaburguesamento” da classe média e “reproletarização” do operariado industrial, enfim, um estado tão profundo de desigualdade, capaz de dividir a sociedade em duas partes, em que uma se desobriga de qualquer responsabilidade e a outra grita, “sufocada e sem alento”, devido à crescente exploração. Além disso, ocorreria uma espécie de hierarquia de comando: a plutocracia internacionalizada que toma as decisões, seguida dos “manipuladores simbólicos”, intelectuais que executam as decisões de forma mais “amortecedora”¹⁵⁹. Seguindo essa lógica, a mediatização¹⁶⁰ trataria de despolitizar

¹⁵⁸ ARANTES, Paulo Eduardo. Fratura Brasileira do mundo. In: FIORI, José Luís et. al. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹⁵⁹ Essa visão parece não contrastar com o que Gramsci diz: “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.” (GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.p. 3).

¹⁶⁰ Uma discussão mais aprofundada a respeito do papel da mídia foge aos limites deste texto. Não resta dúvida que a mídia possui uma tendência marcadamente maniqueísta e é preciso não tomar esse mesmo caminho ao fazer as análises sobre ela, até porque seria um tanto ingênuo esperar ou acreditar que num contexto dominado pela lógica de mercado, que a mídia, ou melhor, a grande e lucrativa empresa midiática, não “dançasse conforme a música” dos interesses do capital. Mas, ao invés de se travar uma luta do bem contra o mal, é preciso ler criticamente sua ação na sociedade, permeada de contradições, isto é, ao mesmo tempo que veicula informações, cultura e entretenimento, traz embutido ou estampado ideologias, mas não é possível determinar que ela tenha o poder de “controlar” a opinião e a criticidade de todos.

as crises, as tensões e os assombrosos estados de violência, e onde o próprio Estado criaria também uma conotação positiva a esse paradoxo de violência e solidariedade.

A sociedade brasileira conserva, sob novas roupagens, um misto de relações pautadas pelos traços do mandonismo, do favoritismo e do patrimonialismo, misturando modernidade e tradicionalismo, numa verdadeira invasão do público pelo privado, com o antigo engodo de que é “preciso fazer o bolo crescer para depois dividir” (conforme apregoado pelo por Delfim Neto, quando era ministro do Planejamento no governo de Figueiredo na década de 1980) e do sonho da “grande nação que pode dar certo”. Aqui, as idéias de que as problemáticas sociais são apenas “falhas”, “desvios”, que a qualquer momento desaparecerão, sem que maiores rupturas e transformações precisem acontecer “criam raízes e dão frutos”:

A sociedade brasileira é violenta, autoritária, vertical, hierárquica e oligárquica, polarizada entre a carência absoluta e o privilégio absoluto. No Brasil há bloqueios e resistências à instituição dos direitos econômicos, sociais e culturais. Os meios de comunicação de massa e os setores oligárquicos nos fazem crer que a sociedade brasileira é ordeira acolhedora, pacífica, e que a violência é um momento acidental, um surto, uma epidemia, um acidente, algo temporário que, se bem tratado, desaparece. E que pode ser combatido por meio da repressão policial. Mas, na verdade, a violência é o modo de ser da sociedade brasileira.¹⁶¹

Constata-se que o Brasil convive de fato com a violência estrutural¹⁶², a qual freqüentemente é naturalizada, transmutada sob diversas outras denominações, adiada para o segundo plano dos assuntos parlamentares e governamentais, tratada como questão de polícia, como “lixo social” a ser varrido. Não é, portanto, ao acaso a confusão entre pobreza e violência, materializada na criminalização do pobre, por um lado, e do negro¹⁶³, de outro, presentes desde as origens do país. Também não

¹⁶¹ CHAUI apud GOUVÊA, Graça. **Congresso interamericano, em Brasília** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Simonebordonal @ig.com.br. em set. 2006. p. 1

¹⁶² Em relação a essa questão é preciso lembrar que: “A teoria marxista [...] implica na idéia de que, de um lado, não há história autônoma da economia, do pensamento, da religião, etc..., mas também que, por outro lado, não há, se olharmos o conjunto da história, primazia que se repita de *direito e necessariamente* para este ou aquele setor particular da vida social. Este, repetimos,, constitui sempre uma *totalidade estruturada*, com a reserva, contudo, de que o tipo preciso de cada estrutura particular varia mais ou menos depressa no decorrer do tempo.” (GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 110).

¹⁶³ Concepções como estas podem ser encontradas em diferentes obras da literatura brasileira. Alberto da Costa e Silva, faz um apanhado geral de algumas das idéias presentes em autores conhecidos, como Sívio Romero e Oliveira Viana, que mais tarde se retrataria, manifestadas na apologia do branqueamento, como aspiração de “melhorar a raça”. (MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Senac, 2000. p. 21).

é por acaso que os prognósticos de “limpeza social”, para os que não se “enquadravam” nos moldes do sistema, sempre encontraram acolhida entre as elites, sem deixarem de ser disseminados por amplos setores da sociedade brasileira, cuja fama de alegre, acolhedora e livre de preconceitos gera a ilusão de que não há conflitos de classes¹⁶⁴:

[...] as classes populares carregam o estigma da suspeita, da culpa e da incriminação permanente. A sociedade brasileira é uma sociedade em que a classe dominante exorciza o horror às contradições, promovendo a ideologia da união nacional a qualquer preço. Se recusa a trabalhar os conflitos, porque eles negam a idéia mítica da boa sociedade pacífica e ordeira.¹⁶⁵

Em uma realidade permeada por contradições dessa forma tipificadas, as leis quando não são antiquadas e petrificadas, são fluídas demais, de modo a facilitar a transgressão e a impunidade, como é o caso das próprias leis relativas à criminalidade, por exemplo, que malgrado as atuais modificações, em geral, abrandando as penas, inclusive para os chamados crimes hediondos, sem contar o clima de impunidade corrente no Congresso Nacional, deixando claro que a lei nunca é “igual para todos”. Some-se ainda, e o pior, a não efetivação dos direitos garantidos em lei, que na prática são constantemente violados, sem que haja punição para estas violações, uma vez que:

[...] as leis são armas para preservar privilégios, jamais tendo definido direitos possíveis para todos. [...] Em vez de figurarem um pólo público de poder e regulação dos conflitos as leis aparecem como inúteis e inócuas, feitas para serem transgredidas e não transformadas. Uma situação violenta é transformada num traço positivo quando a transgressão é elogiada como um “jeitinho brasileiro”.¹⁶⁶

Por essas e outras razões é que a violência não pode ser analisada de modo autônomo e descolado dos processos históricos nos quais ela se insere, materializando-se de diversas formas e conteúdos, tornando-se mais aguda na medida em que transbordam e se aprofundam as contradições próprias de uma sociedade marcada pela extrema desigualdade social, por estruturas sociais

¹⁶⁴ “A fúria da violência tem algo a ver com a destruição do “outro”, “diferente”, “estranho”, com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais.” (IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 168).

¹⁶⁵ CHAUI apud GOUVÊA, Graça. **Congresso interamericano, em Brasília** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Simonebordonal @ig.com.br. em set. 2006. p. 1.

¹⁶⁶ GOUVÊA, op. cit., 2006.

conservadoras e ambíguas, sem prejuízo da busca pelo progresso (para poucos), pela curta experiência democrática e por opções econômicas predatórias e “anti-sociais”. A violência é um fenômeno marcadamente histórico, de múltiplas faces e sem uma causa única, cujas manifestações se materializam de diversas formas por todo o tecido social, e que tem alcançado outros patamares, assumindo novas roupagens, muitas vezes difíceis de serem desveladas e compreendidas De acordo com Bordonal:

Frente a todos esses aspectos, fica claro que uma abordagem orientada apenas por uma visão política da questão torna-se insuficiente, uma vez que o ser social não é caracterizado somente por sua *action politique*. Também não é possível reduzir o fenômeno da violência aos problemas de polícia, ao acreditar que somente as possíveis alterações no código de leis penais ou medidas paliativas de segurança pública seriam a solução, embora se reconheça que possa haver a necessidade de revisão das leis e ações nesses âmbitos. Percebe-se o quanto é redutivo afirmar que apenas as reformas no aparato policial e no Judiciário solucionariam as questões relativas à violência, quando, na realidade, torna-se cada vez mais imprescindível uma transformação social, que, certamente, passa pela reafirmação dos direitos, mas que não se resume apenas a isso, mas envolve a construção de novas bases societárias. É um tanto limitado acreditar que somente práticas locais levariam à revolução, de um lado, ou que a violência poderia ser a força motriz da revolução, de outro. Somente a partir da busca de se desvelar esses processos por inteiro. Esse desafio não pertence obviamente apenas aos profissionais do Serviço Social, mas estes também são impelidos pela própria realidade a trabalharem essas questões, aproveitando ao máximo todos os espaços existentes para a ação e criando outros, a partir da emulação dos esforços coletivos, das lutas de resistência contra as barbáries dessa ordem societária, discutindo e questionando junto com a população usuária os diferentes aspectos dos processos em decurso na sociedade, descobrindo o que se encontra por “detrás dos bastidores” da vida social. Entretanto, para esse caminho não existem receitas prontas já de antemão, mas, um repensar coletivo a respeito das problemáticas tangentes à sociedade, pode-se revelar uma boa forma de se começar a trilhar por outros rumos, dos quais a violência, de forma geral, não faça parte.¹⁶⁷

A análise sobre as questões relacionadas à violência doméstica e ao alcoolismo foge aos objetivos desse trabalho, entretanto, sabe-se que aquela se apresenta fortemente atrelada ao que se pode denominar violência estrutural, vinculada ao próprio sistema capitalista, traduzida nas mais diversas formas de ausência do Estado na garantia de direitos, bem como na falta de acesso às políticas públicas e sociais, além da não participação na riqueza socialmente gerada. Sem dúvida que uma não justifica a outra, mas, sem equívoco estão sempre interligadas, da mesma forma como problemas ligados ao uso de drogas e álcool

¹⁶⁷ BORDONAL, Simone Albieri. Breves discussões sobre a violência no cenário brasileiro. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 35, p. 184, 2009.

afetam inúmeros trabalhadores do campo, sobretudo os cortadores de cana, dado que se trata de um dos trabalhos com as condições mais precárias e desumanas, sugadoras das potencialidades desse segmento de classe. De acordo com Saffioti:

O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995). Há numerosas evidências nesta direção. Por esta razão, formula-se a hipótese, baseada em dados parciais, de que a violência doméstica aumenta em função do desemprego. Todos os estudiosos de violência urbana sabem o quão difícil, se não impossível, é descobrir associações entre este fenômeno, de um lado, e desigualdade, pauperização, desemprego, de outro. A violência doméstica constitui um caso especial. O papel de provedor das necessidades materiais da família é, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade. Perdido este *status*, o homem se sente atingido em sua própria virilidade, assistindo à subversão da hierarquia doméstica. Talvez seja esta sua mais importante experiência de impotência. A impotência sexual, muitas vezes, constitui apenas um pormenor deste profundo sentimento de impotência, que destrona o homem de sua posição mais importante.¹⁶⁸

A própria Carlita se lembra de ter presenciado situações assim em sua infância e adolescência, mas, que sabe ler com o olhar crítico de quem entende que as condições estruturais estavam intrincadas com essas vivências. Assim, relembra:

E meu pai, infelizmente ele ainda era viciado na pinga, então ele bebia era aquele senhor que eu não acuso ele não, mas eu acredito que pela consequência da vida que ele levava ele se embriagava muito, ai ele ficava nervoso ai ele batia muito na minha, na minha mãe, ele batia nos filhos, ele era assim totalmente nervoso mesmo, né. E a gente teve uma infância assim de muito medo, muita miséria, muita falta de tudo né, falta de lazer, falta de educação, falta de alimentação, falta de remédio, e tanto é que eu assim, eu sou muito voltada para remédio caseiro acho que por conta do que eu vivi e eu via assim muitas técnicas que a minha mãe tinha com as plantas medicinais né, eu passei, até quando eu casei eu adotei esse método, né, sempre pra mim tudo é remédio caseiro, remédio caseiro, remédio caseiro, mas o que a gente tinha de recurso era esse. E eu lembro assim uma vez eu já era grandinha, eu devia ter acho que uns oito anos mais ou menos, a minha mãe, meu pai pegou assim bastante peixe e aquele peixe, fala mandí, e ele vendia na rua e ele levava eu para ajudar ele vender o peixe, sabe. Então, ele batia palma nas casas, aí ele oferecia o peixe, a pessoa aceitava comprar e eu enchia o prato, era por prato que vendia, mas aí uma coisa que me chamou muita atenção que mesmo pequena eu me lembro que meu pai pegava o dinheiro, mas ele não ia comprar alimentos pra nós, ele ficava no bar bebendo sabe, pra mim que ajudava ele comprava doce, bala, ficava ali, né. E aí nessa época teve um

¹⁶⁸ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Brasil urgente). p. 84.

dia, muitas vezes minha mãe tinha que fazer só aquele peixe com puro sal, sem óleo sem tempero e era aquilo mesmo que nós tínhamos para comer. (Vídeo – CD 2 – M2U00355.MPG).

Mesmo com as experiências vividas por Carlita envolvendo os conflitos enfrentados pela família, foi possível não perder de vista a dimensão da ternura, o que remete à afirmação de Guevara: “Há que se endurecer sem perder a ternura”. De fato, mesmo com as durezas de uma vida sofrida, o caminho da não aceitação do que está posto continuou sendo percorrido, trazendo em sua memória as marcas e as lembranças de um passado sofrido, os quais lhe dão a bagagem para ser a mulher, mãe, esposa, trabalhadora e voz de outros tantos trabalhadores. É com essas reminiscências que Carlita remonta sua trajetória, permeada por momentos de sofrimento em contraposição ao afeto que era capaz de manter vivo em meio à violência:

E foi uma luta assim constante, eu vendo minha mãe apanhar muito do meu pai. Eu lembro de um dia minha mãe teve que... e eu amava demais meu pai, o que mais me causou dor foi isso, porque eu amava muito ele. Minha mãe Maria Batista e ele João Marques. E aí teve um dia que minha mãe teve que mandar prender ele porque ele tava muito violento sabe, muito mesmo. Aí ele chegou assim, tava minha mãe minha avó, minha mãe tinha um cabelo comprido que ele não deixava ela cortar, e ele... soltaram... o pessoal da cadeia solto ele porque não tinha de que acusar, ele só tava bêbado brigando, não tinha matado nem batido em ninguém. Aí ele chegou pegou minha mãe pelo cabelo, enrolou o cabelo dela no braço e saiu arrastando assim ela dentro da casa. E eu via toda aquela situação. Uma outra vez também ele começou a bater nela e aí ela saiu correndo foi pra casa do meu avô que morava um quarteirão pra frente, eu sai correndo atrás dela e eu pergunte assim: Mãe, pra onde a senhora vai? Ela disse: Eu vou pro inferno, volta pro seu pai. Eu era criança né, voltei. Esse meu pai me pegou com aquela ira que ele tava, mas ele me bateu tanto, mas ele me bateu tanto. Aí me tiraram lá de dentro da casa assim largada. Eu era pequena, mas ele me bateu porque, era minha mãe que ele queria bater, ela mandou eu voltar eu obedeci voltei e ele me bateu. Aí na casa do meu avô tinha uma escada alta assim, aí cataram eu lá dentro levaram e deitaram naquela escada, mas juntou uma multidão. Eu tava assim sem sentido mais eu não conseguia falar nem nada porque eu tinha... ele tinha me batido muito, muito, muito. E aí ele... quando eu ouvi bem fundo assim ó: “O João Domingo, que era o apelido dele, O João Domingo matou a filha dele”, sabe. Mas ele tacou um cabo de um reio que era dele lidar com animal, com as vacas quando ele trabalhava com o gado ele tinha, e quando ele parava de trabalhar com o gado ele guardava. Ele, ele guardava essa... esse instrumento de lidar com o gado ele guardava e na verdade ele utilizava para bater em nós sabe, e aí ele pegou o cabo daquela jibóia, que assim chamava o reio dele e tacou no meu olho e aí meu olho cobriu todinho de sangue. Eu fiquei toda cheia de hematoma porque ele me bateu muito, mas eu nunca tive raiva do meu pai sabe. Única coisa que eu gostava muito era de estudar sabe, eu gostava mesmo nossa... assim, eu não era aquela menina que o pai e a mãe precisava falar: Vai pra escola. (Vídeo – CD 2 – M2U00355.MPG).

De fato, o próprio cotidiano se considerado sob o escopo de uma realidade marcadamente violenta como a brasileira é envolvido e dissolvido em vivências que se traduzem em manifestações de violência, tais como o trabalho infantil, a precariedade das condições de trabalho, a realidade do “não-direito”¹⁶⁹ e assim por diante, ainda que muitas vezes essas manifestações apareçam um pouco mais suavizadas quando mescladas por experiências de proximidade, convívio e afeto. Essas formas de manifestação da violência aparecem nos relatos de Carlita, inclusive quando analisa sua infância como tendo sido de fato “horrível”, pois, ela era sinônima da privação, do não-ser criança, da discriminação, da fome:

Sabe, então teve assim... da minha infância eu posso dizer pra você que ela foi horrível. Nós não tivemos infância. É... eu nunca tive uma boneca, eu nunca soube o que foi um bolo de aniversário, eu nunca soube o que foi um presente de natal, assim não só eu, eu e meus irmãos. Sabe minha infância foi horrível, horrível, horrível. E assim... Eu lembro que uma vez meu irmão tava doente porque queria comer feijão e minha mãe tava com uma dor terrível de cabeça porque ela precisava tomar café e num tinha e né. Ela precisava tomar nem que fosse um pouquinho pra não dar dor de cabeça e num tinha, eu trabalhava pra essa mãe da Taisa né, eu cheguei em casa eu vi aquilo, eu era menininha, eu voltei e fui lá nessa minha patroa e falei com ela: “Dona Darlei, na minha casa tá precisando de algumas coisas... a senhora não me arranja um dinheiro pra mim sabe... sei que a senhora e aí ela me deu... assim ela me deu com muito prazer aquele dinheiro...eu lembro era uma nota, né, tinha o número cinco e ela era roxinha eu nem sei falar o tipo de dinheiro que era, aí eu saí e fui no armazém, eu, sabe, comprei o café, o feijão, comprei outras coisas e levei pra minha mãe, sabe. Então, às vezes eu falo assim: “Meu Deus! Como que o sofrimento amadurece as pessoas.” Faz eles queimar etapas né. Eu já tinha queimado a minha infância. (CD 2 – M2U00356.MPG).

¹⁶⁹ “[...] por um lado, a cidadania é encarada como uma esfera em expansão na qual novos direitos vêm somar-se a um conjunto crescente de outros direitos. Por outro lado, existe a idéia de que o exercício dos direitos de cidadania nunca pode ser garantido e é freqüentemente precário [...] O que se observa é que nossa história foi constituída negando o reconhecimento do individuo como cidadão. Os fatos, os acontecimentos, as relações estabelecidas em nossa sociedade mais demonstram fragilidade de nossa cidadania do que reforçam a idéia da cidadania em expansão em que novos direitos vêm somar-se a um conjunto crescente de outros direitos”. (HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural : Ed. UFES, 1995. p. 32-36).

5.3 Adolescência – juventude: condições materiais de vida e novos desafios para a vida da família

Em meados da década de 1970, com a mudança da família para o estado de São Paulo, ocorreram algumas mudanças na vida de Carlita. Naquele momento, a líder sindical adentrava no período denominado por muitos como pré-adolescência. Contudo, apesar de melhorias importantes no que diz respeito às condições materiais de existência da família, as concretizações das categorias anteriormente elencadas subsistiram, o que conduz a uma leitura mais aproximada de outras categorias que, embora presentes em toda a infância, se adensam em sua juventude, adentrando na idade adulta. Trata-se de situações relacionadas ao fenômeno da migração, de um lado, e de questões de gênero de outro.

A migração é sempre um fenômeno que envolve inúmeras contradições. Sair de casa como estratégia de enfrentamento da pobreza, à procura do sonho de uma vida melhor, é um caminho percorrido por muitos trabalhadores, que ainda muito jovens têm que deixar sua família e sua terra natal como estratégia de sobrevivência. Esse vem sendo um caminho percorrido por inúmeros trabalhadores ao longo dos últimos tempos, movidos pela necessidade de conseguir melhores condições de vida, as quais se relacionam diretamente com o espaço ocupado tanto socialmente quanto geograficamente, pois, sabe-se que o capital acaba por estimular e produzir o desenvolvimento desigual entre as diferentes regiões e, por conseguinte por produzir e reproduzir desigualdades do bojo do tecido social, ou seja, há um forte traço de exclusão relacionado com a questão da territorialidade do capital, o qual escolhe e discrimina aqueles que poderão ou não “usufruir” de sua presença.

Nota-se que a decisão de “mudar”, de ir em direção a outros espaços do território não pode se entendido como uma simples opção. A migração não é um fenômeno submetido às análises isoladas e restritivas, ao contrário depende da abordagem de elementos de “expulsão” e “atração” contextuais, determinantes na decisão de “mudar”, o que acontece na medida em que o que move as pessoas a se mudarem está intimamente ligado às condições oferecidas pelas novas localidades

em termos sociais, políticos, culturais e econômicos.¹⁷⁰ Ademais, os processos migratórios podem estar vinculados às diferenças interpostas entre os meios urbano e rural, somados à introdução de novas tecnologias no campo, contrastando com os atrativos industriais e dos serviços na cidade, nesse caso relacionado ao êxodo rural. Entretanto,

[...] as cidades não estavam preparadas e nem esperavam pela acentuação do fluxo migratório em seus contornos, o que foi motivo de preocupação para moradores fixos e para instituições legitimadas socialmente. Esse impacto entre migrantes e não migrantes influenciou profundamente para que se instalasse um clima de preconceito, destacado por Pereira como sendo moral (PEREIRA, 2001, p. 30), para com os migrantes.¹⁷¹

O que ocorre é que esses fluxos migratórios são aderentes da lógica do capital de matiz neoliberal, ávido de mão-de-obra disponível, tanto para o motor capitalista, para a garantia da manutenção de exército de reserva, como à disposição, com submissão às condições de trabalho tal como estão postas se quiserem sobreviver.

Ou seja, a migração diz respeito antes de tudo a situação de pessoas arrancadas de suas raízes e que chegam para as novas paragens com a esperança de conquistar uma nova terra, um novo espaço com melhores condições de vida. Sentimentos que se misturam ao medo e à insegurança de lidar com o novo, com as situações de precariedade, e o desafio de construir novos laços, de criar raízes em algum lugar, em geral tão diferente do seu chão de origem. Certamente, é um jogo de símbolos e linguagens em constante movimento de interação e conflito, em que tais indivíduos são levados a perceberem que os sonhos não são tão próximos à realidade quanto pareciam ser.¹⁷²

Na realidade brasileira, as opções que se mostram aos que se tornam migrantes não são muito favoráveis, nem tampouco justas. Ao contrário, vários elementos atuam no sentido de tornar a migração um “problema social”, uma vez que aquela se liga, no mais das vezes, à pobreza, como uma questão estrutural, em que quanto maior o índice de pobreza, maior também a escala das migrações no país.¹⁷³

¹⁷⁰ PEREIRA: 2001, p.21 apud BORDONAL, Simone Albieri. **A favela Nova-Simioni: mito e realidade.** 2005. 179 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005. p. 87-90.

¹⁷¹ Ibid., p. 88.

¹⁷² BORDONAL, op. cit., p. 96.

¹⁷³ Ibid.

E se Carlita pensava em sair de Minas como forma de proteção contra um “caminho ruim” e se a família conseguiu atender algumas necessidades, por outro lado, outros perigos colocavam em risco a saúde. No sítio, a brincadeira acontecia no meio das plantações, onde sem noção dos riscos, Carlita e os irmãos brincavam com agrotóxico:

Aí depois mudei no novo. E quando nós viemos morar neste sitio a gente fazia plantação de vagem, pepino, tomate, nós plantamos bastante lá com eles. Mas, daí é interessante, quando a gente tá plantando passava veneno, í tem o meu irmão, ele pegava, tem aquela bomba, né? Eles ligavam o motor colocava ali e ele tinha que ir com a borracha pra lá e pra cá sulfatando, que falava, os pé de planta assim, porque eles são estaqueado, né, então, fica alto o pé de tomate fica alto, o pé de vage. E nós, olha bem, nós éramos criança ainda eu posso dizê, eu tinha uns treze anos, o outro irmão meu mais novo mais ou menos assim, acho que uns onze anos, a outra deiz, e aí já tinha a Celina, que era uma outra filha que a minha mãe teve. E meu irmão ia passando pra lá a gente ia correndo e ficava na... na ponta da rua e falava pra ele: faz chuvinha? Do veneno... aí ele voltava cá mangueira nós ia correndo do lado de lá: faz chuvinha? Olha que? Que é Deus que protegia mesmo né? Hoje eu lembro assim... Eu apavoro, né?! Meu Deus! Mas nós fazíamos isso... sabe? Chuvinha do veneno... que a gente não tinha noção, né? Não conhecia isso, não sabia o que que era. E eu ajudei meu pai a trabalhar na lavoura, não sabia trabalhá na roça, ia de mini saia pa roça, que era mocinha, né? Ia de mini saia. Até que levou aí uns oito meses pras japonesas ensinar pra mim que tinha que por calça comprida, chapéu, sabe? As japonesas ensinavam...

Você trabalhavam no plantio e na colheita?

Na colheita. É nós trabalhava na formação da lavoura, então era deis da muda, que a gente formava, até ela produzi, até a colheita, né? O meu pai começou a ganhar um dinheiro, aí depois meu pai, aqui... mudamos de lá desse lugar, meu pai achou que num tava muito bom, num tava ganhando, tal. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

O relato de Carlita remonta também a mudança de comportamento do pai a partir do momento em que a situação da família, no que diz respeito às condições materiais de existência, se modificou. Agora, os pais já não se desentendiam tanto e a convivência se tornara mais tranqüila:

Nessa época o relacionamento com a sua mãe já era mais tranqüilo?

Já. Ele ainda brigava, mais já não era tanto tinha melhorado, num sei se era pelo fato dos filhos já tarem grande, o que que era, mas tinha... né?

E seus irmãos? Assim chegava a se opor a ele? A se revoltar?

Não. Não podia. Ninguém podia fazer nada. Aí meu pai também, ele começou ficar mais... trabalhando mais junto com a gente, com a família, ele começou também a ficar um pouco mais familiarizado vamos dizer assim, né? Aí mudamos pra esse japoneis aqui no saltinho. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

A família de Carlita era grande, mas, a precariedade era maior e não deixava espaço para o desenvolvimento e autonomia de seus membros. A líder sindical ainda revive momentos de dor e sofrimento, de desproteção e vulnerabilidade, os quais vivenciaria ainda por muitas vezes ao longo de sua trajetória de vida, mas, reascende a memória como possibilidade para muitas outras “Carlitas” que vivenciam situações semelhantes, fazendo ecoar que a luta deve ser travada e que há a necessidade de posicionamentos cotidianos frente às injustiças e à violência presentes na configuração das estruturas sociais no país no decorrer de sua história e presentes até os dias atuais.

Essa é também uma dimensão da esfera da cotidianidade. Na medida em que todos são, ao mesmo tempo, humano-particular e humano-genérico, as ações de todos são permeadas por essas duas dimensões, ou seja, a particular e a genérica. Essa visão é fundamental no entendimento dessas relações articuladas num cenário marcadamente desumano e perverso. É na socialização de sua particularidade que o homem fortalece sua constituição enquanto ser social. Heller assim destaca:

Com efeito, a individualidade humana não é simplesmente uma ‘singularidade’. Todo homem é singular, individual-particular, e, **ao mesmo tempo**, ente humano-genérico. Sua atividade é, sempre e simultaneamente, individual-particular e humano-genérica. [...] Em sua atividade social global, o homem está sempre em ‘movimento’ entre sua particularidade e sua elevação ao genericamente humano... O homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu Eu, em que transforma conscientemente os objetivos e aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares de si mesmo e em que, desse modo, ‘socializa’ sua particularidade.¹⁷⁴

Muitas vezes o homem enquanto trabalhador não possui essa consciência dita “teórica” de sua posição. No entanto, o movimento da realidade muitas vezes faz com que as contradições sentidas “na pele” sejam analisadas de outra forma, agora não mais ingênua e desprovidas de crítica, ainda que de forma incipiente. Por isso:

Também enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, nas sempre a integração (tribo, demos,

¹⁷⁴ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.80, grifo da autora).

estamento, classe, nação, humanidade)_ bem como, freqüentemente, várias integrações_ cuja parte consciente é o homem e na qual se forma ua 'consciência de nós'.¹⁷⁵

As relações de poder também foram se materializando no cotidiano da família. Envolvidos pelos rebatimentos da pobreza e escassez, associados a questões relacionadas com a violência doméstica¹⁷⁶, ficavam todos subsumidos a um contexto que se ampliava e aprofundava no sentido da fragilidade das relações sociais num cenário de avanço do capital monopolista na época e de posicionamento das elites brasileiras na busca de garantia de seu *status quo*. Essas ambigüidades vivenciadas num cotidiano permeado por relações de violência trazem à tona questões tangentes a uma dimensão específica da violência, enquanto fenômeno contraditório e multifacetado, ou seja, a violência doméstica, a qual remete sempre à categoria gênero e por extensão à violência de gênero, categoria da qual é preciso se aproximar para o prosseguimento desse trabalho, assim como da condição da mulher na sociedade e os mecanismos de proteção que vêm sendo conquistados através de muita luta ao longo da história.

Para Saffioti¹⁷⁷, a categoria *gênero não pode ser entendida apenas como uma categoria analítica, pois, é ao mesmo tempo uma categoria histórica*, de modo que sua “*dimensão adjetiva exige, sim, uma inflexão do pensamento*”, e que precisam se fazer presentes nos estudos sobre a mulher. De acordo com a autora:

Cabe lembrar, aqui, que *diferente* faz par com *idêntico*. Já *igualdade* faz par com *desigualdade*, e são conceitos políticos (SAFFIOTI, 1997a). Assim, as práticas sociais de mulheres podem ser diferentes das de homens da mesma maneira que, biologicamente, elas são diferentes deles. Isto não significa que os dois tipos de diferenças pertençam à mesma instância. A experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente da dos homens exatamente porque, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também em termos de qualidade, a participação de umas é distinta da de outros. Costuma-se atribuir estas diferenças de história às desigualdades, e estas desempenham importante papel nesta questão. Sem dúvida, por exemplo, a marginalização das mulheres de certos postos de trabalho e de centros de poder cavou profundo fosso entre suas experiências e as dos

¹⁷⁵ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.80, grifo da autora). p. 21.

¹⁷⁶ De acordo com Saffioti: “A expressão violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, não tão raramente, também de violência de *gênero*. Esta, teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto à de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de *patriarcado*, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.” (SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Brasil urgente). p. 44).

¹⁷⁷ Ibid., p. 111.

homens. É importante frisar a natureza qualitativa deste hiato. Trata-se mesmo da necessidade de um salto de qualidade para pôr as mulheres no mesmo patamar que os homens, não esquecendo, porém, de humanizar os homens. Certamente, este não seria o resultado caso as duas categorias de sexo fossem apenas deferentes, mas não desiguais.

Na verdade, de acordo com Saffioti, além da dominação da mulher pelo homem, outros elementos interagem para a estruturação da sociedade brasileira, tais como as dimensões étnicas e financeiras:

[...] embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem.¹⁷⁸

Saffioti¹⁷⁹ ressalta que todos nascem “machos e fêmeas”, porém, será através da educação e da “socialização”, comunicada pelos pais e educadores, que os seres humanos começarão a compreender e a vivenciar os papéis do gênero homem e mulher, de modo que trata de uma questão que envolve dimensões da educação e mesmo da imposição social de papéis, através dos quais os seres humanos se constituem meninos e meninas para depois finalmente se tornarem homens e mulheres. Nesse sentido, a educação familiar, religiosa e institucional se incumbirá de traçar os papéis a serem exercidos, porém, historicamente, à mulher sempre foi dada uma atuação secundária, submissa, subalterna e dominada pelo poder do macho, relações essas aprendidas e reproduzidas desde a infância.

A diferenciação sexual, por assim dizer, influencia na determinação da hierarquia que o homem irá exercer sobre a mulher, dado que ao contrário da divisão existente na natureza animal em macho e fêmea, a espécie humana é resultado de imposições sociais, responsáveis pela transformação em feminino e masculino.¹⁸⁰ Por outro lado, a violência contra a mulher no Brasil é uma manifestação da questão social, materializada sob diversas roupagens no cotidiano da sociedade.

Todo esse emaranhado de situações e vivências que em geral circuncida os cotidianos permeados por relações de violência carregam de forma contundente um forte traço ideológico. Sem dúvida, a ideologia presente na sociedade, estruturada e

¹⁷⁸ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. p. 16.

¹⁷⁹ Ibid., p. 10.

¹⁸⁰ Ibid., p. 14.

moldada a partir da lógica da classe dominante, a qual imprime modelos a partir dos quais o restante da sociedade deve se pautar assume um papel importante no projeto de dominação burguesa. De acordo com Saffioti:

*A ideologia constitui um relevante elemento de reificação, de alienação, de coisificação. Também constitui uma poderosa tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987), assim como “cinema, discursos institucionais, epistemologias e práticas críticas” (p.IX), estas últimas entendidas como as mais amplas práticas sociais e culturais. A alienação, em sua acepção de cisão, é alimentada pelas tecnologias de gênero, aí inclusas as ideologias. É muito útil a concepção de sujeito, de Lauretis, pois ele é constituído em gênero, em raça/etnia, em classe social; não se trata de um sujeito unificado, mas múltiplo; “não tão dividido quanto questionador”. Importa reter na memória que não apenas as ideologias atuam sobre os agentes sociais subjugados, mas também outras múltiplas tecnologias sociais do gênero, de raça/etnia e de classe social. Não obstante a força e a eficácia política de todas as tecnologias sociais, especialmente as de gênero, e, em seu seio, das ideologias de gênero, a violência ainda é necessária para manter o status quo. Isto não significa adesão ao uso da violência, mas uma dolorosa constatação.*¹⁸¹

Por outro lado, é preciso ressaltar que a violência contra a mulher se caracteriza como uma das principais formas de violação dos direitos humanos. A história da humanidade é permeada por situações e ideologias capazes de colocar a mulher em condição de subordinação ao homem, nas mais diversas esferas da vida social. Tal condição de subalternidade e dominação perpassou momentos da história em que lhe foi abstraído o direito à personalidade e à cidadania em termos amplos e mesmo em termos mais restritos.

A líder sindical conta que tinha outros dois irmãos mais jovens, Marisa e Cássio, sendo que ao todo eram cinco irmãos, os quais, assim como ela, procuram ajudar o pai no trabalho no campo, no período anterior à mudança para cidade, embora fosse um trabalho descaradamente não pago. Devido à distância de outros recursos necessários para a vida da família, muitas vezes o pai tinha que ir até a cidade para comprar alguma coisa. Em uma dessas ocasiões, o pai retorna embriagado para casa, o que, segundo a líder, não era raro de acontecer, uma vez que aquele era uma pessoa alcoolista. A mãe de Carlita, já cansada de tantos momentos permeados de violência, reagiu como que arrebatada pelo desespero de uma vida inteira de sofrimento, pela consciência do “mal” a que todos estavam sendo subsumidos, ou seja, por vislumbrar naquela situação a desumanidade, a

¹⁸¹ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. p. 15. (grifo do autor).

atrocidade de um ciclo que se reproduzia dia-a-dia e para o qual não via saída, pois, todos eram impelidos pelo mesmo movimento reprodutivo da dor, da incerteza pelo dia seguinte, pela miséria dessa desumanidade na qual mergulha a todos o sistema social vigente, inclusive responsabilizando o indivíduo e o culpabilizando por sua situação e também pelo sua doença/ vício, não raro entendidos como mera escolha individual:

E aí a minha mãe num determinado dia, e nós tinha que assim, ajudar a tocar gado no pasto com meu pai. Meu pai ia cortar capim pras vaca a gente tinha que ajudar a ele a carregar, só que quem ganhava por aquilo era só meu pai, nós não ganhava nada, né. Aí, um dia de noite meu pai foi pra cidade fazer compra, comprá comida... e meu pai começou a demorá, demorá, e a gente já ficava nervoso, mesmo criança mas já ficava né, minha mãe nervosa, a gente também. Minha mãe pegou uma lata de vinte litros e colocou no fogão pra ferver água, né, porque eles tomava banho de bacia então fervia a água pra tirar pro banho. E minha mãe deixou aquela lata de água fervendo lá. Meu pai chegou bêbado e começou a brigar com a minha mãe, briga, briga, briga, briga. Não sei o que aconteceu com a minha mãe, ela ficou tomada de uma ira de uma coisa do mal, não sei explicar até hoje, mas a cena não saiu também da minha mente. A minha mãe pegou aquela lata de água fervendo e jogou em cima dela e do meu pai. Daí eu vi a pele dos dois descendo assim junto com a água. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

A situação vivenciada por Carlita se aproximava da miséria, outra manifestação de violência. A fome, a privação, a extrema dificuldade para garantir o próprio direito de viver, uma vez que distantes de todas as conquistas que o “progresso” já havia delineado. No entanto, aparece o reconhecimento de que não foi vencida. Ao contrário, se fortaleceu na luta. O rosto vivaz, o olhar experiente, profundo, mas, ao mesmo tempo terno e crítico, as palavras amadurecidas pela vivência de uma luta travada desde a infância, revelam a líder que assim se fez e se faz no processo, na marcha pela emancipação política e humana da classe a que pertence e que tem consciência e orgulho de pertencer:

Uma outra vez também na cidade, minha mãe e meu pai brigando, brigando, brigando. Meu pai tinha chegado da cidade, pela primeira vez na vida, na nossa vida, o meu pai tinha comprado uma melancia, e todos nós queríamos comer a melancia, aí os dois começaram a brigar, daí a pouco meu pai catou aquela melancia e jogou nas costas da minha mãe, a melancia bateu nas costas da minha mãe, minha mãe caiu pra lá e a melancia caiu assim e esparramou tudo. Eu lembro da cena porque meus irmão começaram a catar os pedaços de melancia pra comer. E eu olhava aquilo lá, mas eu não tinha coragem de pegar para comer, porque eu queria comer a melancia, mas não queria comer daquele jeito, se entendeu? Então eu passei muitos anos, era só eu ver uma melancia vinha a imagem sabe. É... era muita... muita pobreza sabe, demais assim, muito sofrimento. E... só

que isso pra mim por um lado foi bom porque... ele... o fato de eu passar por tudo isso, assim, me fez ser uma pessoa diferente, eu quis estudar um pouquinho mais, eu quis estudar até onde eu consegui, pra falar a verdade foi isso, né. Na verdade, foi isso. Isso me ajudou assim... a batalhar mais pra ter uma condição de vida melhor, cê entendeu. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG)

As relações de gênero envolvidas pelo conflito eram visualizadas por Carlita como a “personificação do mal”, encarado justamente pelo desespero de não ver saída para o intenso sofrimento vivenciado e do qual por um instante a mãe se dá conta, reagindo da maneira como se apossou dessa constatação, ou seja, de modo absolutamente fragilizado e dolorido, sem lógica e sem perdão, ou seja, não há como resignar-se para sempre ao sofrimento de uma vida de violências. Não havia como entender naquele momento a complexidade dessa gama de relações entrelaçadas pela predominância da pobreza e da negação. São momentos que “não dá para esquecer”. Ficarão gravados na memória da menina por toda a sua vida. E prossegue:

E... aí eu não sei o que que deu nela, ela ficou... ela ria, ria, ria, ria muito, sabe, sei lá eu acho que era o mal. Meu pai, não. Meu pai saiu pela rua, pela rua... pela pastagem que tinha lá gritando de dor balançando o braço, balançando o braço. Aí meu irmão mais velho foi lá no pasto, pegou um cavalo, arriou a charrete, pois o meu pai queimado, a minha mãe queimada, tinha uma irmã minha que tava com pneumonia, a caçula, colocou todos nós na charrete fechamo a casa e viemos daquela fazenda, que era distante até na cidade na casa do pai, do meu pai, pra ficar lá na casa dele e levar, quer dizer, as crianças era nós mesmo né, pra ficar lá na casa dele e meu avô levar eles para o hospital. Às vezes, eu olho para a minha mãe, sabe, porque ficou uma cicatriz muito feia nos dois, muito, muito feia. Aí eu olho assim e vejo, sabe aquela marca, cozinhou tudo eles assim. Essa foi uma situação que assim... não dá para esquecer, não dá.

E você viu a cena inteira? Você estava lá, né?

Eu tava, tava. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

Carlita cresceu rápido demais, porém, não sem levar consigo suas experiências, por mais doloridas que fossem. A criança que presenciava cenas de conflito e violência desde logo aprendeu a não se submeter, mas, a resistir e a mostrar que é preciso fazê-lo à pena de sucumbir a uma espécie de movimento cíclico que muitas vezes se repete e se reproduz no cotidiano das classes subalternizadas. A líder sindical aprendeu a resistência mesmo nas esferas da vida privada.

Com a mudança para São Paulo outras vivências começaram a ser construídas a partir também da convivência com outras realidades e condições de

vida mais tranquilas. Na nova paragem, a jovem também construiu laços de amizade que lhe permitem até mesmo recordar-se dos nomes de suas amigas, companheiras das brincadeiras e as paqueras.

Lá era assim sistema de colônia ou era só a família de vocês?

Colônia, colônia. Tinha várias casas, né, e eu fiz amizade com umas japonesas, a Helena e a Tereza, aí começamos a sair junto, saia junto pra arrumar namoradinho daqui, sabe. A noite tinha uma carreta quebrada, aí a gente ia tudo nessa carreta, sentava, ficava ali até tarde, até tarde entre aspás, né, até nove horas por aí conversando, mas, pra nós era até tarde conversando. E a gente é... passamos um bom período da nossa vida ali só que...

É, é, era o que a gente tinha também, sentar naquela carreta e ficar ali conversando. Depois a Helena, a japonesa, ela ganhou um radinho do pai dela e ela levava o radinho a pilha, e nós ficavam lá nessa carreta. Eu, Helena, Tereza, o meu irmão João Carlos, o Toninho, a Conceição, sabe era um... ficava ali batendo papo, mas tudo nas vistas dos olhos deles, minha mãe saia e olhava, a mãe dela saia e olhava, tinha, ficava bem a vista deles.

Certo. Sua mãe trabalhava na roça também com vocês, né?

Também na roça, também na roça. Minha mãe teve um casal de gêmeos lá...

Nessa fazenda?

Não lá na primeira fazenda.

Na primeira.

Onde a gente trabalhou... onde eu conheci esse cara que eu casei com ele.

Essa outra fazenda, então, era de outro japonês, não era do mesmo japonês com quem você casou?

Não. Era de outro... Eu casei com o dono do primeiro sítio que eu vim aqui pra... que eu vim de Minas para cá, né. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

Apesar da melhora nas condições de vida e de relacionamento na família, Carlita se casou muito cedo, não retomando, assim, o antigo sonho de estudar, uma vez que havia interrompido os estudos ainda em Minas Gerais por volta dos nove anos de idade, quando estava na 4ª série, conforme mencionado em momento anterior. A líder relembra que namoraram durante cerca de um ano até o casamento, sendo que no início desconhecia que o namorado era o dono da fazenda:

Na verdade, na verdade, eu namorei com ele um ano e pouco sabe, e assim, ele fica muito em cima, muito... sabe.

Ele era dono da fazenda?

É ele e o irmão dele. Só que eu não sabia que ele era o dono, né. Eu achava que ele era... quem dominava era o irmão dele, o mais velho, né, depois que eu casei com ele que eu soube que ele era o dono. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

O casamento aconteceu em 1975, aos dezesseis anos de idade, quando a família já tinha migrado para São Paulo. O marido era de descendência asiática e segundo conta um dos motivos de seu interesse pelo rapaz era o fato de este ter estudado. O casamento foi desfeito algum tempo depois, entretanto, naquele momento esse passo também assumia uma conotação de possibilidade de mudança e emancipação, o que, como a própria Carlita contará mais tarde, não se realizou de fato. Mesmo casada, a vida de muito trabalho não foi modificada:

Aí eu me casei eu tinha dezessete anos.
Adolescente.
Novinha de tudo, mais acho que foi mais uma fuga, sabe.

Você quando foi pra essa fazenda você não continuou estudando?
Não.

Você parou lá em Minas?
Quando eu vim de Minas eu parei.

Parou em que série lá em Minas?
Acho que na quarta série. Eu terminei a quarta série, naquela época você tinha diploma, né... Eu tirei o diploma na quarta série e aí parou, e aí num estudei mais. E aí nós mudamos pra cá, prum sítio aqui perto, perto de Cosmópolis. E ali a gente ficou bastante tempo também, só que um período eu fiquei solteira, eu ajudava muito o meu pai, sabe, porque assim, eu gostava muito de trabalhar e na roça eu gostava muito de trabalhá, então eu trabalhava muito. Aí, depois que terminava o dia, o pessoal encerrava as atividades eu ainda ia formá horta de legumes verdura assim... (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

Por outro lado, a opção pelo casamento tão cedo, o encantamento por alguém que tinha realizado seu sonho de estudar, revelava as cicatrizes deixadas por sua caminhada até ali. O casamento também significaria a possibilidade de construção de uma nova vida, de uma nova família. De outra feita, a vida em outro Estado não seria fácil, contudo, agora pelo menos teriam condições melhores de alimentação, não passariam mais fome e outras necessidades até então sem respostas poderiam ser atendidas. A valorização da importância do alimento na vida de Carlita, como ela mesma reconhece encontra suas raízes nos diversos momentos de falta e da constatação de que se trata de uma necessidade humana fundamental de subsistência e, claro, de reprodução da força de trabalho, se analisada sob a ótica do capital, necessidade essa que em momento algum deveria ficar sem correspondência, o que, infelizmente, não acontece na realidade, sobretudo quando se considera que mesmo com todo o progresso e avanço tecnológico no mundo,

ainda é possível deparar com a realidade de milhares de pessoas que passaram e passam fome, que ainda morrem de fome:

E aos quase treze anos eu saí de Minas e viemos aqui pro estado de São Paulo, e aí lá em Minas eu acho que eu já estava indo prum caminho ruim. Porque... é... você via o pai fazendo aquilo, você num tinha conforto nenhum, aí eu já tava começando a fumá, e pra uma menina era um caminho já ruim, né? Aí nós viemos aqui pro estado de São Paulo. E hoje trabalhando no sindicato eu vejo assim, meu Deus olha lá trás o que a gente fazia. Nós viemos trabalhá no sítio de um japoneis, no qual eu até casei com ele, porque ele não tinha pai né, era ele e o irmão dele que tocavam o sítio, e ele era dez anos mais velho que eu, mas... eu... assim ele era um cara muito bom pra mim, conversava bastante comigo, falava, ele era estudante, estudava na... na Unicamp sabe, era técnico em eletrônica. Era isso mesmo? Acho que era, eu sei que ele fazia um curso aí, e cuidava da lavoura. E nós viemos pra cá pra trabalha com a lavoura. E aí, interessante né? A primeira coisa que os patrões deram, que no caso eram eles, fizeram um adiantamento da parceria pro meu pai, pro meu pai faze compra. Aí meu pai comprou carne, macarrão, massa de tomate, arroz, feijão, é... comprou bolacha pra nós, que a gente nunca tinha visto isso, ele compro bastante coisa de comer, sabe. Tanto é... Simone, eu sou uma pessoa que eu, que eu valorizo muito o alimento muito mesmo, porque? Eu não tive, você entendeu? Então quando a minha família está desperdiçando, me vem: nossa olha aí, e eu não tive ali né? E eu morei nessa fazenda, nesse sitio lá três anos. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

O adiantamento para a compra da comida trazia o significado da mudança, da possibilidade de não passar mais fome, da esperança de uma vida melhor, sem tanta privação a partir de então, e que por isso se tornara um momento de alegria pela satisfação de uma necessidade básica e vital, a qual será sempre valorizada depois de tanto tempo em que ela lhe fora negligenciada. Quem passou fome sabe muito provavelmente o valor, a importância da alimentação em sua vida:

Então, assim, comida pra mim, por eu ter passado muita fome, comida pra mim é sagrado. Simone eu não me importo com calçado, eu não me importo com roupa, assim... eu não gosto de me ver assim.... toda produzida, eu não gosto, isso pra mim não tem valor, não tem... carro do ano, coisas... não tem valor. O valor pra mim é o ser humano, é a pessoa, é a pessoa estar bem, é você poder tá com uma pessoa assim e saber que ele está bem, porque não adianta nada eu chegar aqui toda produzida: oi eu sou a Carlita presidente do sindicato. Que que é isso? Nada... é nada diante do que você vê lá na roça. É nada diante do suor, da dor, do sofrimento. Eu... eu penso assim que, por exemplo, quanto trabalhador não vai pra roça sem o que comer? Eu um dia, eu já fui, um dia eu já fui sem ter o que comer pra roça. Então eu procuro mostrar pra esse filho meu esses valores, principalmente o da alimentação. Aí assim... horário de almoço tem que tá tudo certinho. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

Algum tempo depois do casamento, todos foram para outro sítio, onde o marido de Carlita trabalhava como administrador e o pai na condição de meeiro. Na

época, a líder estava grávida de seu primeiro filho e por isso não estava na condição de empregada. Por outro lado, alguns problemas surgiram a partir da proximidade do marido com o patrão, o qual o levava para locais de prostituição, situação com a qual não poderia compactuar, mesmo que o rompimento pudesse colocar em risco sua própria condição de vida, uma vez que junto com o marido já tinham conseguido começar a estruturar e organizar sua própria casa:

Até deu uma confusão muito grande porque, eu casei com ele, aí nós fomos embora daqui dessa, desse outro sítio em setenta... setenta e cinco. Aí esse meu marido ele foi ser administrador de fazenda. E... lá em Aguariuna nós trabalhamos durante... Durante uns dois anos, dois anos... meu pai e minha mãe também foram, só que eles foram de meiero do homem e eu e ele fomos de empregado. Ele empregado, eu não trabalhava, eu não tava trabalhando, que... na quando a gente mudou pra lá eu já tava grávida, né, então eu não trabalhei, trabalhei assim muito pouquinho, mas mais pra ajudar ele mesmo e... Aí lá nessa fazenda nós ficamos uns dois anos. E... e assim, aí começou a não dar certo as coisas, porque.. Porque o meu patrão, ele começou a levar o meu marido para casa de prostituição, sabe, era um outro japonês. E assim, começou prejudicar minha vida, né. Meu marido, ele tinha montado uma casa assim com móveis bom, sabe, tinha dado uma boa organizada. Já começou não dá certo. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

O primeiro filho de Carlita nasceu durante o primeiro casamento, em 1977. A separação ocorreu após três anos, em 1977. Esse também foi um momento difícil na vida da líder, uma vez que a decisão pela separação estava fortemente atrelada a um esforço de não reproduzir o posicionamento da mãe, de modo que não se deixar dominar pela violência, mesmo em face da existência do afeto pelo outro, ao contrário, por entender que a mulher não deve se submeter ao homem, numa relação de dominação, o que a leva a reagir de modo extremo para mostrar ao companheiro seu direito de ser mulher, de ser livre face ao não direito daquele de usar de sua força para subjugar-la:

Só que também fez eu entender assim que a mulher, a mulher não deveria se submeter ao homem na forma que a minha mãe submetia. Porque na verdade ela não levava só a vida dela ela levava a nossa junto, cê entendeu. Então a minha mãe. Uma vez, isso já foi aqui no estado de São Paulo, aí meu pai brigou com ela também, tava uma tempestade uma tempestade muito forte, tava chovendo granizo, e minha mãe tirou todos nós no meio daquela chuva, saiu correndo com a gente, as pedras caindo, criança caindo, sabe. Então assim, eu achava que minha mãe não devia ter se submetido àquela... àquela vida sabe, aquela vida. E eu pensava comigo: “Em troca de que minha mãe faz isso?” Cê entendeu, em troca de ficar com um homem que ela gosta? Eu pensava assim, né. Isso também me ajudou sabe, me ajudou até romper no casamento quando o casamento não deu certo. A primeira vez, depois que eu casei, que meu marido tentou bater em mim, eu lembrei do que minha mãe passou com meu pai e eu dei

uma surra nele, eu dei uma surra nele, sabe, bati tanto. Falei assim pra ele: “Isso é pra você nunca mais pensar em bater em mim”. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

Outra situação contribuiu para a desconstrução do casamento e que Carlita associa ao fato de que o esposo era administrador e o pai estava na condição de meeiro. Isso porque a líder descobriu que os trabalhadores locais estavam sendo lesados pelo proprietário e resolveu denunciar:

Outra coisa que não dava certo era que meu marido era administrador e meu pai era meeiro na fazenda, e aí, e eu descobri que o patrão roubava os trabalhadores, então roubava meu pai também, né? Não ia fazer pra um e pra outro não, né. E... aí eu fiz meu marido ir embora de lá. Nós saímos de lá e viemos... de lá nós saímos e viemos trabalhar em outra fazenda. Aonde meu pai era meeiro e... e o meu marido era administrador. Aí nessa fazenda foi pior porque o que que eu descobri lá? Eu descobri que a pessoa vendia a... vende a verdura, vem dois comprovantes. Não, vem um comprovante. Então, eu vendo a minha verdura pelo preço de cinquenta reais a caixa de tomate, aí o patrão, que tem o controle da fatura real, faz uma outra fatura, e essa fatura ela, a caixa no preço real custou cinquenta, mas o patrão vai pegar cinquenta por cento já de imediato ele fala que ela custou vinte e cinco, então eu não recebo essa fatura, eu recebo essa. E aí, mais aí eu já tava mais velha, mais amadurecida, sabe. E esse homem montou um escritório pra eu trabalhar. Eu era uma moça assim, eu era casada na verdade, mas eu era muito bonita, sabe, tinha um corpo perfeito, muito bonita e despertou o interesse desse cara. E aí ele me colocou no escritório pra eu trabalhar, ajudar meu marido. E aí, foi aí que eu descobri da fatura, aí um dia eu falei: eu vou denunciar esse cara, sabe. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

O posicionamento contra a exploração do patrão, somado às estratégias de enfrentamento utilizadas não ficariam sem conseqüências. Muitas pessoas, alienadas do sentido do trabalho e de sua configuração na sociedade capitalista, não entenderiam e não apoiariam tomadas de posição que resultassem no comprometimento de sua estabilidade. De fato, não se trata de uma decisão fácil. Ela certamente demanda coragem, resistência, postura combativa, cujo fulcro é a convicção de que não é possível compactuar com essa lógica à custa do sofrimento de outras pessoas.

Daí chamei o... assim eu passei a arrumar as coisa dele, sabe. Tinha uma família lá e ela era muito grande e ele tinha um estoque muito grande de arroz, sabe, daí eu pegava uns balde enchia de arroz e levava pro povo lá. Porque o povo trabalhava pra ele, mas ele não pagava corretamente e o povo passava até fome, cê entendeu? E eu não ia ficar na minha casa, comendo, bebendo, sabendo que ele fazia isso e não fazia nada. Aí eu passe a tirar arroz dele, roubava mesmo, e de noite dava para os meeiro dele, dava arroz para todo mundo. Mas mesmo assim eu não agüentei, isso não ia resolver tá? Eu ia ficar pegando arroz dele até quando. Aí um dia eu

decidi contar para todo mundo que ele roubava todo mundo. Conteí, conteí, assumi que era eu e pode me mandar embora porque eu aqui não trabalho mais. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

Essas situações que levariam a líder desde logo a um posicionamento não apenas a favor de sua classe social, mas, da justiça e da verdade, revelando que não seria capaz de compactuar com os jogos que lesionassem os interesses daqueles que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver:

Você falou para todo mundo na frente dele também?

Falei, falei, falei para os meieiro dele e falei pra ele: pra você eu não trabalho mais. Aí deu um rompimento entre eu e meu marido...

Porque aí meu marido achou que eu fiz errado, achou que eu prejudiquei a vida dele, sabe, que eu fiz ele perdê um belo de um emprego, e foi por aí afora, né? Deu uma discórdia muito grande.

Frente ao posicionamento de Carlita, o casal mudou-se para outra fazenda, onde o marido começou a trabalhar como fiscal na lavoura de cana-de-açúcar. Nesse momento, fica evidente ao tornar-se manifesta a arrogância daquele, descortinando a incorporação de uma nova forma de ser a partir das mudanças nas relações de trabalho, situação incompatível com a visão de homem e de mundo construídas por Carlita até então, a partir da qual reconhece que nunca foi proprietária de qualquer coisa e que não o queria ser, muito menos à custa da exploração do trabalho alheio e da corrupção nas relações de trabalho:

E... aí eu mudei de lá dessa fazenda, mudei dessa fazenda e fui para uma fazenda que tinha cana aqui no Conchal. A fazenda Bombassa. Só que aí, lá eu não trabalhava. Aí ele começou a trabalhar nessa fazenda de fiscal de cana. Só que ele era assim muito arrogante, sabe, aí eu comecei a conhecer quem era ele. E também eu me envolvi com outra pessoa, sabe. Só que aí eu cheguei pra ele e falei: Nosso casamento parou aqui, não quero mais saber de você, sabe, você compactua com as coisas erradas e eu não, sabe, você sempre teve e eu nunca tive nada, e eu não quero ter nada. A única coisa que eu não vou fazer com você, sabe, coisa que eu sei que tá prejudicando a vida dos outros. E assim, virou um tumulto minha vida.

Nossa Carlita você se posicionou nesse momento heim?

Foi, é. Aí ele... vivemos juntos mais um tempo, mas assim já separado, sabe, junto na mesma casa, mas cada um dormia num canto. Me envolvi com um rapaz, por sorte... (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

O fim do casamento a princípio não significou um afastamento total, uma vez que continuaram vivendo sob o mesmo teto, dado a dificuldade em revelar ao

restante da família o rompimento, mesmo com o início de outro relacionamento, uma vez que o pai de Carlita gostava muito do genro e seria um modo de poupá-lo.

Não, eu não tinha mais nada com ele e falei pra ele, porque assim, se tem uma coisa que eu não gosto muito é de ficar, sabe? Assim com esse joguinho, com esse... É, é, gosto gosto, que que, pra mim é mais ou menos assim. Na minha vida foi assim, né, então não tive outra escolha de fazer diferente. E aí nós... morei mais uns... acho que uns três anos nessa fazenda, onde ele era fiscal, aí depois eu vim embora, de lá aqui pra Cosmópolis, de volta, né... eu, ele e meus filho... Eu não tinha o meu caçula, né. Aí, vivi com ele mais uns três meses aqui, aí teve um dia que eu falei pra ele: vai embora, vai embora, não dá, sabe, esse negócio de viver na mesma casa. Porque ele gostava muito do meu pai e meu pai gostava muito dele, então, assim, ele não queria que meu pai descobrisse que a gente tava separado. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

Entretanto, Carlita não se submeteria a essa situação de ter que conviver com o ex-marido sob o mesmo teto por muito tempo. Sua personalidade forte e decidida, associada ao amadurecimento que a faria visualizar a situação de vida pessoal de outra forma, contribuiriam para a tomada de decisão, a qual, novamente, não foi fácil e muito menos sem conseqüência.

Com o fim do primeiro casamento, a família mudou-se para outra fazenda, administrada por outro japonês, onde tiveram a oportunidade de plantar em regime de economia familiar. Com isso, as condições de vida melhoraram um pouco mais e puderam pela primeira vez ter experiências até então desconhecidas dadas a condição de pobreza da família. Ou seja, apesar de todo o sofrimento, sobretudo na infância, muitas experiências positivas foram vivenciadas junto à sua família, principalmente quando as condições de existência começam a melhorar. Carlita se lembra até mesmo do colchão, da cama, do sofá, a mesa com quatro cadeiras. Memórias de coisas concretas cujo fulcro remete às trajetórias de inúmeras vidas que deixam seu chão, sua terra natal, em busca de sobrevivência, pois, lá isso já estava se tornando cada vez mais difícil. Plantar sua própria colheita, ter sua própria casa, seus móveis tem um significado de realização e autonomia, impossíveis até então.

Que era pra nossa casa, sabe. Plantava, plantava beterraba, cenora, couve flor, repolho, couve, plantava muita coisa, plantava assim, que... na verdade, tinha família daqui de Cosmópolis que ia pra lá busca verdura que a gente plantava. Eu dava um _____, aí eu tinha pra dá eu dava um _____. E este japoneis que a gente trabalhava com ele, ele era muito honesto pra pagá. Aí meu pai começou ganhá um bom dinheiro, sabe,

assim o meu pai comprou cama pra gente, meu pai comprou um sofá, meu pai comprou uma mesa com quatro cadeiras e...

Antes vocês não tinham isso na casa de vocês?

Nada. Nada. Era assim, era o colchão, mas meu pai fazia aquelas cama, chamada cama de tarimba... Finca o pau assim no chão, aí amarrava... é, finca o pau no chão, amarrava outro pau assim nela, amarrava o outro assim, pregava ela, amarrava assim, né, aí aqui ele colocava uns bambu e você colocava o colchão em cima... Então não tinha mesmo. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

A partir das condições materiais de existência é possível reviver, reconstruir a vida e atender às necessidades básicas, impossível em momentos anteriores, tornando possíveis momentos de festa e de intensa alegria pelo acesso a condições concretas de vida, algo que parecia distante da realidade durante a vida em Minas Gerais:

Aí depois nós, quando meu pai comprou a primeira televisão na minha casa, foi a maior festa, ninguém nem dormia, todo mundo queria assistir televisão, sabe. E... e nós já comíamos melhor, já tinha mais comida, sabe. E o japoneis que a gente trabalhava era muito honesto. Então o que a gente trabalhava, o que dava ele pagava pra gente mesmo, sabe. Aí começou dar uma condição de vida melhor pra gente. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

Por outro lado, após a separação em 1980 e o início de outro relacionamento trouxeram outros rebatimentos para a vida de Carlita. Esta conheceu o segundo companheiro em 1981, ano do nascimento do segundo filho. No ano seguinte, 1982, nasce o terceiro filho. Segundo Carlita, o companheiro, embora de boa aparência, não trabalhava, de modo que quando percebeu aquilo que considera como um não ser trabalhador decidiu terminar a segunda união. Contudo, passou a enfrentar muitas dificuldades, sobretudo para cuidar dos filhos, um momento sofrido, quando a fome e a precariedade, somados à preocupação com os filhos, levaram-na ao trabalho na lavoura, primeiro de algodão, depois da laranja e por fim da cana-de-açúcar, quando travará outras batalhas, as quais serão tratadas mais adiante. Por ora, o relato de Carlita é figurativo da mulher que assume sozinha o papel de cuidado dos três filhos e de manutenção da subsistência:

Ah, não não, vai embora, vai cuidar da sua vida, que eu vou cuidar da minha. Aí eu comecei a pastar de novo. Aí eu comecei... ai meu Deus do céu, aí que eu sofri mesmo, porque aí eu fiquei com as criança, é... numa casinha onde pagava aluguel, não tinha salário não tinha nada. E infelizmente é falta de juízo também, esse cara que eu vivi com ele não era um cara que assim, trabalhador que, sabe, era um cara meio preguiçoso, mas ele era bonito, era isso, era aquilo, era a cara desse filho meu que veio aqui, alto... É o Alexandre. Aí eu me envolvi com ele, me ferrei assim que...

nossa! Aí eu decidi: vou trabalhar, vou trabalhar no algodão. Nossa! Passei o dia inteiro pra colher um saco de algodão, não prestava pra colher algodão de jeito nenhum, pra colher algodão eu morria de fome. Aí depois eu fui colher laranja, aí meu Deus do céu, um desastre, sabe. É... aí depois... falaram pra mim que aqui, que aqui o que dominava era o serviço de cana. Daí eu falei: vou trabalhar no corte da cana sabe. Daí todo mundo: aí você não vai agüentar, você isso... eu disse: vou, vou trabalhar no corte da cana. Aí fui lá, fiz a ficha no dia dezesseis de janeiro de oitenta e três eu comecei a trabalhar na cana.

Relações de diferenciação aparecerão em diversas etapas da vida da líder sindical, o que traz à tona a manifestação de outra categoria, relacionada mais uma vez às experiências de violência e à questão de gênero, as quais, como já mencionado, perpassarão toda a sua trajetória de vida. Porém, nesse momento, emerge outro elemento: a figura do pai e o modo como Carlita entende o comportamento da mãe. Não querer reproduzir em sua vida a situação daquela, aprender com esta a resistir ao presenciar o seu silêncio ou sua maneira de enfrentar os momentos difíceis era também uma manifestação de descontentamento e de rebeldia à idéia de que por ser mulher teria que agüentar tudo. Isso, conforme ela mesma manifesta, também foi determinante para a decisão de terminar o casamento.

Nesse âmbito, a aceitação do fato como está posto é entendido como covardia, uma vez que não é possível compactuar com qualquer forma de dominação, a começar por aquela referida anteriormente, dada pelo domínio do homem pela mulher, uma construção social, mantida e reproduzida por uma sociedade tradicionalista e desigual, onde o poder do “macho” é legitimado, em detrimento a emancipação da mulher.

O pai da líder sindical, conforme é possível apreender em suas falas, sempre manifestou ser um homem agressivo quando alcoolizado. Como se tratava de uma doença considerada um vício, entendido como uma opção individual, a convivência em casa era quase sempre repleta de conflitos e e situações de violência, o que, provavelmente eram reforçados e potencializados pelo comportamento fundado no poder do “macho” e, sobretudo, pela vida de miséria e opressão da família. Entretanto, a proximidade com o pai também foi sendo construída pelo fato de que ocorreram também momentos bons, vivenciados com esse pai, o qual também apresentava algumas características valorizadas por Carlita, como o modo de dar conselhos através de espécies de parábolas e o fato de se considerar a filha predileta, o que revela a existência provável de momentos de carinho e amizade do

pai para com a filha, inclusive após o casamento desta, o que a levaria a considerá-lo apesar de todo o sofrimento seu melhor amigo, causando discordâncias entre os irmãos, devido também ao perfil de independência e coragem ao assumir suas posições nem sempre consideradas bem-vindas pela família concomitante à proximidade com o pai. Esses momentos possivelmente foram sendo construídos a partir da melhoria nas condições de vida da família.

Eu... A minha mãe, com tudo que o meu pai foi, né. Com tudo que o meu pai foi, com tudo que ele fez, depois que eu casei, o meu pai, ele se aproximou muito da minha vida. E... Acho também que ele começou a entender mais as coisas, né? Também nossa vida começou a se estabilizar, vamos dizer economicamente, a gente não passava mais fome, a gente já tinha uma condição de vida melhor depois que viemos aqui para o estado de São Paulo. O meu pai ele passou a ser o meu melhor amigo. Meu melhor amigo foi o meu pai, sabe. E... Eu tive alguns problemas dentro de casa. Por que, por exemplo, teve alguns irmãos meus que eles ficavam bravos, né, assim um pouco revoltado, por que assim, tudo era eu que fazia. Tudo era assim... Na escola eu fui melhor que eles, né, eu não continuei estudando... Mas sempre fui melhor. É... Assim, pro pai e pra mãe, apesar de toda a situação, mas eu fui aquela que saí novinha de casa para ir enfrentar a vida. Eu fui aquela que... Obedecia eles, sabe? Então isso, meu irmão implicava mesmo, então quando eles me via, via longe do meu pai eles me batia mesmo, sabe. É lógico que eu batia também, não apanha só não. (Vídeo – CD 2 – M2U00357.MPG).

Carlita expressa em quase todo o decorrer das entrevistas, sua aproximação com o pai, inclusive com a reprodução do modo de ser do pai, repetindo em muitos momentos o comportamento masculino do pai e reforçando uma visão machista para com a mãe, pois, embora reconheça todo o esforço da mãe para que tivessem uma vida melhor, considera que a relação de submissão construída e mantida praticamente durante toda a vida foi uma covardia, o que, fundamentalmente, remete à culpabilização do indivíduo e, no caso aqui, da mãe. A preservação da memória do pai opressor tornou-se tão intensa que mesmo em face de sua ausência, é como se a filha assumisse o seu papel de dominação sobre a mãe, mesmo em situações comuns da vida, como o cuidado daquela consigo mesma, vislumbrada como uma traição à memória do pai, de modo que durante muito tempo Carlita reforçou a postura do pai, mesmo após sua morte como forma de manter presente sua memória:

Daí eu penso assim, o esforço que ela fez, sabe? Eu só achei assim na minha vida... a minha mãe muito covarde... sabe? acho que ela devia ter brigado.

Mas a vida dela também, de antes de você...

Muito submissa.

Ela teve um passado assim sofrido como o do seu pai? Ou... ou as condições de vida dela...

Não, ela teve um passado assim... é... vamos dizer... o pai dela foi muito bravo, mas a mãe dela foi muito boa... pro pai, ela era mais apegada ao pai, a minha mãe, né. E... quando o pai separou da mãe dela, nunca mais ela viu esse pai, já faz mais de... mais de cinquenta anos, cê entendeu? Então, eu não sei se era por medo, mas eu acho que minha mãe não podia ter aceitado tudo que meu pai fazia pra ela. Então... assim... ela sofreu demais, demais, demais, eu acho... sabe? Eu não sei se é por causa do meu jeito de viver, mas eu acho que ninguém também pode aceitar tanta, tanta coisa ruim sem... pô. O!? Perai?! Larga dele, vai embora, né? Agora submeter os filhos a tanta pancadaria... submeter assim a tanta miséria a tanta falta, tanta... sabe, assim... e minha mãe ela é daquele tipo assim ó, eu... depois que eu casei nunca mais nenhum homem me tocou, sabe? Tanto é que meu pai morreu, minha mãe continua ali. E assim... e... eu, eu tive uma visão muito, muito ruim eu acho, em relação a isso, que depois que meu pai morreu eu passei a vigiar no lugar dele, assim... de uma forma assim de nem sonhar de ver minha mãe conversando... sabe? Tudo que meu pai não deixava minha mãe fazer, depois que ele morreu, eu passei a questionar pra ela não fazê, sabe? assim... e aí teve um dia que eu peguei eu mesma assim e falei: que absurdo, né? Olha, minha mãe não pode pintar o cabelo, minha mãe não pode tirar a sombrancelha, minha mãe não pode... minha mãe nunca soube o que foi passar um esmalte, minha mãe não podia depilar o braço, minha mãe não podia depilar a perna, minha mãe não podia usar roupa assim que mostrasse aqui... Por causa do meu pai. Então, demoro... uns cinco anos preu me acostumar com a ideia da minha mãe fazer alguma coisa, cê entendeu? De tão forte que essa coisa foi, né?

Era uma maneira de você manter viva a memória do seu pai fazendo...

Exato. (Vídeo – CD 1 – M2U00358.MPG).

Carlita relembra o quanto o processo de adoecimento e morte do pai foi doloroso, reconhecendo que ainda sofre com essas reminiscências, as quais são atualizadas em sua memória. Por outro lado, destaca alguns valores que considera extremamente importante e que se faziam presentes na personalidade do pai, em detrimento de suas dimensões de violência e opressão, como a sua honestidade e a consciência de sua própria trajetória:

E eu queria assim, que tudo que foi do meu pai ficasse no lugar, sem ninguém mudar, sabe? Demorou muito, muito, muito, muito, muito preu... é... pra eu conseguir aceitar que eles mexessem em alguma coisa. Que dos filhos, que meu pai tem oito, é... a que mais sofreu com a morte dele foi eu, sabe? Assim... Nossa! Nossa! Se eu pudesse tirar ele de volta eu tirava, sabe? Eu vivo assim, mas parece que a morte do meu pai foi ontem. O meu pai ensinou pra nós, Simone, que você deve ser honesto. Se você não tem, você pode pedir, mas não pode roubá. Meu pai ensinou isso. No dia que meu pai morreu, ele teve uma crise muito forte. Nós levamos ele no hospital, quando a gente veio do hospital ele passou num açougue pra pagar um quilo de linguiça, que essa era a única dívida que ele tinha, naquele açougue, assim na cidade, e ele disse assim, olha: eu vou ali pagar esse... essa linguiça pro... falou o nome do açougueiro, que Deus me livre a gente morre, e se você morrer o seu nome tem que ficar limpo. Cê entendeu? Daí uma hora... uma hora meu pai entrou em crise pra morrer,

sabe? Mas ele era aquele cara que... é... quando... quando... quando dava as crises nele, eu sofria demais, porque ele sofria muito. Um dia ele disse assim pra mim: olha filha... ele tinha uma casinha assim no fundo do quintal e ele gostava de sentar lá, e eu sentava perto dele, ele disse assim: olha, filha, você... não se preocupa não, eu tô sofrendo, mas eu tô pagando o que eu fiz... eu fiz sua mãe passar muita dor, eu dei muita pancada nela, sabe? Eu fiz... eu matei muito cachorro... eu bati muito em animal... e eu tenho uma certeza, que enquanto eu não pagar tudo que eu fiz eu não vou sair dessa Terra não, eu vou ficar curtindo dor. Ele era muito consciente, sabe? E... e assim, ele tinha uma crise, eles corria e me chamava, ele tinha uma crise eles corria e me chamava. Mas meu pai, ele foi um homem muito valente, muito, muito, muito, muito, muito valente, sabe? Muito honesto. Muito mesmo. E assim, ele sempre me deu muita força no meu trabalho. (Vídeo – CD 1 – M2U00358.MPG).

Percebe-se, então, que mesmo a resignação do pai no momento da doença é reconhecida, uma vez que admite erros durante sua trajetória de vida e entende seu sofrimento como forma de punição e de expiação do mal que tivesse cometido. Tal análise é apresentada à filha como forma de confortá-la diante de seu sofrimento, ou seja, “sofria para pagar o que fez”. Carlita, por sua vez, é uma pessoa muito forte, mas, também afetiva e muito religiosa, características marcantes e notáveis por quem a conhece. O amor pelo pai opressor funda-se em um misto de situações vividas, envoltas por contradições e ambigüidades, por dores e violências, mas, também por momentos de proximidade e carinho para com o pai, o qual apresentou mudanças ao longo da vida, como se verá também a seguir. Destarte, em dissonância com a aceitação da doença como castigo, o pai mostrava-se um lutador, ao afirmar que não iria ser vencido por ela, o que também é valorizado pela líder:

E... depois passaram-se bastante tempo, bastante tempo o meu pai começou a adoecer, muitos anos depois. Ele teve câncer, teve câncer no estômago, só que aí foi, depois passou pras outras partes do corpo, e... só que meu pai ele foi, ele foi um cara assim, ele falava: magina! A doença não vai me vencer não, eu é que vou vencer ela. Então depois que ele fez cirurgia, ele viveu ainda mais seis anos. E sempre assim dando aquela força, sabe? Sempre... sempre mostrando pra mim assim, não, sabe? É... eu estou doente, quando ele estava se definhando mesmo, nos últimos dias de vida dele, ele mostrava pra mim uma força.

Nota-se que valores como honestidade, consciência, resistência são fortemente reconhecidos e valorizados por Carlita, a qual também procurará reproduzi-los em sua trajetória de vida social e de luta coletiva.

Os traços da universalidade podem ser manifestados na singularidade através das particularidades, mediatizados que são pelos diversos determinantes que interagem na configuração da realidade, a qual está em constante movimento. Na

concreticidade das experiências vividas é possível entrever as mediações existentes na realidade social. Para Carlita, por exemplo, a figura do pai sempre foi muito presente, mesmo que isso aparecesse como contraditório, dado a dependência alcoólica daquele. Nesse caso, as relações foram sendo construídas a partir de laços de cumplicidade e companheirismo, o que, entretanto, não se dava de maneira tranqüila, ao contrário, uma vez que apresenta variações ao longo de sua trajetória, relacionadas, inclusive com a mudança nas condições concretas de vida da família, uma vez que quando o acesso às condições materiais de existência acontece ocorre também alteração nas relações familiares, as quais de tornam menos conturbadas, abrindo espaço para a emergência de vínculos de solidariedade. Porém, o modo de ação neste caso não poderia ser para a líder traduzido pela violência e sim pelo diálogo. Esse foi o método escolhido por Carlita para lidar com o pai.

Você tava mais próxima do seu pai do que da sua mãe?

Do meu pai do que da minha mãe. E aí... e o meu pai continuou bebendo, né? E depois de casado o meu pai quis tá sempre morando por perto de onde eu estava morando, sabe. Sempre morando, acho que uma forma de proteger sei lá, né?

Seu pai é vivo ainda?

Não, morreu. E aí... a minha mãe, ela ficava muito brava com isso, que ela falava que o meu pai era muito puxa saco meu, sabe? E a nossa amizade foi tornando maior quando, depois que eu casei, depois que eu tive o primeiro filho, porque o meu filho foi o primeiro neto dele. Então o meu pai, nossa, assim, sabe? Fica muito próximo mesmo. E às vezes quando o meu pai bebia a minha mãe queria que brigasse, que eu ficasse brava, que eu assim... fosse pra cima dele. E eu não ia, quando ele chegava, eu já procurava ele lá, e ouvia ele. Aí ele sentava bêbado, começava a me contar histórias da vida passada dele, que ele teve uma vida muito sofrida, muito, muito, muito sofrida, e aí meu pai ficava me contando as histórias e acabava dormindo. Então... eu passei a adotar isso até como uma tática pra ele não brigar, cê entendeu? Aí, ele deitava assim no chão, ele tinha um couro de boi, ele estendia o couro de boi no chão e mandava eu deitar perto dele pra... eu deitava perto dele, aí ele começava a cantar, todo desafinado, e eu ali junto com ele, sabe? Então... é... a gente passou a fazer muitas coisas junto, né, muito mesmo.

Por outro lado, essa postura de diálogo não significaria passividade ou conformismo e nem mesmo conivência com situações de violência. Nos momentos de risco de violência contra a mãe, tanto Carlita quanto os irmãos agiam no sentido de impedi-la, porém, ao contrário dos irmãos, defendia outras formas de enfrentamento que não necessariamente reprodutores ou ampliadores da violência, mas sem se omitir de ações que se fizessem necessárias frente ao avanço dela.

Meus irmãos já achavam que tinha que ir pra cima do meu pai, que tinha que enfrentar ele, se ele batesse na minha mãe a gente tinha que ir pra cima. E eu não, se ele foi, ia se agarrar com a minha mãe eu entrava no meio: não pai, não faz isso, vem pra cá, ó vamos conversar, senta ali fora, conversa comigo, né? Então, foi essa a tática que eu passei a adotar com o meu pai. Aí ele vinha, começava a reclamar que tinha perdido a mãe, que tinha perdido o pai, aí contava que eles passavam muito... eu acho que era uma carência muito grande, muito, muito, muito grande que meu pai tinha, sabe? Teve um episódio que eu lembro, nós morava lá em Aguaí, o meu pai, ele bebeu, ele bebeu muito e ele tava com um revólver, e eu morava longe da minha mãe, da casa deles, acho que uns cem metros. Aí, foram lá me avisar: Carlita corre na casa do teu pai, que ele tá brigando com a tua mãe e ele tá com um revolver na mão. Aquele dia eu tive que mandar prender o meu pai. Doeu muito, sabe? Mas, eu tive que mandar prender ele. Aí conforme eu entrei assim, eles estavam se atracando e ele com o revolver na mão, aí eu pulei nele. Pulei e tomei o revólver da mão dele... Já era casada... Já era casada... Aí eu pulei nele, tomei o revólver da mão dele. Tomei o revólver e não fiz mais nada, sabe? Saí correndo, entrei no carro, porque daí eu sabia que ele ia ficar muito furioso. Eu falei agora... falei pro meu marido, agora só a polícia tem que prender o pai. Aí, peguei o revólver, fui na policia, falei: Olha, eu quero que vai buscar o meu pai, ele tá muito bravo e embriagado e tava com um revólver na mão e se eu deixar ele mata a minha mãe. Meu pai me cobrou isso o resto da vida dele, cada pouco ele falava assim: é, você tirou aquele revólver da minha mão. E eu falo: pai, não me arrependo nem um pouco, graças a Deus eu tirei o revólver da tua mão e o senhor tá aqui comigo, porque se eu não tivesse tirado o senhor tava atrás das grades e a mãe no cemitério. Porque ele com um revólver na mão era fatal, né? Então, isso foi uma coisa que eu fiz pra ele, mas que nunca me causou remorso, nunca, nunca, nunca, nunca eu tive isso assim... como algo que me feriu, sabe? Pelo contrário, eu sempre tive isso como um lado positivo.

Algumas dimensões da relação construída com o pai são fortemente valorizadas por Carlita, como a estratégia do pai em construir análises à sua maneira através de estórias ou parábolas. A postura do pai frente à doença ao final de sua trajetória de vida é admirada pela filha, a qual a associa à postura de um vencedor. Talvez essa seja a grande contradição em relação à mãe, ou seja, o pai, apesar de tudo, ainda manifestava seu posicionamento de alguma forma, enquanto a mãe “aceitava” sua situação, embora, diga-se, não se trate exatamente de uma livre aceitação, mas, uma postura permeada por diversos elementos, alguns deles mencionados há pouco. Mas, isso não pode ser entendido superficialmente, pois, como visto anteriormente, mesmo a postura da mãe estava fortemente atrelada às relações dominação e de gênero.

Meu pai não fala pra mim... eu falava: pai, eu vou fazer tal coisa assim, assim o que que o senhor acha? Ele não me dizia vai faz, não faz. Ele parava, saía de perto de mim, ele acendia um cigarro, voltava... daí ele contava uma história. Ele era muito sábio. Daí ele contava uma história de um primo aí... criava um primo... ele inventava ou era verdade. Aí mais ou menos ele contava com a história, quase igual com o que eu queria fazer, e

ele mostrava o resultado. Aí, sabe qual era a resposta do meu pai? Ó minha filha você que sabe, vê se... se você pode mesmo fazer isso você vai lá e faz, vai em frente, mas ele tinha mostrado antes pra mim. Quando ele contava uma história eu procurava vê onde é que ele ia chegar na história, qual era o final? Cê entendeu? O meu pai sempre falou comigo dessa forma.

Um contador de parábolas?!

Ele é, sabe... ah... eu mandei arrumar um rapaz... é... o irmão do meu marido, o irmão de criação, eu mandei ele concertar um sofá pra mim, porque ele era... ele trabalhava com isso. O sofá ficou muito bom. A minha irmã mais velha viu e falou: ah! Eu vou pedir para concertar o meu também. Olha a história que o meu pai contou, ele contou assim que quando Jesus andou pelo mundo tinha um aleijado... tinha um aleijado... Jesus chegou numa casa e tinha um homem aleijado, quando Jesus viu que aquele homem tava aleijado, Jesus pois ele na... numa... mesa, cobriu com um lençol e... quebrou ele todinho e depois passou a mão por cima e ele saiu perfeito andando. Aí ele falava São Pedro, meu pai, né, apóstolo Pedro. Aí ele falou... depois Jesus ficou por ali, e o apóstolo, e São Pedro, ele falava, São Pedro saiu andando... andou mais um pouco, chegou numa casa, viu um homem aleijado... ele tentou fazer igual... achou que ficou bom o que Jesus fez... e ele tentou fazer igual, mandou o aleijado deitar na mesa, cobriu com um pano branco e ele quebrou tudo o aleijado, mas... Jesus tinha o poder, então ele... e aquilo que foi fazer, ficou perfeito. Quando Pedro foi fazer igual o de Jesus, já não ficou perfeito, então quando ele quebrou o aleijado, que ele foi colocar o pé ficou torto, o aleijado saiu mancando. Pensei: o que meu pai quis dizer com isso, né? Fiquei pensando. Daí, lá na frente... e eu mais ou menos tinha entendido, que meu sofá ficou perfeito, porque era o sofá do irmão dele, mas o da minha irmã já não ia ficar perfeito porque ele já não tava com tanto é... empenho conforme ele teve. Então Jesus teve, o aleijado que Jesus pois para andar ficou perfeito porquê? Porque Jesus tinha assim... isso era o que Jesus queria fazer, essa era... essa era a tarefa dele. Agora Pedro não, Pedro tentou imitar Jesus, sabe?... Sabe? Ele, ele... ele me... ele falou isso do sofá que a minha irmã mandou... aí eu fiquei, fiquei observando... Pensei será que é isso mesmo? Aí eu olhei... aí passou um tempo o rapaz arrumou o sofá, mas ficou um defeitinho aqui, outro ali. Aí ela reclamou: nossa, mas, o meu ele não fez com tanta vontade, Carlita, porque olha como ficou. Falei: olha aí a história do pai. Então, ele me contava assim as histórias, as respostas do meu pai era assim, sabe? é... e eu tenho um filho, que quando ele... quando eu quero corrigir ele, por ele ser muito alvoroçado, muito assim... sabe? É... eu canto. Eu não falo. Ele fala...

A estratégia utilizada pelo pai foi apreendida de certa forma por Carlita, a qual ao invés de parábolas utiliza letras de músicas para aconselhar os filhos, em cuja relação a líder reconhece seu extremo empenho em fazer o melhor possível, assim como a necessidade em se posicionar da mesma forma nos empreendimentos da vida, frente à qual não é possível se colocar de outra forma que não seja fazendo o melhor possível, mesmo diante de inúmeras determinações que interagem na constituição da realidade social, uma vez que o homem que faz a história deve ter consciência de seu papel histórico da necessidade de respostas frente a ela. Dar o melhor de si aos filhos e em sua atuação cotidiana traz em seu bojo o compromisso

com a própria história e com a daqueles que a escolheram e legitimaram como liderança sindical. Assim, Carlita destaca:

Você cria a letra da música ou canta uma música que já existe?

Eu canto uma música que já existe, mas... É... eu canto, sabe? E eu observo que ele presta atenção na música, sabe? daí ele sai de perto de mim sem falar nada... vai... sabe? é assim que eu faço com ele, porque se eu for falar com ele... É... vai dar discussão entre nós, porque eu conheço ele, então eu não falo, eu canto... É... é... é, sabe? Eu tenho um outro filho, o do meio, que eu não falo nada pra ele, eu... eu tenho... eu mostro pra ele as minhas atitudes no trabalho, com meus filhos, então eu mostro pra ele que ele tem que cuidar do filho dele, mas que quem põe filho no mundo tem que cuidar mesmo, você tem que dar o seu melhor pro filho. Então, eu falo pra ele assim: que... na vida da gente se você tiver fubá na sua mesa, você tem que fazer ele da melhor forma que você sabe pras pessoas comer. Se você tiver filé mignon, você tem que fazer da melhor forma que você sabe, você tem que dar o seu melhor... o seu melhor. E eu procurei dar o meu melhor para os meus filhos, viu, o meu melhor. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

5.4 Carlita: mulher, trabalhadora, líder sindical

Após o término do segundo relacionamento, Carlita começou a trabalhar na lavoura de algodão e depois de laranja. Por fim, começou a trabalhar no corte da cana. Em dezesseis de janeiro de 1983 foi contratada pela Usina Ester, onde trabalharia como cortadora de cana até a greve de 1986, ano da organização do Sindicato de Cosmópolis. Contudo, antes da aproximação das reminiscências da líder naquele momento, é preciso destacar alguns aspectos contextuais e conjunturais do país naquela década.¹⁸²

O ano de 1986, ano da organização do sindicato de Cosmópolis, por exemplo, em escala nacional, foi repleto de oscilações tanto em questões sócio-econômicas quanto políticas. Na América Latina, enquanto o Chile completava treze anos de governo de Pinochet e a Colômbia atravessava uma grave crise econômica, o Brasil começava a ensejar por novos passos, ensaiando outros caminhos, uma vez que chegava ao fim a ditadura no país.

¹⁸² Tais dados gerais sobre o contexto no país na década de 1980 estão materializados em: BORDONAL, Simone Albieri. **A favela Nova-Simioni: mito e realidade**. 2005. 179 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

José Sarney, vice de Tancredo Neves, eleito pelo voto indireto, havia assumido a Presidência da República no ano anterior, em virtude da morte deste último. Depois de vinte anos de repressão política, o primeiro presidente da democracia tinha a tarefa de governar um país assolado pela pobreza e desigualdade social, pela dívida externa e por uma taxa inflacionária exorbitante. Tinha início a abertura política do país, com eleições diretas para todos os cargos e livre organização e funcionamento para os partidos. Em São Paulo, André Franco Montoro, do futuro Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), governaria o Estado até 1987.

Sarney chegava a ter o discurso de participação da sociedade para o enfrentamento das problemáticas que envolviam o país:

Ainda não há uma consciência nacional totalmente formada para o fato de que a solução dos nossos problemas não repousa apenas nos ombros de quem tem a responsabilidade de governar. É preciso que a sociedade participe, senão não vamos conseguir nada [...]. Os desafios são muito mais difíceis, pois o governo ainda tem uma grande dívida a saldar com a sociedade.¹⁸³

À parte dos discursos, a realidade se mostrava bem mais complicada. O ano começava com a inflação disparada em mais 16% ao mês. O preço do petróleo despencava. A recessão estava posta. Os produtos não podiam ser encontrados nas prateleiras, a não ser à custa de ágio sobre eles. Os preços dos aluguéis disparavam.

O governo lançava um novo pacote econômico: o Plano Cruzado em vigor a partir de fevereiro de 1986, anunciando em conjunto o congelamento de preços e salários por um ano. Alguns produtos da cesta básica foram liberados para a exportação. Concomitante, uma grande estiagem tomava conta da Região Nordeste. A previsão era de que a seca se prolongaria para 1987 e 1990. Os jornais noticiavam a falta de água para o consumo e a perdas das safras e culturas de subsistência.

Para Sarney a solução para a crise de abastecimento, do desemprego e do atraso seria o aumento da produção. A proposta governamental em relação à fome pode ser entendida no depoimento do então ministro da Agricultura Pedro Simão, para os 1500 moradores de vilas e favelas, participantes do Encontro Nacional sobre

¹⁸³ RIBEIRÃO PRETO. **A Cidade**, Ribeirão Preto, jan. 1986. p. 14.

Problemas de Abastecimento Popular: *“A meta do governo é senão erradicar, pelo menos minimizar a fome.”*¹⁸⁴

Havia, no Brasil, uma gama de propostas a serem concretizadas, porém, todas denotando um caráter emergencial e imediatista, como a “desapropriação dos bois gordos”, para tentar apaziguar a falta de carne no mercado. Outra iniciativa, ainda na esfera econômica, foi o tabelamento de alguns produtos e, mais adiante, a ilusão do “gatilho”, que visava corrigir o salário mínimo de acordo com a inflação: “As tabelas de preços da Sunab, com mil itens cada uma, entre alimentos e produtos de higiene e limpeza, entram em vigor somente na próxima quarta-feira.”¹⁸⁵

Vale lembrar que ainda em 1986 foi lançado o Plano Cruzado II, cujos efeitos foram traduzidos no aumento dos preços e impostos, trazendo conseqüências catastróficas para todo o país, especialmente a população mais pobre.

De outra feita, a Campanha da Fraternidade “Terra de Deus, Terra de irmãos” trazia como tema central a ser trabalhado a reforma agrária, com o acesso de todos à terra e aos meios de produção.

Perante esse cenário, não só brasileiros buscavam explicações, como também agentes representantes do poder hegemônico se prestavam a oferecer receitas para a crise. Em uma carta aberta ao ministro da Fazenda Dílson Funaro, um economista norte-americano fazia um diagnóstico da situação econômica brasileira, apresentando uma orientação que ofertava três vias bastante conhecida até hoje: corte nos gastos públicos, elevação da taxa de impostos, ou não pagamento da dívida interna e externa do país. Obviamente, apenas a última opção ainda não foi tentada.

Também nesse ínterim, o acordo entre os países sul-americanos, Mercado Comum do Sul (Mercosul), foi assinado, como um primeiro passo na busca do desenvolvimento integrado entre os países-membros.

Embora o Brasil estivesse entre os líderes de desemprego, nem tudo era só discussão político-econômica. Sempre há espaços para festa. Afinal, no país do futebol e do carnaval, em ano de Copa, muitas das atenções podem ser redirecionadas.

Em escala nacional, foi lançado o “8º Concurso do Trabalhador Padrão”, cujos critérios de seleção estavam fincados na ideologia formada em relação ao

¹⁸⁴ ABASTECIMENTO popular. **A Cidade**, Ribeirão Preto, jan.1986.

¹⁸⁵ QUE temos. **A Cidade**, Ribeirão Preto, 1986, p. 1.

trabalhador rural, extremamente expressa nos símbolos: competência, companheirismo, moralidade, civismo, dedicação, assiduidade. Ou seja, uma mentalidade de integração e subalternidade, embora explícita, aparecia sutilmente, como valores a serem premiados, para que fossem incentivados e multiplicados, além de ser uma forma de contraposição aos trabalhadores inseridos em movimentos reivindicatórios.

Em Cosmópolis, os jornais, embora nunca tenham noticiado naquela década e na seguinte as ações do sindicato, elencaram por várias vezes as atividades esportivas envolvendo os empregados da usina Ester, além de fazer menção aos processos conjunturais citados há pouco.

Essa trama na qual estava envolvido o país na época ajudam a entender alguns elementos presentes na realidade, da qual há a premência de aproximação, tendo como caminho aqui a análise de algumas categorias. Uma delas poder ser construída a partir da própria ação e luta dos trabalhadores, dentre os quais alguns emergem, assumindo o papel de representatividade, como é o caso das lideranças sociais e, mais especificamente nesse trabalho, da liderança sindical. Nesses termos, um ambiente que sofre as conseqüências da desigualdade e exclusão sociais, tão marcantes no país, também acaba por deixar espaços para o surgimento de pessoas ou de grupos que representem os interesses comuns daquele grupo, classe ou segmento de classe dos quais se percebem partes e que construam um caráter mediador entre a classe que representa e as várias instituições, uma vez que, via de regra, as “lideranças” se constroem a partir dos embates cotidianos e são eleitas pela sua capacidade de articulação e manifestação da vontade do grupo, a partir das relações que estabelecem com outras entidades, inclusive com o Estado, ou seja, às características pessoais somam-se os fatores situacionais, dados pela conjuntura local e nacional¹⁸⁶, conforme já aludido¹⁸⁷.

Por outro lado, os estudos realizados até agora sobre “Movimentos Sociais”, em seus aspectos mais globais, alcançam números bastante significativos, porém, quando se trata da consideração dos seus elementos constituintes, ou ainda sobre aqueles que seriam os “sujeitos do processo”, de forma mais específica, a produção

¹⁸⁶ Portanto, os elementos que compõem a identidade indicam valores vivenciados e idéias que orientam as condutas; imprimem um jeito de ser, norteiam a ação, a postura, as relações e colocam um desafio: como crescer reconhecendo o espaço da diferença? (HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural : Ed. UFES, 1995. p. 84).

¹⁸⁷ Ibid.

é, sem dúvida muito menor. Em se tratando de líderes populares, não é pouco comum que tais agentes sejam reduzidos ao papel de simples informantes privilegiados. Contudo, ao se tratar da questão das lideranças nos diversos espaços onde estão inseridas, é salutar antes realizar uma leitura sobre o processo percorrido pelos movimentos sociais no Brasil, conforme já analisado por diferentes autores.¹⁸⁸

Vale lembrar que a década de 1980, contexto histórico da organização do Sindicato de Cosmópolis, Artur Nogueira e Paulínia, ficou conhecida como o momento do auge dos movimentos sociais, da participação popular. Foi ao longo daquela década que outros tipos de movimentos sociais começaram a entrar em cena, também em razão de toda uma conjuntura da época. Eram movimentos de desempregados, pelas “diretas”, entre outros, que emergiam como embriões dos movimentos que se firmariam posteriormente, relacionados com as questões éticas e morais. Ao final daquele período foi notável uma transição dos movimentos sociais de uma postura marcada predominantemente pelo embate e enfrentamento, próprios da década anterior, para um caráter mais precisamente negociador frente ao poder público no que tange às suas demandas e interesses. Essas alterações chegariam ao seu clímax na década de 1990, quando novos atores sociais se afirmariam, como as Organizações Não Governamentais (ONG’s), comumente reconhecidas como as substitutas dos movimentos sociais anteriores¹⁸⁹, muito embora essa comparação seja absolutamente questionável, sobretudo devido às diferenças no próprio perfil desses movimentos, ou seja, é difícil acreditar que em algum momento a atuação de uma ONG, por exemplo, seria substituto de ações de um movimento social como o do Movimento dos Sem Terra (MST), cuja ação tem uma perspectiva muito além da imediatividade das demandas.

Tais mudanças podem estar fundamentadas em diferentes fatores, como, por exemplo, as modificações tangentes às políticas públicas, a ampliação das práticas de consenso e negociação, com o conseqüente desgaste e fragmentação das

¹⁸⁸ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987; GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997; CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986 etc.

¹⁸⁹ GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo.** Petrópolis: Vozes, 1985. e **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

práticas participativas, a centralização sindical, o surgimento de instituições aglutinadoras dos movimentos populares, o próprio surgimento das organizações não governamentais, enfim, todas as mudanças na esfera do Estado¹⁹⁰, o qual passa a transferir para a sociedade civil, inclusive para as ONG's, responsabilidades essencialmente públicas.

Esses processos ajudam a entender melhor a aproximação de lideranças populares com o aparato público, inclusive dos sindicatos que já traziam fortes ranços do atrelamento ao aparato estatal, como proposta mais voltada à negociação e à conjugação de esforços do que ao enfrentamento em si. Ou seja, o próprio movimento da realidade permitiu que não apenas outros atores sociais se afirmem como também que outros caminhos para a participação popular fossem propostos, mesmo que ainda não se tenha analisado por completo e com profundidade suas contradições, seus limites e resultados.¹⁹¹

Nesse momento, é preciso lembrar a existência de categorias reflexivas, as quais, embora não expressem “formas de ser”, pois não são “abstraídas do real”, se manifestam enquanto “estruturas lógicas”, criadas pela razão, relacionadas geralmente ao imediato, ou seja, sem mediações e “desistoricizadas”, cuja função é justamente atuar como recurso da razão para a leitura da realidade. Em contrapartida há interação de mediações, as quais expressam historicamente as relações entre o homem e a natureza e, por conseguinte as relações sociais que delas decorrem. Por isso, a criação histórica de mediações em meio a essa

¹⁹⁰ “A influência do Estado e o surgimento de lideranças com o novo conceito de participação gerou tanto lideranças com um perfil de subordinação às práticas clientelistas, quanto lideranças com propósitos e atitudes mais democráticas... No seio da cultura política autoritária nasceu uma nova mentalidade, mais participativa, de consciência dos direitos sociais, de fortalecimento da ação dos moradores, de ampliação e consolidação da cidadania... Para o melhor entendimento dessas ambivalências e contradições foi preciso situar os movimentos populares e os líderes em uma nova conjuntura, mais pluralista e aberta à manifestação de diferentes grupos identitários. Sendo assim, esses grupos transitam num mesmo espaço e disputam os precários recursos disponíveis pelos órgãos públicos... A reprodução desta liderança mais democrática e combativa não ocorreu com a extensão e a rapidez esperada, isto porque alguns fatores contribuem para esta fragmentação e para a proliferação de lideranças e de entidades com características bem distintas. A tendência é para a reprodução simultânea de uma mentalidade mais autoritária e conservadora e outra mais aberta, crítica e participativa, embora no seio de cada uma existam traços da outra, isto é, tudo é muito relativo e dinâmico, não há uma dicotomia entre a cidadania e a não cidadania, a democracia e o autoritarismo, os movimentos de bairro e suas lideranças estão inseridas em uma realidade em contínua mutação, pluralista e, por isso, cada vez mais aberta para diferentes manifestações e formas de organização.” (HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural : Ed. UFES, 1995. p. 166).

¹⁹¹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e CHAUI, Marilena de Souza; FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra : CEDEC, 1978.

emaranhada relação a tornam “indicadores seguros e fecundos” porque se tornam de fato manifestação concreta do desenvolvimento humano-social, ou seja, de sua maneira de objetivações no mundo e de incorporação delas, na busca de “mediações cada vez menos “degradadas e bárbaras” e cada vez mais humano-igualitárias”, sob os aspectos da humanidade quanto de relação com a natureza.¹⁹²

Mormente:

[...] a mediação aparece neste complexo categorial como um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da *razão*, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética.¹⁹³

O que sintetiza as forças e processos existentes na realidade se traduzirá como o elemento revelador da particularidade das categorias históricas, dos movimentos tendenciais de cada processo em sua particularidade e dinâmica específica, de modo que aquelas forças, ocultas na imediaticidade, determinam concretamente a gênese, o funcionamento e o “ser – precisamente -assim de um complexo”. Essa gênese diz respeito às mediações históricas, determinantes do objeto, ao passo que a seqüência revela a necessidade de apreensão do processo no momento histórico, na sua dinâmica interna, em suas contradições e atividade do processo.¹⁹⁴

Entrementes, há ainda outro elemento a ser analisado e que remete à relação dialética das categorias até aqui elencadas, sobretudo quando se considera que se trata de uma líder sindical, atuando num universo marcadamente masculino, envolta muitas vezes por relações pautadas por uma visão machista. Por isso, é preciso lembrar que o ser mulher, o ser mãe, o “ser trabalhadora”, o ser líder dentre trabalhadores, são diversas faces coexistentes na mesma pessoa. Essa constituída a partir de vivências a partir do outro, das marcas impingidas pelo processo de viver. Isso significa que em determinado momento, com o casamento, o nascimento dos filhos, as separações, a relação com os pais, Carlita foi se constituindo, permitindo conviver no mesmo ser as dimensões apontadas acima. No entanto, nesse

¹⁹² PONTES, Reinaldo. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 81.

¹⁹³ Ibid.

¹⁹⁴ Lukács, 1979(2):90 apud PONTES, op. cit., p. 87.

momento, uma categoria fundamental requer atenção, uma vez que presente desde o início de sua trajetória, trazendo rebatimentos bastante concretos e sentidos em seu cotidiano: o trabalho feminino. Posteriormente, será necessária a aproximação de sua realidade enquanto líder sindical.

O desenvolvimento econômico é o responsável pela elaboração de tramas qualitativas e quantitativas sempre mais vivas entre as sociedades na sua singularidade e que originalmente eram pequenas e autônomas, compondo o gênero humano. Para Lukács, a ascendência econômica do mercado mundial é um fenômeno revelador do quanto a humanidade já se unificou ao menos no que se refere à dimensão econômica de modo geral, uma vez que aquela acontece numa realidade mundial onde tal integração acarreta para a vida humana, para todos os povos, os “mais graves e ásperos conflitos”. De todo modo:

Em todos esses casos, estamos diante de tendências importantes, decisivas, da transformação tanto externa quanto interna do ser social, através das quais esse último chega à forma que lhe é própria; ou seja, o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, transforma-se de espécie animal que alcançou um certo grau de desenvolvimento relativamente elevado em gênero humano, em humanidade.¹⁹⁵

Ainda de acordo com o autor, esse processo não possui uma finalidade em si, pois, o seu movimento rumo a níveis superiores traz a intensificação de contradições também de tipos sempre mais elevados e sempre mais essenciais e é nesse sentido que emerge o papel de uma ontologia empenhada em desvendar a gênese desses processos, os quais são sempre mais complexos, ou seja:

Tarefa de uma ontologia materialista tornada histórica é, ao contrário, descobrir a gênese, o crescimento, as contradições no interior do desenvolvimento unitário; o homem, como simultaneamente produtor e produto da sociedade, realiza em seu ser-homem algo mais elevado que ser simplesmente exemplar de um gênero abstrato, que o gênero – nesse nível ontológico, no nível do ser social desenvolvido – não é mais uma mera generalização à qual os vários exemplares de liguem “mudamente”; é mostrar que esses, ao contrário, elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais claramente articulada, até alcançarem a síntese ontológica-social de sua singularidade, convertida em individualidade, com o gênero humano, convertido neles, por sua vez, em algo consciente de si.¹⁹⁶

¹⁹⁵ LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 13.

¹⁹⁶ Ibid., p. 14.

De acordo com Mézaros¹⁹⁷, a regulação econômica sustentável no que diz respeito à reprodução biológica dos homens tem um papel de mediação primária dentro do processo sociometabólico, o que torna essa questão extremamente relevante ao se considerar entrelaçamento instável no campo das relações humanas. Nesse sentido, também a partir do relacionamento dito natural e imperativo entre os seres sociais, bem como entre homens e mulheres se pode analisar o grau de desenvolvimento do próprio homem, ou seja, da humanidade da qual ele é parte. Igualmente, através dessas formas de relacionamento é possível desvelar o alcance a partir do qual a necessidade do homem se converteu em necessidade humana, ou, em outras palavras, em que momento o outro passou a ser para ele uma necessidade, quer dizer, “[...] a extensão em que, em sua existência individual, ele é ao mesmo tempo um ser social.”¹⁹⁸

Mormente, o processo de conquista da emancipação feminina traz em seu bojo o questionamento à ordem estabelecida e ao poder de dominação do capital, movimento este que não deixa de trazer conseqüências ao aparato ideológico burguês, sobretudo quando seus estereótipos de família e dos papéis a serem representados em cada esfera da vida social e privada são colocados em questão. De acordo com Mézaros.

Na causa da emancipação das mulheres, podem-se avaliar as implicações de longo alcance do questionamento direto à autoridade do capital quando se tem em mente o fato de não se conhecer que o sistema de valor estabelecido prevalece nas condições do presente, e menos ainda pudesse ser transmitido (e internalizado) por sucessivas gerações de indivíduos, sem o envolvimento ativo da família nuclear hierárquica, articulada em plena sintonia com o princípio antagônico que estrutura o sistema do capital. A família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade. Tanto isso é verdade que quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução manifesta de maneira dramática no nível do sistema geral de valores _ como a crescente onda de crimes, por exemplo, _ os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais freqüentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos”. Às vezes tentam encerrar essa necessidade até mesmo na forma de leis quixotescas, procurando jogar nos ombros do país (na forma das sanções financeiras punitivas) a responsabilidade pelo “comportamento antissocial dos filhos”. (Mais um exemplo característico da tentativa de se resolver problemas brincando com

¹⁹⁷ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 267.

¹⁹⁸ Marx, p. 100-3 apud: MÉSZÁROS, 2002, op. cit., p. 268.

os efeitos e conseqüências, por jamais conseguir tratar das causas subjacentes...¹⁹⁹

Destarte, a abertura em massa ao trabalho feminino no lastro do século XX não se traduziu em sua real emancipação, mesmo quando se considera que as mulheres em muitos países de capitalismo avançado representam a maioria da força de trabalho em empregada. Ao contrário, o que acontece é que elas vivenciam em seu cotidiano de trabalho a realidade do rebaixamento salarial, as diferenças de rendimentos se comparados aos dos homens e sua subsunção e subalternidade ao movimento de superexploração do capital. No entanto, mesmo quando amalgamaram algumas conquistas, estas não poucas vezes acabaram se revelando contra a própria classe trabalhadora como um todo, dado que o capital sempre encontra estratégias para ampliar seu domínio de classe, inclusive no que diz respeito às normatizações do trabalho. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a regulação trabalhista e civil no que diz respeito à igualdade de tratamento entre homens e mulheres, o que se traduziu, no caso da paridade para fins de aposentadoria, em elevação da idade para os homens (65 anos) e não na igualação da idade destes para a mesma da mulheres (60 anos).²⁰⁰ Para os trabalhadores de forma geral, essas condições têm gerado o agudizamento da questão, com o aumento do tempo de permanência de idosos no mercado de trabalho, formal e informal, num universo de homens, mulheres e jovens que lutam para vencer um cenário de desemprego e precariedade das relações de trabalho, de modo a acirrar um clima competitivo entre os trabalhadores, aumentando o exército de reserva, o que se soma ao fato de que essas pessoas enfrentam maior dificuldade de conseguir trabalho, uma vez que o mercado tende a dificultar ou excluir trabalhadores tanto quando muito jovens quanto quando mais velhos. Por essas e outras razões, segundo Mézaros, a melhoria de condições para as mulheres é necessariamente impossível de acontecer dentro das margens do domínio do capital. Para o autor:

[...] é inevitável que também a esperada melhoria na condição das mulheres dentro das margens da ordem estabelecida se torne irrealizável com o encolhimento da margem de manobra do capital. Nessas condições, torna-se mais pronunciadas as dissensões no próprio movimento feminista em

¹⁹⁹ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 272.

²⁰⁰ Ibid., p. 272.

relação aos anos 60 e 70, o que é muito compreensível, pois, devido à redução das margens, muita coisa depende das estratégias defendidas para assegurar o avanço da emancipação das mulheres se dispuserem ou não a questionar os limites estruturais impostos pelos parâmetros do próprio sistema do capital. Em outras palavras, é preciso enfrentar a questão do tipo de igualdade viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem da reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam redistribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem. Os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução geralmente determinam seus princípios e seu modo de distribuição.²⁰¹

Há uma identidade, mas, ela não é vazia de significados e muito menos de outras tantas pessoas com as quais é possível se deparar ao longo da vida. Nesse sentido, a análise a partir da gênese desses processos torna-se patente para o desvelamento das mediações presentes em uma realidade não unívoca e muito menos linear, mas, multifacetada e repleta de ambigüidades e contradições. De acordo com Moraes Silva:

Uma identidade não se constrói em si, no indivíduo isolado, e sim numa relação social. Ora, o outros nega-o. Ele se autopercebe como negado; ao mesmo tempo, para si, trata-se de alguém que tem valor. É exatamente nesta face do “para si” que reside à força de um imaginário transformador, da re-construção. Por conseguinte, há um ponto de fricção entre estas duas faces. A face moldada pelo outro produz a negação daquilo que foi, o esvaziamento de sua singularidade. No que tange às vivências reais dos indivíduos, duas situações poderão ocorrer: aceitação e introjeção da negação ou a ação contrária à dominação. Concernente à identidade, não se pode esquecer que os sujeitos são multifacetados (Lauretis, 1987 a). Assim, uma trabalhadora pode ser volante, migrante e mulher ao mesmo tempo, vivenciando as três identidades e não existindo uma hierarquização entre elas. Cabe ao pesquisador analisar qual identidade é predominante nos contextos nos quais interagem os sujeitos. A modelagem da negação do outro, produzida pelo processo de expropriação, que deve incluir também as condições subjetivas (culturais simbólicas), constitui-se como processo forjado pelas relações da vida quotidiana e pelas relações econômicas, políticas e jurídicas. Em outros termos, exige-se além de análise do nível molar, a do molecular e da dinâmica existente entre eles.²⁰²

Carlita teve a primeira experiência de trabalho no corte da cana aos vinte e quatro anos de idade. Na época além de enfrentar as dificuldades relacionadas ao companheiro ainda muito jovem, que mais uma vez a faria experimentar momentos marcados pela violência de gênero, também tinha que lidar com a precariedade das condições de trabalho no campo, pautadas pela violação de direitos e pelo assédio moral, pois, não havia outra escolha para uma mãe preocupada com a sobrevivência

²⁰¹ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 273.

²⁰² SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 75.

de três filhos ainda crianças. Mas, Carlita também era muito jovem. Talvez o fato de ser uma pessoa muito alegre e ativa tenham contribuído para tornar aqueles momentos menos amargos:

Quando eu tava na roça, eu entrei nessas condição que eu te falei. E aí eu fiz a parada, que foi de janeiro a abril. Janeiro a abril? É de janeiro a abril. Aí depois eu entrei pro corte da cana... É entre safra... É. Aí depois eu entrei... eu fui pro corte da cana. Nossa! Nosso Deus! Nosso Deus! E eu assim, na primeira, na segunda, na terceira... e eu assim, me cortei, porque não sabia fazer as coisas direito. Mas, naquele tempo se a gente desse atestado a gente perdia, perdia o serviço. E... eu tava com três semanas de serviço, aí eu falei pro seu Lázaro, ele até já morreu, falei: seu Lázaro, eu vou dar baixa, porque eu não agüento, eu não vou conseguir. Ele falou... Ele era o fiscal. Ele falou assim: não, você vai conseguir, sim. Pode...e a Dola, as meninas: não Carla, você vem, faz o oito junto com nós, isso aqui é uma questão de prática. Isso aqui você não tem que saber, você tem que pegar prática, depois que você pegar prática você vai ver. Aí, depois de dois meses eu já tava cortando cana muito bem, sabe? ...Vinte e quatro. Vinte e quatro ano. Então. E... e também teve uma coisa que aconteceu comigo na roça. Eu era muito assediada... sabe? Porque apesar de tudo que passava na minha vida, eu não era triste, sabe? Eu gostava muito de cantar, sabe? Cantava o dia inteirinho. E na minha casa também. Eu podia estar com meu armário limpo, com as coisas sem ter o que comer, mas eu tava cantando. Eu gostava muito de cantar, sabe? Desafinada que só, mas eu cantava. E.. quando eu tava cortando cana, que eu trabalhava na roça, eu chegava de tarde, e aí, eu tava morando na dona Luiza. Eu... sentava. Na mesa da cozinha eu colocava as três crianças, sabe? Um no carrinho, o Humberto assim, e o outro que era quase do mesmo tamanho, ali e eu lavando louça na pia, ajeitando, e ali, contando história, sempre contando história. Sempre contei muita história pros meus filhos, sabe? Não inventada, história vivida, sabe? História do meu pai, história da minha mãe, história da minha vida. Sempre eu conversei muito com eles. Então, fica eu e os três lá. Porque esse cara que eu amiguei com ele, minha filha, o cara era um boêmio, um mulherengo. Ele era violeiro, vivia pra lá e pra cá, sabe? Cheio de mulher. Ai eu fiz tanta besteira na minha vida também, Simone, que às vezes eu paro assim e falo: eu não acredito que eu fiz isso. Única coisa que... na roça... na lavoura de cana foi muito bom pra mim, eu fiz muitos amigos. O pessoal gostava muito de mim, os cortador de cana. E com tudo isso, eu era... com toda a minha necessidade, com toda a minha necessidade, eu, Simone, eu não era capaz de quietá diante das coisas errada, sabe? Tinha pessoas lá... que ele tinha... que não... se ele fosse mandado embora ele ia ficar bem, se eu fosse mandada embora eu ia ficar mal.

Nesse movimento dialético de afirmação e negação, as identidades vão se constituindo e reconhecendo. O “ser trabalhadora” foi uma condição posta à líder sindical, como visto, desde muito cedo. Entretanto, as condições de trabalho variam de acordo com diversos fatores. Era inesperado perceber que o primeiro dia de trabalho no corte de cana fosse tão complicado. Desde o início ficou claro que se tratava de condições de trabalho extremamente precárias e desumanas. O primeiro impulso foi desistir, mas, assim como muitos outros trabalhadores, como muitas outras mulheres trabalhadoras, não havia opção. Nesse momento, a solidariedade

intra-classe foi fundamental. As companheiras lhe ensinaram tudo o que podiam a respeito do trabalho, sua única possibilidade de garantir a sua sobrevivência e a dos filhos.

O dia que eu fui trabalhar eu lembro muito bem, eu não tinha comida em casa pra comer, mas eu fui pro corte da cana porque eu falei: eu não posso condenar os meus filhos a vida que minha mãe me condenou entendeu? Se deu certo eu vou batalhar. E aí fui sabe, comecei a trabalhar na cana, um serviço pesado, difícil, eu não sabia fazer, mas aí eu arrumei um grupo de amigas, a Dora a Conceição a Marta, e aí elas começaram a me ajudar, ensinar eu trabalhar. Aí com mais ou menos um mês eu já... já tava bem, dava pra eu ficar trabalhando. E... aí eu comecei no corte da cana. Daí dali do corte da cana que eu tirava meu dinheiro pra... pra tratar dos meus filhos, pra viver uma vida mais digna, né.

Assim que Carlita percebeu que teria condições de cuidar dos filhos, sozinha decidiu-se por continuar seu caminho sem aquele companheiro. Na cidade as opções de trabalho para a mulher eram bastante restritas, limitando-se aos trabalhos de doméstica e de rurícola. Desde o início, revelará sua resistência a situações que violassem as condições de vida tanto suas quanto dos outros trabalhadores e por isso começa a organizá-los até mesmo em experiências do trabalho cotidiano:

Na cidade ou era doméstica ou era cana, mas num.. eu não tinha medo também, não tinha medo de ser mandada embora, mas se tinha uma coisa errada comigo, eu não ficava quieta. E se tinha alguma coisa errada também com o outro trabalhador eu também não ficava quieta. E aí o que que aconteceu, depois da primeira safra que eu fiz ali na usina, é... eu já comecei a... a liderar na turma, sabe? Assim é... a minha vida estabilizou muito com o corte da cana, sabe? Eu ganhava dinheiro pra pagar o aluguel, pra comprar comida, sabe? Assim, pra comprar roupa pro meus filho. Então, eu já conseguia me manter sem aquele home...

Desde o início foi possível constatar que se tratava de um trabalho extremamente desgastante, mantido e reproduzido através da exploração do trabalhador do campo, que muitas vezes não conseguia ter a real magnitude de sua produtividade, pois, nunca foi interessante que isso acontecesse, dado que sempre foram lesados no pagamento, realizado por produção, esta, no entanto, medida de acordo com os critérios e interesses da usina, um verdadeiro roubo das energias vitais dos trabalhadores e de suas condições materiais de existência. O trabalho era por empreita, ou seja, fundado na produtividade. Carlita explica de modo bastante claro as diferenças entre a empreita e o trabalho por dia:

É, então. O trabalho por dia, é assim, você ganha, por exemplo, vinte reais, por dia. Ai você pode ir, pode trabalhar mais devagar, durante oito horas você vai ganhar os vinte reais. E na empreita não. Na empreita e conforme você trabalhar você ganha, se você trabalhar muito você vai ganhar muito, se você trabalhar pouco, você vai ganhar pouco, se entendeu? ... Então isso faz com que as pessoas puxe mais, né? ... E eu quando eu tava por empreita, eu sabia que eu ia ganhar mais. Ai também eu puxava. Quando eu trabalhava por dia, eu sabia que se eu trabalhasse bastante eu ia ganhar vinte, né? Vinte é o modo de falar. E se eu trabalhasse pouco eu ia ganhar vinte. Então eu trabalhava pouco. (Vídeo – CD 1 – M2U00360.MPG).

Aos poucos, contudo, a líder sindical irá se apropriando dessas contradições tendo em vista o posicionamento contra elas, sobretudo quando se considera que o sistema de medição que prevalece na lavoura canavieira é a medição por campeão, sendo que apenas o Sindicato de Cosmópolis lutou e conseguiu a implantação do sistema de medição por quadra fechada, já mencionado:

E era por produção que você trabalhava?

Era por produção... Trabalhava muito. Porque... a gente era muito roubado, né? Se fosse hoje eu ganhava uns dois mil reais na cana, né... Cortava muita cana... Olha, Simone o que me chamou atenção, é que um dia terminou a quadra de cana e o carregamento não tava longe. E eu fiquei olhando, né? Ô! Ele pegou a... a... a lera que eu tinha cortado, ele encheu o caminhão sozinho só com aquela lera. Eu falei: papai, ele tinha o caminhão só da minha lera, quanto será que tá um caminhão de cana? No outro dia, eu chamei o fiscal e falei pra ele: Virsão, que aí já era outro fiscal, Virsão, quanto que dá um caminhão de cana? Quanto que pesa? Ele disse assim: ah! Uns vinte mil quilo. Então eu corto vinte mil quilo de cana e recebo sete, oito, né?

Tais reminiscências revelam o seguinte: foram as condições materiais de existência, ou melhor, a falta delas que conduziram Carlita ao eito dos canaviais, na busca de garantia de sobrevivência, principalmente para os filhos, mesmo frente a inúmeros entraves e às péssimas condições de trabalho:

Quando a gente... quando aconteceu... eu trabalhando na usina Ester, vim trabalhar em oitenta e três, dezesseis de janeiro de oitenta e três, foi meu primeiro dia de serviço. Nessa época o meu pai tava bravo comigo, então ele não tava indo na minha casa, tava de mal comigo meu pai, por quê eu tinha amigado com um rapaiz que meu pai não queria de jeito nenhum, que meu pai dizia que ele ia me fazer sofrer porque ele não era honesto, não gostava de trabalhar, e de fato ele fez eu sofrer muito, muito, esse cara, sabe? Até eu consegui largar dele. E... então... E aí entrou a minha mãe... porque eu tava passando muita necessidade com os meus filhos. E eu falei: eu não vou deixar os meus filhos passar fome, foi isso, sabe? Eu vou fazer qualquer coisa, foi quando eu fui colher laranja, não deu certo, colher algodão, não deu certo e arrumei a usina Ester e comecei a trabalhar. Então era assim, eu podia não ter comida preu comê, podia dormir com fome, mais os meus filho não podia, sabe? Por isso é que eu valorizo muito a comida, sabe?! Eu sou uma pessoa que assim, se eu puder colocar fruta, legumes, carnes, o que eu puder colocar

na mesa de refeição da minha família eu coloco, e eu mostro isso para os meus filhos, principalmente pra esse do meio: Filho você tem que cuidar, tem que zelar dele, que você tem que cuidar com a alimentação você não pode... porque ele fala assim: é... ele questiona a mulher dele, né. Então, ele fala assim: eu vejo você mamãe, nós somos todos marmanjo e você fica atraís de nós pra gente almoçá, pra gente jantá, mas é porque a questão do cuidá foi muito forte na minha vida, eu não tive, né. Daí quando eu fui pro corte da cana, eu fui por isso, pra não deixar meus filhos passar fome. Porque... é... eu tava ainda morando sozinha e ia amigar com esse cara. Esse cara, eu briguei com ele, ele não tava trabalhando. E meu pai ficou muito bravo, porque ele sabia que ele não gostava de trabalhar mesmo, só eu que não tinha percebido. E aí... eu fui... nos três primeiros dias que eu fui cortar cana, Simone, eu tava sofrendo tanto, tanto, tanto, tanto na minha casa, com esse cara com a minha vida já bagunçada, porque bagunçou muito. Eu lembro... era caminhão na época, então tinha um toldo assim em cima e nas lateral era aberto, daí eu subi no caminhão, quando chegou naquela ponte lá em cima, no trevo, Deus sabe o que eu tô falando, eu senti vontade de pular de cima do caminhão, porque eu tava indo fazer uma coisa que eu nunca tinha feito na minha vida, sabe? Nem sabia que jeito que era. E... mas, aí, quando eu cheguei na roça, minha inchada era cega, inchada enferrujada que eu não sabia... né? Mas aí, o pessoal da roça, eles foram tão solidários, eles nem me conheciam, já veio três mulheres, a Dola a Marta e a Conceição, e eles me apelidaram de Carla. Carla vem trabalhar junto com a gente. (Vídeo – CD 1 – M2U00358.MPG).

Como as categorias essenciais e suas conexões no ser social estão postas no trabalho, pode-se inferir que a gênese da sociedade e da história com seu desenvolvimento específico só são possíveis através do trabalho. Nesse sentido a razão ontológica fundamental se traduz em causalidade colocada em movimento por “decisões teleológicas alternativas”. Por isso, o acuo das fronteiras naturais e a vida humana e social nunca se desvinculam por completo de sua “base em processos naturais”. Por outro lado, há uma diminuição contínua do papel do “elemento puramente natural”, tanto na produção quanto no produto dela, de modo que todos os momentos mais importantes e determinantes da reprodução humana abrigam “com intensidade cada vez maior” os momentos sociais através dos quais são contínuos e fundamentalmente transformados.²⁰³ A aproximação dos trabalhadores, ao construírem em seu próprio cotidiano de trabalho relações de solidariedade revela ao mesmo tempo além da identificação de situações comuns porque referentes a todo um segmento de classe, como também a superação do momento puramente natural e reprodutivo, fazendo transparecer dimensões próprias do ser social, o qual mesmo determinado pela necessidade frente às condições materiais de existência, consegue ir além, possibilitando tocar o espaço do humano-genérico. A experiência do primeiro dia de trabalho de Carlita e a aproximação solidária dos

²⁰³ LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 12.

trabalhadores permite que sua imediaticidade angustiante, insuportável a ponto de pensar em “pular do caminhão” ganham outro patamar, o da identificação do outro trabalhador como participante da mesma condição de classe, o que não resolve de forma alguma o problema das determinações socioeconômicas, isto é, o fato de que o cenário capitalista tende a suprimir todas essas experiências sob uma lógica desumana, perversa, consumista e pautada pela busca ávida de ampliação do próprio metabolismo do capital.

De todo modo, quando as dimensões criativas e construtivas da realidade humana são afetadas e comprometidas pelo desenvolvimento de forças produtivas sob a lógica de um modo de produção inclinado fortemente à práticas de dominação e espoliação dos produtores por aqueles que detêm os meios de produção, ocorre um movimento de negação do próprio ser social, o qual vivencia constantemente as tentativas de sua descaracterização, dado que o próprio trabalho perde aspectos essenciais no que diz respeito ao seu papel humanizador, ou seja, há um processo sempre crescente de desumanização do homem e de suas condições de existência, as quais ficam subjugadas às necessidades do domínio do capital, levando a própria humanidade a ser subsumida pelo avanço de realidades e ideologias contraditórias de sua própria essência enquanto humanidade. Essa face perversa tem sido mostrada aos reais produtores ao longo da história, expulsos de suas terras, submetidos à necessidade de colocar sua força de trabalho à venda em troca de salários injustos e imersos em situações de trabalho injustas e degradantes, subsumidos pelo avanço do capital fundiário e industrial fundidos sob a mesma lógica _ a exploração exorbitante, intensiva e extensiva do trabalhador rural. Ela se tornou muito próxima e muito concreta, no caso do Brasil e de modo muito particular dos conhecidos como “homens do campo”. Historicamente, o trabalhador do campo vem sendo arrancado e desligado das condições que lhe deram origem, ou seja, seu vínculo com a terra e o cultivo de elementos que fazem parte da reprodução humana. Essa vem sendo uma tendência do metabolismo do capital, de aviltamento da classe trabalhadora e mais precisamente de alguns segmentos da classe trabalhadora. Essa face amarga e perversa vem sendo vivenciada por inúmeros trabalhadores, como é o caso dos cortadores de cana, dentre os quais a própria Carlita passa a ser um expoente. Em situações que a memória remonta são reconstruídas histórias que não são individuais, mas, coletivas, dado que afetam a uma classe, uma categoria, um grupo ou segmento de classe. Quando um

trabalhador se solidariza com o outro, quando consegue identificar no outro a si mesmo enquanto classe, uma vez que vivencia ou já vivenciou situações semelhantes, começa-se a construir o espaço para a coletivização da luta, na medida em que retira do campo egoísta e particular e o coloca no patamar das lutas sociais. Provavelmente, experiências singulares como essa narrada por Carlita a seguir tem profunda ligação com a decisão em determinado momento de construção da organização da luta sindical em seu espaço de atuação:

Na hora do almoço, como eu não tinha comida... Não, eu levei só a mochila para eles não desconfiarem que eu tava sem comida, mas eu não tinha comida. Aí elas... na hora do almoço eu entrei numa rua de cana e fui sentar lá no canto, eu fumava, aí eu tinha levado uma garrafa de água com açúcar. Eu peguei aquela água com açúcar tomei um pouco, acendi um cigarro e fiquei lá no... cigarro de palha eu fumava, e fiquei lá no meio da cana. No outro dia eu fiz a mesma coisa, porque na usina você tem que trabalhar uma semana, fica na casa, então você recebe daí quinze dias, né. Eu tinha arrumado um dinheiro pra comprar comida para os meus filhos, então pra comprar pra eles dava cê entendeu? Aí um dia, eu só chegava de tarde eu esperava... daí eu fazia comida, eu esperava meu filho comer, se sobrasse um resto dele daí eu comia. E no outro dia eu fui de novo, mas no outro dia eles... os trabalhadores, eles conhece, então quando eu entrei pro... pra moita de cana, a Dola foi atrás de mim: Carla, você tá sem comida, né? Ai eu falei: Dola, eu tô. Ela falô: é, a gente percebeu isso ontém. Aí, na roça é assim, quando um trabalhador tá sem comida, junta o grupo e cada um deles coloca uma colher de comida na marmitta, então eles falava assim: pode trazer sua marmitta vazia, daí na hora do almoço cada um punha uma colher de comida, faz um caldeirão e aí... aí... eu tive a comida pra comer, mas eu não consegui comer tudo, sabe? porque tinha umas coisas melhores na comida, né, tipo é... uma me deu um pedaço de ovo, pois um pedaço de carne, quantos dias que eu não comia carne. E eu, eu levei a comida pra casa. Aí, quando chegou de tarde, eu até chorei porque... chegou de tarde a comida tava... a comida tava azeda. (Vídeo – CD 1 – M2U00358.MPG)

Evidencia-se que os próprios trabalhadores na medida em que conhece as determinações do mundo do trabalho conseguem ultrapassar o véu da aparência e visualizar a realidade mesmo quando se tentar acobertá-la. Carlita não queria preocupá-los e também não os conhecia ainda, não havia como revelar uma realidade tão dura: não ter o que comer. Mas, possivelmente, a grande maioria já tinha passado por situações semelhantes e por isso não deixaram de notá-lo, mesmo que Carlita tentasse disfarçar. Essa experiência de profunda solidariedade entre os trabalhadores ajudarão a que a líder se posicione não em favor de seus interesses, mas, de seu segmento de classe, com o qual pôde se identificar desde o primeiro dia, pois, a luta nunca mais será somente sua. Em outras palavras, a reprodução da realidade em pensamento enquanto concreto pensado cunha a

existência de determinadas categorias, sempre em movimento contínuo e dialético, tais como a violência, a miséria, a fome, a questão de gênero, o assédio, a condição de migrante, a desproteção, o preconceito, o trabalho precário, dentre outras, e que fazem parte do cotidiano dos trabalhadores inseridos nesse contexto, de modo que a história da líder sindical que sofre com todas essas pressões e determinações, torna-se a história de um segmento de classe do qual é parte e com o qual se identifica.

Essas questões são muito complexas e problemáticas, dado que, de fato, o atendimento das necessidades dos indivíduos está atrelado ao suprimento de produtos, valores – de uso e não de mercadoria. Todavia, no contexto da dominação burguesa, essa dimensão é distorcida de modo brutal, uma vez que o capital só permite a sua legitimação na esfera produtiva e distributiva nas formas de “produtos mercantilizados” e isso diz respeito tanto nas formas de produtos quanto de serviços. O agravante se manifesta no próprio trabalho, enquanto dispêndio de energia humana, responsável pela manutenção do trabalho vivo nos contornos do capital, e que só alcança legitimidade e, portanto, garantia de sua sobrevivência sob essa condição, isto é, a de ser transmudado em mercadoria.²⁰⁴ Mézaros ressalta as nuances que esse fenômeno tem assumido também num contexto de globalização econômica, assim esclarecendo:

O conceito de globalização está muito longe de ser um *Daseinform* (uma forma categorial do ser) em seu sentido marxiano. Não se trata da produção de uma síntese das características dos desenvolvimentos socioeconômicos efetivos nessa noção – com validade vagamente comparável aos discernimentos dos clássicos da economia política – a qual poderia revelar algo significativo de um ponto de vista estrutural sobre as tendências presentes e indicar suas raízes no passado histórico. Ao invés disso, o que nos é oferecido sob o incessante chavão repetido da *globalização* universalmente benéfica é a maquiagem cínica das estratégias de domínio capitalista efetivamente em andamento – e também reforçadas por meio da intervenção estatal – correspondendo à fase presente de *dominação imperialista*.²⁰⁵

Mas, outras conseqüências indiretas do desenvolvimento do processo de trabalho, do campo de atividade, traduzidas, sobretudo na gênese e manifestação da própria personalidade humana, no que se explicita a dimensão humanizadora

²⁰⁴ MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi; Francisco Raul Cornejo e Paulo César Castenheira. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 202.

²⁰⁵ Ibid., p. 249.

constituída através do trabalho, uma vez que o ser social se constrói enquanto tal através do trabalho, embora, atualmente, o desdobramento dessas capacidades ao se diferenciar de modo cada vez mais nítido também possa revelar-se também como entrave para o “devir da personalidade”, como um conduto para a “alienação da personalidade humana”, que, de início em na imediaticidade se traduz apenas em ser-em-si, isto é, “[...] a consciência do respectivo contexto, economicamente fundado”.²⁰⁶ A manifestação de imediaticidade acaba por fundar e estruturar situações de mascaramento da realidade e de simulação para si mesmo de que a dominação é um produto natural e necessário na sociedade, o que leva a que alguns comecem a pensar que têm o direito sobre a vida do outro, que devido às diferenças de condições de acesso à riqueza socialmente produzida pudesse legitimar qualquer postura de subjugação ou humilhação do outro, de tornar tudo cambiável e submetido à lógica do mercado, onde tudo se torna mercadoria, inclusive as relações humanas, inclusive as relações mais naturais entre homens e mulheres, quando estas também passam a ser vistas e contempladas sob a mesma lógica, ou seja, a da “coisa”, a do fetiche e da alienação. A solidariedade dos trabalhadores contrasta fortemente com as relações de dominação pautadas pela subjugação e humilhação da mulher por parte de homens confiantes no seu poderio de macho. Na precariedade em que vivia, a líder chegou a ser consultada sobre a possibilidade de abrir mão do filho, uma vez que não tinha boas condições de vida e como muitas outras mães sequer contava com a vaga na creche. Sem dúvida que jamais foi uma intenção de Carlita ficar longe dos filhos, uma vez que por eles até passava fome, o que é aceito pela mulher que lhe havia feito a proposta e que resolve ajudá-la de outra forma. Contudo, paralelamente a essas ações de solidariedade, emergiram outras fundadas absolutamente na ótica da mercadoria, das relações de troca, como é o caso de alguém que lhe oferece carona para cobrar-lhe posteriormente de forma mercadologia e dominadora, do homem que acredita poder trocar favores tendo em vista a satisfação de seu poder de macho, ou seja, novamente a líder, como em outras fases da vida, ficará diante de situações fortemente atreladas às condições materiais de existência, ou melhor, a falta delas, e àquelas relacionadas ao gênero, conforme se poderá notar a seguir:

²⁰⁶ LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 7.

Eu lembrei de um fato agora, antes de eu cortar cana, eu fui trabalhar com uma mulher, aqui perto do hospital, eu morava lá em cima, perto do cemitério, e eu descia com eles pra trazer na creche aqui em baixo e sumia lá pra perto do hospital pra eu trabalha. Esse Alexandre a creche não aceitava, então ele ia comigo na... no carrinho. E a mulher, ela não tinha filho, sabe? ... Antes do corte da cana. E ela queria muito que eu desse o Alexandre pra ela. Aí, eu falei que não, que não abria mão de um filho meu. Aí eu falei: olha dona Natalina, se a senhora quiser me ajudar, a senhora me ajuda, mas o meu filho eu não vou abrir mão dele. Aí ela falou: então eu vou te ajudar, Carlita. Você não vai vir mais trabalhar por que tá muito difícil pra você. Não compensa. Você vai procurar outro serviço, e eu todo dia durante um ano, eu vou mandar levar na tua casa, porque naquela época tinha padeiro, o padeiro levar um litro de leite, e três pãozinhos procêis. Sabe? ela mandou durante um ano... certinho. As filhas dela hoje tão tudo moça casada, me encontra, sabe? É bonito ver. E aí, Simone, olha bem... tem umas coisas assim que... só Deus, sabe. Trabalhando para essa senhora, um dia eu peguei saí de lá e vim buscar os meninos na creche. Simone, formou uma tempestade por aqui assim, e eu ia daqui lá em cima, daqui lá em cima que eu falo tem mais de três quilômetros, empurrando um carrinho. Eu colocava os dois meninos, porque um era muito grande, que era o Xandão, que é grande até hoje, e o outro era miudinho. Então eu colocava os dois no carrinho e ia segurando o Neto pela mão. Quando eu cheguei na praça ali, um taxista... me disse assim: Ô dona, pára aí que eu dou uma carona pra senhora, a senhora mora lá na avenida saudade? Falei: moro. Ele sabia onde eu morava. Ele era um sitiante desse sítio aqui na frente, Seu Mário _____. Aí ele disse assim pra mim: vem vindo uma tempestade muito forte, pode até matá filho seu aí. Aí eu falei pra ele: eu não tenho dinheiro pra pagar. Ele falou: entra aqui. Aí me levou, rapidinho eu cheguei em casa. Ele ainda foi bem rápido porque o tempo tava muito fechado. Quando chegou lá na porta da minha casa, ele tirou o carrinho do carro, me ajudou com as crianças. Aí eu falei pra ele assim: ô seu Mário, eu não tenho como pagar o senhor, porque eu não tenho dinheiro. Aí ele falou pra mim assim: não... qualquer dia desses se você sair comigo, fica paga a corrida de táxi. Simone... eu achei aquilo uma ofensa tão grande, tão grande, que a vontade que eu tive foi de volta lá na praça e subi a pé. (Vídeo – CD 1 – M2U00358.MPG)

Carlita jamais se esquecerá daquela situação. Ao contrário, terá a possibilidade histórica de mostrar que as relações de mercado não servem de parâmetro para as relações entre seres humanos e o fará da forma mais honesta e humana possível, descortinando o universo social de quem acredita na dignidade humana e em relações sustentadas nessa condição e não em bases reificadas, reproduzidas e petrificadas muitas vezes por se acreditar que sejam naturais e por isso permitidas, justificáveis e legitimadas, quando, na verdade, não o são, ao contrário impossibilitam o desvelamento dos nexos reais existentes e que fundam de modo articulado visões de mundo e comportamentos que em nada condizem com o ser social livre e plenamente humano:

Olha bem, olha bem o que é a nossa vida, Simone. Passaram-se os anos, né? Entrei pro movimento sindical, que depois eu tava _____. Fiz tudo essa trajetória minha... Aí o seu Mário _____ veio no

sindicato fazer a aposentadoria dele. Daí quando eu vi lá, eu chamei o Humberto lá na sala e falei: Humberto, você faz essa aposentadoria com o maior carinho que você puder, viu, você trata da melhor forma que você puder. Ele: porque mamãe? Eu falei: um dia você vai saber. Aí na hora de assinar a aposentadoria dele, aí foi o seu Mário lá na minha sala. Peguei, olhei a documentação, assinei, falei: seu Mário, agora o senhor pode dar a entrada que o senhor vai se aposentar. Ô dona Carlita, Deus te abençoe, quanto eu pago pra senhora? Eu falei: não seu Mário, fica pra pagar aquela corrida de táxi... falei pra ele... o senhor não precisa me pagar nada não, isso aí fica pra pagar aquela corrida de táxi. Simone, o homem não sabia levantar da cadeira... Desmontou. Sabe... às vezes eu conto isso pras pessoas, né? Eu falo assim: gente! Ninguém, ninguém pode dizer eu faço hoje e amanhã não sou cobrado, sabe? Foi tão, foi tão... tão pontual, tão programado sabe? Quanto eu pago, dona Carlita? A minha resposta foi bem distinta: fica pra pagar aquela corrida de táxi... sabe? Se o home, sabe? Eu encontro ele na rua: bom dia! Boa tarde! Cê entendeu? Então, Deus fez eu pagar aquela corrida de táxi praquele homem. De uma forma assim tão... que nem eu esperava. Só que eu fiquei muito ofendida, sabe? ... Eu fiquei muito magoada. Porque eu não pedi nada pra ele. Eu vinha. A chuva ia acontecer, eu ia me escondê com meus filhos, mas eu... sabe, Simone? Então, eu... tem umas coisas assim que passou na minha vida que só Deus pode explicar. Eu não explico não, só Deus.

Nesse momento há que se chamar a atenção para outro elemento fundamental: a liberdade. O homem tem a possibilidade fundamentalmente humana de “abrir caminho”, o que traz o significado de criação de condições materiais necessárias e de um espaço de possibilidades para o “livre emprego em si”, mas, tudo isso também é resultado da atividade humana. É sob essa inflexão que o homem, a humanidade só pode alcançar a liberdade por meio de sua própria atuação, ou seja, a liberdade só é possível através da ação humana, o que só será realizado porque “[...] toda sua atividade já contém, enquanto parte constitutiva necessária, também um momento de liberdade.”²⁰⁷ De outra feita:

É a consciência da melhor parte dos homens, daqueles que, no processo da autêntica humanização, colocam-se em condições de dar um passo à frente com relação à maioria de seus contemporâneos; e é essa consciência que, a despeito de todo problema prático, empresta às manifestações desses homens uma tal durabilidade. Expressa-se neles uma comunhão de personalidade e sociedade que mira precisamente a essa adequação plenamente explicitada do homem ao gênero. Com a sua disponibilidade a empreender um progresso interior nas crises das possibilidades às quais o gênero chegou pelos caminhos normais, tais pessoas – nos momentos em que as possibilidades de uma adequação ao gênero para-si são materialmente exploráveis – contribuem para produzi-la efetivamente.²⁰⁸

²⁰⁷ LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 16.

²⁰⁸ Ibid., p. 17.

Contudo, segundo Lukács, unicamente a filosofia e a arte, incluindo os papéis exemplares de algumas pessoas em suas ações, são capazes de transitar nessa direção, ou seja, da liberdade humana, uma vez que se mantêm espontaneamente na memória humana, aglomerando-se como condições de uma disponibilidade, ou seja, a de tornar os homens “interiormente disponíveis para o reino da liberdade”. Destarte, aquela priorização do aspecto material na essência e constituição do ser social, sob todos os prismas, isto é, a busca e imprescindibilidade de compreensão da realidade sob essa inflexão não coincide com a capitulação diante de particularismos objetivos e subjetivos.²⁰⁹

Ademais, no âmbito das construções ideológicas, o que se percebe é que em sua quase totalidade as ideologias foram construídas em prol da permanência e da adaptação do ser em si, orientando-se continuamente para a “[...] atualidade concreta, estruturando-se para responder às tipologias de luta atuais.”²¹⁰ Por outro lado, é possível notar o desenvolvimento de formas de organização e de luta da classe trabalhadora a partir das experiências que essa vai amalgamando e que são notáveis por se manifestarem enquanto movimento que nasce da base, no próprio seio da classe trabalhadora. É a partir das experiências da vida e do trabalho que esses trabalhadores começam a perceber sua realidade, a si mesmos e a vislumbrar mecanismos de resistência. De certa forma, a líder sindical em questão e os trabalhadores que acompanharam e participaram de sua trajetória vêm tentando construir formas e estratégias de resistência, estruturando-se para buscar repostas aos problemas persistentes e atuais, mas, que já perceberam não são pontuais, pois, dizem respeito a todos os trabalhadores.

Conforme aludido em capítulo anterior, inicialmente a luta em Cosmópolis foi travada tendo em vista a garantia de condições básicas de trabalho frente a condições desumanas e degradantes como a imposição de beber água apenas ao final de cada fila, o que, desde o início, chamou a atenção da líder sindical, a qual já era reconhecida nas ações do cotidiano de trabalho como figura importantes nos processos de organização e decisão por parte dos outros trabalhadores, o que foi dando legitimidade ao processo de sua afirmação enquanto presidente do sindicato e ao movimento sindical em Cosmópolis:

²⁰⁹ LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4). p. 17.

²¹⁰ Ibid., p. 17-18.

Eu pensei comigo, sabe? E ali você vai vendo, né? A água, a gente não podia tomá água. A água pra você podê tomá era assim: você pegava a rua aqui, você tinha que trabalhar nela todinha, aí você ia tomar água do outro lado, do outro lado, sabe? Então, era uma coisa assim que foi chamando minha atenção, foi chamando. E sempre que tinha um rolo, alguma coisa lá na roça o pessoal chamava eu.

O posicionamento alegre e forte de Carlita também foi importante para a criação de alguns espaços de confraternização entre os trabalhadores, o que, sem dúvida sempre é temido pelo capital, tendo em vista o risco aproximação e organização pelo fato de poderem tratar de assuntos comuns. Mesmo assim, Carlita conseguiu organizar os trabalhadores enquanto também cortadora para a realização da confraternização de final de ano, o que se tornou uma reivindicação atendida dos trabalhadores:

Aí, no ano seguinte eu inventei um tal de um amigo secreto na roça, mas aí eu já comecei a organizar o povo. Olha gente, todo mundo trazia plástico e aí eu escrevia no papel: Dola, um refrigerante e um presente. Fulano, um prato de salgado e um presente. Sabe? Distribuía, pegava o nome da turma inteira, levava pra casa, marcava tudo e aí a gente tirava no sorteio quem saiu com quem. Aí se eu pegasse você e no seu nome estivesse escrito um prato de bolo, eu tinha que trazer um prato de bolo. E aí, no ultimo dia do serviço, da safra, aí a gente parava mais cedo, a gente fazia a hora, parava mais cedo e ia brincar, trocar os presentes na roça. Começou a tornar-se uma coisa assim comentada na usina, sabe? Aí nós já começamos a reivindicar sem saber, né? Aí já fomos... e eu que era a cabeça de tudo. Fui reivindicar pra gente fazer hora durante a safra pra no ultimo dia de corte de vez de nós ir pra cortar cana, nós ia só pra comemorar o fim da safra. E aí a gente começou a fazer isso, sabe? Mas aí começaram a entrar outras turmas que também queriam brincar, né? O seu orlando colocava o som no radio, no ônibus pra nós e fazia uma festa, sabe? E era eu... era eu que cantava, sabe... No amigo secreto. Eu era muito arteira que não tinha jeito, na roça.

O “ser arteira” revelava antes de qualquer coisa uma face de enfrentamento, de não aceitação do fato como ele está posto. As estratégias criadas com as colegas para conseguirem descansar, realizando uma pausa mais tranquila, embora entendida como desobediência para o fiscal, tratava-se de uma necessidade de mostrar que o descanso era uma necessidade legítima. Ao fazerem essas experiências poderão lutar para o cumprimento dos momentos reservados para a pausa e descanso, o que, atualmente é fiscalizado pelo sindicato. Por outro lado, a necessidade de criação dessas estratégias corrobora a face perversa e a violência exercida pelo capital no seu processo de reprodução metabólica e a ausência de condições mínimas de trabalho:

Fazia muita coisa assim tipo... é... vamo dizer, desobedecer o fiscal, tá? Eu desobedecia o fiscal, ele... às vezes, eu entrava numa rua, a rua tava ruim, eu não fazia o que os outros, o que ele mandava, as meninas sempre comigo. É... uma vez... nós... tava uma cana ruim que não tinha jeito, tinha um abacateiro assim do lado, sabe, e tem um negócio que a gente fala: sair fora, né? Vai fora era... quando as pessoas vai fazer as necessidades fisiológica, né.

Ah tá, não tinha banheiro.

Não, não tinha banheiro não. Então falava vai fora, né? Ai vai fora é... é... o home não podia ir atrás da gente. Então se home não podia ir atrás da gente, fiscal não podia ir atrás de nós, né? Ai nós ia, aí um dia nós fomos e a gente se distraiu, nós tava aqui perto da Petrobras, lá no fundo, onde é a laranja hoje, e tinha um abacateiro lá. E eu: Dola,, olha quanto abacate. Tinha uma... tipo grama assim, na berrada da, da cerca, e nós ficamo lá. Invés de a gente voltar pra trabalhar, sabe aquilo que você faz que você bate a mão no chão e vai andando com a perna pra cima? ... Aí, ia correndo assim, batia a mão no chão e virava. Eu a Dola, a Conceição, a Marta já era um pouquinho mais velha que nós, então ela só ficava rindo e olhando. E nós lá. E eu: Dola, planta bananeira Dola. O fiscal vinha subindo o carreador, e como a gente não tinha saído fora pra coisa nenhuma, tinha saído fora pra descansar, é... ele ouviu eu falando, que ria muito, né? Nós tudo rindo, porque nós tinha deixado a turma lá em baixo. Tava demorando, demorando ele não pode entrar onde nós tamo, Mas, ele passou no carreador. Aí ele falou pra nois, sabe? Depois... que ele ficou ouvindo eu falar: planta bananeira Dola, não é assim que planta é assim, e sabe? Coisa assim que só molecada mesmo fazia. E aí... daí a pouco ele tossiu. Quando ele tossiu, nossa, nós corremo, catamo nosso chapéu, porque a gente usava chapéu, amarramo o lenço assim. Falei: Dola, vamo sai lá em cima porque ele tá aqui em baixo. E saimo correndo pelo meio do abacateiro e saimo lá em cima, e ai nós vinha descendo assim. Ai ele falou assim: ocêis demoraram, heim? Que que foi que aconteceu? Falei assim: ah! Foi a Dola que tava com dor de barriga. E ela me olhou com uma cara feia. E ele falou assim: é precisa dar um jeito, né? Tomar um remédio para acaba com essas dor de barriga. Olhei pro _____ tava lá parado. Mas ele sabia que não era nada daquilo, passado muito tempo ele contou pra nós que ele sabia.

E, segundo Carlita, as “desobediências” contavam com a cumplicidade de outras trabalhadoras, as quais se articulavam para que esses momentos absolutamente necessários pudessem acontecer, descortinando também nas alternativas criadas hodiernamente as possibilidades de articulação dos trabalhadores para fazerem valer seus direitos, embora saiba-se nos dias atuais mais do que nunca o quanto tem sido complicado encontrar caminhos de enfrentamento aos novos impasses trazidos pelo capital:

Então eu fazia umas coisas assim, tipo... é... duas deitava na cana pra dormir e as outras ficava no carreador vigiando pra vê se o fiscal vinha. Uma vez nós lá na ródia, nós fomo fora. Tava o Salsicha e o Virsão de fiscal, e aí... é... tinha a linha do trem e nós... ai menina de Deus, como nós sofremo aquele dia, nossa! Não gosto nem de lembra. A gente desceu o barranco na linha do trem, ó pra ir fazer xixi lá em baixo naquele barranco. E... como era um barrancão, a Conceição desceu escorregando, outro desceu... sabe, farra mesmo. Menina, e pra nós sai de lá de baixo pra subi

aquele barranco? Ia até na metade, caía. A Conceição caiu em cima do mijo da Dola. Mas, era legal demais. E ai... e a turma lá: e a Carla sumiu, e a Carla sumiu, e a Carla sumiu. E ai eles foram procurar nós. Eu eu falei: Dola agora não tem jeito, nós vamo te que esperar alguém vim aqui pra tira nós daqui, porque nós não conseguia subi. A Conceição catou num pezinho de planta que tava num barranco, mas com o peso o pé de planta saiu, porque no barranco né? Então, ai... Nossa menina, pelamordedeus, aquele dia eu vi que nós ia de gancho sabe? ... Acharam. Porque daí tava dando a tarde e num... o povo precisava embora, e não achava nós. E ai o Virsão saiu pela beira da linha do trem, o Virsão fiscal. E ai nós: Ô Virsão, ô Virsão, tira nós daqui. Eles tiveram que ir lá em baixo no ônibus, pegar corda, joga pra nós... Era alto. Alto mesmo. Nós num...
Não pensaram nas conseqüências.

Não, nós não pensava.

Mas, desobedecer à lógica do capital nunca poderia ser pensado sem conseqüências, uma vez que são criados continuamente mecanismos de dominação do trabalhador, seja através de “gancho”, das “listas negras”, dos “cortes”, os quais se alimentam da condição de pobreza e vulnerabilidade da classe trabalhadora, a qual é forçada a se submeter às condições impostas pelo capital, já que têm apenas sua força de trabalho, colocada à venda se quiserem sobreviver. Carlita também sentiu de perto essa realidade:

Nossa esse home ficou bravo demais. Xingou eu, xingô a Dola. Cêis tá fazendo coisa de moleque. Amanhã nos vamos conversar, eu vou vê se vocês vão vim trabalhar, sabe? Daí eu: ai meu Deus só faltava eu leva um gancho, né? Mas na hora de você fazer as bagunças você não pensava, eu não pensava.

O gancho é ficar um dia sem trabalhar?

Fica um dia sem trabalhar, mas aí você perdia o domingo, né? Nossa, a semana se acabava. Aí eu fui embora pra casa aquele dia preocupada. Falei: ai, Dola, se eu levar um gancho, vai prejudicar tanto eu. Ela não, ela tinha um marido que ajudava ela. Agora eu não tinha. A conceição era solteira, a Marta tinha um marido. Então quem se ferrava era eu. Mas na roça eu gostava muito, sabe? Gostava muito, muito mesmo de trabalha na roça, no serviço do corte da cana.

Carlita relembra que enfrentou muitos embates em razão de seu posicionamento, tendo inclusive seu nome colocado na lista para a “poda”, ou seja, elencado no que se chama “lista negra”, onde são registrados os nomes dos trabalhadores a serem dispensados do trabalho na próxima safra:

Tive muitos problemas. Por exemplo, teve um ano, a safra terminou cedo, terminou dia trinta de outubro. E é assim, eles passam uma lista, ele... um... a usina naquele tempo, hoje já acabou com isso, mas naquele tempo, ela observava quem tinha muito atestado, quem faltava muito, e ia na poda. Poda era cortar você do serviço. E eu, eu brincava muito, quando eu tava

trabalhando por dia, quando eu tava trabalhando por empreita eu não brincava, sabe? Por isso que ela prefere por empreita. E todo mundo faz a mesma coisa, se poupa quando está por dia.

Em geral, quando o trabalho é por empreita o cortador sabe que terá que produzir muito, uma vez que seu pagamento será efetivado em proporção à produção. Isso não raro expõe o trabalhador a jornadas exaustivas, o que muitas vezes têm acarretado não apenas o adoecimento como também a morte de muitos trabalhadores ao longo das últimas décadas. Carlita lembra que mesmo nos momentos em que se feriu ou que precisou de atendimento médico em razão da picada de algum inseto teve que se adequar à rotina da usina, ou seja, aguardar até o final da jornada para ir ao hospital, contar com o socorro dos próprios trabalhadores e ir trabalhar mesmo sob essas condições, uma vez que embora fosse um direito, os atestados médicos não eram aceitos:

Mas, naquele ano, eu tinha assim... nossa eu trabalhei muito. Eu fui picada por uma mangava. É uma abelha preta, acho que você não conhece. E essa... ela me picou e infeccionou e eu fiquei com o pé assim ó... É. Então. E... eu tive... eu fiquei quinze dias com o pé muito ruim, mas eu não pude ficar em casa. Eu ia pra roça, chegava lá eu pegava o leito, o fiscal sabia, eu deitava, colocava o pé pra cima, em cima da moita de cana e ficava passando o dia lá. E eles apontavam o meu dia. Porque se eu pegasse o atestado ela não pagava atestado... Era direito, mas num... ela não respeitava, né? Atestado sempre foi direito né? Mas ela não respeitava. Então, não recebia. A gente preferia ir trabalhar doente do que... e... também... naquele mesmo ano, era um dia de tarde, a gente tava aqui num canavial perto, o pessoal tava igualando o leito, eu já tinha terminado o meu. E aí eu tava muito cansada, porque na verdade você corta cana, e você pode rapa o sal assim com o podão. Se você tiver com o tecido cacharel, você pode rapa o sal com o podão, sabe? E eu cortava muita cana. E eu senti coloquei o meu cotovelo assim na... no meu joelho. Daí a pouco eu senti aquela ferroada assim, eu já tinha me lavado, porque a gente abre o lenço, lava o rosto, tira o bangoti ,né? Se dá uma refrescada. Eu já tinha me lavado. Ai... é... quando eu... quando eu ergui o braço que eu senti aquela ferroada, quando eu ergui o braço tinha um escorpião pendurado assim. Isso de tarde. ai eu achei... minha mãe sempre disse que escorpião quando picava matava, né? Ai eu: ai Dola eu vou morre, eu vou morre Dola, eu vou morre. E ela: não vai morre não, Carla, não vai... Ai já veio o Chicão, veio um outro senhorzinho lá, aí eles mataram o escorpião, abriram... pegaram a barrigada dele, esfregaram assim no lugar, porque era bom. Mas... eu tive que esperar o pessoal terminar o leito, igualar os leitos, pro ônibus ir e me levar pro hospital... É. Simone, eu tava cega, eu passava a mão assim na parede tentando achar a parede na minha casa tinha um monte de cor. Isso só eu e minhas crianças... Passei pelo hospital, eles deram injeção, tudo e eu fui pra casa. Me levaram em casa, mas, nossa, eu tava cega de dor. E aí... eu não pude... arrumar a comida, não pude fazer nada porque eu não agüentava a dor mesmo. E esse cara, que era o meu marido, demorou muito pra chegar, sabe? Foi chegar muito tarde. No outro dia, eu fui trabalhar. com uma dor de cabeça que eu não agüentava. Aquele braço inchado assim, fui trabalhar. então eu não perdi dia naquele ano, tá?

Os motivos para o nome ir parar na lista negra e conseqüentemente para a poda²¹¹, pode ser os mais variados e arbitrários, incluindo trabalhadores que se desgastaram e se empenharam para atingir a produtividade necessária não apenas para a sua reprodução como também para sua continuidade no corte na próxima safra. Essa situação é agravada quando o trabalhador é mulher, pois, nesse caso a questão de gênero é desnudada em relações de violência moral, envolvendo assédio e subjugação da mulher trabalhadora, sobretudo quando consideradas dentro do estereótipo de juventude e beleza:

É... quando chegou no final, a safra ia terminar dia trinta de outubro. Eles coloca os nomes das pessoas na poda. Ai... é assim, eles fazia uma...fazia naquele tempo, muita mulher, se a mulher era nova, bonita, se tinha um corpo bonito, ela tinha que andar com o fiscal ou com o turmeiro. Eles dava, dava, dava, dava em cima até... a mulher sair com ele.

Essas estratégias desumanas e arbitrárias na estruturação do trabalho na agroindústria canavieira intensificam o controle e o domínio, a “domesticação” do trabalhador e mais precisamente o assédio moral, tendo em vista a assimilação das “regras do jogo” pelos cortadores e cortadoras, subjugando o corpo e a alma do cortador.

Mas eles assim obrigavam ou só davam em cima mesmo?

Não, tinha, tinha a forma de obrigá. Ai quando veio a lista da poda: fulano, fulano, fulano, Carlita. Eu falei: eu na poda? Ai todo mundo: a Carla na poda? Mas por que a Carla? E todo mundo começou, porque eu já liderava ali, mas assim eu nem sabia né? Então tudo eles vinha: Carlita? Carla resolve isso. Carlita resolve isso, ou eu mesmo ia pra resolver sabe? e... ai... a Carla na poda? Sabe? todo mundo estranhou. Falei: Dola, e agora Dola? O que que eu vou fazer? Ficar a parada inteira sem serviço, que é a entre safra. Eu falei: eu não acredito nisso. Isso não podia ter acontecido comigo. Comecei a chora. Fui embora muito chateada. Quando eu cheguei em casa, era mais ou menos sete e meia da noite ,o turmeiro chegou lá, sabe? Assustada? Eu falei: bastante, Zé. Zé Molinário ele chama. Não, não se preocupa não, é que você é muito topetuda, né? Eu falei: eu topetuda? Ah! Nunca dá lado pra gente, é... tá sempre ignorando a gente. Eu falei: Zé, eu não faço nada disso, eu não ignoro ninguém, eu sou do jeito que eu sou. Ai... não, não se preocupa não. Fui eu que afastei você. Falei: ah é? Por que, seu Zé? Ele falou: ah! Ó, vamo fazer o seguinte, não esqueci até hoje o telefone dele, catorze meia três, nunca esqueci esse telefone. Ai ele falou: se você sair comigo amanhã de tarde, porque a gente ainda ia trabalhar até

²¹¹ “Chama atenção no documentário a explicação apresentada por um trabalhador maranhense sobre um dos mecanismos de gestão da força de trabalho utilizado pelas empresas sucroalcooleiras, a prática da “poda”. Diz que o contratado é obrigado a atingir uma produtividade mínima de nove toneladas de cana cortada por dia nos três meses de experiência. Do contrário, a empresa realiza a “poda” e desemprega o migrante”. (VALIM, Marta. **Trabalhadores de cana têm suas vidas podadas**. 18 maio 2005. Disponível em: <<http://www.forum.ufrj.br/materias/180507.html>>. Acesso em: 2011.

dia trinta de outubro, a poda vem uns quinze dias antes. Se você sair comigo amanhã de tarde, depois de amanhã eu te dou o papel pra você fazer a ficha de novo. Simone! Liga pra mim, meu telefone é catorze meia três. Simone, esse home não sabe o que ele fez na minha vida. Ele fez eu buscar tudo que tinha de bom dentro de mim, de digno e ir pra cima dele. Falei: mas, eu não vou deitar com home pra poder cortar cana, mas de jeito nenhum. Sabe, seria, seria a ultima coisa na vida de uma mulher ter que deitar com um home pra poder ter um serviço de cortar cana. Não. Eu vou ter o meu serviço de volta, pensei assim. E a hora que eu cheguei, a dona da minha casa, eu era inquilina dela, eu tava chorando... ai dona Luiza eu fui na poda. Mas, porque Carlita? Não sei, dona Luiza, mas eu fui na poda.

A violência desnudada nas péssimas condições de trabalho e na arbitrariedade presente no modo como se constroem as relações no campo são complexificadas e adensadas pela situação da mulher trabalhadora nesse espaço. São relações desprovidas de respeito ao seu ser mulher, somado à vulnerabilidade social de seu ser trabalhadora. Essas peculiaridades não raro colocam essas mulheres trabalhadoras em situação de silêncio velado frente às investidas de dominação de gênero, sobretudo quando sua própria condição de subsistência, ou seja, seu trabalho é colocado como moeda de barganha. Carlita vivenciou um desses momentos e com coragem espantosa conseguiu denunciar essa violação de seus direitos como forma de mostrar para as outras que elas também poderiam resistir e que aquela situação era criminosa e inaceitável.

Aí, quando chegou no outro dia, no ônibus eu já contei pra todo mundo, contei pra todo mundo. Falei: vocês sabe por que eu fui na poda pessoal? Porque o Zé Molinário qué que eu saio com ele. Quando eu desci do ônibus eu chamei o pai dele, que era motorista, seu Orlando. Falei: seu Orlando, o senhor sabe porque eu fui na poda? Ele disse: não Carlita, eu até agora tô sem entender uma coisa dessa. Você é uma funcionária que dá produção. Nós ganha pela sua comissão, porque eles ganhava por comissão da gente. Eu não sei o que a usina fez. Eu falei: não foi a usina não, seu Orlando, quem fez foi o seu filho, aquele safado sem vergonha, eu falei. Só que tem uma coisa, eu quero o meu serviço de volta. Eu tô avisando o senhor que é o pai dele, o senhor vai procurar ele, vai falar com ele, que hoje de tarde eu quero o meu papel pra eu fazer a ficha. Porque se ele não me der seu Orlando a sua nora vai saber, viu? Sua nora vai saber, porque eu vou descobri onde ele mora e eu vou na casa dele conta. E eu hoje eu vou lá no escritório da usina e vou falar pra eles sobre qué que foi que ele fez comigo, tá? Se for preciso eu vou processar ele, mas eu quero o meu serviço de volta. E ali minha filha, criou um rebuliço na turma, muito grande. Os home ficaram bravo, as mulheres fico brava, sabe?

As manifestações da universalidade, concretizadas na singularidade da vida de Carlita através de várias mediações, particularizadas em seu contexto, nas experiências construídas e enfrentadas. Uma delas ficou manifesta na condição de

mulher trabalhadora que, como outras mulheres nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais, são expostas a situações de deflagrante violação de sua dignidade e de sua própria condição. Mas, a violência sutil, encoberta, fetichizada tornou-se nesse trabalho, em consonância com os estudos realizados por Moraes, um elemento estruturador das relações de “velamento – desvelamento” e de “desconhecimento – reconhecimento da dominação”, imprescindível para o entendimento da “transversalidade do gênero e da classe”, configurando-se enquanto “modo de percepção analítico”, com capacidade de possibilitar o desvelamento das mais diferentes formas e expressões da dominação sobre o ser social.

Aí, tinha um fiscal que ele era muito bravo pra nós, mas ele era muito humano, é... o Virsão. Aí, eu mandei chamar ele, ele não era fiscal da nossa turma, né, mas eu mandei chamar ele, porque ele era meu amigo. Falei: Virsão, eu to precisando de ajuda, ó o Zé Molinário pois o meu nome na poda, eu não perdi um dia, o escorpião me picou, eu não perdi dia, a mangava me picô, eu não perdi dia, eu não tenho uma falta, eu não tenho uma falta desde que eu entrei aqui. E ele me pois o meu nome na poda, e eu não posso ficar sem esse serviço. Porque... como é que eu vou tratar dos meus filhos? Eu falei pra ele. Aí, ele falou: mas pois o seu nome na poda por quê, Carlita? Falei: oia, ele foi na minha casa ontem e falou que se eu saísse com ele, hoje a tarde, se eu sair com ele hoje a tarde, amanhã, amanhã eu tô com ficha lá. E eu, se for sair com ele pra ganhar serviço de corta cana eu tô sem serviço, Virsão. Ele falou: não, você não vai precisar fazer isso. Aí chamou o _____ chamou outras pessoas e falou: ó o Zé Molinário fez isso com a Carlita. Aí, vamo lá no escritório. Eu falei: eu vou, eu vou. Aí, quando nós tava indo, o seu Orlando falou: não pelamordedeus, não faça... não faça isso. Não faça isso que eu vou agora buscar o papel com ele, pra ele... pra você fichar. Aí, quando foi, mais ou menos umas três hora da tarde seu orlando voltô com o papel pra mim fazer a ficha. Então, na verdade eu provei pra todas as mulheres que elas não precisava deitar com um deles pra ter aquele serviço miserável.

A precariedade do trabalho no corte se adensava em relações formatadas pela desumanização do próprio processo de trabalho, quando o trabalhador é tão maltratado a ponto não ser tratado como ser humano, mas, como se fosse “animal”. O extremo da desumanização e que expõe vidas não poderia ser aceito passivamente. Quando o trabalhador visualiza no outro a sua condição de classe consegue ao mesmo tempo realizar a crítica dessa situação permeada de tamanha opressão e se posicionar, uma vez que se trata de uma realidade inaceitável e que viola sua própria condição enquanto ser sócio-histórico.

E daí Simone surgiu... e assim, cada coisa que ia acontecendo, ia provocando uma ira na gente, né? E muitas vezes eu ficava... tinha um fiscal, chamava Marcelo. Ele tinha um problema na perna, então ele não podia entrar no meio do canavial. E ele tocava nós no canavial como se a

gente fosse animais, como se a gente fosse animais. Ele ficava lá: ôôô, vamo, vamo, vamo. Igual toca cavalo, boi. Ai um dia o sol tava muito quente, e a Marta desmaiou lá no meio do canavial, porque o mormaço a cana fechada, desmaia mesmo. E... aí... eu... eu falei: não, isso não pode continuar desse jeito. Ai eu pensei assim: ó meu Deus, um dia esses home vai ter que respeitar nós, um dia alguém vai chegar aqui e vai dizer pra eles que nós temo que ser tratado melhor. Ai eu olhei pro céu e eu falei comigo, mas que jeito? Que jeito meu Deus? Era no jeito de Deus, né? Eu que não sabia. (Vídeo – CD 1 – M2U00360.MPG).

A construção da tipologia do “bom cortador”, segundo Morais Silva²¹², carrega as bases de uma acentuada segmentação do trabalho, selecionados a partir dos critérios de força, juventude e moral harmonizados com a usina, onde os velhos, as mulheres e os fracos são deixados de fora. Consequentemente, o “bom cortador” sintetiza e reproduz o processo de exploração e exclusão acirrados com o avanço da mecanização, cada vez mais intensificada malgrado a atuação de movimentos de defesa desses trabalhadores. Carlita, por sua vez, ressalta a importância da atuação dos movimentos sociais na defesa dos direitos dos trabalhadores, uma vez que as condições eram ainda mais precárias em momentos anteriores, revelando as situações de maus tratos sofridas pelos trabalhadores rurais, os quais, por estarem na maioria das vezes na condição de migrante, vivenciam ainda a face da diferenciação entre o “de fora” e “do local”.

Com a pastoral dos migrante, com as universidade, o movimento social como um todo, começou a questionar os maus trato que era feito pra esses migrantes. Muitas vezes dormiam no chão dividindo o espaço com ratos e barata, é... e muitas vezes voltavam sem receber o dinheiro da safra. Então começou-se uma batalha também em organizar o migrante. Com isso as usinas começaram a investir na mecanização... tá? Porque? Porque no, no começo você observa que ela usou o trabalhador pra calar a boca de trabalhador. Aquele que ficasse trabalhando aqui que fosse mão de obra local, ele... ou eles aceitava as condições da usina ou ele perdia o serviço para o migrante. Ai o migrante começou a se levantar, se levanta, e começou a ter vários movimentos de migrante. E ai assim... a sociedade como um todo começou a volta os olhos para esse ser humano que ate então tinha ficado, vamos dizer, camuflado pelas usinas, né? Somente beneficiando a ela, e tava assim sendo muito mal tratado. Quando começou isso as usinas começou a investir na mecanização. Ai começou quere calá a boca do migrante com as máquinas. No primeiro momento foi home por home agora no segundo as máquinas. E as... e as máquinas assim, nós, nós temo que... eu, eu entendo que o avanço da tecnologia é uma coisa assim mui... surpreendente pra nós porque cada dia que passa o home ele se tá mais ousado.

²¹² SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 87.

Malgrado a presença dos movimentos sociais e, sobretudo a organização dos trabalhadores no processo de conquista de seus direitos trouxeram rebatimentos contraditórios, uma vez que o capital sempre busca mecanismos de cerceamento desses movimentos e de ampliação do domínio sobre a força de trabalho, disseminando também no campo as estratégias já apontadas por Marx em sua análise do capitalismo, ou seja, a mecanização. A entrada de máquinas no campo corresponde sem equívoco à necessidade de manutenção das bases reprodutivas do metabolismo do capital, comprimindo as possibilidades de estruturação da luta coletiva dos trabalhadores e intensificando ainda mais o processo de exploração e a dominação a partir de mecanismos ideológicos.

Frente a esses e outros desafios o sindicato e os trabalhadores começam a repensar a própria luta, como forma de fortalecimento da consciência de classe, não por considerarem o avanço científico-tecnológico negativo, mas pelo modo como são lançadas suas bases sociais, ao defenderem mudanças estruturais, apoiando lutas coletivas como a defesa da terra, com a reforma agrária, além de debaterem outras questões prementes e urgentes como a condição de trabalho no campo face o avanço da mecanização agrícola, cuja principal consequência será a expulsão desses trabalhadores do campo, os quais em sua maioria não possuem escolaridade, qualificação profissional em outras áreas e que sempre trabalharam no campo.

Eu acho que o avanço da tecnologia é benéfico. É. O desenvolvimento de tudo isso pra nós não é ruim... né? Enquanto, enquanto povo mesmo, enquanto sociedade... enquanto categoria... por um lado... tá? Por um outro lado é ruim porque? Porque com as máquinas substituindo as máquinas, tá? Nós ficamos fragilizado. Como que a gente ficou fragilizado? Porque ou nós fazemos o que a usina quer ou ela mecaniza. Fala-se em aproveitamento dos trabalhadores, eu... eu não acredito nisso porque. Porque uma máquina, ela substitui cem pessoas, cem homens trabalhando né? E ela necessita apenas de doze pra se movimentar, tá? Então é... você vai preparar esses para trabalhar no que? Tá? E hoje, hoje você vai prepara, não, os que já estão aí eles não tem que ser preparados, eles tem que ser amparados. Ou por um benefício ou por uma tomada de terra, mas eles têm que ser amparados. Por que? Porque ele tá aí a quinze vinte anos nos canaviais. A vida útil de um trabalhador na cana ela é de quinze a vinte anos, quando muito a vinte anos, sabe? Então, ele já tá detonado. Outras empresas não vão absorver essa mão de obra, mesmo que ela se especialize. E agora, uma, uma, uma preocupação muito grande que eu tenho é pra onde vai esses trabalhadores? Eu tenho assim, perdido na verdade momentos de sono, eu não posso dizer noites, que eu estaria mentindo, eu não varo uma noite pensando neles, mas eu tenho perdido horas de sono pensando o que fazer e como fazer. Porque? Porque a usina Ester que em dois mil e sete ela colocou... duas máquinas, substituiu duzentos homens. Dois mil e oito ela colocou mais duas máquinas, substituiu duzentos homens. Tá? (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).

Nesse processo de construção da resistência coletiva importa também destacar a figura do líder, da representatividade dentre os trabalhadores. Nesse sentido, em relação, especificamente, a movimentos sociais, o tema da liderança tem sido muito negligenciado. Isto é curioso, principalmente quando se considera que inúmeros estudos tomaram depoimentos tanto de líderes principais como de líderes intermediários pela importância de tais “[...] pessoas (agentes) com presença razoavelmente contínua nos movimentos e nas associações.”²¹³ Apesar de tais atores serem tratados como informantes privilegiados, o tema da liderança não tem ocupado o primeiro plano da cena.

Algumas premissas em geral norteiam a descrição dos perfis das lideranças sociais, de acordo com Herkenhoff:

- 1) As lideranças surgem nas lutas cotidianas e são escolhidas por sua capacidade de articular e de expressar a vontade do grupo; sua conduta é influenciada pela cultura de sua época e pela conjuntura local e nacional: às características pessoais dos líderes somam-se os fatores situacionais; o líder intermediário desempenha um papel no aumento da participação dos moradores.
- 2) A identidade do líder se constrói na relação com o grupo e com o Estado. A conjuntura atual situa o líder num quadro em que vários grupos se inserem no campo da política e passam a disputar os recursos de poder existentes. A presença da Igreja Católica, das ong's, das entidades profissionais, de seguimentos de esquerda junto aos movimentos sociais contribuiu para a construção desta identidade. O fenômeno do crescimento e da ampliação das funções do Estado na sociedade também deve ser considerado, bem como a cultura autoritária brasileira; o golpe de Estado (1937), o golpe militar (1964) e a abertura política são também aspectos conjunturais fundamentais na atuação do líder.²¹⁴

O processo de afirmação e legitimação de Carlita como presidente do Sindicato de Cosmópolis se mescla e se confunde com a história do próprio Sindicato, uma vez que constituído a partir da própria ação dos trabalhadores, o que não se dá de um momento para outra, de forma repentina, mas, é produto de todos os momentos elencados acima, de uma história que se constrói no cotidiano de vida e trabalho em face dos dilemas impostos pelo capital, tendo em vista o compromisso de buscar coletivamente novas formas de sociabilidade, mesmo que atualmente, frente ao aprofundamento da questão social, essa perspectiva pareça mais que distante, fazendo com que muitos percam de vista esse horizonte, devido às dificuldades históricas para sua construção.

²¹³ Del Prette, 1990b:54. apud HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural : Ed. UFES, 1995. p. 52.

²¹⁴ HERKENHOFF, op. cit., p. 57.

Por outro lado, de acordo com Mézszaros²¹⁵, não há qualquer possibilidade de qualquer construção histórica com viabilidade no sentido de criação de novas formas de sociabilidade enquanto não houver um “reexame radical das premissas práticas da ordem social do capital”, sobretudo quando se considera que a principal característica da forma de mediação ideológica e material predominante nesse processo de reprodução social é a “dominação estritamente hierárquica e estruturalmente imposta da esmagadora maioria das pessoas”, o que se apresenta como única premissa funcional aceita nesse sistema, no qual os papéis de direção devem ser imputados do modo mais autoritário às “personificações do capital”, em detrimento dos discursos de defesa da democracia e da liberdade, uma vez que o capital não se sustentaria de outra forma. Sem dúvida que esses espaços passíveis de atuação com vistas a construção de outra ordem societária estão fortemente atrelados às condições de luta e resistência da classe trabalhadora, para a qual o sindicato se materializa como concretização viável desse espaço. No entanto, se essas esferas de embate e participação são fragilizadas aquelas possibilidades tornam-se completamente inviáveis, dado que o capital jamais assumiria a iniciativa a atendimento das demandas da classe trabalhadora, até porque mesmo quando cede a elas sempre encontra mecanismos de reprodução e ampliação de seu projeto de dominação. Destarte, a visão de Carlita a esse respeito coaduna o fato de que se os trabalhadores não se organizarem para o fortalecimento da luta, seus interesses jamais serão atendidos por livre iniciativa do capital, o que vem sendo reforçado pelo movimento da realidade, ou seja, os passos realizados até agora no sentido da garantia de direitos à classe trabalhadora só foram realizados devido à sua própria atuação e ao cumprimento de seu papel histórico.

Carlita, como você vê, como você avalia todas essas mudanças que vem ocorrendo em relação ao núcleo do trabalho mesmo, em relação ao corte da cana. Esse processo de mecanização. Esse processo assim de expansão da produção através da entrada de novas tecnologias e acabou também intensificando o trabalho no campo. Como você vê? Como você avalia o trabalho do sindicato nesse sentido. Nesse sentido assim, dos sindicatos em geral, né? Como você tem visto isso, enquanto também diretora da Feraesp.

Veja bem. Nos últimos anos depois de mil novecentos e oitenta e quatro, a... o estado de São Paulo, os trabalhadores se levantaram, se contra pondo a política que as empresas vinham fazendo com eles, que era de

²¹⁵ MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi; Francisco Raul Cornejo e Paulo César Castenheira. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 186-187.

uma super exploração, né? E se os trabalhadores não tivessem feito nada, hoje eles estariam cortando sete filares de cana, hoje a gente estaria trabalhando numa situação pior do que é hoje. Hoje não é bom, mas estaria trabalhando pior. E com... com os trabalhadores se levantando para se contra por a isso, os empresários do setor canavieiro no estado de São Paulo, começaram a buscar outras mão de obra, que era uma forma de, é... por exemplo, o pessoal de Minas Gerais, lá é uma miséria total na área rural. Paraíba, Ceará, Bahia, Matogrosso, Piauí, Pernambuco, essas região do país, quando eles... quando tiveram a oferta de trabalho aqui no estado de São Paulo, e muitas vezes com promessas falsas, tanto é que o movimento sindical teve que luta muito contra o aliciamento de trabalhadores nesses estados. Com isso, é... a mão de obra local, a mão de obra local que eu digo é o estado de São Paulo, ela foi se especializando em outras coisas, porque ela estava sendo disputada com outras regiões do país. E aí uma mão de obra mais barata porque, é... os usineiros tiveram outras varias vantagens com os migrante, com a vinda dos migrantes pra cá. Primeiro porque o migrante ele vem pra fazer a safra, ele trabalha seis meses e vai embora. Quando vai chegando o mês de outubro e novembro o que eles mais querem é sair correndo daqui do estado e volta pra sua terra, porque geralmente vem a época da chuva eles querem fazer o plantiu. Então com isso beneficiou os usineiros no que? Porque diminuiu muito as ações trabalhistas. O povo local, terminava a safra de cana, o acerto foi fraudulento, o acerto foi num... o acerto de conta daquele período não foi bom, eles entravam na justiça. E eles não podia ser perseguidos de não ter o serviço depois porque era essa a mão de obra que a usina tinha, que as usinas tinham. Na medida que entrou os emigrante é... os trabalhadores local tiveram assim, vamos dizer, é... por parte dos usineiros, um descaso, né? Não preciso dessa mão de obra, se vira, sabe? E aí muitos, a maioria, se especializaram mesmo. Mulheres, homens, se especializaram e foram pra outras, é... outro ramo de atividade, né? Noutras categorias. E com isso, as usinas ficaram assim, longos anos, tranquila eu posso dizer. Tendo uma super mão de obra produtiva, muito produtiva, porque se o cortador de cana aqui do estado de São Paulo corta dez tonelada, o pessoal que vem do Ceará, dessas, dessas outras regiões que eu disse, eles cortam duas vezes mais tá. E se você observar na quadra fechada, no depoimento de um trabalhador ele fala assim: aqui a gente trabalha é... seis meses e lá nós ficamos seis meses parado, né? Então na verdade eles vem aqui naquele período e trabalham muito, porque a pretensão é ganhar dinheiro. Na maioria das vezes não ganha porque ainda o sistema de controle deles é fraudulento, infelizmente, mas tem isso. E com essa questão é por longos anos as usinas ficaram tranquila. (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).

Em contraposição, há a necessidade de constituição de uma opção dita hegemônica frente à ordem burguesa, o que só teria eficácia a partir da elaboração e do estabelecimento produtivas de um “modo significativamente democrático e totalmente cooperativo de mediação material e cultural”, a qual só poderia ser pautada por “intercâmbios produtivos e distributivos”, organizados pelos seres sociais comunitariamente. Tratar-se-ia de um processo de reprodução “diretamente social” e não uma forma de “*post festum social*”, ou seja, a estruturação e o direcionamento da produção, coordenada de modo consciente pelos produtores coligados livremente a partir de sua igualdade substantiva, se apresentaria com alternativa à divisão social do trabalho tal como se apresenta o mercado mundial do

trabalho atualmente.²¹⁶ Em consonância com esse ponto de vista, Carlita remonta o momento da primeira greve, quando os trabalhadores decidiram lançar-se ao asfalto e se organizar para a luta. Naquele momento, a decisão de Carlita foi fundamental para a ampliação do movimento também para Cosmópolis, como meio de forçar para o atendimento de demandas básicas.

Ai quando foi em mil novecentos e oitenta e seis, aí nós fizemo a parada e começou a safra. Daí a gente contar cinco ruas, sabe? Cinco ruas. A usina tinha inventado que nós ia corta sete ruas no mesmo preço. Isso deu uma greve no estado muito forte. O estado todo tava parado... Pro Estado todo. E ai... ai o pessoal de _____ parou, entrou de greve também. Leme tava de greve, foi quando morreu a Cibele, morreu duas pessoas na greve de Leme. E ai... eu entrei no ônibus aqui e não sabia da greve ainda não. Quando chegamo lá... antes do trevo aqui perto da rodoviária, veio o carrinho da usina fala pro motorista, pro Nino _____. Nino, desvia, sobe por aqui, corta sai lá por cima, porque o povo ta de greve e tem uns grevista aqui na frente que não ta deixando nada passa. E eu sentava no primeiro banco. Motorista aqui, eu sentava num banco assim. Aí, o Nino: ah, então ta bom pode deixar que eu... Eu fiquei de pé no ônibus, passei a mão no meu podão e falei: Nino você não vai não. Virei pro ônibus, falei pro pessoal, falei: pessoal quem está sofrendo na roça somos nós e não o Nino. Se eles estão de greve, nós não vamo ser covarde de deixar o Nino sair com o ônibus não, você vai toca lá pro trevo. Se você não... não toca pro trevo eu te corto de podão aqui dentro, falei pra ele. Pode toca pro trevo. Éé mas a usina... eu falei: a usina te deu uma ordem, mas agora quem ta comandando somos nós, pode toca lá pro trevo. Já viu que eu tava com o meu podão na mão. Não, não, não, então tudo bem. Se você não tocar eu quebro o vidro do seu ônibus agora, sabe? ei ai... tive o apoio da turma, tocou lá pro trevo. Chegou lá, os piqueteros, né? Já veio um de lá outro de cá. Eu falei: vai lá manda ele abrir se não cêis quebra o vidro. Aí... porque ele não queria abri a porta pra nós descê. Queria deixar nós lá no trevo, mas dentro do ônibus. Ah! Sai, não parei até hoje, né?

A decisão de iniciar a greve aconteceu tão logo os trabalhadores tomaram conhecimento de outros movimentos que estavam se organizando na região. Naquela ocasião, os trabalhadores deitaram os corpos no chão como forma de protesto e resistência. O local é lembrado por Carlita, a qual pôde mostrá-lo à pesquisadora por ocasião de um dos encontros, quando a líder acompanhava um trabalhador até o banco de uma cidade dormitório, tendo em vista a dificuldade do trabalhador em entender sua movimentação bancária, quando foi constatado que possivelmente seu cartão bancário estaria sendo utilizado por outra pessoa para adquirir empréstimo em seu nome, o que manifesta mais um desafio para os trabalhadores frente à transferência do pagamento dos trabalhadores para a rede

²¹⁶ MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi; Francisco Raul Cornejo e Paulo César Castenheira. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 187.

bancária, quando muitas vezes enfrentam muita dificuldade para a realização desse tipo de transação econômica, o que também se relaciona à baixa escolaridade e a barreiras no acesso às informações.

De todo modo, a partir da organização dos trabalhadores foi possível realizar a primeira assembléia, realizada no próprio local do movimento grevista, ou seja, na pista, quando a líder sindical em conjunto com os outros trabalhadores deflagrou as péssimas condições de vida e trabalho, o que permitiu descortinar inclusive que os acordos que estavam sendo realizados não atendiam as necessidades dos trabalhadores, razão pela qual foi iniciada uma série de negociações, sem detrimento de estratégias de forcejamento de mudanças. Nesse ponto, a primeira iniciativa foi destruir o objeto da dominação, ou seja, o canal, enquanto manifestação aparente da exploração, como reação talvez ainda desprovida da elaboração mais clara de quem seria o real opressor _ o capital. De todo modo, configurou-se como uma forma de mostrar a sua indignação e o sua capacidade de resistência.

Aí, saí, já me envolvi lá pro meio, e o povo assim, querendo fazer a greve, mas sem saber como fazê. Ai, eu já fui organizá pro dia seguinte... sabe? ai já fui organizar pro dia seguinte. Já comecei a formar grupo daqui: ó vamo dividir dez daqui, dez dali. Ai no dia seguinte... pa... nós fomos lá pra perto do Arthur Nogueira, onde tinha uma frente de trabalho lá, e lá nós, é... reunimo deitamo tudo na pista. Pra provoca memo o... né? Ai, deitamo tudo na pista assim ó... foi uns rapaiz com camisa vermelha lá do outro lado pra segura o transito o outro pro outro lado, porque a pista única. E nós ficamo... fizemo uma assembléia lá. E ai eu... eu que conduzi a assembléia. Subi no barrando e falei tudo as coisas de errado que tinha. Ai já apareceu um pessoal do PT pra ajudar a gente. Depois apareceu um pessoal da federação, dizendo que eles tinham um acordo mais aquilo. Ai eu falei: mas que acordo é esse que só prejudica nós. Então vamo faze os _____ cumpri os acordo seus e também atende nós, sabe? E ali eu comecei a lidera a greve. Lidera, lidera, lidera daqui, ai já formou uma comissão de negociação. Ai todo mundo: põe a Carla, põe a Carla, põe a Carlita na comissão de negociação. E ai eu fui cabeça da comissão. E negociamo com a usina. Demorou nove dias pra nós fecharmo um acordo. E de lá pra cá o pessoal do PT começou a dar um acompanhamento pra nós, sabe? o pessoal do PT daqui de Cosmópolis. E... assim... eu acho engraçado né. Quando, olha o que a gente fazia quando a gente queria... queria queimar os canal da usina. Nós pegava gato, oia que judiação, pegava gato e saco de estopa e enchia o saco de estopa de gasolina. Ai cortava uma tira assim, amarrava no saco de estopa, pegava aquela tira passava ela no... no... no corpo do gato e levava o gato dentro do carro. Chegava na beira do canal tinha o Mariano que tinha um passati, e ele ia com nós. Chegava dentro do canal, colocava fogo no gato, soltava o gato pro meio do canal e queimava um mundarel... Porque o gato, ele tinha que soltar, né? Porque a gente amarrava, a gente amarrava, mas coisa que ele... uma hora ela ia enrosca ia ficar ali queimando e o gato saia fora. (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).

Queimar o canavial traz o significado de destruir os mecanismos que geram verdadeiras formas de escravidão no campo, de destruir o aparato que garante a reprodução de um sistema perverso e desumano, ainda que, como mencionado, o eito seja apenas a aparência manifesta do fenômeno, de modo que o conhecimento de sua própria condição de classe vem sendo construído vis-à-vis através de cada luta travada, seja no eito, seja nas mesas de negociação, seja nas assembléias ou no horizonte de uma luta social mais ampla e que vai sendo tecida em meio às tramas, ainda que, atualmente, esteja cada vez mais difícil para a classe trabalhadora conseguir amalgamar processos de resistência frente às estratégias de manipulação do capital.

E ai, nossa, era por vida nós catando gato pra pode queimá cana. Queimava muita cana com gato. Em lugar muito longe, a gente... o pessoal ia, colocava vela. Ai pegava a vela, colocava assim no pé da cana, né? Perto da palha, deixava ela acessa e ia embora. Aí, depois de noite, nós ficava vigiando pra vê se queimou aquela área. Queimamo muita cana da usina naquela época, sabe? Pra força a negociação. E esse Zé Molinário, ele tinha mais ou menos uns vinte ônibus aqui em Cosmópolis, se entendeu? E ele... ele era um cara forte mesmo, né? Foi nessa época que eu falei pra você que a usina... distribuiu pra... então. E esse Zé Molinário, ele... ele era um cara forte, muito forte, ai ele veio me chama no meio da greve. Eu já gostava muito dele por causa do que tinha acontecido lá trais. Ai ele veio me chamar: Carlita vem cá, eu preciso conversar com você. Ó cê sabe que você precisa manera no que você ta fazendo, porque seu pai trabalha... minha família trabalhava toda na usina. Minha mãe cortava cana, minha irmã cortava cana...

Por outro lado, o posicionamento da líder não desagrava apenas aos patrões e chefes de turma. A família, que na ocasião também já estava trabalhando na usina, a mãe como cortadora, o pai como jardineiro, os irmãos e o cunhado no barracão, foi colocada em uma situação complicada, tendo seus empregos ameaçados. Ou seja, à primeira vista o fator decisivo e imediato era o trabalho, ficando contra a greve. Ou seja, Carlita foi pressionada pela situação da família e pelas tentativas de cooptação a fim de que desistisse da luta. Sem recuar, contudo, socializou aos outros trabalhadores tal situação e juntos fortaleceram a luta tendo em vista o atendimento de demandas básicas, sem as quais não haveria como continuar o trabalho sem colocar em risco maiores a vida dos trabalhadores.

Vieram trabalhar depois todo mundo foi pra usina, né? Meu pai inclusive tava morando na colônia da usina. Meu pai era jardineiro na usina. Minha mãe cortava cana, meu irmão trabalhava no barracão, meu cunhado no barracão de açúcar, e minha outra irmã minha cortava cana. Toda a minha

família na usina... E isso também foi uma barra, porque eu enfriei a revolta assim do meu... do meu pessoal sabe? Da minha própria família.

Eles não eram a favor da greve?

Não porque eles iam perde o serviço. E o Zé Molinário veio falar pra mim que eu ia perder é... que minha família toda ia ser mandada embora e eu também ia se mandada embora. Ai eu falei pra ele: não tem problema não Zé, de fome eu não vou morre, mas eu não vou... não vou deixar esse povo nessa... hoje do jeito que tá eu não deixou não eu falei pra ele. Eu pensei pra entra, agora pra sai, eu to pensando também, mas eu não vou sai enquanto eu não vê o fim disso. Ai falo: Carlita, mas pensa um pouco, a gente pode melhorar a sua situação. Se você sair fora, olha, a gente te da um bom dinheiro. Falei: Zé, cê cata teu carro daqui... e some, se não nos vamos queimar seu carro aqui no meio da greve agora. Ai dei um toque assim pro pessoal, pro Jorge, a Márcia o pessoal que tava lá. Chamei eles. falei: ó o Zé Molinário tá querendo que eu desisto aqui. Todo mundo junto o carrinho dele assim ó e chacuaiava. ele: ô ô ô, para, para, não põe a mão no meu carro que eu vou sair. Ai depois, espalhei um pouco... ai ele falou: amanhã nos vamos furar a greve, ele falou, sabe? Aí ele foi tentando, sabe? Computar pessoas. Nós esparramamos um boato pra chegar no ouvido dele, falando que pro cara, o cara era puxa saco. Chamei um cara pra ajudar. Ó hoje a noite nós vamo planejar como é que nós vamo queimar todos os ônibus do Zé Molinário, porque diz que ele vai por ônibus pra roda amanhã e o ônibus dele que nós cata nós vamos queimar, sabe? esse cara, a gente sabia que tava mandando recado, esse cara ó... imediatamente passou o recado pra ele. Enquanto não terminou a greve esse cara não pois os ônibus deles dentro de Cosmópolis. Tirô. Diz que ele pois num sitio bem longe daqui, sabe?

Deu certo a estratégia. E aí negociamos.

O movimento dos cortadores naquele momento se assentava em necessidades muito latentes, sentidas inclusive fisicamente, uma vez que mesmo o acesso à água era restrito. A violação de sua condição humano-social chegava ao limite da insensatez de desconsiderar o fato de que se trata de uma atividade extremamente desgastante, com a necessidade de dispêndio exagerado de energia humana e que não por acaso muitos morreram de exaustão nesse processo e continuam morrendo, conforme a própria Carlita já denunciou em vários momentos, e adoecendo, sem que haja qualquer manifestação de controle do domínio perverso do capital, o qual acaba por ser legitimado pelo Estado em muitos momentos, de modo que quando emergem algumas conquistas legais e legítimas dos trabalhadores, o capital responde com maior índice de mecanização, a fim de preservar e aumentar suas taxas de lucratividade, sem qualquer consideração pelas vidas humanas desgastadas e consumidas nesse movimento de manutenção de seu próprio metabolismo explorador.

E uma das maiores reivindicações nossa era pra gente beber água de meia em meia hora.

Como vocês bebiam água...

Só quando a usina queria... Eles distribuíam, mas só quando eles queria, sabe? [...] Quando você varava o leite, mais ou menos de uma em uma hora, era... você tinha que pegar a rua aqui, trabalhar dentro dela aqui, ai tinha um barrilheiro aqui e outro aqui. Então cê saia pra cá cê bebia água, o que saia pra cá bebia, mas quando você tava dentro, você podia morrer de sede. Então a nossa reivindicação era pro barrilheiro entra e vim da água pra quem precisava. E de lá pra cá assim... nós fomos mexendo, mexendo, mexendo. Conquistamo bastante, conquistamo respeito. (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).

O primeiro movimento grevista também possibilitou a articulação em torno da criação do Sindicato, como forma de materialização e legitimação da luta dos trabalhadores de Cosmópolis. Carlita está à frente do sindicato desde a sua fundação no período da greve, embora o registro tenha ocorrido apenas em 1989.

Em 1989... não, eu oitenta e seis ainda... a gente... nós fundamos o sindicato. Em mil novecentos e oitenta e seis. Só que assim... ele não foi legalizado. Quando saiu a nova constituição de oitenta e oito, que diz que o sindicato poderia ser registrado no cartório, ai nós conseguimos fazer o registro do sindicato. Tivemos que fazer nova fundação e fazer o registro. E quando eu fui escolhida a presidente do sindicato, nós tava lá na roça. E nos fizé... depois da greve a gente continuo porque a comissão tinha estabilidade. É... (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).

Atualmente, dois dos filhos trabalham com a líder, sendo que um atua mais diretamente no controle da balança e o outro presta assessoria previdenciária aos sindicalizados. Carlita explica que a decisão de trazer o filho para o Sindicato, ainda que sem remuneração no início, com a aprovação da diretoria, respondeu a um cenário de perseguição político-ideológica, uma vez que o papel assumido com líder sindical traria rebatimentos também para a vida dos filhos, os quais cresceram acompanhando as lutas das mães e também foram expostos em alguns momentos a situações de perseguição, as quais colocaram também suas vidas em risco. Como a cidade é muito pequena, esse seria um dado impossível de ser desconsiderado: eram filhos da líder sindical. Esta, por sua vez, já foi exposta a momentos que colocaram em risco sua própria vida, sendo muitas vezes ameaçada. Trazer os filhos para perto de si foi uma estratégia de proteção e ao mesmo tempo, conforme confidencia de um dos filhos, de aprendizado a partir da trajetória da mãe, a quem admiram e respeitam, pois, desde muito cedo a seguiam em seus caminhos, dormindo no chão durante as assembléias, encontros e reuniões. Por isso, a líder reitera:

Criamos o sindicato. Meu filho Humberto, coloquei ele pra trabalhar no sindicato com a autorização da diretoria toda, que era mesmo até pra poder me ajudar porque por eu tá cum, assim dizia a diretoria do sindicato, eu tava com o nome sujo, porque era grevista, era aquilo, aquilo outro, meu filho não ia conseguir serviço. Então pra ele não se perder na droga nem nada, eles falaram: você coloca ele pra trabalhar junto com você, Carlita, porque nós tamo precisando, só que durante um ano mais ou menos ele ficou trabalhando sem ganhar nada, porque ele não tinha como pagar, o sindicato ainda não tinha dinheiro pra pagar, então ele ficou ali, né. Só que ele foi trabalhando na área de aposentadoria, esse menino, e ele começou a se... ficar bom. Hoje, tanto é, que na região ele é a melhor pessoa pra fazer aposentadoria, todo mundo vem aqui procurar ele. Se especializou nisso. E aí... na... ele tava fazendo já aposentadoria. Ele monta um processo da aposentadoria, vê tudo, se não tem nada de errado. Monta tudo. Sabe tudo que precisa. Eu só assino depois de pronto.

E se as primeiras preocupações do Sindicato fundado na década de 1980 estavam voltadas para questões relacionadas às mínimas condições de trabalho, ou seja, pelo direito de beber água, pela regularização da jornada de trabalho e posteriormente pelo controle e pela criação de novos mecanismos de pesagem não lesivos ou menos lesivos aos trabalhadores, atualmente, o Sindicato volve a atenção para questões profundamente estruturais e relacionadas ao contexto mais amplo e que envolve a formação da sociedade brasileira e as opções que vêm sendo feitas ao longo do tempo de favorecimento do grande capital, industrial e fundiário, em detrimento dos trabalhadores, constituintes da maioria da população do país.

Aqui é preciso lembrar que o Sindicato de Cosmópolis é o único do país a ter conseguido instituir o modo de medição intitulado “Quadra Fechada”, através do qual os trabalhadores, com o apoio do sindicato podem ter um controle mais efetivo sobre a quantidade de cana cortada. Segundo Carlita, esse mecanismo de medição foi idéia de um trabalhador durante uma das assembléias, tendo sido experimentado e apoiado pelo segmento. De acordo com a entrevista do sindicalista Paulo César Lima:

[...] pelo sistema Campeão, anterior a este, o preço da cana era baseado na relação: quilos de cana produzida por metro. No entanto, havia roubos na pesagem e nas medições da área cortada. Além disso, as áreas de referência para o cálculo, escolhidas pela usina, eram de baixa produtividade. Quadra Fechada é produto da experiência entre os sindicatos e os cortadores e será utilizado como instrumento pedagógico, nas oficinas que a Federação de Órgãos para Assistência Social - FASE realizará. O objetivo é difundir o sistema da Quadra Fechada e mostrar o funcionamento para trabalhadores rurais de outras áreas. Com esse sistema, o sindicato de Cosmópolis passou a controlar a produção da cana, através de computador, junto à balança da usina. Também exigiu um mapa agrônomo da Usina

Ester, onde o sistema foi implantado. Com isso, os trabalhadores passam a conhecer toda a plantação e podem prever quantas toneladas serão produzidas.²¹⁷

Todavia, apesar das conquistas amalgamadas em relação às primeiras lutas, sobrevivem alguns enfrentamentos, frente aos quais o sindicato de Cosmópolis com o apoio dos trabalhadores vem se posicionando, como por exemplo a questão da pesagem, com a utilização do sistema de “quadra fechada”. Ademais, os trabalhadores também se organizam no sentido de garantia do valor pago pela cana cortada de acordo com suas características e grau de dificuldade para o corte, como é o caso da “cana bisada”:

A cana bisada é assim: tem uma cana que você corta ela de ano em ano, é cana de doze meses, né?... Elas cresce e você tira ela de ano em ano, então ela não fica assim cheia de raiz ela num, é uma cana que produz legal. A cana de um ano e meio já é uma cana mais velha, a qualidade dela então, você não consegue tirar ela, você tira ela então com um ano e meio mais ou menos. A cana bisada é a cana velha, cana que passa mais ou menos uns dois anos sem cortar... Ai essa cana ela cai e ela gruda a raiz dela no chão. Então, pro trabalhador cortar dá muito trabalho, ele tem que cortar o pé e arrancar ela... Quando a usina não consegue dá conta de cortar dentro desse período que eu falei ou doze meses ou um ano e meio... Aqui nunca teve cana bisada, vai ter agora. Então, com isso eu já coloquei no acordo coletivo um valor para a cana bisada... Tem que ser maior, sabe, maior entre aspas porque é pouquinho ainda, mas você tem um preço definido do que cortar no preço da cana de doze meses e de um ano e meio. Cana bisada é isso. E é ruim pra cortar, meu Deus do céu. (Vídeo – CD 1 – M2U00358.MPG).

Em relação às questões mais amplas e estruturais mencionadas, o primeiro grande dilema está no avanço e intensificação dos processos de mecanização, enquanto estratégia de ampliação de controle do capital sobre a força de trabalho e que vem se constituindo como uma resposta brutal do capital face à luta e organização da classe trabalhadora na busca de garantia de seus direitos, o que se torna ainda mais desastroso no campo, de onde inúmeros camponeses vêm sendo expulsos ao longo das últimas décadas, aprofundamento os movimentos migratórios e o êxodo rural, de modo que a manifestação mais grave desse processo é o deslocamento, ou melhor, a falta de lugar, de espaço no mercado de trabalho e, portanto na sociedade. Em outras palavras: com a mecanização contínua, para onde esses trabalhadores vão? Frente à realidade de baixa escolaridade e falta de

²¹⁷ VALIM, Marta. **Trabalhadores de cana têm suas vidas podadas**. 18 maio 2005. Disponível em: <<http://www.forum.ufrj.br/materias/180507.html>>. Acesso em: 2011.

qualificação profissional, quais alternativas se abrirão para esse universo de trabalhadores, produtores e pequeno-camponeses?

Então a usina Ester utiliza máquinas aqui. Eu perguntei para o fiscal e ele me falou que era só manual aqui. Tem máquinas também?

Não. Tem máquina. Tem máquina. Ela hoje ela tá com oito máquina, tá? Então é... isso também amedronta o trabalhador. Eu observo que esse ano o pessoal... eu achei que tava tudo muito bem tudo organizado, mas eu quero acreditar que não, eu acho que eles estão com medo de falar, com medo do desemprego. Só que por mais medo que eles tive, se não se organiza, a maquina ta chegando, vai vindo, né? Esse novo protocolo é... e ai ficou pra aderir quem quiser que o Serra feiz da queima da cana né? Mas ela tem data pra terminar, dois mil e catorze termina a queima da cana. Ah... já foram desenvolvida máquinas que cortam a rolo e crua, então quer dizer o homem ta sendo substituído mesmo no corte da cana. Eu não sou contra o avanço, só que eu acho que devia ter leis pra dizer: não, uma terra, uma terra, ela não pode só usar máquinas. Ela tem que usar máquinas, mais também ela tem que gera emprego tá? Agora tem aqui no estado de São Paulo uma lei sim, que eu não conheço muito bem, tá? Mas eu só sei que essa lei diz que a terra ela tem que gera emprego e renda. Nesse caso, no caso da mecanização, a terra tá gerando renda, emprego não. Né? E se ela não gerar emprego e renda ela não é passível de desapropriação. (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).

A segunda problemática está relacionada com a questão ambiental e com a capacidade produtiva e sustentável do país. Ao se considerar que a maior parte da produção agrícola do país é garantida por pequenos produtores, quando se percebe o avanço da produção canavieira adentrando os territórios e agregando também as pequenas propriedades, fundada na expectativa de que o biocombustível seja a realização do sonho do eldorado e a correspondência a todos os ávidos desejos do capital fundiário, sobretudo agora que se articula à produção industrial. Sem dúvida que essa opção é devastadora para a natureza, a qual mais do que nunca fica subjugada à avidez do capital, o qual devasta, destrói e domina a natureza sem pensar nas conseqüências. Essas preocupações se manifestam nas palavras da líder do sindicato de Cosmópolis, a qual as sintetiza da seguinte forma:

A maior parte que o Brasil tem de sustentação é dos pequenos produtores que vai desaparecer. Por que? Um... uma pessoa, um produtor, um sitiante que ele tem dez alqueires de terra, tá? E essa terra não rende pra ele dez mil reais durante seis meses. E ele pega esses dez mil alqueires e ele arrenda pra usina. Se ela der de lucro pra ele cem mil reais durante esse período, ele nunca mais quer plantar nada ali a não ser cana. Então, eu acho que nós estamos com um problema ai. Todos nós já estamos sentindo, no arroz, no feijão, no óleo que... o maior consumidor aqui é a soja né? Que o pessoal consume é o óleo de soja, né? O de milho o de girassol é pouco que se consome, mas mesmo assim também estaria com problema... A carne de boi vai desaparecer pode ter certeza disso. A carne

de boi vai desaparecer, porque? Lugar que era pastagem enorme... tá se plantando cana. Então a expansão da cana colocou pra nós sujeitos a... a uma especulação de alimento muito grande vindo de outros países. Eu penso que nós vamo pagá álcool a um preço lá em baixo... mas nós vamo pagá comida a preço de ouro... A preço de ouro. E não só isso, tem um complicador muito grande ai que é a nossa água. Que... eles... eles não respeitam as matas, eles não respeitam a nascente. Eles aterraram tudo desde que possa plantar cana. Só que também eles utilizam dessa água para lavar cana. Tá? E o que sobre de restos da cana, né? Resíduos, por exemplo o restilho, é jogado no solo que vai atingir os lençóis freático, tá? Então de todas as formas eles arreventa com a nossa água. Onde eles pode eles represam para eles utilizarem na lavagem. Quando... nas... na maioria eles soltam a água e ela ta contaminando sim, ela vai contaminar. E em lugar que eles estão expandindo o plantio da cana, eles aterraram as nascentes. Você pode sair por ai e observar. E eu observo muito. Eu passo em lugares e falo... falo geralmente pro Cesar. Falo: Cesar, ta vendo aquela matinha lá? Ano que vem não tem mais. A gente passa ano que vem e não tem mais.

Na verdade, não apenas o Sindicato, mas também os trabalhadores do corte de cana percebem essas ameaças, uma vez que lidam diretamente com a terra e conhecem à sua maneira certas peculiaridades da natureza, o que lhes permite notar a devastação ambiental posta em movimento tendo em vista o avanço do domínio do capital sobre a vida humana e sobre a própria natureza da qual ela é parte.

Por isso um trabalhador comentou que onde eles estavam trabalhando tinha água ali, tinha uma represa que agora não tem mais.

Eles drenam tudo faz aterro e planta... Cê entendeu? Eles fazem isso. E na realidade, veja bem, e tudo isso é uma ameaça pra população. Então eu acho que a expansão da cana, vai prejudicar e muito, em todos os aspectos. Vai Gerar desemprego. É mentira do governo que vai gerar emprego. Vai gerar desemprego e vai gerar fome. Porque quando você não tem como ganhar, você não tem como comprar, tá? Agora, por mais que a gente grita, por mais que a gente grita, por mais que a gente grita... não tão escutando se entendeu? E ai hoje a nossa, a nossa grande preocupação é o que vai acontecer depois dessa conferencia internacional que vai ter em São Paulo... Sobre biocombustível. Porque vários países vão tá aqui, e...

Interessados no trabalho?

Interessado. E o governo já tem um GT, onde tá governo é... representação dos trabalhadores, empresas discutindo o acordo nacional da cana... Entendeu? E a minha preocupação é que o governo pode esta mostrando uma cara bonita... Toda mascarada. Toda mascarada, né? O verdadeiro pó de arroz. E quando na realidade o que tem por trás... da mecanização é o desemprego da expansão da cana de açúcar é o desemprego. Ah, você pega o Goiás. Quantas usinas foram pro Goiás? Goiás era terra de plantar soja e tomate, tá? Passou ser tomado pela cana. Minas era terra do café e do gado, ta sendo tomado pela cana, e vai por ai afora... Na Paraíba não se tinha política pra planta... pra trabalhar... outras culturas, mas tem, e se precisar vão represar os riachos pra irrigar cana, mas vão fazer. Por que? Não é que os usineiro são rico, tá? Eles são, mas eles têm um grande subsidio do governo pra fazê. Que irriga. Tá aqui o dinheiro. Que isso? Tá aqui o dinheiro. Enquanto o pequeno produtor não teve. Então, essa é a

minha avaliação em relação a expansão da cana de açúcar no Brasil e à mecanização. (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).

O terceiro ponto diz respeito à questão agrária em si, enquanto mecanismo de utilização da terra tendo em vista a realização de sua função social, bem como enquanto estratégia de luta pela socialização da riqueza socialmente gerada, dada a possibilidade de tomada da terra pelos reais produtores, por aqueles que nela trabalham com a finalidade da produção social e não na subjugação ou da superexploração da força de trabalho. A preocupação da categoria também encontra fundamentação na realidade de crescente avanço das fronteiras canavieiras, em detrimento de outras culturas, colocando em questão não somente o meio ambiente como também a própria dinâmica da produção de alimentos, sabido que são os riscos do incremento da monocultura da cana, acarretando na esteira a diminuição do cultivo de outros produtos e a conseqüente elevação de seus valores no mercado.

Então eu acho que o caminho que nós, o movimento sindical vamos ter e a Feraesp está discutindo isso. Inclusive vai ter um congresso é... sobre... reforma agrária agora no final de... do ano, da Feraesp com o pessoal da cooperativa lá na Unicamp e... vai tá tratando isso. Porque? Eu acho que o que vai resta pra nós do movimento sindical é fazer uma tomada da terra pra gerar emprego e renda, tá? E aí aperta o governo. O governo do mesmo jeito que ele dá subsídio para os usineiros, ele dá subsídio para os trabalhadores. Ele usa o dinheiro do BNDS, que é um dinheiro público, ele usa o dinheiro do FAT, que é o fundo de amparo ao trabalhador, pra, para fazer projetos para as usinas. Então ele teria que tá usando esse dinheiro, vamos ter que força ele a entrar nesse cofre, mas coloca na onde? Pra beneficiar os trabalhadores, né? Agora me preocupa muito, muito, porque? Com a febre do etanol da biocombustível, o que que tá acontecendo? Grandes áreas foram tomadas pela cana, tá? Pequenas áreas foram tomadas pela cana. E aí eu acho que coloca em risco pra nós a questão dos alimentos. Porque? Porque um lugar onde plantava-se hortifruti, tá plantando cana. Porque? Porque eles não têm o comércio pra esses... pra esses produtos é difícil. A política voltada pra sustentação da pequena agricultura não tem, porque o governo não tem uma política pra sustentação. O governo não tem uma política de comercialização. Tem sim organizações, são feitas aí pelo movimento social pra ajudar produtores, o pessoal da agricultura familiar tá levando o seu produto ali no mercadinho, ali no Cerasa, tá? O governo não obriga uma... uma... prefeitura de São Paulo há desce no interior e compra dessas pequenas agriculturas pra abastecer. Se ele obrigasse abastecer as creches que tem em São Paulo, e pra abastecer as escolas ele estaria apoiando muito o pequeno produtor, mas ele não faz. (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).

De acordo com Santos²¹⁸, trato fragmentado da questão social mascara suas verdadeiras bases, não possibilitando a visualização das decorrências da questão agrária e da organização fundiária no país, embora apareçam alguns indicativos que apontam para o grave quadro de desigualdade social no Brasil, o que pode ser vislumbrado a partir das mediações necessárias. A autora apresenta o quadro da estrutura fundiária no país, obtidos a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Estratos área total (há)	Imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
Total	4.238.421	100,0%	420.345.382	100,0%	99,2

Quadro 1: Estrutura Fundiária do Brasil, 2003

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária:** paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2007.

Tais dados revelam que a maior parte dos imóveis rurais apresentam até 10 ha, o que corresponde a 3,6%, ocupando apenas 1,8% da área total dos imóveis, em contraposição aos 0,8% dos imóveis dos estratos com mais de 2000 ha ocupantes de 31,6% da área total.²¹⁹

²¹⁸ SANTOS, Meire Cristina de Souza. **Açúcar amargo:** condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras-SP. 2007. 123 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007. p. 27.

²¹⁹ Ibid..

Ainda conforme Santos²²⁰, a concentração de terras no Brasil nunca foi de fato enfrentada, mas, simplesmente amenizada em face às pressões e à participação efetiva do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, bem como de outros movimentos sociais de luta pela terra. A Constituição Federal de 1988 responsabiliza o Governo Federal pela realização da reforma agrária, entretanto, tal dimensão vem sendo bastante negligenciada no país. O Governo Lula lançou em 2003 o II Plano Nacional de Reforma Agrária, contudo, sua viabilização ainda está em andamento, seguindo um ritmo considerado vagaroso diante das metas propostas. Isso significa que:

O Brasil continua sendo um campeão no quesito desigualdades sociais. No Livro *Opção Brasileira*, é apresentada uma comparação dos censos de 1960, 1970, 1980 e 1991 e constata-se que os níveis de concentração de renda e riqueza no Brasil são crescentes em todas as décadas desses censos “[...] a renda dos 10% mais ricos era 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres em 1960, essa relação passa para 40 vezes em 1970, 47 vezes em 1980 e atinge 78 vezes no censo de 1991” (BENJAMIN, 1998, p. 91)... Conforme artigo da Folha de São Paulo (2005), no Brasil atualmente os 10% mais ricos concentram 46,9% da renda nacional e os 10% mais pobres ficam apenas com 0,7% da renda. (ZIMMERMANN; SPITZ, 2005, on-line).²²¹

O índice Gini é um indicador empregado para avaliar o grau de concentração, sendo que o número zero aponta para a igualdade absoluta e o número um para a concentração absoluta. O índice de distribuição de renda no Brasil está em 0,6 e o de concentração fundiária está acima de 0,8, descortinando o quadro da desigualdade e injustiça sociais no país²²² e revelando a continuidade do alto grau de concentração da terra nas mãos de poucos.

A questão agrária é então entendida como o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção.²²³ Destarte:

²²⁰ SANTOS, Meire Cristina de Souza. **Açúcar amargo**: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras-SP. 2007. 123 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007. p. 27.

²²¹ Ibid., p. 28.

²²² BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2007.

²²³ FERNANDES, 2001, p. 23 apud SANTOS, op. cit., p. 28.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente, à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exploração dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; a violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar, aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecno-científicos, a qualidade de vida e a dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.²²⁴

Sem dúvida a questão agrária emerge e se constitui atrelada a diversos elementos, os quais interagem para a sua conformação nos diversos contextos históricos, sobretudo na conjuntura capitalista²²⁵:

Em publicação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Tamás Szmrecsányi (apud INCRA, 2005, p.15) menciona que para entender a questão agrária atual é necessário ter uma visão de longo prazo e não perder de vista que “o processo histórico do qual faz parte a questão agrária do momento refere-se basicamente à penetração e à expansão do capitalismo, e de suas relações de produção e de trabalho, no setor agropecuário brasileiro.”²²⁶

A atuação sindical e a forma como ela vem se estruturando é outra questão posta ao Movimento Sindical, enquanto forma de atuação política e social legítima. De acordo com Demo, a questão da “qualidade política” permanece sendo um grande desafio, sobretudo no que se refere à “representatividade das lideranças, da legitimidade do processo democrático, da participação compromissada da base, e da auto-sustentação”. Para o autor a consciência histórico-crítica de uma liderança com “qualidade política” se manifesta na visão crítica de que a pobreza é sinônimo de opressão e que é premente a busca de saídas autênticas, mesmo que locais, a organização para o enfrentamento das questões que lhe são postas com competência e com capacidade de aprender com os erros e acertos. Em síntese: “Qualidade política nos líderes significa, ademais, entenderem-se como serviço à base, no sentido democrático de que o centro nada tem de seu, que não tenha sido

²²⁴ FERNANDES, 2001, p. 23-24 apud SANTOS, Meire Cristina de Souza. **Açúcar amargo**: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras-SP. 2007. 123 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007. p. 27.p. 28.

²²⁵ SANTOS, op. cit..

²²⁶ Ibid., p. 29.

delegado de baixo para cima.”²²⁷ A líder do Sindicato de Cosmópolis também vislumbra esses desafios e possibilidades do movimento sindical:

Ó na realidade, os outros sindicatos, eles estão vivendo assim... muito voltado pro seu umbigo, viu? Parece que eles estão alheio. Eu vou nas plenárias da nossa federação, eu vejo o presidente lá da federação falando, explicando, falando, fazendo uma análise de conjuntura, mas eu vejo todo mundo ali ó? É dois ou três, tá? Tem um grupo, um grupo de cinquenta eu posso dizer pra você que tem umas oito pessoas... Num grupo de cinquenta deve ter umas oito pessoas que se manifesta. Do contrário? Não são capazes de fazer nem uma intervenção numa análise de conjuntura equivocada se caso nosso presidente estiver fazendo. Se entendeu? É... as vezes, as vezes me da tristeza sabe? porque você vê determinadas situações que você fala assim: mas será que é isso mesmo, né? É tudo isso? É... pior que é sabe. eu recebi um, um fax, recebi um email da Feraesp, aonde o presidente da nossa federação ele esta nos convocando para fazer uma reflexão, uma reflexão sobre... a... é... sobre o momento tá? Então ele fala aqui que na reflexão da ultima reunião no dia sete do dez, eu estive nessa reunião sabe? se eu não tive enganada eu estive nessa reunião. Mas não me lembro dessa reflexão, sabe? mas eles informam dessa reflexão, mas eu deveria ta fora da sala porque eu não lembro mesmo. Daí ele fala: o setor suco alcooleiro e o governo brasileiro estão experimentando o insucesso dos seus planos de conquistas internacionais e de expansão interna. Não é verdade. Não é verdade isso aqui. Tá? Agora os usineiros estão querendo dize que estão em crise. Ai ele fala assim ó: qual é o insucesso? Queda dos preços do petróleo, perda nas bolsas, retratação do crescimento econômico, crise do setor financeiro, dentre outros fatores, modificar o rumo do setor da expansão para a retenção. Nesse ponto observamos: projetos de produção de novas usinas estão sendo paralisados, algumas usinas diminuíram seus investimentos na lavoura de cana, menos dinheiro na adubação no plantio. Não é verdade porque eles estão aumentando o plantio da cana. Usinas deixando de pagar fornecedores de cana e de insumos. Ai eu desconheço. Usinas deixando de recolher o FGTS e INSS. Usinas já deixavam de recolher o FGTS e o INSS em plena alta que eles estavam. Muita vezes o ministério do trabalho precisavam ir pra cima pra fazer eles recolhe sendo que eles tinha dinheiro. Então não é verdade que é crise é a pratica patronal mesmo que não mudou nada. Possibilidade de não haver pagamento de décimo terceiro e de não haver pagamento no final da safra, possibilidade de algumas usinas deixar de pagar salários. A crise dos estados unidos bate em cheio no Brasil nos usineiros. Já que a aliança em defesa do álcool etanol está em baixa. Sabe? assim... me preocupa quando alguém ta pondo nós pra chora a crise dos usineiros. Me preocupa quando... alguém nos chama pra dizer assim: vamo chora porque os usineiros coitadinho não ta podendo isso, não tá... Mentira! Isso aqui só é mais uma mascara, mais um pó de arroz pra enganar a sociedade, pra engana a população pra engana todo mundo, de que eles não tão bem, de que eles tão mal da perna. Deixa passar esse momento. Para todo mundo calado chorando porque os usineiro entraram em crise pra vê o que vai acontecer ali na frente. Quando passa a crise deles, o que que vai ta acontecendo. Então ai... ai me deixa mais preocupada ainda. (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).

²²⁷ DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 156.

Emerge, então, o apontamento da constituição de uma sociedade estruturada pelos princípios socialistas, com o abarcamento da “atividade produtiva” a todos os indivíduos sociais, o que, entretanto, não poderia ser concebido como uma cominação do trabalho, herança do capital, a partir de suas “*determinações salariais quantificadas/fetichistas vindas de cima*”, ainda que sob a ilusão da “igualdade salarial”. Isso possivelmente está vinculado à apreensão das condições objetivas e históricas postas pelo movimento da realidade, sob as quais as transformações sociais podem ser levadas a cabo, tendo em vista a superação das relações de antagonismo capital x trabalho através da “*abolição substantiva*” da propriedade privada nesse cenário. Essas condições histórico-objetivas não podem ser encontradas em propostas de comunismo desprovidas de conteúdo real e por isso não viável na realidade, sobretudo ao se considerar que se trata de elementos imprescindíveis para a construção do caminho em direção à emancipação humana, a qual, sabe-se, muito provavelmente passe pela emancipação política, o que se concretiza na própria emancipação do trabalho, enquanto única possibilidade de constituição de uma concepção do trabalho qualitativamente diferente, enquanto “*atividade produtiva autodeterminada*”, com extensão à toda a sociedade, traduzindo-se na constituição de homens livremente associados, mas “*carente de uma totalidade da manifestação humana de vida*” e que desempenharia seus papéis autonomamente determinados em comunidade e sobre o fundamento de sua “*necessidade interior, de sua real necessidade*”.²²⁸ Nesse sentido, a igualdade emerge como uma categoria de extrema importância na construção de uma nova ordem societária. Para Mézaros:

Igualdade é outra categoria de relevância socialista fundamental com um longo período de gestação histórica. De maneira compreensível, está intimamente conectada com a questão da atividade produtiva genuinamente realizadora na vida dos indivíduos. Sem dúvida, foi originalmente concebida como igualdade *substantiva*. Pois a defendeu como um tipo de relação humana adequada para diminuir de modo significativo as restrições e contradições discriminatórias, enriquecendo com isso a vida dos indivíduos não apenas em termos materiais, mas também como resultado da introdução de um grau maior de equidade e justiça em seus intercâmbios com os demais. É claro, havia também uma óbvia perspectiva de classe nessas questões, argumentando a favor da eliminação de algumas medidas e regras preestabelecidas e ossificadas de sujeição e subordinação. Postulava o aprimoramento das condições gerais de bem-estar na

²²⁸ MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi; Francisco Raul Cornejo e Paulo César Castenheira. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 270.

sociedade, graças a um gerenciamento mais esclarecido de seus problemas e menos esgarçado por conflitos, em contraste com as *reviravoltas* posteriores, as quais, de modo diametralmente oposto, afirmaram que qualquer tentativa de disseminar igualdade resultaria inevitavelmente em um *nivelamento por baixo*, trazendo consigo a criação de *conflitos insuperáveis*.²²⁹

Daí o conteúdo dessa mediação necessária e contraposta à “transubstanciação especulativa” difundidas pelo capital a partir da afirmação de um equilíbrio fundado em práticas de consenso, também porque desprovidas de mediações, e de acomodação interessantes apenas ao capital. Isso significa que em momentos de mudança a mediação só poderá ser concretamente pensada enquanto “elaboração coerente” e estabelecimento concreto de conteúdos operativos de intercâmbio social, para os quais essa alternativa à ordem capitalista, na medida em que apresenta “racionalidade abrangente” gestadas das próprias determinações conscientes dos indivíduos sociais e, por isso, carrega a possibilidade de ser um caminho transitável de “controle sóciometabólico”.²³⁰ Por essa razão:

A única mediação viável e sustentável de forma indefinida entre a humanidade e a natureza, assim como dos indivíduos sociais entre si, como a característica definidora da nova forma histórica, é inconcebível sem um *sujeito social ativo* que possa intervir *autonomamente* no processo social em curso. Nesse sentido, a mediação em questão pode adquirir seu significado apropriado apenas enquanto mediação dos indivíduos sociais por si próprios, os quais exercem seu controle genuíno sobre o processo de reprodução social como *sujeitos reais livremente associados* de sua ação *planejada de modo abrangente*, junto aos detalhes práticos de sua implementação. Isso quer dizer, os conceitos de *controle e mediação de si próprios*, além da *autonomia genuína* dos reais *sujeitos históricos agindo conscientemente*, devem marchar todos juntos se quisermos conferir um sentido tangível e viável à idéia de mediação, no lugar dos postulados especulativos que vimos antes, adequados apenas para ofuscar e idealizar as relações de poder hierarquicamente reforçadas da mediação antagônica que dominam a ordem agora estabelecida. O que está – e *deve estar* – ausente da ordem social do capital é precisamente esse conjunto de exigências intimamente entrelaçadas de ação afirmadora de si mesma de forma consciente, representando o controle reprodutivo genuíno exercido pelos sujeitos sociais racionalmente mediados por si próprios de forma consciente. É por isso que não pode haver dúvida em se encontrar uma solução para os problemas urgentes de nossa crise sistêmica por meio de uma “mediação reconciliadora” do modo estabelecido de reprodução sociometabólica com a nova forma histórica.²³¹

²²⁹ MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi; Francisco Raul Cornejo e Paulo César Castenheira. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 270.

²³⁰ *Ibid.*, p. 283-284.

²³¹ *Ibid.*, p. 283.

Para o autor o grande nó, o extremo desafio, insuperáveis para o capital está no fato de que somente um sujeito real, com necessidades autênticas e valores correlativos, é capaz de trabalhar para a construção de uma alternativa ao fetiche e destruição da ordem do capital, o qual, enquanto dominador do intercâmbio reprodutivo só pode estar qualificado para ser um “sujeito usurpador”, sem consideração para a magnitude de sua dominação sobre o processo metabólico através de seus “imperativos estruturais” predominantes objetivamente, sendo “parasitário ao trabalho”, este “sujeito produtivo real.”²³²

Nesse sentido, não existe qualquer possibilidade de tomada do poder substantivamente de decisão pela população através da concessão gratuita pelas personificações do capital. Essa conquista só é possível “por e para si mesmos”, a partir da interação e desenvolvimento das “formas organizacionais necessária”, através das quais sua ação radical seja colocada em movimento no bojo do processo histórico. Carlita, ao narrar sua trajetória de vida, revelando o sofrimento vivenciando juntamente com sua família, não esconde a dor ainda viva, latente, que a emociona. Mas, o faz no sentido de colaborar para a socialização da luta dos trabalhadores que assim como ela continuam sua trajetória de sofrimento, mas, ao mesmo tempo de resistência, assumindo uma postura crítica e que avança e retrocede conforme os desafios interpostos pelo movimento da realidade, mas, sem recuar do compromisso de lutar por melhores condições de vida e trabalho, por uma sociedade balizada pela realização plena do homem enquanto ser histórico-social.

Pra mim é muito difícil falar da minha vida, não sabe o quanto é difícil. Eu dificilmente consigo falar sem chorar, viu? É muito difícil. Só que assim, sabe, Simone, nada, nada, nada me desanimou... você acredita nisso? Por mais difícil que foi os desafio, eu queria ir, eu queria fazer. (Vídeo – CD 2 – M2U00356.MPG).

Num país marcado pelos traços do mandonismo e do favoritismo convivendo com os ideários neoliberais e de modernização conservadora, de forma a favorecer o grande capital, também fundiário e agroindustrial, o que só faz aprofundar as manifestações da questão social, enquanto expressão da contradição capital x trabalho, sobrevive o compromisso de lutar, de tencionar a realidade marcadamente perversa no cenário do capitalismo tendo em vista a construção de uma nova ordem

²³² MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi; Francisco Raul Cornejo e Paulo César Castenheira. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 270. p. 284.

societária. E sob esse aspecto, a experiência de Cosmópolis é reveladora de que esse caminho não é fácil, ao contrário, é repleto de ambiguidades, avanços e retrocessos, contudo, é imprescindível fortalecer a resistência e organizar a luta, um processo que só é possível a partir da própria experiência que vai sendo construída pela classe trabalhadora em seus mais diferentes segmentos. E isso possivelmente permaneça como única possibilidade de enfrentamento da opressão do capital e de afirmação livre e essencialmente humana de uma sociedade verdadeiramente emancipada, embora se saiba essa não seja uma construção definitiva, pois, estará sempre em permanente construção.

Em outras palavras, todos esses dilemas se referem diretamente à vida dos trabalhadores, os quais, segundo a própria Carlita denuncia em várias entrevistas e palestras estão perdendo a vida, estão morrendo, definhando, subsumidos que são pelo domínio do capital. Frente às longas e exaustivas jornadas de trabalho, envoltas por condições de existência extremamente precárias, para não dizer a ausência delas, pela injustiça salarial, pelo controle da usina sobre sua conduta e seu corpo, dominados na forma de mercadoria, de “coisa”, às vezes silenciadas, que tombaram no decorrer da luta para que ela continuasse, face a essas e outras questões bastante concretas para o trabalhador rural, especificamente aquele inserido no corte da cana, permanece o esforço de organização da resistência ao metabolismo do capital, o qual vem se constituindo através da própria ação da classe trabalhadora, a qual tem o desafio de identificação enquanto tal, no sentido de superar a fragmentação fomentada pelo capital e de construção de sua identidade para si. Em meio a isso, outras esferas da vida social, muitas vezes relegadas para um segundo plano também cumprem um papel específico. Se esses trabalhadores quase sempre não podem ter acesso a uma estética através da arte e da filosofia autênticas, não vinculadas ao interesse do capital, seus sonhos devem permanecer de alguma forma, como possibilidade de construção na esfera do real daquilo que se almeja para sua realização enquanto ser social, mesmo que muitas vezes esses anseios ainda apareçam atrelados à imediatividade, dado à necessidade de garantia de condições materiais de existência:

*Se você quiser a gente pode parar e depois ou amanhã a gente retoma
_____ você já deve tá cansada. Deixa eu só te perguntar pra gente
terminar, uma coisa em relação a sua infância e a sua adolescência, que eu
queria te perguntar no início. O que a menina Carlita sonhava? O que*

depois a mocinha Carlita sonhava? A menina que brincava lá no caminhão com as amigas, conversava. O que aquela Carlita menina queria? O que você pensou? O que que a Carlita sonhava?

Quando eu era menina eu queria estudá. Eu queria ser uma pessoa que... eu não sabia se... se eu queria ser uma professora, se eu queria ser uma advogada, o que que eu queria. Eu queria assim me forma, sabe? queria terminá... esse era o meu sonho, queria terminá os meus estudos, mas eu não consegui. Quando eu fui, fiquei moça, eu sonhava com uma casa. Eu sonhava assim, em casa, ter uma casa, sabe? Mas... que tivesse móveis, comida. Então eu queria, eu queria aquilo que eu não tive, né? Na verdade esse foi o sonho. Queria ter uma casa, sabe? Queria ter um lugar pra morar, eu queria que meus filhos tivesse comida, eu queria ter um marido bom. Marido bom eu nunca tive não. Eu tenho um companheiro ai hoje comigo que eu trago ele meio na chinha, né, senão não vai. Mas assim, também não tive muita tolerância com home não viu, eu acho que pelo o que minha mãe passou, eu... home é... conversou muito eu já tava mandando embora, sabe? Assim eu tive muito problema com a família, porque na lei da minha família era assim: comeu a carne, roe os ossos. Minha mãe sofreu por conta disso, né?

A sua família era muito religiosa? _____ de você separa?

Não, não. Eles... eu... acho que minha mãe... era preconceituosa, se entendeu? Tipo a mulher... se sai, vira mulher atoa. É... eu não sei classificar o que foi, mais...

Acho também que era um pouco a mentalidade da época, né, Carlita? Pode ser. Mas era, era. Era daquele tipo que mulher não podia cortar o cabelo. Sexta feira santa, Maria não penteava o cabelo, se entendeu? Minha mãe era daquele tempo, então... mas o grande sonho que eu tive era de ter uma casa, sabe? uma casa minha. Graças a Deus eu tenho. Eu tenho uma boa casa, né? Mais assim, eu não comprei o terreno não, o terreno eu ganhei da prefeitura do PT. Ela fez um loteamento. Lote organizado que chama. Ela deu terreno pra todo mundo e eu... construí. Mas, aí é uma historia que depois eu vou te contá como que foi. (Vídeo – CD 1 – M2U00361.MPG).



Foto 1 - Carlita da Costa: Presidente do Sindicato de Cosmópolis

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação teórico-metodológica de categorias através da análise de reminiscências permanece um desafio sempre vivo e instigante, sobretudo quando se considera que a memória possibilita a aproximação de experiências que fizeram parte do passado e da história e que, contudo, muitas vezes foram relegadas ao esquecimento, suplantadas pela versão da classe dominante. Para buscar entender esse processo de valorização da memória, foi preciso construir uma aproximação dos diversos elementos presentes na realidade e que interagem para sua conformação num cenário de avanço do ideário neoliberal.

A reconstrução da trajetória de vida de Carlita carrega o significado de dar voz ao movimento de luta travado até o momento, deixando o registro do grito de quem ousou acreditar e não se deixou sucumbir às dificuldades próprias do modo de produção capitalista, mesmo que entre avanços e retrocessos.

Nesse percurso de leitura do passado com intenção de transformação social e ruptura com o modelo econômico vigente, a metodologia da história oral se tornou uma via possível e aceitável, na medida em que correspondia às necessidades de análise crítica, com a valorização da luta pela transformação social, ainda que essa intencionalidade não seja um caminho obrigatório, ou seja, mesmo que a história oral não seja necessariamente um instrumento de mudança, enquanto uma das possibilidades de estudo da história, ela já traz em si esse espaço em aberto, dado que é construída através da voz de pessoas, ou seja, da memória viva de seres sociais.

Para que esse caminho fosse possível, foram apresentados ao logo deste trabalho alguns elementos presentes na realidade e que se relacionam diretamente com a história de vida da líder sindical Carlita e da luta posta em movimento pelos cortadores de cana-de-açúcar da região de Campinas.

Nota-se que em função do avanço de processos de privatização e flexibilização na esfera econômica, também os indivíduos sociais são deslocados de sua realidade e separados dos produtos de seus trabalhos, dos quais é abstraído o seu caráter social. Isso tem ocorrido também em virtude das alterações no padrão de acumulação, com a afirmação crescente do trabalho precário, regido por critérios

de polivalência do trabalhador e de terceirização, como tem ocorrido com a estruturação toyotista.

Esses movimentos se aprofundam, se entrelaçam e se estendem também para o campo, onde o moderno se mistura ao arcaico, sem detrimento da preservação de características extremamente conservadoras convivendo com as mudanças tecnológicas, realidade que vem sendo construída sobretudo após a afirmação do Próálcool.

As atividades da agroindústria canavieira são figurativas desses processos, através da complexa rede de interesses que se articula em prol do favorecimento da produção agrícola também nos moldes da grande indústria e contraditoriamente alicerçada no trabalho quase desumano de inúmeros trabalhadores, muitas vezes aliciados das regiões mais pobres do país, que vêm em busca do sonho de melhores condições de vida, deixando para trás laços familiares, raízes, e quase sempre tendo que se submeter a condições desumanas de trabalho.

Nota-se que a construção e o desenvolvimento desse processo não são acompanhados por um compromisso com a formação de um cenário que atenda às necessidades da classe trabalhadora. Por outro lado, o que se afirma é o domínio econômico, materializado na proximidade do Estado no atendimento aos interesses do capital fundiário e do capital internacional, através de processos de internacionalização e transnacionalização da economia, mesmo que isso possa colocar em risco a vida de muitos trabalhadores.

Sabe-se, todavia, que todos os sacrifícios recaem sobre o trabalhador, o qual é sempre fonte de dispêndio de força humana a ser utilizada extensiva e intensamente em vista de maior lucratividade e menores custos ao capital, de forma que mesmo os avanços da ciência, como é o caso da mecanização agrícola, são manuseados não para tornar o trabalho menos penoso para o trabalhador, mas, antes para torná-lo vulnerável, sujeitá-lo ainda mais ao sistema que o maltrata e o subjuga.

Nesse sentido, os debates levantados em relação à saúde do trabalhador emergem como possibilidade de defesa de direitos particulares e coletivos da classe trabalhadora, do acesso à informação sobre os riscos no trabalho e sobre a introdução de novos processos e tecnologias, com a participação dos trabalhadores, da liberdade de recusar o trabalho que traga riscos à sua vida e à sua saúde.

Por outro lado, não é possível negligenciar que o domínio capitalista no campo nasce e se conserva sob a garantia do monopólio da terra: a propriedade privada da terra.

No caso da cultura canavieira, ocorre a singularização da produção e do mercado em atividades específicas das estruturas produtivas e comerciais de *commodities*, a partir dos rearranjos técnico-econômicos do mercado mundial voltados para a produção e comércio de adoçantes, o que traz rebatimentos quanto aos redirecionamentos na agricultura e nos parques produtivos.

Em face da perversidade desse quadro, os trabalhadores tentam se organizar, tendo em vista o enfrentamento da lógica do capital e sob esse âmbito é possível afirmar que o movimento de Guariba foi extremamente importante, inclusive para o fortalecimento da luta em outras localidades.

Contudo, o capital logo reagiu, estruturando mecanismos de fragmentação da luta dos trabalhadores e de subjugação mais acirrada do trabalho através dos processos de mecanização no campo.

Entrementes, embora os sindicatos rurais possam conservar em grande medida aqueles resquícios presentes na constituição da sociedade brasileira, como as marcas do clientelismo e do favoritismo, não podem ser abordados de forma homogênea e centralizada, dado que estes “interlocutores coletivos” atuam como mediadores legitimados dos trabalhadores rurais, embora não sejam o único espaço autêntico de luta, pois há formas diferenciadas de vivência desse processo no cotidiano, marcado pela heterogeneidade.

Por outro lado, as lideranças sindicais passam a ter um papel fundamental, na medida em que se comprometem mais ou menos com os combates dos trabalhadores, podendo se limitar apenas aos trâmites burocráticos e legalistas, sem a definição de projetos políticos de relevância para a classe, não ultrapassando a esfera da reprodução imediata, ou ao contrário, podem ir construindo sua ação no bojo do movimento dos trabalhadores, de forma a ser mais um instrumento legítimo no desenvolvimento de estratégias de resistência e defesa de seus direitos.

Por isso, estudar a vida de uma líder sindical, assim reconhecida e legitimada entre os trabalhadores, apresenta-se como possibilidade de aproximação de uma realidade dramática e ao mesmo tempo permeada de lutas e conquistas ainda em movimento. Ou seja, é preciso tornar manifestas histórias de pessoas a princípio desconhecidas, mas que buscam “dar respostas” dentro de uma realidade pautada

pelo lucro à custa da miséria da grande maioria, mesmo à custa de sua própria vida. São sujeitos históricos que organizam outros sujeitos de maneira a construir a trajetória de luta dos trabalhadores.

Em outras palavras, todos esses dilemas se referem diretamente à vida dos trabalhadores, subsumidos que são pelo domínio do capital. Frente às longas e exaustivas jornadas de trabalho, envoltas por condições de existência extremamente precárias, às vozes silenciadas, que tombaram no decorrer da luta para que ela continuasse, em face dessas e de outras questões vividas pelo cortador de cana, permanece o esforço de organização da resistência ao capital e que vem se constituindo através da própria ação da classe trabalhadora, cujo desafio de identificação enquanto tal permanece no sentido de superar a fragmentação fomentada pelo capital e de construção de sua identidade para si. Em meio a isso, outras esferas da vida social, muitas vezes relegadas para um segundo plano também cumprem um papel específico. Se esses trabalhadores quase sempre não podem ter acesso a uma estética através da arte e da filosofia autênticas, não vinculadas ao interesse do capital, seus ideais devem se sustentar como possibilidade de sua construção e de sua realização enquanto ser social, mesmo que muitas vezes essas perspectivas se apresentem sob a aparência da imediaticidade, por causa da necessidade de garantia de condições materiais de existência.

Não é por caso que o Sindicato de Cosmópolis, representado pela líder Carlita da Costa, enfrenta diversos dilemas, comuns a luta desses trabalhadores de modo geral, considerando a forma como vêm sendo respondidos e tratados pelo capital, configurado sob novas e velhas roupagens no campo, através da intensificação dos processos de mecanização, como mecanismo de disseminação de seu controle sobre a força de trabalho e que se revela como posicionamento brutal do capital, com conseqüências drásticas para a classe trabalhadora, a qual se sente mais fragilizada em sua própria capacidade de embate e organização. Essas facetas do capital são desastrosas para o campo, na medida em que aprofundam as mazelas sociais, históricas em um país estruturados em mecanismo que produzem reproduzem a desigualdade social, acirrando os processos migratórios, através da expulsão do camponês da terra, construindo para esses trabalhadores uma realidade de desenraizamento e o pior, a falta de um lugar, inclusive porque sofrem tanto no campo como a na cidade o desespero de não encontrarem espaço para o

trabalho, sobretudo em um cenário marcado pelo desemprego estrutural, de modo que esses trabalhadores, geralmente com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional sofrem de forma mais amarga e perversa a realidade de não ter trabalho.

Também não é sem razão que o Sindicato levanta o debate sobre a questão ambiental, defendendo a possibilidade da produção sustentável no país. Contudo, para que isso fosse possível seria preciso que compromisso do Estado fosse deslocado do beneficiamento do grande latifúndio para a realidade de que grande parcela da produção agrícola do Brasil vem sendo sustentada por meio de pequenos produtores, os quais também vem sofrendo com o avanço da produção canavieira em seus limites e com a falta de apoio governamental. Tais opções vêm trazendo consequências devastadoras ao meio ambiente, o qual fica sujeito à avidez capitalista e às inconseqüências, inclusive de um código florestal que mais desprotege do que defende a biodiversidade do país.

Sem dúvida que todas essas questões estão fundamentalmente relacionadas à propriedade da terra, ou melhor, à propriedade privada e dos meios de produção. Nesse sentido, a questão agrária se produz e se sustenta na medida em que não há um tratamento sério por parte do Estado e da sociedade em relação a uma realidade que está na raiz de diversos dramas nos quais está mergulhada a sociedade brasileira. Apesar de o texto constitucional figurar sobre a necessidade de que a terra obedeça à sua função social, o que também seria um mecanismo de socialização da riqueza socialmente gerada, tal tratamento não ocorre na realidade e por isso a tomada da terra se torna um caminho proposto e assumido pelo sindicato de Cosmópolis, como única resposta possível frente ao avanço do ideário neoliberal no campo, sobretudo do agronegócio relacionado à cultura da cana-de-açúcar.

Carlita é bastante clara e responsável quando aponta para o fato de que a estruturação sindical tal como ela vem sendo organizada não tem conseguido responder à agressividade do capital, sobretudo no campo. E é nesse âmbito que se revela a inflexão de sua ação enquanto líder, na medida em que consegue visualizar tais limites, construindo a partir disso a crítica do processo. A qualidade política de Carlita se manifesta na coragem e transparência de seu posicionamento, bem como na consciência de que representa outros trabalhadores sem deixar de se entender também enquanto trabalhadora.

A convivência e a possibilidade de aproximação da história de vida e do cotidiano de Carlita se apresentam como apontamento de que existem experiências concretas e vivas, capazes de se colocarem no embate contra a lógica perversa e desumana do capital, sem se deixar subsumir pelos seus mecanismos de sedução e cooptação. Também se consubstanciaram como indicação da necessidade de construção de uma ordem societária diferente da que está posta e que corresponda aos interesses dos reais produtores de valor através do trabalho, ou seja, uma sociedade onde todos dominem o processo produtivo, o que é impossível para o metabolismo do capital, o qual aprisiona o trabalho e o trabalhador aos seus interesses, quantificando-o e determinando-o, criando o fetiche da paridade dos salários entre aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver. Sem dúvida que tais relações nascem e se desenvolvem a partir do próprio movimento da realidade e é produto da ação humana, o que significa que qualquer alteração do que está posto depende da ação humana, consciente e comprometida com a transformação de tal realidade, que, de qualquer modo, também depende das condições concretas e objetivas. Compreende-se a partir daí a razão de que tal caminho não será possível enquanto predominar a propriedade privada, fundamento da dominação de classe. Isso também significa que não se pode falar em emancipação humana, pelo menos a princípio, sem considerar a necessidade de emancipação política e, sobretudo sem que aconteça a própria emancipação do trabalho, quando seres humanos livres constroem sua própria realidade de acordo com suas necessidades e livres de qualquer dominação e desigualdade.

Tal possibilidade não tem nada a ver com as propostas de equilíbrio dinâmico defendidas pelo capital, a partir do incentivo e afirmação de práticas de consenso e de acomodação a esta ordem societária tal como ela está posta. Ela se refere, antes, à construção de mediações necessárias, tendo em vista a elaboração no âmbito do concreto de formas de estruturação do trabalho e da sociedade a partir da ação consciente das próprias determinações da realidade, o que é impensável para o capital.

Em outras palavras, somente aqueles com necessidades e valores fundados em relações livres e no conhecimento de tais determinações porque as vivenciam concretamente e muitas vezes de forma aviltante em seu cotidiano podem buscar alternativas concretas e viáveis ao engodo parasitário do capital.

Nesse sentido, não existe qualquer possibilidade de tomada do poder substantivamente de decisão pela população através da concessão gratuita pelas personificações do capital. Essa conquista só é possível “por e para si mesmos”, a partir da interação e desenvolvimento das “formas organizacionais necessária”, através das quais sua ação radical seja colocada em movimento no bojo do processo histórico. Carlita, ao narrar sua trajetória de vida, revelando o sofrimento vivenciando juntamente com sua família, não esconde a dor ainda viva, latente, que a emociona. Mas, o faz no sentido de colaborar para a socialização da luta dos trabalhadores que assim como ela continuam sua trajetória de sofrimento, mas, ao mesmo tempo de resistência, assumindo uma postura crítica e que avança e retrocede conforme os desafios interpostos pelo movimento da realidade, mas, sem recuar do compromisso de lutar por melhores condições de vida e trabalho, por uma sociedade balizada pela realização plena do homem enquanto ser histórico-social.

O Brasil possui traços históricos que agravam essa situação de domínio do capital, dado que convivem com os ideários do neoliberalismo os ranços do mandonismo e da meritocracia, dentre outros, os quais conformam um movimento de modernização conservadora, nefasta para o mundo do trabalho, uma vez que favorece o grande capital, tanto no campo como na cidade, gerando e reproduzindo muitas vezes de forma cíclica a pobreza de grande parcela da população.

Todavia, pessoas como Carlita e movimentos como os de Guariba e de Cosmópolis chamam a atenção para a necessidade de fortalecimento do compromisso com a luta por uma sociedade diferente, com relações produtivas diferentes. Essa pesquisa possibilitou visualizar o quanto esse caminho é difícil e repleto de ambigüidades e dilemas para os quais não existem respostas a priori, ao contrário, o movimento é de busca, de questionamento e de não aceitação do que está posto. Mas, ao mesmo tempo é um processo em marcha e que avança a partir de conquistas e retrocessos, mas na intenção de não se perder e não se deixar subsumir pelas pressões e reações concretas e perversas do capital, o qual também encontra no aparato legal e estatal os mecanismos necessários para a consolidação de suas estratégias de dominação.

Não é possível calar em face de situações de morte de trabalhadores que definham, arrastados que são pelo órbita de um sistema produtivo fundado na superexploração e no esgotamento das forças e da vida de seres humanos. É nesse sentido que essa pesquisa se coloca nesse caminho, ou seja, com a proposta de

contribuição para dar visibilidade ao movimento de organização desse segmento de classe, o qual tenta resistir mesmo diante de inúmeros problemas, à realidade dura das extensas e exaustivas jornadas de trabalho, das relações de dominação no campo, das condições de vida e de trabalho extremamente precarizadas, do controle de suas mentes e de seus corpos, da reificação de suas vidas. São muitos os que tombaram na luta por justiça, contudo, suas vozes silenciadas pela violência da perversidade desse sistema ecoam a partir do fortalecimento da ação de outros que ainda arriscam e se posicionam contra tal aviltamento. Sem dúvida, a história de Carlita da Costa se apresenta na fileira de frente dessa luta, não se calando, não se acomodando, não se intimidando, mas, se comprometendo com outras formas de sociabilidade e de controle da produção juntamente com todos os trabalhadores que representa.



REFERÊNCIAS

ABASTECIMENTO popular. **A Cidade**, Ribeirão Preto, jan.1986.

ABDAL, Alexandre; MATTOS, Paulo Todescan Lessa. **O sistema jurídico-institucional de incentivos a investimentos em inovação nos Estados Unidos**. ago. 2008. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/mo/mobitabdalmattos.pdf>>. Acesso em: 2010.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006

_____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARAÚJO, Francisco José. **Estudo de comunidade & história oral**. Araraquara: Ed. Unesp, 1999. (Cadernos de campo, n. 5).

ARANTES, Paulo Eduardo. Fratura Brasileira do mundo. In: FIORI, José Luís et. al. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AZEVEDO, Sérgio de. Déficit e alternativas: uma análise crítica das políticas nacionais de moradia. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 267, p. 5-25. fev. 1993.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

BORDONAL, Simone Albieri. **A favela Nova-Simioni: mito e realidade**. 2005. 179 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

_____. Breves discussões sobre a violência no cenário brasileiro. **Intervenção Social**, Lisboa, n. 35, p. 175-186, 2009.

_____.; SANT’ANA, Raquel Santos. Capitalismo e realidade social. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. **Anais....** Marília, Ed. Unesp, 2008.

_____.; _____. Um lugar super estranho a migração como parte da trajetória. In: SIMPÓSIO DE QUESTÃO AGRÁRIA DA UNESP/FRANCA: agronegócio: sua vida depende dele?, 5., 2008, Franca. **Anais....** Franca: Ed. Unesp, 2008.

_____.; COSTA, Carlita; SANT’ANA, Raquel Santos. La experiencia Del sindicato de los trabajadores rurales de Cosmópolis/SP: uma história de resistência y organización em La defensa de los cortadores de caña de azúcar. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 11., 2009, Guayaquil. **Anales.....** Guayaquil: ALAEITS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

_____. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____.; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra : CEDEC, 1978.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

COIMBRA, Carlos Alberto. A arte da memória e o método científico: da memória artificial à inteligência artificial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 146- 152, 1989.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira cana-de-açúcar: safra 2008, terceiro levantamento**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3_levantamento2008_dez2008.pdf>. Acesso em: 2010.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ENGELS, Friedrich. **Política**. Tradução de José Paulo Netto et al. São Paulo: Ática, 1981.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos bóias-frias**. 1992. 589 f. Tese (Livre docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1992.

FIORI, José Luís et. al. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIGANTE, Marcos Antônio. **Guerreiros sem armas: êxodo rural e memória de velhos trabalhadores (Tarumã - 1960-1980)**. 1999. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1999.

_____. **História oral de idosos asilados em São Carlos-SP: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GOUVÊA, Graça. **Congresso interamericano, em Brasília** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Simonebordonal @ig.com.br. em set. 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural : Ed. UFES, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.

LUKÁCS, Georg. **Estética I**: la peculiaridad de lo estetico. Barcelona- México, DF: Ediciones Grijalbo, 1967. (Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético, v. 3).

_____. et. al. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969. (Rumos da cultura moderna, v. 32).

_____. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: CHASIN, José et al (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. (Temas de ciências humanas, v. 4).

_____. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Tradução de Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 1.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A questão judaica**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. v. 2.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. ; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feurbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, Loyola. 2002.

MENDES, Alexandre Marques. **O conflito social de Guariba (1984-1985)**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 1999.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. Tradução de Luciana Pudenzi; Francisco Raul Cornejo e Paulo César Castenheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sônia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. S21-S32, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Empresa comercial exportadora / trading company**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2507>>. Acesso em: 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: comentário: agroindústria 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfagro_nova/agrocom_ejun2008.pdf>. Acesso em: 3 set. 2008.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Indicadores da produção industrial: Brasil - 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfagro_nova/agroind2008.shtm>. Acesso em: 5 set. 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. NR 31: segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mar. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_31.pdf>. Acesso em: 2010.

_____. Portaria n. 86, de 3 de março de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mar. 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF91BAE4A6A38/p_20050303_86.pdf>. Acesso em: 2010.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Senac, 2000.

MOVIMENTOS sociais: uma leitura dos efeitos do neoliberalismo. **Tempo e Presença**, São Paulo, v. 17, n. 284, p. 25-27, out. 1995.

NAVARRO, Vera Lúcia. A indústria de calçados no turbilhão da reestruturação. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

PASIN, Rodrigo Maimone; NEVES, Marcos Fava. **Fusões, aquisições e internacionalização da agroindústria sucro-alcooleira**. 2002. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Pasin.pdf>>. Acesso em: 2010.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar.1997.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo, Cortez: 2007.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Edna Conceição Cordeiro. **O perfil do migrante que busca a cidade de Campo Grande-MS**. 2001. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n 3, p. 3-15, 1989.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

QUE temos. **A Cidade**, Ribeirão Preto, 1986, p. 1.

RIBEIRÃO PRETO. **A Cidade**, Ribeirão Preto, jan. 1986. p. 14.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; IULIANELLE, Jorge Atílio Silva (Org.). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Brasil urgente).

SANTOS, Meire Cristina de Souza. **Açúcar amargo: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras-SP**. 2007. 123 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **InterfaceHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=146>. Acesso em: 2010.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho (Org.). **Movimentos sociais em estudo e debate**. São Paulo: Ed. PUC/SP, 1997. (Cadernos do núcleo de estudos e pesquisas sobre movimentos sociais. n. 1).

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. Tradução de Orlando do Reis. Petrópolis: Vozes, 1993.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Dinamismo transformador dos excluídos. **Tempo e Presença**, São Paulo, v. 15, n. 268, p. 42-43, abr. 1993.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNICA. **Dados e cotações**: estatísticas. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica/>>. Acesso em: jun. 2010.

VALIM, Ana. **Migrações**: da perda da terra à exclusão social. São Paulo: Atual, 1966. (Espaço e debate).

VALIM, Marta. **Trabalhadores de cana têm suas vidas podadas**. 18 maio 2005. Disponível em: <<http://www.forum.ufrj.br/materias/180507.html>>. Acesso em: 2011.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____.; ALVITO, Marcos. (Org.). **Um século de favela**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ZAMBONI, Maria Célia. **Condições de vida, acumulação de riqueza, miséria e pobreza junto à população de migrantes na cidade de Ribeirão Preto**. 2002. 200 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS PARA USO DE SOM E IMAGEM

Eu, **Simone Albieri Bordonal**, aluna matriculada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, no desenvolvimento de pesquisa no âmbito do Serviço Social, cuja proposta envolve basicamente a história de vida da líder sindical Carlita da Costa, procurando estabelecer a discussão de algumas das questões que fazem parte da vida dos trabalhadores ligados à indústria canavieira, tendo como objetivos: Recontar a história de vida da personagem central dessa pesquisa, seu trabalho enquanto líder sindical, partindo de suas próprias falas e de pessoas a ela ligadas; Analisar criticamente as problemáticas tangenciais aos que se inserem no universo das relações de trabalho enquanto cortadores de cana; Trazer para o centro dos debates as situações vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa neste ramo produtivo, como espaço de socialização de sua luta também na academia.

Eu, _____,
autorizo Simone Albieri Bordonal e sua orientadora Raquel Santos Sant’Ana a utilizarem os conteúdos de som e imagem por mim cedidos para fins da pesquisa mencionada.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SAFRA/2008 (Disponibilizado pelo Sindicato)

Turma: _____

01) Há quanto tempo você trabalha no corte de cana?

E nesta Usina? _____

Você é: () efetivo () faz safra todo ano () pela primeira vez

02) Você sente dores de cabeça?

() forte () fraca () constantes () de vez em quando

03) Quando você começou no corte de cana sua saúde era boa?

() sim () não

04) Você sente dores no corpo: () antes () durante () depois do trabalho

05) Quais as partes do corpo que mais dói? _____

Desde quando? _____ é freqüente? _____

06) O que você faz quando tem dores no corpo? _____

07) Você já teve câimbras? () sim () não

08) O que você acha que pode ser feito para evitar ou diminuir as câimbras?

09) Você toma remédios para aliviar as dores? () sim () não

Qual o mais usado? _____

Quem fornece? _____

10) Você recebe o suquinho da Usina? () sim () não

11) Após tomar o suco você tem alguma reação? _____

Qual? _____

12) Você acha que o trabalho que você faz tem a ver com as dores no corpo?

() sim () não Porque? _____

13) Quando você corta mais cana, você sente mais dores no corpo?

() sim () não

14) Você acha que a ginástica que você faz antes do trabalho te ajuda?

() sim () não Porque? _____

15) Qual sua sugestão para ter uma boa saúde livre de problemas?

16) Quando você foi admitido a Usina pediu para que você fizesse exames médicos? () sim () não

Quais exames foram feitos? _____

17) Durante a safra você fez exames médicos? () sim () não

Quais? _____

18) No momento da demissão você fez exames médicos?

() sim () não Quais? _____

19) Já precisou ser atendido por algum motivo médico durante o trabalho?

() sim () não

O que aconteceu? _____

Como foi o atendimento? _____

Quem fez? _____

Ficou afastado do trabalho? () sim () não

Por quanto tempo? _____